



**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016**

**REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

17 de Novembro de 2015

**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016**

**IMPULSIONAR A ECONOMIA,
PROMOVER O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO,
CONSOLIDAR O DESENVOLVIMENTO**

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Relatório das Linhas de Acção Governativa
para o Ano Financeiro de 2016**

Índice

Introdução	7
Prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2016 – Impulsionar a economia, promover o bem-estar da população, consolidar o desenvolvimento	11
1. Elevação constante da qualidade de vida da população.....	12
2. Impulsão da diversificação adequada da economia.....	20
3. Construção de uma cidade com condições ideais de vida.....	25
4. Aprofundamento da reforma da Administração Pública.....	28
Conclusão	33
Apêndice 1: Propostas de lei do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2016.....	37
Apêndice 2: Calendário das principais acções governativas do Governo da RAEM para o ano 2016.....	39

Índice

Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2016 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

—— Síntese ——

Área da Administração e Justiça	255
Área da Economia e Finanças	277
Área da Segurança	317
Área dos Assuntos Sociais e Cultura	343
Área de Transportes e Obras Públicas	367
Comissariado contra a Corrupção	387
Comissariado da Auditoria	395

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2016

—— Síntese ——

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2016 (Síntese)	403
--	-----

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2016**

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2015

**Chefe do Executivo CHUI SAI ON
17 de Novembro de 2015**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica de Macau, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2016.

O ano 2015 é o primeiro ano de governação do presente mandato do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Perante os múltiplos desafios trazidos pela conjuntura interna e externa, em constante mutação durante este ano, nós, em cumprimento escrupuloso da Lei Básica de Macau, contando com a vantagem do princípio “um País, dois sistemas” e com o firme apoio do Governo Central, e em conjugação de esforços com toda a população, persistimos nos valores nucleares do Patriotismo e do amor por Macau, conseguimos avançar mesmo nos momentos adversos, e assegurar a estabilidade da economia e da sociedade. Para além de reforçarmos a nossa capacidade de resistência a riscos, aperfeiçoámos a gestão das finanças públicas e, demos continuidade à implementação das diversas medidas relacionadas com a vida da população.

Após dez anos de crescimento a um ritmo acelerado, o sector do jogo encontra-se, actualmente, numa fase de ajustamento, tendo as respectivas receitas registado quebras contínuas. Durante o período de rápido crescimento económico, o Governo sempre seguiu o princípio da manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, procurando alcançar o equilíbrio entre receitas e despesas, de acordo com a Lei Básica de Macau, e assente nos excedentes orçamentais foi criado o regime de reserva financeira. Actualmente, o Governo

mantendo-se firme no prosseguimento do lema governativo de “desenvolver a economia e melhorar as condições de vida da população”, tem vindo a fomentar a cooperação regional, a impulsionar a diversificação adequada da economia e a promover a construção de “Um Centro, Uma Plataforma”.

Ao analisarmos a situação no seu todo, constatamos que a economia de Macau se tem desenvolvido de forma saudável, as finanças públicas mantêm-se estáveis, apresentando o orçamento do Governo um saldo positivo. Os grandes empreendimentos estão em curso de forma ordenada, a taxa de desemprego continua a apresentar um nível relativamente baixo, a inflação tem sido atenuada, e continuamos a depositar grande confiança no desenvolvimento a longo prazo da economia local.

O Governo tem implementado sólidas políticas fiscais e financeiras. Até Setembro de 2015, a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva básica de 131.880 milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 211.381 milhões de patacas. O saldo orçamental do ano financeiro de 2014 foi de 90.296 milhões de patacas, e findo o processo de liquidação, o montante global da reserva extraordinária irá atingir os 301.677 milhões de patacas, contabilizando, assim, a reserva financeira um montante global de 433.557 milhões de patacas, enquanto a reserva cambial irá atingir os 145.343 milhões de patacas.

Foi, recentemente, criada a Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, presidida pelo Chefe do Executivo, e encontra-se em curso a elaboração do “Plano de Desenvolvimento Quinquenal da Região Administrativa Especial de Macau (Anos 2016 – 2020)”, cujas Bases Gerais serão apresentadas conjuntamente com o presente relatório, visando auscultar de forma ampla as opiniões da sociedade, para juntos projectarmos um plano geral para o desenvolvimento da RAEM no futuro.

Realizou-se, neste ano, a cerimónia de “Comemoração do 70.º Aniversário da Vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês Contra a Agressão Japonesa e da Vitória Mundial Contra o Fascismo”, através da qual, o Governo e os cidadãos puderam, em conjunto, recordar a História, lembrar os mártires, valorizar a paz, e assim, com o empenho de todos, projectar um futuro melhor em prol do grandioso renascimento da Nação Chinesa.

Tendo o Governo Central decidido dar início aos trabalhos relativos à definição das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM, a pedido do Governo da RAEM, iremos, em cooperação com os serviços competentes do Governo Central, intensificar os trabalhos de aperfeiçoamento das leis e regulamentos relacionados com a gestão futura das áreas marítimas, bem como reforçar os recursos humanos e as instalações e equipamentos necessários.

No novo ano, o Governo dará firme prosseguimento aos lemas de governação “servir melhor os cidadãos” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”. Irá colocar os assuntos relacionados com a vida da população no topo das prioridades da acção governativa e acelerar a construção de mecanismos eficientes de longo prazo para a habitação, a segurança social, o ensino, a saúde e a formação de quadros qualificados.

Introdução

O Governo da RAEM no prosseguimento do seu objectivo governativo de “racionalização de quadros e simplificação administrativa”, irá proceder, de forma gradual, ao ajustamento e à reorganização das estruturas administrativas, elevando a capacidade de governação e o nível de desempenho, em conformidade com a lei, e fortalecendo a integridade governativa. Iremos exigir que os funcionários dos diversos níveis, colocando-se na posição dos cidadãos e partindo dos interesses gerais da sociedade, adoptem um pensamento pragmático e inovador e promovam, constantemente, o melhoramento das políticas e medidas governativas, a fim de consolidar bases mais sólidas para o desenvolvimento da RAEM nos próximos cinco anos.

**Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2016 —
Impulsionar a economia, promover o bem-estar da população,
consolidar o desenvolvimento**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Passo agora à apresentação das prioridades da acção governativa para o ano 2016.

1. Elevação constante da qualidade de vida da população

O Governo faz questão em manter-se firme na promoção da diversificação adequada da economia, e simultaneamente, implementar políticas e medidas relacionadas com a vida dos cidadãos.

(1) Promoção dos projectos relacionados com o bem-estar da população

As medidas implementadas em benefício do bem-estar dos cidadãos são uma parte importante do mecanismo eficiente de longo prazo relacionado com a qualidade de vida, e constituem uma iniciativa que materializa a partilha dos frutos do desenvolvimento económico. O Governo encontra-se empenhado na instituição de regimes, na alocação de recursos e na optimização dos trabalhos, adoptando medidas de curto e médio prazo no sentido de reforçar o bem-estar dos cidadãos. Assim, no próximo ano, será dada continuidade à implementação das seguintes medidas:

Pretendemos manter o Programa de Participação Pecuniária, e após feita a avaliação da situação financeira do corrente ano, propomo-nos atribuir, no próximo ano, o montante de 9.000 patacas a cada residente permanente e o montante de 5.400 patacas a cada residente não permanente.

De acordo com a lei que regula as “Contas Individuais de Previdência”, cada residente permanente de Macau qualificado tem direito a uma verba de activação de 10.000 patacas, injectada pelo Governo na sua conta individual, e propomo-nos, no próximo ano, injectar na conta individual de cada residente uma verba adicional de 7.000 patacas, proveniente do saldo orçamental.

O Governo irá reforçar o apoio aos idosos e às camadas em situação vulnerável. A Pensão para Idosos foi já actualizada para 3.350 patacas, e propomo-nos elevar, no próximo ano, o montante do Subsídio para Idosos de 7.500 patacas para 8.000 patacas.

O valor do índice mínimo de subsistência será ajustado em Janeiro do próximo ano, de acordo com o mecanismo de avaliação, passando das 3.920 patacas para 4.050 patacas.

Propomo-nos atribuir às famílias beneficiárias do subsídio do apoio financeiro uma prestação adicional única, de valor correspondente ao montante total do subsídio. O Governo continuará a atribuir os apoios especiais e o subsídio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável. Irá, ainda, integrar o Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo nos serviços regulares, aumentando o valor do orçamento diário das actuais 38 patacas para 40 patacas, com vista a reforçar o apoio às pessoas com baixos rendimentos.

O carinho e o apoio às pessoas portadoras de deficiência são responsabilidades assumidas em conjunto pelo Governo e pela sociedade, razão pela qual o Governo tem procurado melhorar a vida dos portadores de deficiência através de diferentes meios. No próximo ano, propomo-nos elevar o valor do Subsídio de invalidez normal de 7.500 patacas para 8.000 patacas, e o valor do Subsídio de invalidez especial de 15.000 patacas para 16.000 patacas. Iremos, também, manter a atribuição do Subsídio Provisório de Invalidez, bem como, equacionar a sua transformação numa medida permanente. Com vista a apoiar os deficientes na procura de emprego, pretendemos dar um benefício fiscal às empresas que empreguem trabalhadores deficientes, que consiste na concessão de uma dedução extraordinária ao rendimento colectável respeitante ao imposto complementar de rendimentos, no valor de 72.000 patacas por ano por cada um desses indivíduos contratados. Simultaneamente, iremos estudar a implementação de um regime de atribuição de um subsídio complementar aos rendimentos de trabalho aos indivíduos portadores de deficiência qualificados que sejam trabalhadores por conta de outrem. Na sequência da implementação do Plano Decenal para os Serviços de Reabilitação de 2016 a 2025, no próximo ano o Governo irá promover a cooperação interdepartamental, dando acompanhamento à execução do plano de acção.

Será implementada a dedução progressiva de renda às famílias arrendatárias de habitações sociais e mantido o plano provisório de atribuição de abono de residência aos agregados familiares que se encontrem na lista de espera de habitação social.

Para além de implementar o salário mínimo em alguns sectores, o Governo dará continuidade à concessão da subvenção de rendimentos, até ao montante de 5.000 patacas, aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, e com baixos rendimentos. Continuaremos a dinamizar o Projecto de Serviço sobre Vida Positiva e o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego, e serão reforçados os serviços de colocação profissional e de visita de apoio domiciliário, o que contribuirá para a elevação do nível de independência dos indivíduos em situação vulnerável.

Iremos reforçar o apoio aos estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas. Propomo-nos elevar o montante do “subsídio de alimentação” de 3.200 patacas para 3.400 patacas e o montante do “subsídio para aquisição de material escolar” de 2.100 patacas e 2.700 patacas para 2.200 patacas e 2.900 patacas, respectivamente.

Daremos continuidade ao Regime do Subsídio para a Aquisição de Manuais Escolares, mantendo os valores em 3.000 patacas, para cada estudante do ensino secundário, em 2.600 patacas, para cada estudante do ensino primário, e em 2.000 patacas, para cada estudante do ensino infantil.

Continuaremos a conceder o subsídio para aquisição de material escolar, no montante de 3.000 patacas, aos estudantes de Macau que estejam a frequentar cursos de ensino superior e de pós-graduação.

Será dada continuidade ao Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, com a duração de três anos. O Governo irá proceder à avaliação dos resultados obtidos, e reforçar o apoio aos residentes na obtenção de credenciação profissional ou na participação em exames de qualificação profissional.

Pretendemos, também, manter o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde para cada residente permanente de Macau com o valor de 600 patacas. Daremos, ainda, continuidade à atribuição da subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante de 200 patacas por mês por cada unidade habitacional.

Com a aplicação das subvenções e participações acima mencionadas, o Governo prevê despesas na ordem dos 11.707 milhões de patacas.

No próximo ano, continuarão a ser adoptadas medidas de redução e isenção fiscal, designadamente a manutenção do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar de rendimentos, o qual foi já elevado para 600.000 patacas; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa da inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguro, incluindo o seguro de vida e do imposto do selo sobre as operações bancárias; a isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais; a isenção do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a isenção da contribuição predial urbana para residentes de Macau até 3.500 patacas; a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel (aplicada apenas a unidades habitacionais) até 3 milhões de patacas do valor da propriedade.

No próximo ano, será mantida a redução de 30% no imposto profissional da população activa, com o limite de isenção em 144.000 patacas. O Governo prorrogará a medida de devolução de 60% do imposto profissional referente ao corrente ano aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, com o limite máximo de devolução de 12.000 patacas, a ter lugar em 2017.

Com a aplicação das referidas medidas de isenção e redução de taxas e impostos e de devolução de imposto, o Governo da RAEM deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 2.428 milhões de patacas.

(2) Aceleração da construção do sistema de segurança social

O sistema de segurança social abrange três áreas: o fundo de segurança social, a assistência social e os benefícios sociais. O Governo irá acelerar a construção do mecanismo

eficiente de longo prazo para um sistema de segurança social abrangente e com múltiplos suportes.

No âmbito do fundo de segurança social, iremos promover, de forma empenhada, a construção do regime de segurança social de dois níveis.

No próximo ano, o Regime de Previdência Central não obrigatório entrará em processo legislativo e será dado início à elaboração do regulamento administrativo complementar.

O Governo irá cumprir a promessa de injectar, entre 2013 e 2016, uma verba total de 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social, no sentido de assegurar o funcionamento sustentável do regime de segurança social. Procuramos sempre adoptar uma gestão de recursos activa, mas cuidadosa, apoiando o Fundo de Segurança Social no aumento dos montantes de diversas regalias e subsídios, nestes últimos anos. No próximo ano, o Governo irá desenvolver, de melhor forma, os trabalhos de coordenação relativos ao aumento do valor das contribuições para o Fundo de Segurança Social, procurando concluí-los o mais rápido possível.

No âmbito do apoio social, empenharemos esforços na prestação de apoio aos cidadãos mais carenciados, no reforço da coordenação interdepartamental para a implementação de medidas de apoio, e na consolidação do mecanismo de apoio social para abranger o maior número possível de carenciados.

Os idosos são a riqueza da sociedade. Devemos proporcionar carinho aos idosos e assegurar-lhes uma vida segura, saudável e digna. Isso constitui não apenas uma das responsabilidades que a família, o Governo e a sociedade devem assumir, como também uma das tradições chinesas de excelência que devemos preservar. No próximo ano, a proposta do “Regime jurídico dos direitos e garantias dos idosos” entrará em processo legislativo e será implementado o Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2016–2025). Além disso, será criado o Grupo Director Interdepartamental do Mecanismo de Protecção dos Idosos da RAEM, a fim de obter maiores sinergias no processo de implementação de medidas. Pretendemos implementar medidas de incentivo à prestação domiciliária de cuidados aos idosos, impulsionar a organização de cursos de formação na prestação domiciliária de cuidados a idosos, promover a construção da rede de apoio a cuidadores de idosos, aumentar os serviços de apoio a idosos, e reforçar a prestação de apoio aos idosos no âmbito da família e dos serviços comunitários.

No âmbito dos serviços sociais, o Governo, em estreita cooperação com as associações civis, lançou novos regimes de apoio financeiro, e pretende implementar uma “rede de serviços de apoio a famílias em risco”, para promover serviços mais diversificados.

O Governo, atento ao aumento da procura de creches no último ano, pretende tomar medidas diversificadas para aumentar o número de vagas nas creches. Prevê-se que o número de vagas nas creches seja aumentado para mais de 10.000 no próximo ano, podendo, assim, servir cerca de 90% das crianças de 2 anos.

Será efectuada uma revisão completa da “Lei de bases da política familiar” no sentido da promoção da harmonia familiar. Em conjugação de esforços de toda a sociedade, iremos impulsionar a construção de “famílias harmoniosas” e de uma “comunidade harmoniosa”.

Pretendemos acelerar o aperfeiçoamento de instalações de serviços sociais, e prevê-se que um total de 18 unidades de instalações de serviços sociais, orçamentadas em cerca de 280 milhões, entrará sucessivamente em funcionamento a partir do corrente ano até ao final do próximo ano. Além disso, também está planeada a reserva de terrenos nos Novos Aterros Urbanos para a construção de instalações complementares de serviços sociais. Daremos continuidade ao reforço da formação de recursos humanos, e esforçar-nos-emos para que a proposta do “Regime de credenciação e inscrição para o exercício de funções de assistente social” entre em processo legislativo no próximo ano.

(3) Habitação para todos, bem-estar para todos

O Governo está empenhado na alocação racional de recursos públicos, na aceleração da construção de habitações públicas, e na promoção da continuidade do equilíbrio entre as habitações públicas e o mercado imobiliário privado, de modo a que seja materializada a meta governativa “habitação para todos, bem-estar para todos”.

No próximo ano, o Governo irá iniciar a elaboração do plano director urbanístico, com vista a definir a natureza, a dimensão e a orientação de desenvolvimento da cidade de Macau. O Conselho para a Renovação Urbana, que será criado em breve, irá estudar a promoção de reordenamento dos bairros antigos, com base no conceito de renovação urbana, permitindo, assim, que o ambiente urbano seja melhorado de forma faseada, programada e por zonas.

Daremos continuidade ao aperfeiçoamento da construção e da fiscalização das obras de habitação pública, bem como ao reforço dos trabalhos relativos à atribuição e gestão de habitações públicas. De acordo com a revisão da “Lei da habitação económica”, passou a ser aplicado o regime de apreciação precedida de sorteio, com base no qual foi concluída a apreciação substancial para se proceder à atribuição de fracções, de acordo com a lista de ordenação. Para além disso, a consulta pública sobre a Revisão do Regime Jurídico de Habitação Social está concluída. O estudo sobre a viabilidade de um novo tipo de habitação pública será concluído até ao final do corrente ano, e o Governo tomará uma decisão sobre esta matéria.

O Governo envidará todos os esforços para aumentar a reserva de terrenos destinada à construção de habitações públicas, incluindo, designadamente terrenos situados nos Novos Aterros Urbanos, Ilha Verde, Fai Chi Kei, Zona Norte e Taipa. Está a ser faseadamente planeada uma reserva de cinco lotes de terreno que poderá proporcionar mais de 4000 fracções.

O Governo, atento às aspirações dos cidadãos sobre a política de habitação pública, está empenhado na procura de terrenos. Para além dos 22 terrenos cuja concessão foi

declarada caduca, existem ainda casos que se encontram em fase de análise. Os terrenos não aproveitados, desde que recuperados com sucesso no futuro, serão prioritariamente aproveitados para a construção de habitações públicas.

Devido à questão relacionada com o fornecimento de areia e em articulação com as obras da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, as obras de aterro na Zona A dos Novos Aterros poderão eventualmente vir a ser adiadas. Apesar disso, o Governo irá adoptar soluções para fazer face aos desafios, existentes ou que venham a surgir e para acelerar o planeamento das diversas instalações públicas. Prevê-se que possam ser oferecidas cerca de 28.000 fracções de habitação pública na Zona A dos Novos Aterros Urbanos.

O Governo, atento à situação de oferta e procura no mercado imobiliário, irá acelerar o processo de apreciação de projectos de habitações privadas e adoptar, oportunamente, medidas eficazes para assegurar o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

(4) Elevação do nível de saúde da população

O Governo, imbuído do princípio governativo “Tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, irá implementar, com a maior brevidade, o “Projecto de Melhoramento das Infra-Estruturas do Sistema de Saúde”. As obras das diversas instalações do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas estão a ser sucessivamente executadas. Este ano, serão concluídas ou entrarão em funcionamento várias instalações, umas construídas de raiz e outras que sofreram obras de ampliação, nomeadamente o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo, localizado no Edifício do Lago, o Centro Clínico de Saúde Pública de Coloane e o Posto de Saúde de Coloane.

O Governo irá introduzir o conceito da iniciativa da Organização Mundial de Saúde “idosos com vitalidade”, maximizando o efeito da estratégia “fomentar a saúde, incentivar a participação e promover a garantia social”, permitindo, assim, a elevação contínua da qualidade de vida da população. Pretendemos implementar novos serviços de cuidados de saúde para os idosos nos centros de saúde. Será reforçada a cooperação com as instituições médicas sem fins lucrativos, com vista ao alargamento da prestação de serviços de cuidados de saúde. Prolongámos o horário de funcionamento do hospital público e de centros de saúde, e aumentámos as informações relativas aos serviços de saúde. O Governo, atento aos trabalhos de prevenção de doenças crónicas, irá desenvolver o programa piloto sobre o rastreio da saúde da população. A proposta de alteração ao “Regime de prevenção e controlo do tabagismo” já foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

Iremos reforçar o investimento de recursos na formação de médicos de clínica geral e de médicos especialistas. Será estudada a implementação de um mecanismo de desenvolvimento profissional contínuo para os profissionais de saúde e iremos aperfeiçoar o regime de protecção dos profissionais de saúde da linha da frente. O Governo dará continuidade à optimização da gestão científica para promover o desenvolvimento contínuo do sector da saúde de Macau.

O Centro de Cooperação de Medicina Tradicional da Organização Mundial da Saúde, criado este ano, está empenhado em promover não apenas a integração da medicina tradicional no sistema dos serviços de cuidados de saúde primários, como também a elevação da qualidade e da segurança da medicina tradicional.

Iremos reforçar a generalização do desporto para todos e promover a expansão de espaços desportivos. Daremos prioridade ao estímulo da participação em actividades desportivas junto das crianças e dos jovens. Proporcionaremos incentivos às associações desportivas para a preparação de jovens quadros atletas, com vista ao desenvolvimento contínuo do desporto de rendimento.

(5) Promoção do desenvolvimento educativo e da formação de talentos

O Governo, firme na implementação dos princípios “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “construir Macau através da formação de talentos”, irá promover o aperfeiçoamento dos regimes e planeamentos nesse âmbito, com um maior investimento de recursos, no sentido da elevação da qualidade e da competitividade dos cidadãos.

No próximo ano, será concluída a avaliação intercalar do Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior de Macau (2011-2020), e o Governo envidará esforços para a elevação do nível e da eficácia do investimento educativo. O Governo continuará empenhado no aperfeiçoamento do ensino especial e do ensino técnico-profissional, na implementação eficaz da reforma de currículos, no reforço da formação de docentes e na optimização da educação contínua.

O ambiente pedagógico constitui o critério de relevância para a avaliação da qualidade de ensino. As escolas que funcionam nos pódios dos edifícios já deixaram de satisfazer as exigências da modernização pedagógica, prejudicando, assim, o crescimento dos alunos. O Governo pretende coordenar planos de curto, médio e longo prazo, com ênfase na alocação de recursos educativos, para que a situação destas escolas seja resolvida de forma programada, permitindo, assim, a redução faseada do número deste tipo de escolas.

No âmbito do ensino superior, a proposta de revisão do “Regime do ensino superior” já foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa. Serão elaborados vários diplomas complementares, designadamente sobre o Fundo do Ensino Superior e o Regulamento do Ensino Superior. Será também lançado o “Teste piloto da avaliação dos novos cursos”, proporcionando, assim, alicerces para a implementação do Regime da Avaliação do Ensino Superior. Além disso, iremos impulsionar o desenvolvimento integrado entre as sinergias da indústria, da pedagogia e da investigação científica no âmbito do ensino superior.

Os jovens são a esperança da sociedade. Devemos criar melhores condições para o crescimento e o desenvolvimento dos jovens, permitindo, assim, a formação de uma geração jovem, imbuída do espírito de perseverança, competitiva e com sentido de responsabilidade. Será dada continuidade à implementação de diversas medidas e planos integrantes da

Política de Juventude de Macau (2012-2020). O Governo, tendo por base os trabalhos de formação juvenil actualmente desenvolvidos pelas diversas associações civis, irá lançar o “Programa de mil talentos”, seleccionando-se, anualmente, mil talentos para participarem em actividades de intercâmbio a realizar no Interior da China.

O Governo empenhará esforços na intensificação de acções relativas à generalização da ciência, bem como na formação de investigadores científicos, em prol do desenvolvimento contínuo da ciência e da tecnologia em Macau. Será desenvolvido o “Plano de preparação de jovens de excelência nas áreas científica e tecnológica”, com vista a estimular a capacidade criativa e de inovação dos alunos.

Os talentos são a chave para o desenvolvimento social. O reforço da formação, a reserva e o aproveitamento dos quadros qualificados são fundamentais para assegurar um futuro brilhante para Macau. O Governo já estabeleceu relações de cooperação com vários estabelecimentos educativos, de renome, do Interior da China e do Exterior, e celebrou acordos de cooperação com a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), proporcionando, assim, mais oportunidades aos alunos de excelência de Macau para o prosseguimento de estudos, a frequência de cursos de formação e de estágios no Exterior:

Iremos promover o reforço da formação de talentos bilingues em chinês e português, organizar periodicamente actividades de cooperação entre as instituições de ensino superior de Macau e as de Portugal, e estudar a concessão de um subsídio próprio para apoiar a formação de talentos qualificados e a cooperação na investigação pedagógica, a fim de transformar Macau numa base de formação de talentos bilingues em chinês e português.

Atendendo às características do desenvolvimento económico, e porque estamos empenhados em tomar conhecimento da situação da procura de talentos em todos os sectores, pretendemos promover a investigação sobre a situação actual e para os próximos três a seis anos, relativamente à procura de talentos, em termos de indústrias e de categorias profissionais, permitindo, assim, uma análise da exacta situação de insuficiência de talentos, bem como um estudo sobre o espaço para a ascensão profissional dos residentes de Macau. Além disso, será reforçada a cooperação com as empresas em vários aspectos, designadamente através de acções promocionais relativas às indústrias e profissões emergentes, e do desenvolvimento do “Quadro de cooperação entre o governo e as empresas na formação profissional e na promoção da certificação dos quadros”, com vista à formação de quadros técnico-profissionais para todos os sectores, através dum sistema de três-em-um, caracterizado por abranger a formação, a certificação e a colocação de quadros. Será, também, dada continuidade à construção de regimes de acreditação profissional, com ênfase na promoção de regimes de credenciação de profissionais de saúde e de assistentes sociais, durante o próximo ano. Além disso, tendo como referência as políticas de estímulo ao regresso de talentos, implementadas por outros países e regiões, iremos estudar medidas privilegiadas para estimular o regresso a Macau de talentos residentes no Exterior.

2. Impulsionamento da diversificação adequada da economia

Actualmente, o desenvolvimento económico de Macau está a enfrentar grandes desafios, contudo, graças às nossas bases sólidas, que se traduzem na existência de um sólido saldo financeiro e uma forte capacidade de superar as adversidades, é-nos possível manter a estabilidade da economia e do mercado de emprego.

Influenciado pelo ambiente incerto na economia regional, o sector do jogo de Macau registou um ajustamento contínuo. Nos primeiros dez meses de 2015, as receitas brutas do jogo apresentaram um valor de 196,07 mil milhões de patacas, correspondendo a uma redução de 35,5% em comparação com o período homólogo do ano anterior.

Quanto às perspectivas da conjuntura da economia de 2016, a procura externa será mantida em desaceleração, existindo ainda riscos de degradação na economia mundial, a estrutura das nossas indústrias irá sofrer uma pressão de ajustamento ainda maior. No entanto, as indústrias não associadas ao jogo podem constituir um factor dinâmico para a manutenção da estabilidade da economia. Por outro lado, o Governo da RAEM irá acelerar o estudo sobre a criação do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento da RAEM.

O Governo está empenhado na construção de “Um Centro, Uma Plataforma”, aproveitando melhor as oportunidades da implementação do 13.º Plano Quinquenal Nacional, da construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e do desenvolvimento das zonas-piloto do comércio livre no Interior da China, valorizando o papel e as funções da RAEM no desenvolvimento da economia e na abertura ao exterior do País, para criar mais condições favoráveis à dinamização do desenvolvimento económico de Macau.

(1) Valorização do desenvolvimento saudável do sector do jogo

Continuaremos a reforçar a fiscalização do sector do jogo e a aperfeiçoar os respectivos diplomas legais. O Governo iniciou, no corrente ano, o estudo sobre a revisão intercalar da indústria do jogo, avaliando o cumprimento dos contratos de concessão para a exploração dos jogos de fortuna ou azar em casino, procedendo a uma análise quer do sector do jogo, nomeadamente a sua influência na economia do território, no ambiente de negócios das PME, na sociedade e na vida da população, quer das sinergias entre o sector do jogo e as componentes não associadas ao jogo, assim como das actividades dos promotores e a sua situação actual desde a liberalização do sector do jogo. Iremos regulamentar a exploração dos promotores, prevenindo e reprimindo as ilegalidades do sector do jogo. Neste sentido, a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos já emitiu, em Outubro passado, instruções internas destinadas a todos os promotores, com vista a aperfeiçoar o respectivo regime de fiscalização, promovendo o desenvolvimento saudável desta actividade. Simultaneamente, iremos analisar oportunamente a exploração e o funcionamento das salas VIP, assim como iremos estudar o reforço da sua fiscalização, por forma a facilitar o desenvolvimento do sector do jogo a longo prazo.

Iremos estimular as operadoras do jogo a desenvolverem empreendimentos turísticos de grande envergadura e incentivá-las a apostarem no turismo de lazer, fortalecendo assim a competitividade global dessa indústria. Esforçar-nos-emos na promoção do jogo responsável, solicitando às operadoras do jogo a assunção das suas responsabilidades sociais, a salvaguarda do acesso ao emprego dos residentes locais e a aquisição de mais produtos e serviços locais.

(2) Aprofundamento da construção da cidade mundial de turismo

Macau é classificada como um exemplo excelente de uma cidade de turismo pela Organização Mundial de Turismo da ONU, sendo também reconhecida a sua diversidade turística. Ao mesmo tempo, Macau foi ainda classificada por uma famosa revista de turismo como o “Melhor destino de turismo e lazer de 2015”.

O Governo continuará a aproveitar as vantagens de Macau nos aspectos da história, cultura, lazer e divertimento, a melhorar as instalações turísticas, a explorar mais meios para formar guias turísticos multi-linguísticos, a procurar mais fontes de turistas internacionais, a incentivar mais turistas a visitar o “Centro Histórico de Macau”, e a explorar novas rotas turísticas “multi-destinos”.

Iremos promover o turismo de lazer de Macau numa direcção mais diversificada e sofisticada, permitindo aos turistas ter uma memorável experiência de lazer. Daremos continuidade aos estudos e à avaliação sobre a capacidade de recepção turística e a capacidade de carga turística da cidade, nomeadamente a tomada de medidas de controlo de fluxos de pessoas durante períodos festivos, para assegurar a segurança de deslocações dos residentes e turistas. Iremos ainda aperfeiçoar as estatísticas da conta satélite do turismo para reflectir duma forma mais global e correcta o desenvolvimento do sector do turismo.

(3) Fomento das indústrias emergentes e apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs)

O Governo irá acelerar o processo de diversificação adequada da economia, fomentando o desenvolvimento dos sectores das convenções e exposições, das actividades culturais e criativas e da medicina tradicional chinesa, e irá concluir a elaboração do sistema de indicadores estatísticos para essas actividades emergentes.

O progresso do desenvolvimento do sector das convenções e exposições é muito notório, produzindo gradualmente efeitos de força matriz para outras actividades. Segundo o relatório divulgado pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI), Macau foi o mercado de exposições com melhor desempenho na região asiática em 2014, tendo esse resultado sido reconhecido internacionalmente. No próximo ano, será realizado o “Estudo sobre o Plano de Desenvolvimento de Convenções e Exposições de Macau”, que servirá de base para a definição de políticas e de rumo para o desenvolvimento futuro do referido sector.

O Governo já lançou uma série de medidas de apoio ao desenvolvimento das indústrias culturais e através da cooperação interdepartamental irá aperfeiçoar as diversas políticas, estudar a implementação do “regime de prémio para as indústrias culturais” e estabelecer uma plataforma de informações, com o objectivo de aumentar as potencialidades do sector das indústrias culturais de Macau.

Iremos intensificar a cooperação entre o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa Guangdong e Macau e os Laboratórios de Referência do Estado, acelerando a construção das instalações do Parque e a concretização dos projectos de desenvolvimento, em cooperação com duas empresas de qualidade e de renome da China. No próximo ano, o Parque Industrial irá desenvolver projectos-piloto, em cooperação com um ou dois países lusófonos, nomeadamente nos domínios de registos internacionais e de serviços e comércio.

As PME's constituem parte significativa da economia de Macau. Para dar resposta à tendência de ajustamento da economia, e elevar o dinamismo económico, daremos continuidade à implementação do plano de apoio às pequenas e médias empresas, aumentando o montante máximo da garantia do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas, de 5 para 7 milhões de patacas. Proporcionaremos às empresas beneficiárias do “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas” que tenham reembolsado integralmente os subsídios anteriormente concedidos, oportunidades de acesso, pela 2.^a vez, à atribuição do referido apoio com o limite máximo de 600.000 patacas, no sentido de elevar a sua capacidade de exploração sustentada. Iremos também lançar uma versão mais aperfeiçoada do plano de “prestação de serviços *in-loco*”, criar “assistentes de ligação empresarial”, implementar, em pleno, o projecto “Entrar nas PME's”, promover activamente a captação de negócios e investimento, manter o investimento público de envergadura adequada, e promover a criação de mais oportunidades de emprego. Iremos ainda solicitar às operadoras de jogo que procedam a um aumento do investimento nas componentes não associadas ao jogo, encorajando-as a promover um desenvolvimento conjunto e harmonioso com as pequenas e médias empresas.

Daremos maior apoio à realização de actividades de consumo nos bairros comunitários e iremos criar o Grupo de Estudo do Desenvolvimento da Economia Comunitária, destinado a impulsionar, em conjunto com as associações industriais e comerciais das diferentes zonas do território, a promoção do desenvolvimento da economia comunitária. Iremos ajudar os estabelecimentos tradicionais, com características próprias para exploração de novas oportunidades de negócio. Para apoiar o desenvolvimento de produtos e serviços “Made in Macau” e “criados em Macau”, no corrente ano o Governo estabeleceu, na avaliação de propostas relativas à aquisição pública de bens e serviços, critérios de preferência ligados aos produtos e serviços locais.

Para diminuir os riscos das actividades comerciais das PME's, será concretizada a criação do regime de seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias.

O Governo empenhar-se-á no seu papel de direcção, apoio e estímulo à qualificação dos jovens empreendedores. Após a criação oficial, no corrente ano, do Centro de Incubação de Negócios para Jovens (CINJ), é prestado apoio em diversas vertentes aos jovens empreendedores. No próximo ano, o Governo irá lançar um plano de criatividade e empreendedorismo juvenil com o tema ligado à *internet*, e estudar o alargamento do âmbito do apoio do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores às três áreas de comércio livre em Guangdong, incentivando, desta maneira, a participação dos jovens na cooperação regional.

(4) Protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores residentes

A protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores residentes é sempre uma das preocupações prioritárias do Governo, e por esta razão também é importante a promoção da sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Através de acções de formação específicas, iremos apoiar os trabalhadores locais no acesso ao emprego ou na sua reconversão profissional, com vista a manter a estabilidade laboral. Iremos encorajar os empregadores, nomeadamente as grandes empresas, a actualizarem a remuneração dos empregados, para garantir a estabilidade dos seus recursos humanos.

Este ano, foi publicado o “Regime de garantia de créditos laborais”; foi alterado o regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais; foi aumentado para 20.000 patacas o montante máximo da remuneração de base mensal utilizado para o cálculo da indemnização na resolução sem justa causa por iniciativa do empregador; foi fixado o salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial e, no prazo de três anos contados a partir da entrada em vigor da respectiva lei, será implementado o salário mínimo em todos os sectores.

No próximo ano, o Governo irá proceder à revisão e ao aperfeiçoamento da “Lei das relações de trabalho”, incluindo a alteração da legislação no sentido da criação da licença de paternidade remunerada e da resolução dos problemas derivados da coincidência de feriados com dias de descanso, sábados ou domingos; irá aperfeiçoar a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, através de uma cooperação mais estreita entre os serviços competentes, optimizando e implementando escrupulosamente o mecanismo de substituição de trabalhadores não residentes; irá acompanhar a elaboração da proposta de “Lei das relações de trabalho a tempo parcial”, aperfeiçoando a fiscalização das agências de emprego e do mercado de trabalhadores domésticos estrangeiros; irá reforçar a promoção, a execução da lei e a gestão sobre segurança ocupacional, a fim de proteger a segurança pessoal e a saúde dos trabalhadores.

(5) Estreitamento da cooperação regional

Atento à tendência trans-regional e diversificada na cooperação regional, o Governo da RAEM irá continuar a prosseguir os conceitos de macro-cultura e de macro-conjuntura para ampliar a plataforma de serviços para a cooperação diversificada entre a China e os países de língua portuguesa, integrando outras áreas para além da de comércio e dos

serviços, divulgando de forma articulada e intercomunitária as informações obtidas através da cooperação, concretizando o desenvolvimento conjunto em benefícios mútuos.

Iremos dinamizar a construção de “Uma Plataforma” e dos “três centros”, disponibilizando pessoal e grupos de trabalho específicos na Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim e na Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa para acompanhar as respectivas acções, impulsionando em conjunto os efeitos de “Uma Plataforma”; iremos colaborar activamente com o Ministério do Comércio e o Secretariado Permanente do Fórum de Macau para assegurar a preparação da 5.ª Conferência Ministerial do próximo ano.

Aproveitando as vantagens da participação na construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, iremos estreitar o intercâmbio e a cooperação com os países do sudeste asiático, os países de língua portuguesa e os países latinos, reforçando assim a interacção e o contacto a nível internacional.

Iremos avaliar, com diligência, o grau da concretização do posicionamento do desenvolvimento de Macau definido no 12.º Plano Quinquenal Nacional, no sentido de ponderar de forma global e valorizar o papel da RAEM e as suas vantagens no 13.º Plano Quinquenal Nacional, promovendo desta forma um desenvolvimento sócio-económico harmonioso.

O Governo irá maximizar a eficiência das políticas e medidas preferenciais, nomeadamente o Acordo CEPA, e inovar o modelo de cooperação entre Guangdong e Macau, bem como concretizar os objectivos do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”. Será impulsionada a liberalização do serviço e comércio entre Guangdong e Macau, procurando a criação de mais condições favoráveis tanto ao desenvolvimento das PME, como ao dos profissionais e dos jovens de Macau.

Dando cumprimento rigoroso ao Regime Jurídico da Reserva Financeira, e com base no princípio basilar “segurança, efectividade e estabilidade”, será promovida de forma estável a utilização de uma parte da reserva financeira para participar em financiamentos de projectos de investimento de Guangdong, Fujian e do Banco de Desenvolvimento da China, com vista a garantir e a valorizar o capital da reserva financeira da RAEM.

Continuaremos a impulsionar a construção das infraestruturas transfronteiriças, nomeadamente a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e o novo acesso entre Macau e Guangdong, promovendo o aperfeiçoamento do modelo de circulação transfronteiriça e facilidades alfandegárias. Será promovida a cooperação na área relacionada com a vida da população, elevando a qualidade de vida dos residentes, aproveitando a cooperação regional.

Iremos continuar a aprofundar a cooperação com o Grande Delta do Rio das Pérolas, com a Província de Fujian e com Pequim, bem como a melhorar constantemente

o mecanismo de comunicação entre Hong Kong e Macau e a actividade da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan.

3. Construção de uma cidade com condições ideais de vida

Macau possui ricos recursos históricos, culturais e turísticos. Paralelamente ao desenvolvimento da indústria do turismo, iremos melhorar constantemente as condições nos âmbitos da cultura, transportes, segurança pública, protecção ambiental e da saúde, para que Macau seja uma cidade com condições ideais de vida.

Iremos iniciar estudos sobre um plano para o desenvolvimento da nova era de megadados para que Macau passe a ser uma cidade inteligente. O Governo irá apoiar os serviços públicos e os sectores da sociedade na aplicação de novas tecnologias, no sentido de elevar a eficiência da Administração Pública, melhorar a qualidade da vida dos residentes, aperfeiçoar o ambiente de negócios das PME e promover a valorização industrial.

(1) Aperfeiçoamento do ambiente urbano

Atendendo ao desenvolvimento da sociedade e à evolução da conjuntura interna e externa, iremos reforçar a cooperação regional, intensificar a cooperação entre as forças de segurança e a população e formar uma equipa de elevada qualidade e eficiência, empenhada no aprofundamento do uso das tecnologias para intensificar o policiamento. Iremos prevenir e combater diferentes tipos de crimes, elevar a capacidade de resposta do mecanismo interdepartamental para o tratamento do risco com medidas preventivas, e responder oportunamente a todos os incidentes públicos imprevistos, assegurando, com todos os meios, a segurança pública da RAEM.

Em observância das instruções da Organização Mundial da Saúde, continuaremos a melhorar a nossa actuação no âmbito da vigilância de doenças transmissíveis, do armazenamento de medicamentos, na construção de instalações e na realização de simulacros periódicos, e manteremos estreito contacto, aperfeiçoando o mecanismo de comunicação, com as regiões vizinhas, procurando, com todos os meios ao nosso alcance, proteger a saúde e a segurança da população.

Tendo por base os padrões de segurança alimentar reconhecidos internacionalmente, iremos intensificar as acções de supervisão e inspecção e alargar o leque de alimentos sujeitos a inspecção ou a recolha de amostras para análise. No próximo ano, serão lançados 4 novos critérios de segurança alimentar e intensificadas as acções de combate à produção ilegal ou ao contrabando de alimentos, de modo a assegurar a segurança alimentar em Macau. Iremos adoptar medidas eficazes para salvaguardar a segurança em termos de habitação, transporte, abastecimento de água e electricidade, e de rede de telecomunicações, aperfeiçoando o sistema de aviso meteorológico e a capacidade de drenagem das redes de esgotos e dando a maior atenção aos efeitos dos tufões e das cheias na cidade.

No que respeita aos serviços da rede de telecomunicação, as entidades licenciadas irão disponibilizar, no próximo ano, os serviços 4G em todo o território.

Nos últimos anos, o trânsito tem sido uma das preocupações dos residentes de Macau, afectando não só a eficiência das deslocações mas também a segurança rodoviária e o ambiente. O Governo da RAEM irá rever globalmente as estratégias de trânsito e transportes, adoptando activamente medidas de “primazia dos transportes públicos”, “controlo do número de veículos”, “reordenamento do sistema rodoviário” e “promoção das deslocações a pé”.

Iremos prosseguir o princípio da “primazia dos transportes públicos”, aperfeiçoar e alargar a rede de carreiras de autocarros, iniciando-se no próximo ano os trabalhos para a implementação experimental do corredor exclusivo para transportes públicos que se estende entre a Barra e a Doca Lam Mau, em horários determinados.

Nos últimos anos, a economia de Macau desenvolveu-se rapidamente e o congestionamento do trânsito tem vindo a agravar-se substancialmente. No âmbito da política geral de trânsito e transportes, iremos propor o aumento do imposto sobre veículos motorizados, elevando assim o valor de aquisição de veículos, o que contribuirá para o controlo do crescimento do respectivo número. Iremos ainda propor o cancelamento da isenção de imposto sobre veículos para uso exclusivo na actividade de turismo, rever a legislação para reduzir o período de tempo de inspecção obrigatória dos veículos em uso e definir os critérios de emissão de gases de escape e as medidas de controlo. O novo centro de inspecção de automóveis irá entrar em funcionamento no 2.º trimestre de 2016 para responder às futuras necessidades de inspecção.

Continuaremos a combater as infracções relacionadas com os taxistas na defesa da imagem de Macau como uma cidade de turismo. Nos finais de 2015, haverá 1.420 táxis em Macau. Com a emissão, no próximo ano, de 250 alvarás de licenças para a exploração da indústria do transporte de passageiros em táxis, com o concurso público realizado para a concessão de 100 licenças especiais de táxi, e com o termo de 170 licenças de táxis, o número de táxis atingirá 1.600 nos finais de 2016.

Iremos melhorar o ambiente de deslocação dos residentes e criar espaços sem barreiras nos passeios. No próximo ano, daremos continuidade à construção da rede pedonal de ligação entre a zona do NAPE e do ZAPE e a zona da Guia e da Horta e Costa.

O Governo pretende rescindir com a maior brevidade o contrato celebrado com o empreiteiro em relação à obra do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, e reiniciar, com a brevidade possível, as respectivas obras de construção. No próximo ano, serão concluídas as obras de construção da estrutura das 11 estações do Metro Ligeiro na Taipa, e reabertos gradualmente à população todos os espaços rodoviários vedados durante as obras. Para aliviar a pressão do trânsito que circula entre Macau e a Taipa, o Governo já deu início à preparação da extensão do serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra,

procurando iniciar o mais breve possível os respectivos trabalhos de construção. Por outro lado, com a inauguração do projecto da habitação pública de Seac Pai Van, e tendo em conta a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, prevê-se um aumento da procura de transportes públicos nessa área. Deste modo, já estão em curso estudos sobre a viabilidade da Linha de Seac Pai Van, na sequência de auscultação pública. No que respeita à Linha da Península de Macau, o segmento sul será alterado, prevendo-se a sua conclusão no próximo ano. Serão iniciados estudos técnicos relativos ao Traçado Marginal do Segmento Norte que liga as Portas do Cerco e a Ponte da Amizade. Em simultâneo, tendo em consideração as necessidades de desenvolvimento da Zona A dos Novos Aterros e da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o Governo prepara-se ainda para a fase seguinte de construção.

As obras de optimização do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior estão concluídas e as instalações têm sido faseadamente reabertas. As obras de construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa serão concluídas em breve, e este entrará, gradualmente e a título experimental, em funcionamento, prevendo-se o seu pleno funcionamento no segundo semestre do próximo ano.

Após estudos de análise efectuados pelos serviços da área dos transportes e das obras públicas e pelas instituições consultadas para o efeito, está a ser ponderado que a 4.ª Ligação Macau-Taipa seja efectuada através de uma ponte. Na fase seguinte, serão elaborados vários relatórios de avaliação necessários para o início das obras.

O Governo irá rever e ajustar as estratégias no sector aéreo para satisfazer as necessidades decorrentes da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”.

A protecção ambiental tem vindo a ser uma das prioridades da acção do Governo da RAEM, que se tem sempre empenhado em proporcionar às novas gerações um ambiente sustentável e ideal para viver. O Governo irá iniciar com a brevidade possível o processo legislativo do Regime de Avaliação de Impacto Ambiental e implementar gradualmente o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau, aplicando o princípio do “poluidor-pagador” e irá estudar a viabilidade de medidas de apoio ao sector da reciclagem. No que respeita à cooperação no âmbito ambiental, o Governo celebrará, com a brevidade possível, um acordo com as autoridades do Interior da China relativo ao plano de implementação da disposição de materiais inertes resultantes de demolições e construções de Macau ao longo da área costeira do Interior da China, e dará início às obras de construção de instalações para a separação dos referidos materiais. Para resolver os problemas que os veículos abatidos causam ao nível do ambiente e da higiene pública, será implementado o projecto de depósito e transferência transfronteiriça dos veículos abatidos, no âmbito da protecção ambiental do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. Prevê-se que no próximo ano esteja concluída a construção de uma instalação para o depósito provisório dos veículos abatidos e, em simultâneo, será dado início aos trabalhos de planeamento e de construção de uma instalação permanente de pré-tratamento desses veículos.

O Governo irá promover a utilização de veículos ecológicos, designadamente de veículos eléctricos, para reduzir a poluição atmosférica. Iremos incentivar a arborização urbana tridimensional para disponibilizar mais espaços verdes na cidade.

(2) Reforço da promoção dos valores humanistas

Macau, umas das importantes escalas na antiga rota marítima da seda, tem sido desde há vários séculos um local de encontro das culturas chinesa e ocidental onde sempre coexistiram em harmonia várias etnias, religiões e culturas, e onde os macaenses e os portugueses aqui residentes têm desempenhado um papel vital na promoção do intercâmbio entre as culturas chinesa e estrangeira. Continuaremos a promover a excelente tradição de harmonia entre diferentes comunidades e da coexistência multicultural, trabalhando junto da população para a prosperidade e o progresso da sociedade.

Em 2015, por ocasião do 10.º aniversário da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial, o Governo entregou relatórios à UNESCO. No próximo ano, depois de auscultar a opinião pública, será concluída a elaboração do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau. O Governo irá ainda estudar a revitalização das moradias da zona de Mong-Há para criar mais espaços culturais, turísticos e de lazer.

Iremos valorizar o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a salvaguarda do património cultural, integrar e aproveitar os recursos públicos para explorar mais espaços de cultura e de artes, formar quadros culturais locais e fomentar o desenvolvimento das artes criativas, prestando serviços culturais qualificados aos cidadãos e elevando o nível cultural da cidade.

O Governo irá elaborar o relatório Metas do Desenvolvimento das Mulheres de Macau, fomentando uma maior participação cívica das mulheres, e irá reforçar a protecção de crianças e criar um ambiente favorável ao seu crescimento saudável. O Governo continuará a apoiar o trabalho relacionado com os assuntos dos chineses ultramarinos, agregando a força dos chineses ultramarinos de Macau e dos seus familiares; e continuará a incutir na população a virtude tradicional de amar a Pátria e amar Macau, o respeito para com os idosos, a disponibilidade para ajudar os outros, a harmonia e a tolerância, em prol de construção, em conjunto, de uma sociedade humanista.

4. Aprofundamento da reforma da Administração Pública

No próximo ano, o Governo manter-se-á firme no prosseguimento dos princípios governativos de “servir melhor os cidadãos” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”. Neste contexto, iremos nortear a nossa actuação no interesse global da RAEM, auscultando a opinião pública e fomentando uma boa interacção com a população.

O Governo empenhar-se-á no aumento da transparência da acção governativa, submetendo-a à fiscalização da sociedade e da população, e na salvaguarda, de acordo com a lei, das liberdades de imprensa, de edição e de expressão.

Iremos impulsionar gradualmente a reorganização e a integração dos organismos consultivos das diferentes áreas, alargando os canais de participação da população na definição das políticas públicas. Ao abrigo da regulamentação estabelecida pelo Governo, procederemos a um acompanhamento, de forma programada, do número de organismos consultivos em que as personalidades sociais, enquanto membros, podem desempenhar funções, bem como a duração dos seus mandatos.

O Governo dará continuidade à racionalização das estruturas e das funções da Administração Pública. Neste âmbito, serão concluídos, dentro de 2 anos, 15 projectos de ajustamento e reorganização das funções dos serviços e organismos públicos, no sentido de levar a cabo a racionalização de quadros e a simplificação administrativa. Iremos consolidar o mecanismo de coordenação entre os serviços públicos e reforçar a cooperação interdepartamental no seio do Governo, com vista a elevar a capacidade de execução das políticas.

Em conformidade com a Lei Básica de Macau e com base em estudos realizados, iremos planear a criação de um órgão municipal sem poder político, definindo uma distribuição racional de atribuições próprias de um órgão municipal e dos serviços conexos.

O Governo já elaborou o Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM 2015-2019 e procedeu, de igual modo, à análise e optimização dos procedimentos interdepartamentais de “licenciamento/licenças administrativas”. Iremos lançar mais medidas electrónicas que oferecem uma maior comodidade aos cidadãos, prevendo ser possível a marcação prévia de todos os serviços dos registos e do notariado através da *internet* em finais de 2016. Através da instituição de uma série de plataformas de serviços públicos, proporcionaremos aos cidadãos serviços de maior qualidade e conveniência.

Pautando-se pelos princípios de selecção fundamentada na competência pessoal, de meritocracia e da escolha recíproca, iremos proceder à reforma do regime de recrutamento centralizado com a implementação de um modelo uniformizado e centralizado através da realização de provas a dois níveis, como forma de elevar a qualidade e a eficiência do recrutamento, e iremos, ainda dentro deste ano, finalizar os trabalhos relacionados com a revisão do regime de “Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos”. Iremos criar um mecanismo de gestão das queixas apresentadas pelos trabalhadores dos serviços públicos. Iremos também activar a reforma dos regimes de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública, que passarão a contar, formalmente, com a apreciação por uma terceira parte no regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção, estendendo este regime a diversos níveis e áreas dos serviços públicos.

Uma equipa excelente de trabalhadores dos serviços públicos constitui uma garantia de um funcionamento eficaz da máquina administrativa. Ouvidas as opiniões e sugestões das associações de trabalhadores dos serviços públicos e da Comissão de Avaliação das

Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, o Governo propõe-se aumentar as remunerações dos trabalhadores dos serviços públicos, já no próximo mês de Janeiro, passando cada ponto do índice da tabela salarial para 81 patacas, e a respectiva proposta de lei será posteriormente entregue à Assembleia Legislativa, para efeitos de apreciação. Para além disso, é do conhecimento público terem sido lançadas no corrente ano três novas medidas de apoio financeiro, demonstrativas da solidariedade com os trabalhadores de nível inferior. No próximo ano, o Governo irá concluir a avaliação global do “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”, para criar uma base institucional para desenvolver a actualização das remunerações por categorias, concretizando assim a política de apoio aos trabalhadores dos serviços públicos de nível inferior e da linha da frente, no que concerne à melhoria, de forma mais ampla possível, as regalias dos trabalhadores dos serviços públicos de diversas categorias.

A coordenação centralizada da produção de projectos de diplomas legais permite garantir a qualidade legislativa e a sua implementação constitui uma tarefa importante do Governo da RAEM. Com efeito, o Governo irá ajustar bem as relações entre o serviço de assuntos de justiça e os serviços de execução política no âmbito da produção legislativa. Paralelamente, iremos reforçar o trabalho de coordenação entre o plano legislativo de médio e longo prazo e os planos legislativos anuais.

O Governo da RAEM continuará a apoiar, de forma empenhada, a modernização das instalações de *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, promovendo a construção das suas infra-estruturas.

Sendo o mecanismo de resolução alternativa de litígios um meio eficaz de resolução de conflitos sociais, o Governo deu já início à introdução do regime de conciliação e, de igual modo, irá proceder à revisão do regime de arbitragem, com vista à criação de um mecanismo diversificado de resolução de litígios com uma estrutura sólida, de maneira a garantir, com uma maior eficácia, a estabilidade e a harmonia social de Macau.

O Comissariado Contra a Corrupção, a par do ajustamento da sua dotação de pessoal e da elevação da eficiência da sua actuação, continuará, de forma incessante, a prevenir e combater todos os tipos de actos ilegais e a reforçar os trabalhos de cooperação na investigação de casos transfronteiriços. Irá, igualmente, proceder à análise e balanço sistemáticos do ponto de situação dos casos da provedoria de justiça, abrindo inquéritos e promovendo o aperfeiçoamento eficaz dos serviços públicos prestados, tanto ao nível de funcionamento geral dos serviços, como ao nível institucional dos mesmos. Do mesmo modo, irá promover a difusão da plataforma para apresentação de queixas *online* e do sistema comunitário íntegro para que a população em geral possa participar em conjunto na defesa da integridade e da justiça na sociedade.

O Comissariado da Auditoria irá reforçar as auditorias concomitantes aos projectos de grandes empreendimentos públicos, fortalecer as auditorias de resultados e específicas,

intensificar a amplitude e a profundidade das auditorias sistemáticas, promover junto dos serviços públicos a criação de mecanismos de controlo interno, otimizar de forma constante os recursos humanos e os circuitos de trabalho, e aumentar a capacidade de prevenção dos riscos de auditoria.

Conclusão

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Macau está a entrar numa fase importante de aceleração da construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, tendo como objectivo de longo prazo a edificação, até meados da década de 30 deste século, de uma cidade modernizada, com condições ideais de vida, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento, para viajar e de recreação a nível internacional, e como objectivo de médio prazo a obtenção de resultados efectivos e graduais, com vista a proporcionar uma base sólida para concretizar o referido objectivo de longo prazo.

A fim de levar a cabo os objectivos gizados, o Governo irá aproveitar, em pleno, as vantagens decorrentes da estabilidade da conjuntura económico-social global de Macau, manter-se-á firme nas estratégias de desenvolvimento definidas, erguerá o seu espírito inovador, persistirá no desígnio de reforma e demonstrará a sua atitude pragmática, no sentido de, juntamente com a população em geral, superar as dificuldades para se empenhar na concretização de um melhor futuro.

Pugnaremos ao máximo pela implementação dos grandiosos princípios de “um País, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, actuando em estrito cumprimento da Lei Básica de Macau. Empenhar-nos-emos numa governação de acordo com os princípios de “servir melhor os cidadãos” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”, reforçaremos a capacidade de identificação de situações de crise e o sentido de alerta para eventuais riscos, impulsionaremos a diversificação adequada da economia e melhoraremos, de forma constante, a qualidade de vida da população.

O Governo encarará, com diligência, as múltiplas dificuldades e desafios, estudando exaustivamente a raiz desses problemas, com a vista a estabelecer estratégias específicas para solucionar, com afinco, as necessidades de adequação das reais condições objectivas ao objectivo de longo prazo. Iremos enfrentar com serenidade a conjuntura decorrente da sobreposição de velhos e de novos conflitos, derivada de um ambiente complexo e mutável, quer a nível interno, quer externo.

Teremos de possuir determinação e dispor de soluções que permitam neutralizar conflitos e resolver problemas, assumiremos rigorosamente as nossas responsabilidades, actuaremos com pragmatismo e agregaremos a sabedoria e as forças da população de Macau, para resolver, de forma empenhada, as dificuldades e os problemas existentes, e promoveremos a prossecução contínua do desenvolvimento dos diferentes projectos da RAEM, de modo a demonstrar, em pleno, o privilégio e a grande vitalidade do sistema de “um País, dois sistemas”.

A experiência demonstra que quanto melhor estiver a Pátria, melhor será Macau. Teremos de conjugar as vantagens singulares e específicas de Macau com o forte apoio concedido pela Pátria, enquanto grande pilar para Macau, aproveitando ao máximo as oportunidades decorrentes da nova etapa de desenvolvimento da Pátria, no sentido

Conclusão

de aprofundar consistentemente a cooperação Guangdong-Macau e a cooperação regional, alargar o intercâmbio internacional e participar activamente na estratégia de desenvolvimento do País baseada na tese de se abrir mais ao exterior. Teremos de acelerar a construção de “Um Centro, Uma Plataforma”, como forma de estimular o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade de Macau.

No próximo ano, o Governo empenhar-se-á em dinamizar a motivação e a criatividade dos diferentes sectores, incentivando a capacidade inovadora de toda a sociedade. Será fomentado um ambiente mais propício para os jovens crescerem, reforçando a transmissão e a promoção do valor nuclear do amor pela Pátria e por Macau. Ouviremos, de modo ainda mais abrangente, as opiniões da população, reunindo sabedorias da sociedade, em prol do desenvolvimento estável da economia e do melhoramento do bem-estar da população. Iremos elevar constantemente a capacidade e o nível de governação segundo a lei, valorizando a formação de um ambiente social igualitário e justo.

Perspectivando o futuro, com o total apoio do Governo Central e em congregação de esforços conjuntos com a população, o desenvolvimento de Macau irá percorrer um caminho mais estável, mais favorável, mais célere e mais projectado para o futuro. Estamos convictos de que os anseios dos cidadãos de uma vida melhor e de um ambiente de crescimento mais próspero para as próximas gerações irão ser concretizados, neles gerando uma profunda e manifesta sensação gratificante que é a partilha por todos dos frutos resultantes dos contributos que deram para a construção conjunta da sociedade.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a esta Assembleia Legislativa, a todos os cidadãos e à equipa de trabalhadores dos serviços públicos pelo tanto que contribuíram, no ano que passou, para a execução da acção governativa, e ao Governo Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande e empenhado apoio ao desenvolvimento da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os meus agradecimentos.

Apêndice 1:

Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2016

Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2016

N.º de ordem	Designação dos diplomas
1.	Alteração ao conteúdo relativo às Carreiras Especiais da Lei n.º 14/2009 (Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos)
2.	Alteração ao Decreto-Lei n.º 66/99/M (Estatuto dos Notários Privados)
3.	Regime de Execução de Congelamento de Bens
4.	Alteração à Lei n.º 2/2006 (Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais)
5.	Alteração ao Decreto-Lei n.º 41/83/M (Lei do Enquadramento Orçamental)
6.	Regime Jurídico da Formação Médica Especializada nas Áreas Hospitalar, Medicina Geral e Saúde Pública
7.	Regime Jurídico de Garantias dos Direitos e Interesses dos Idosos
8.	Regime Jurídico de Habitação Social

Apêndice 2:

Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2016

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2016 (Domínio da Administração Pública)

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(1) Concretização da reorganização de funções				
1.	Reestruturação dos serviços públicos na área da coordenação da segurança	Dar continuidade à concretização dos trabalhos relativos à reorganização das estruturas, nomeadamente a reestruturação e fusão dos Serviços de Polícia Unitários e do Gabinete Coordenador de Segurança na área da coordenação da segurança.	2016	2016
2.	Reordenação das funções no âmbito dos assuntos cívicos e municipais e das obras públicas	Desenvolver a próxima fase dos trabalhos relativos à reordenação das funções no âmbito dos assuntos cívicos e municipais e das obras públicas, com base na conclusão da reordenação das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito do controlo do trânsito, da protecção ambiental, da cultura e do desporto.	2016	2017
3.	Revisão das funções da Direcção dos Serviços de Identificação	Rever plenamente as funções e a estrutura orgânica da Direcção dos Serviços de Identificação.	2016	2016
4.	Preparação da instalação de órgãos municipais sem poder político	Feita uma ampla consideração da razoabilidade da configuração das funções e da estrutura entre os órgãos municipais e os serviços públicos competentes e após a conclusão da proposta preliminar prevista para o 2.º semestre de 2016, efectuar-se-á a respectiva consulta pública.	2016	2017

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
5.	Optimização da estrutura e do funcionamento dos organismos de consulta	<p>1. Articular com o ponto de situação da reorganização das estruturas administrativas e das suas funções, efectuando ordenadamente a reestruturação ou integração dos organismos de consulta no âmbito das diferentes áreas políticas, nomeadamente da administração pública, justiça, indústrias comerciais, trânsito, cultura, serviços sociais e cuidados médicos.</p> <p>2. Desencadear a regulamentação sobre o mandato e a acumulação de funções dos membros dos organismos de consulta, efectuando um acompanhamento estreito no período de transição para que a nomeação desses membros corresponda gradual e plenamente às devidas exigências.</p> <p>3. Proceder à revisão do funcionamento dos organismos de consulta e do mecanismo de consulta política.</p>	2016	Acção permanente
(2) Impulso activo dos serviços electrónicos				
6.	Optimização dos procedimentos interdepartamentais relativos aos licenciamentos/licenças administrativas	<p>Numa fase inicial, serão aperfeiçoados 18 circuitos interdepartamentais em 2016, estando prevista a integração e ordenação dos circuitos de trabalho mais utilizados nos próximos dois ou três anos.</p>	2016	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
7.	Construção da Plataforma de Uniformização da Gestão e de Troca de Documentos Electrónicos ou em Suporte de Papel	Construir a Plataforma de Uniformização da Gestão e de Troca de Documentos Electrónicos ou em Suporte de Papel, de maneira a concretizar a gestão uniformizada dos documentos, o controlo dos circuitos das actividades interdepartamentais e a pesquisa dos documentos.	2016	2016
8.	Construção de uma plataforma de gestão dos serviços públicos	Construir uma plataforma de gestão dos serviços públicos para efectuar gradualmente a integração da referida plataforma no Portal do Governo, bem como nos moldes ou plataformas dos demais serviços públicos e da gestão administrativa interna.	2015	2016
9.	Ampliação das funções do Centro de Dados do Governo	<ul style="list-style-type: none"> — Ampliar as infra-estruturas em rede do Centro de Dados do Governo, de forma a dotá-lo das funções de operação da computação em nuvem. — Aperfeiçoar o regime de gestão do Centro e definir as regras de utilização do mesmo. 	2016	2017
10.	Construção de serviços personalizados seguros	Integrar e aplicar um mecanismo de identificação uniformizada, fomentar os serviços de dupla verificação e os serviços de certificação da assinatura electrónica para a geração em lote de certificados e construir serviços personalizados seguros que permitam aos cidadãos recorrer ao Portal do Governo ou a qualquer <i>site</i> dos serviços públicos para obter serviços personalizados por meio de uma conta individual.	2016	2017

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
11.	Promoção contínua do uso da "livraria electrónica da RAEM"	<p>— Proporcionar aos diversos serviços públicos uma plataforma para colocação gratuita das publicações e panfletos informativos electrónicos.</p> <p>— Elaborar e vender as publicações electrónicas dos diversos serviços públicos.</p> <p>— Produzir livros electrónicos a partir do conteúdo da legislação mais relevante e mais utilizada, mantendo a sua actualização.</p>	2016	Acção permanente
12.	Disponibilização gradual dos dados das associações publicados no Boletim Oficial antes do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau	Proporcionar, na <i>internet</i> , os dados das associações constantes dos anúncios publicados no Boletim Oficial em 1986, pretendendo concluir esse trabalho ordenadamente durante o ano de 2016.	2016	2016
13.	Aprofundamento e ampliação do sistema dos registos e do notariado para comodidade da população	Continuar a aprofundar e a ampliar, com base nos resultados obtidos na fase inicial da sua criação em 2015, o sistema dos registos e do notariado para comodidade da população, de maneira a promover ordenadamente o processo de informatização relativo aos serviços dos registos e do notariado.	1.º trimestre de 2016	Acção permanente
14.	Desenvolvimento activo das funções dos quiosques automáticos	Continuar a otimizar a configuração do <i>software</i> e <i>hardware</i> dos quiosques automáticos, tais como impressoras e <i>scanners</i> , de modo a permitir proporcionar	Acção permanente	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		mais serviços de requisição automática, consultas e impressão, bem como criar condições para a disponibilização de serviços electrónicos dos organismos públicos aos cidadãos através do bilhete de identidade do tipo "cartão inteligente". Conjugue também esforços para aumentar os locais de instalação dos quiosques automáticos.		
15.	Requisições electrónicas da mudança dos planos de aplicação das contribuições do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos	Em articulação com o desenvolvimento das funções dos quiosques automáticos, estudar e examinar a viabilidade de aditar, nos quiosques automáticos, os serviços para a requisição da mudança dos planos de aplicação das contribuições do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, bem como continuar a promover o desenvolvimento de serviços electrónicos, sem papel e facilitadores neste âmbito.	2016	2018
16.	Lançamento do serviço automático para pedido de certificado de dados pessoais	Lançar o serviço automático para pedido de certificado de dados pessoais..	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
17.	Aumento da eficácia no trabalho e optimização dos serviços para comodidade da população	1. Aperfeiçoar os circuitos dos trabalhos nucleares no âmbito das actividades dos serviços de identificação, nomeadamente: — Prosseguir com a concretização dos projectos das propostas de aperfeiçoamento apresentadas pelo grupo de trabalho para a eficiência na gestão no	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>âmbito das actividades dos serviços de identificação, de maneira a melhorar cada vez mais os trabalhos de gestão do pessoal, de acordo com os planos definidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> — Realizar, em 2016, a 4.ª fase dos trabalhos relativos às propostas específicas de aperfeiçoamento da eficiência na gestão, revendo cabalmente os circuitos internos de aquisição no âmbito das actividades dos serviços de identificação. — Disponibilizar os serviços de consulta do andamento dos pedidos e de pagamento dos respectivos emolumentos pela <i>internet</i> aos requerentes do certificado de registo criminal e dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau por meio do correio no estrangeiro. 		
		<p>2. No âmbito da promoção contínua dos trabalhos relativos à isenção de visto para os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau, será dada continuidade à divulgação do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, bem como às negociações com mais países estrangeiros para obtenção da isenção de visto para os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. Em 2016, será dada prioridade às negociações com a Bielorrússia e a Arménia, relativamente à isenção do visto de entrada para os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau.</p>	Acção permanente	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(3) Intensificação do aperfeiçoamento do regime da função pública				
18.	Implementação de novas medidas de recrutamento centralizado e de formação para efeitos de acesso	<p>Implementar novas medidas de recrutamento centralizado e de formação para efeitos de acesso, de acordo com a redacção nova do regime de recrutamento, selecção e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Realização em 2016 de três provas de conhecimentos gerais de acordo com as necessidades de requisição dos serviços, incluindo os concursos dos grupos dos técnicos superiores, técnicos de apoio e operários. 2. Organização de cursos de formação de acesso, de acordo com as funções e as características dos trabalhos dos trabalhadores dos serviços públicos, alargando a flexibilidade dos cursos de formação. 	2016	Acção permanente
19.	Promoção da revisão total do regime das carreiras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proceder à análise e ordenação dos resultados obtidos na consulta sobre as 20 carreiras especiais previstas no Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos e apresentar proposta de revisão 2. Desenvolver, com base nos trabalhos referidos no ponto anterior, uma revisão global sobre as carreiras gerais, apresentando orientações para o seu melhoramento em coordenação com a futura reforma do regime de recrutamento e de promoção na carreira. 	2016	2016
			2016	2017

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
20.	Apresentação das propostas preliminares do "regime de actualização das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública por categorias"	Proceder a uma análise mais aprofundada da questão da actualização dos vencimentos com base nos estudos desenvolvidos no ano de 2015, respeitantes à divisão das escalas salariais dos trabalhadores dos serviços públicos, apresentando propostas preliminares.	2015	2016
21.	Revisão das disposições relativas à gestão de pessoal, previstas no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau	Rever as disposições relativas às férias, faltas, horário de trabalho, entre outros, do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau vigente, apresentando propostas de melhoramento.	2016	2017
22.	Revisão do regime de promoção dos trabalhadores dos serviços públicos	Para coordenar o plano de análise da capacidade dos trabalhadores dos serviços públicos, será estudada a revisão do actual regime de promoção dos trabalhadores dos serviços públicos de diferentes categorias, procurando aperfeiçoar o regime de promoção dos trabalhadores dos serviços públicos integrados nas carreiras gerais, a fim de criar condições para incrementar a sua carreira profissional e desenvolver as suas potencialidades.	2016	2017
23.	Concretização gradual das propostas de desenvolvimento a médio prazo do Regime de Previdência	Com base na revisão do Regulamento da aplicação das contribuições do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, aprovado pelo Regulamento Administrativo n.º 15/2006, desenvolver-se-ão os trabalhos	2016	2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		de divulgação, promoção e implementação dos planos de aplicação das contribuições, baixando a percentagem de escolha da aplicação mínima aquando da aplicação das contribuições do Regime de Previdência, continuando a procurar e a introduzir opções mais adequadas de investimento para a aposentação.		
(4) Elevação contínua do nível de governação				
24.	Organização de seminários sobre a Lei Básica	Continuar a organizar seminários sobre a Lei Básica de Macau destinados ao pessoal de direcção e chefia e aos funcionários públicos de nível intermédio.	Acção permanente	Acção permanente
25.	Intensificação da educação sobre a realidade nacional	Para além de organizar acções de formação sobre a realidade nacional destinadas ao pessoal de direcção e chefia e aos funcionários públicos de nível intermédio, alargar esta formação ao pessoal técnico de apoio (nível 3).	Acção permanente	Acção permanente
26.	Realização do curso de formação sobre capacidade de explicação das políticas adoptadas ao pessoal da direcção e chefia	Organizar curso de formação sobre a capacidade de explicação das políticas adoptadas ao pessoal de direcção e chefia, elevando a sua capacidade de explicação sobre as políticas do Governo.	2016	Acção permanente
27.	Optimização do plano de formação dos funcionários públicos	— De acordo com os resultados obtidos a partir da análise da capacidade do pessoal de direcção e chefia, haverá um novo planeamento dos cursos de formação dirigidos ao pessoal de direcção e chefia.	2016	2017

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
28.	Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa	<p>— Averiguar e rever faseadamente o planeamento da formação dos funcionários públicos em geral conforme as conclusões graduais das acções de análise da capacidade dos funcionários públicos de diversos níveis.</p> <p>Conceber novamente o Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa realizado pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau em conjunto com a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia (DG-SCIC) e aprofundar o conteúdo de aprendizagem.</p>	2015	2016
29.	Consolidação da formação jurídica dos funcionários públicos	<p>1. Realizar, de acordo com o quadro de formação de conhecimentos jurídicos, cursos de formação sobre aplicação do direito dirigidos a funcionários públicos de diferentes categorias.</p> <p>— Continuar a realizar acções de formação que favoreçam o melhoramento do nível profissional dos juristas dos serviços da Administração Pública, como por exemplo: o Programa de Aperfeiçoamento de Língua Portuguesa na Área Jurídica; proceder ao estudo sobre a abertura do curso avançado de aperfeiçoamento de linguagem jurídica em função das necessidades verificadas.</p>	2015	Acção permanente
			Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>– Realizar o curso especializado de conhecimentos jurídicos para funcionários públicos de diversos níveis de acordo com o novo planeamento de formação.</p> <p>2. Em articulação com a reforma jurídica e as acções de revisão, continuar a realizar, em 2016, acções de formação sobre cooperação judiciária, mecanismos de resolução de conflitos (arbitragem e conciliação), produção jurídica, segurança alimentar e combate à droga.</p> <p>3. Quanto às acções de divulgação e promoção de publicações e estudos das áreas jurídica e judiciária, serão desenvolvidos estudos sobre a legislação da administração e função pública, direito penal e direito processual penal, direito civil, direito comercial e direito processual civil, incluindo a elaboração da anotação e colectânea da respectiva legislação, como por exemplo, o Código Civil e suas legislações complementares e anotações.</p>	<p>3.º trimestre de 2015</p> <p>2016</p> <p>Trabalho contínuo</p>	<p>Trabalho contínuo</p> <p>2016</p> <p>Trabalho contínuo</p>
(5) Racionalização geral da avaliação de desempenho				
30.	Aperfeiçoamento do mecanismo de apreciação da qualidade dos serviços públicos	Integração formal da apreciação por terceira parte no regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção e sua promoção a diversos níveis e áreas dos serviços públicos.	2015	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
31.	Optimização do Regime de Reconhecimento da "Carta de Qualidade" e do Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade	Com base nos resultados dos estudos sobre o mecanismo de apreciação imparcial, proceder à revisão total do Regime de Reconhecimento da "Carta de Qualidade" e do Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade, apresentando propostas de melhoramento.	2016	2016
32.	Publicação de informações relativas à prestação de serviços públicos	Através da Página Electrónica Temática sobre a Optimização dos Serviços Públicos da Região Administrativa Especial de Macau, continuar a publicar de forma oportuna e proactiva os respectivos dados e resultados dos serviços públicos.	Acção permanente	Acção permanente
(6) Iniciativa ao desenvolvimento de comunicação interactiva				
33.	Estabelecimento de uma plataforma de serviços de consulta	Estabelecer uma plataforma de serviços de consulta que publicará sistematicamente os dados da consulta política e proporcionar a ligação a páginas electrónicas temáticas e inquéritos de consulta para o uso dos serviços, facilitando à população a participação na consulta, de modo a elevar a receptividade da eficácia política das acções de consulta.	2016	2017
34.	Optimização dos meios de divulgação de informações	<p>1. Desenvolver estudos sobre a introdução dos meios de comunicação social como propostas políticas e técnicas de divulgação de informações do Governo.</p> <p>2. Continuar a melhorar o Portal do Governo da RAEM e concluir a primeira fase dos trabalhos de reconfiguração.</p>	2016	2017
			2015	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Lançar o programa de aplicações móveis de divulgação unificada das informações do Governo.	2016	2016
35.	Desenvolvimento de acções de estudo sobre a divulgação de informações do Governo	Analisar os diplomas vigentes relacionados com a divulgação de informações do Governo e proceder à classificação destas informações, tomando-as como fundamento para o acompanhamento do aperfeiçoamento do regime de divulgação de informações do Governo.	2016	2016
(7)Reforço dos cuidados para os grupos vulneráveis				
36.	Promoção do "Mecanismo de tratamento das queixas dos funcionários públicos"	Promover o mecanismo de tratamento das queixas dos funcionários públicos para coordenar e resolver os conflitos internos, reforçando a confiança mútua entre os serviços e os funcionários.	2015	Acção permanente

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2016 (Domínio da Justiça)

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(1) Concretização progressiva da coordenação legislativa				
37.	Implementação do mecanismo de coordenação centralizada da legislação	<p>1. Criar uma estrutura orgânica de coordenação legislativa que reúna a definição de políticas, coordenação, produção legislativa e consulta, reforçando a uniformização e a coordenação da política legislativa e da técnica legislativa. Na primeira fase, serão seleccionados alguns projectos legislativos com política legislativa forte e de elevado nível técnico, cuja elaboração ficará ao cargo de um grupo de produção de diplomas formado em conjunto pelo pessoal dos serviços da área de justiça e dos serviços de execução política, sendo outros projectos elaborados pelos próprios serviços de execução política, auscultando as opiniões dadas pelos serviços da área de justiça.</p> <p>2. Quanto aos projectos elaborados pelos próprios serviços de execução política, partindo da fase dos antecedentes da produção de diplomas, do início dos projectos legislativos até à auscultação das opiniões de todos os sectores, serão alargado progressivamente o âmbito e intensificada a força de participação dos serviços da área de justiça, a fim de reforçar o seu papel de coordenação ao nível técnico legislativo.</p>	Acção permanente	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Estabelecer o planeamento legislativo a médio e longo prazo.	4.º trimestre de 2015	4.º trimestre de 2016
		4. Manter uma comunicação estreita com a Assembleia Legislativa, revendo e melhorando as orientações técnicas e legislativas de modo a elevar a uniformidade e a adequabilidade da forma técnica legislativa.	Acção permanente	Acção permanente
		5. Reforçar a formação em serviço do pessoal na área da produção jurídica.	Acção permanente	Acção permanente
(2) Reforço contínuo na construção do sistema jurídico				
38.	Alteração do regime de notários privados	Com base no estudo sobre o número de notários privados em exercício de funções, os requisitos para o ingresso na carreira e entre outros aspectos, será elaborado o projecto de lei relativo à alteração do regime dos notários privados, dando lugar aos respectivos procedimentos legislativos após a auscultação das opiniões do sector.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
39.	Revisão do regime das carreiras de conservador e de notário	Proceder à revisão do actual regime das carreiras de conservador e de notário, nomeadamente das disposições relativas ao ingresso, ao acesso, às regalias e ao número de lugares, bem como elaborar um projecto, segundo o qual serão salvaguardadas as oportunidades de acesso e de desenvolvimento do respectivo pessoal e será garantido o seu nível profissional, de modo a elevar em geral a qualidade dos serviços na área de registos e de notariado.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
40.	Alteração do Código de Processo Civil	Tendo em conta o resultado da análise das opiniões dos diversos sectores recolhidas na consulta e auscultadas activamente as opiniões e sugestões do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, serão definidos a orientação e o âmbito da alteração, por forma a iniciar os trabalhos de consulta pública da próxima fase.	2015	2016
41.	Revisão do Código Penal	Dar prioridade à revisão da parte sobre a violação da liberdade e da autodeterminação sexuais previstas no capítulo V do título I do Código Penal. Com base nos resultados da auscultação da opinião pública realizada em 2015, concluímos a análise das sugestões recolhidas e elaborámos o relatório final da consulta, após os quais, será dado início à redacção do respectivo projecto de lei, prevendo-se a sua inclusão no processo legislativo em 2016.	2015	2016
42.	Revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária	Para responder às necessidades de funcionamento dos órgãos judiciais, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau planeia proceder à revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária. As alterações incidem sobre as competências do tribunal colectivo e a alçada dos recursos julgados pelo tribunal colectivo do Tribunal de Segunda Instância e da primeira instância, o regime de acumulação de funções dos juizes e a criação do regime de destacamento de juizes.	2015	2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
43.	Recensão e adaptação da legislação anteriormente vigente	O grupo de trabalho conjunto constituído por juristas da Assembleia Legislativa e dos serviços da área de justiça, numa perspectiva de técnica legislativa, irá dar início aos trabalhos de redacção dos projectos da lei de forma organizada, segundo os procedimentos definidos, para o efeito de alcançar as metas da política legislativa.	2.º trimestre de 2015	2016
44.	Aperfeiçoamento contínuo dos regimes jurídicos relacionados com as áreas marítimas de Macau	Com base no futuro delinearmento oficial das tradicionais áreas marítimas da RAEM e tendo em consideração os objectivos das políticas, a nível nacional, relativas às tradicionais áreas marítimas de Macau e as necessidades concretas do futuro desenvolvimento económico de Macau, iremos proceder permanentemente à revisão dos diplomas legais relativos às áreas marítimas, assegurando que os trabalhos legislativos possam ser efectuados de forma estável e ordenada.	1.º trimestre de 2016	Acção permanente
45.	Introdução do regime de reconciliação	Continuar a promover a formação do pessoal técnico necessário e as medidas legislativas para a criação do regime de reconciliação, promovendo a concretização do programa "Reconciliação familiar", com base na revisão do Código do Processo Civil.	2015	Acção permanente
46.	Optimização do apoio judiciário	Desenvolver um sistema do circuito de procedimentos para a atribuição do apoio judiciário, que recorre a uma plataforma de uso comum administrada de forma centralizada para melhorar a conservação e a classificação dos documentos.	1.º trimestre de 2016	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(3) Promoção activa da legislação constitucional				
47.	Divulgação da Constituição e da Lei Básica	Organizar diversas actividades de divulgação da Constituição e da Lei Básica, incluindo sobretudo: a manutenção e actualização do <i>website</i> temático sobre a Constituição da República Popular da China e a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, a organização contínua de palestras sobre a Lei Básica nas escolas secundárias e primárias, a colaboração com as associações para organizar em conjunto actividades de formação e divulgação jurídica, publicação de textos de estudiosos nos jornais, etc.	Acção permanente	Acção permanente
48.	Divulgação dos serviços de protecção consular	Continuar a colaborar com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau para realizar palestras temáticas sobre os direitos e deveres dos residentes de Macau, a Lei da Nacionalidade, protecção consular e serviços consulares nas escolas secundárias, nos estabelecimentos do ensino superior de Macau e nas associações.	Acção permanente	Acção permanente
(4) Aperfeiçoamento das acções de divulgação da legislação eleitoral				
49.	Estudos sobre a revisão da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa	Iniciar os estudos sobre a revisão da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa. Planear a realização de uma campanha de auscultação da opinião pública no primeiro trimestre de	2016	2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
50.	Reforçar a promoção do recenseamento eleitoral	<p>2016, a fim de recolher propostas e sugestões dos vários sectores sociais e da população em geral sobre esta matéria.</p> <p>1. Realizar acções de divulgação sobre o desenvolvimento do sistema político e do sistema eleitoral nos estabelecimentos de ensino.</p> <p>2. Convidar as escolas e as associações a visitar o Centro de Informações sobre Assuntos Eleitorais.</p> <p>3. Instalar mais postos de recenseamento eleitoral em todo o território de Macau, incentivando os residentes a recorrer aos serviços automatizados para se recensearem como eleitores.</p>	Acção permanente	Acção permanente
(5) Investir esforços para melhorar a formação judiciária				
51.	Continuar a responder activamente às solicitações dos dois órgãos judiciais em matéria de formação de pessoal	<p>Formação de magistrados:</p> <p>1. Em relação à formação para efeitos de ingresso na magistratura, iremos dar continuidade ao 5.º curso e estágio de formação para ingresso nas magistraturas judicial e do Ministério Público que começou em Setembro de 2015. A duração do curso e do estágio é de dois anos e terminará em Setembro de 2017.</p>	3.º trimestre de 2015	3.º trimestre de 2017

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>2. Na vertente da formação contínua e reciclagem dos magistrados, iremos continuar a cooperar com as instituições do Interior da China e estrangeiras, especialmente com o Instituto Nacional de Formação de Juizes e o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público da República Popular da China, o Centro de Estudos Judiciários de Portugal e a Escola Nacional de Magistratura da França para organizar actividades de formação destinadas aos magistrados em efectividade de funções.</p>	Trabalho Contínuo	Trabalho Contínuo
		<p>Formação de funcionários de justiça:</p>		
		<p>1. Em resposta às solicitações dos dois órgãos judiciais, iremos organizar cursos de formação para provimento nos cargos de secretário judicial-adjunto, de escrivão de direito e para acesso à categoria de escrivão judicial adjunto nos tribunais; cursos de formação para acesso à categoria de escrivão do Ministério Público principal e provimento nos cargos de secretário judicial-adjunto e de escrivão de direito no Ministério Público.</p>	4.º trimestre de 2015	3.º trimestre de 2016
		<p>2. Planear e organizar um concurso para a admissão de candidatos à nova edição do curso de habilitação para as carreiras de oficial de justiça judicial e do Ministério</p>	4.º trimestre de 2015	1.º trimestre de 2017

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		Público, com base no plano sobre o pessoal necessário contínuo apresentado pelo Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância e pelo Gabinete do Procurador.		
(6) Promoção de intercâmbio na esfera internacional de forma organizada				
52.	Incrementar a cooperação com o exterior para efeitos de reforço do intercâmbio com outros países e regiões	<p>1. Continuar a reforçar a cooperação com a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e prestar assistência à Conferência para traduzir a versão actualizada do Manual Prático sobre o Funcionamento da Convenção da Haia relativa à Notificação para a língua chinesa.</p> <p>2. Planear desenvolver o terceiro Programa de cooperação na área jurídica com a União Europeia, com a duração de quatro anos, com vista a promover um maior intercâmbio e formação de juristas entre a Região Administrativa Especial de Macau e a União Europeia.</p> <p>3. Continuar a participar nas actividades promovidas por outras organizações internacionais, designadamente o Grupo Ásia-Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), o Grupo de Acção Financeira Internacional (FATF) de combate ao branqueamento de capitais e a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL)</p>	2016	2016
			2016	2020
			2016	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>4. Para o cumprimento dos deveres internacionais, o Governo irá continuar a cumprir as obrigações decorrentes dos vários acordos internacionais, incluindo a apresentação de relatórios sobre o estado de cumprimento das várias convenções sobre direitos humanos ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a entrega de respostas aos inquéritos elaborados pelas organizações internacionais e o envio de representantes para participar nas reuniões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para apreciar o cumprimento pela Região Administrativa Especial de Macau das várias convenções internacionais sobre direitos humanos.</p>	2016	Acção permanente
		<p>5. Com base no estudo sobre a metodologia e os procedimentos de recolha de informações e dados, a definição de prazos e os meios informáticos complementares, realizado em 2015, construir um novo mecanismo permanente para a recolha de informações e dados, recolhendo periodicamente as informações e os dados para os relatórios sobre os direitos humanos.</p>	2015	2016
53.	Desenvolver activamente as consultas no âmbito da cooperação judiciária	<p>1. No âmbito do acordo internacional de cooperação judiciária, continuaremos a acompanhar os trabalhos de assinatura do Acordo de Cooperação Judiciária</p>	2015	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>em Matéria Penal e o Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga com o Governo da Coreia; de diálogo e negociação sobre o Acordo para a Transferência de Pessoas Condenadas, o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Cível e Comercial com o Governo da Mongólia; sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com o Governo da República Federal da Nigéria. O Governo irá ainda encetar negociações com outros países, segundo o modelo de Acordo sobre a transferência de pessoas condenadas e o Acordo de cooperação judiciária em matéria cível e comercial aprovado pelo Governo Popular Central, dando prioridade às negociações com os países lusófonos, para aprofundar as relações de cooperação com estes países.</p> <p>2. No âmbito do acordo de cooperação judiciária inter-regional, continuaremos promover a celebração do Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga e do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal com o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, e com o Interior da China em matéria de acordo sobre a entrega de infractores em fuga.</p>	2015	2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
54.	Construção de um sistema de banco de dados de Direito Internacional	Planear a criação de um sistema de banco de dados de Direito Internacional que permite conservar por via informática todos os documentos e dados das convenções internacionais e construir um sistema de gestão de documentos electrónicos.	2016	2017
(7) Reforço contínuo da cooperação entre a Província de Guangdong e Macau				
55.	Fortalecimento dos laços de cooperação entre a Província de Guangdong e Macau	<p>Criar em conjunto com o Departamento de Justiça da Província de Guangdong um mecanismo de supervisão do uso de instrumentos notariais que permite resolver com facilidade e eficácia as questões relativas à verificação de autenticidade e do conteúdo dos documentos notariais emitidos pelos serviços competentes de Guangdong e Macau para serem usados no exterior.</p> <p>Continuar com o desenvolvimento de tarefas concretas relativas à cooperação no âmbito de assuntos relacionados com as práticas notariais, reforçar visitas mútuas e intercâmbio entre as duas partes no âmbito da actividade notarial e desenvolver o papel activo dos serviços notariais em prol do desenvolvimento social e económico de ambas as partes.</p>	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2016 (Domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais)

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(1) Elevação da qualidade dos serviços municipais				
56.	Aperfeiçoamento dos serviços comunitários	<p>1. Reforçar a interacção entre os Centros de Prestação de Serviços ao Público e os conselhos consultivos de serviços comunitários.</p> <p>2. Realizar colóquios nas diversas freguesias, convidando publicamente todos os cidadãos e associações de Macau para debater assuntos relacionados com a vida quotidiana dos cidadãos.</p> <p>3. Preparar a instalação de um posto de prestação de serviços no Fai Chi Kei e um centro de actividades para residentes em Seac Pai Van.</p> <p>4. Optimizar os serviços "one stop" de licenciamento para estabelecimentos de comidas e bebidas</p>	Acção permanente	Acção permanente
57.	Optimização dos equipamentos municipais	<p>1. Construir o complexo municipal do novo Mercado do Patane que terá instalações comunitárias, nomeadamente, mercado e centro de actividades comunitárias.</p> <p>2. Em conjugação com as obras do novo mercado de abastecimento, iniciar as tarefas preliminares para assegurar bem as tarefas de mudança.</p>	3.º trimestre de 2015	2.º trimestre de 2018
			4.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2017

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(2) Reforço das garantias de segurança alimentar				
58.	Programa de recolha de amostras de produtos alimentares	<p>1. Programa de recolha de amostras de produtos alimentares sazonais, recolhendo amostras de produtos das festividades tradicionais principais.</p> <p>2. Inquéritos alimentares específicos através da avaliação geral do nível de risco alimentar, do grau de preocupação da sociedade, dos hábitos alimentares da população, dos incidentes ocorridos com produtos alimentares, entre outros. Fiscalizar a segurança e higiene dos alimentos que são vendidos no mercado de Macau.</p>	Acção permanente	Acção permanente
59.	Tarefas de supervisão e controlo dos estabelecimentos de comidas e bebidas	Supervisionar e vistoriar os estabelecimentos de comidas e bebidas, e proceder, atendendo à situação concreta, à recolha de amostras para efeitos de supervisão e inspecção.	Acção permanente	Acção permanente
60.	Determinar padrões e orientações de segurança alimentar	Iniciar de forma ordenada as tarefas para determinar padrões para os produtos de segurança alimentar de Macau, prevendo-se criar "limites máximos de micotoxinas nos produtos alimentares", "requisitos dos ingredientes nutritivos do leite em pó para bebés", "padrão para o uso de adoçantes nos produtos alimentares", e "padrão para o	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		uso de pigmentos nos produtos alimentares”, bem como proporcionar orientações de higiene e funcionamento para os sectores e campanhas de sensibilização sobre segurança alimentar aos cidadãos.		
61.	Divulgação e sensibilização sobre segurança alimentar	Transmitir conhecimentos e informações sobre segurança alimentar junto dos sectores e público através de diferentes actividades e meios de divulgação.	Acção permanente	Acção permanente
62.	Reforço da cooperação entre a Província de Guangdong e Macau	Conjugar, de forma activa, as diversas tarefas de promoção e implementação do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, intensificar a segurança alimentar, a cooperação no domínio da análise e inspecção sanitária e o intercâmbio técnico, bem como impulsionar o estudo cooperativo e formação sobre as tecnologias especializadas adoptadas na análise e inspecção sanitária de alimentos.	Acção permanente	Acção permanente
(3) Aperfeiçoamento do regime de protecção dos animais				
63.	Outras disposições legais a acompanhar a Lei de protecção dos animais	Determinar a regulamentação do “Regime de licenciamento para cães, cavalos e animais para competição” e da “Proibição da criação, reprodução, posse ou importação de determinadas espécies de animais”.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
(4) Planeamento da política de abate de aves de capoeira				
64.	Realização de consulta pública sobre política de abate de aves de capoeira	Para elevar a garantia da saúde pública, prevenir a gripe aviária, melhorar a higiene dos estabelecimentos de venda a retalho de aves de capoeira vivas, e responder concretamente às necessidades de prevenção de doenças transmissíveis, proceder à recolha ampla de opiniões dos diferentes sectores da sociedade no âmbito da política de “abastecimento de carnes aviárias refrigeradas / frescas e abatidas em substituição de aves de capoeira vivas”, e publicação dos resultados da consulta pública.	1.º trimestre de 2015	3.º trimestre de 2016
(5) Optimização das instalações de arborização da cidade				
65.	Embelezamento das ruas e zonas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Embelezar as ruas localizadas nos pontos históricos de património mundial, transformando-os em ruas de zonas antigas com características típicas, aumentando o número de rotas turísticas e elevando a imagem de Macau como cidade de turismo. 2. Optimizar e alargar os espaços de lazer. 3. Aumentar a arborização das ruas e vias, bem como realizar exposições de flores e plantas. 	Acção permanente	Acção permanente
66.	Optimização do Parque de Seac Pai Van	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introduzir pandas pequenos e outros animais de tamanho pequeno e adicionar instalações no parque. 	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Desenvolver planos para determinação de zonas destinadas a jardim botânico de plantas medicinais e construir trilhos ao longo de córregos.		
(6) Melhoria das condições higiénicas urbanas				
67.	Melhoria das questões de inundação	1. Construir uma casa de bombas de águas pluviais no Porto Interior de Macau. 2. Iniciar as obras de melhoria dos esgotos e condutas em determinadas ruas e vias situadas na Zona Norte e na Zona da Taipa.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2017
68.	Optimização das instalações de recolha do lixo	Encontrar, em Macau, sítios adequados para instalar contentores de compressão de lixo ou depósitos de lixo fechados, para substituir os caixotes de lixo tradicionais existentes nas ruas; introduzir um sistema de monitorização da quantidade de lixo para proceder ao ajustamento atempado da frequência de recolha, melhorando as condições higiénicas das ruas e zonas.	Acção permanente	Acção permanente
(7) Promoção da educação cívica nas comunidades				
69.	Realização de divulgação sobre a Lei Básica	Aprofundar os conhecimentos da população sobre a Lei Básica através da Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau e realização de diversos tipos de actividades e jogos com temas específicos.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de Ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
70.	Implementação do programa de "Passeata pelas Ruas de Macau"	Implementar o programa de "Passeata pelas Ruas de Macau" que visa conduzir e atrair a população para passear pelas ruas e travessas, recordando a história e descobrindo os passos de pessoas famosas, bem como criar exposições itinerárias nas zonas comunitárias apresentando objectos antigos de Macau, para aprofundar o reconhecimento e o sentimento de pertença dos cidadãos em relação à sua terra natal.	Acção permanente	Acção permanente
71.	Encorajamento dos cidadãos a respeitar os "Princípios de Vida com Cortesia"	Incentivar os cidadãos a respeitar os 12 conteúdos dos "Princípios de Vida com Cortesia" através de uma série de actividades, para elevar as qualidades humanas da população.	Acção permanente	Acção permanente
72.	Criação de uma plataforma de educação cívica	Organizar sessões para que os diferentes sectores e representantes de associações dêem as suas opiniões, partilhando a experiência sobre a actual situação das tarefas, as perspectivas para o futuro e as tarefas de educação cívica desenvolvidas pelo Governo, para aumentar a interacção entre os serviços públicos e a comunidade, bem como recolher a sabedoria popular.	Acção permanente	Acção permanente

Calendário das principais acções governativas da área da Economia e Finanças para o ano de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Fomento do desenvolvimento saudável do sector do jogo				
1.	Acompanhamento rigoroso do desenvolvimento do sector do jogo, bem como da situação evolucionária das suas receitas brutas	Empenhar-se em acompanhar e analisar atenciosamente a evolução da conjuntura interna e externa da RAEM a nível económico e comercial, a alteração das políticas públicas, entre outros aspectos, bem como os seus eventuais impactos sobre as receitas do jogo, tomando atempadamente medidas para resolver eventuais problemas e dificuldades que possam surgir durante o processo de seu ajustamento, procurando, desta forma, atenuar as implicações do ajustamento sobre outros sectores e ainda eventuais problemas do desemprego daí resultante.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
2.	Ajustamento e controlo adequado da dimensão de desenvolvimento do sector do jogo	Aplicar, de forma rigorosa, o princípio de manutenção de uma taxa média anual não superior aos 3% em relação ao crescimento do número total das mesas de jogo nos próximos dez anos contados a partir de 2013, apreciando rigorosamente os pedidos das concessionárias do jogo respeitantes à atribuição de mesas de jogo, conforme os factores relacionados com a existência ou não de uma contribuição favorável para a construção do centro mundial de turismo e lazer, a evolução dos mercados interno e externo, o investimento aplicado em componentes além do jogo e os benefícios proporcionados às empresas locais, entre outros, procedendo ainda à monitorização e ao controlo da taxa de crescimento das máquinas de jogo.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
3.	Reforço da monitorização do desenvolvimento do sector do jogo e das actividades envolvidas, promoção do a exploração de actividades regulamentada e com confiança, de modo a elevar a sua competitividade a nível internacional	Reforçar as acções fiscalizadoras do funcionamento dos casinos e das actividades do sector do jogo, intensificando ainda mais a monitorização sobre as operações dos promotores de jogo e seu funcionamento, e aperfeiçoando ainda a base dos dados dos mesmos, para que possa ser procedido a uma avaliação mais abrangente sobre a situação operacional e o cumprimento das normas legais por parte desses profissionais, procurando, desta forma, fomentar a salubridade do desenvolvimento do sector do jogo e o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestado.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
4.	Exortação às operadoras do jogo para aumento dos componentes não-jogo e prestação de apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas locais	Proceder-se, através do mecanismo de monitorização dos componentes não-jogo já estabelecido, à monitorização da tendência de desenvolvimento das actividades além do jogo sob o impulso das empresas de jogo, exortando as operadoras do jogo a alargarem os seus investimentos nos componentes não-jogo e a aumentarem o número das PME's locais nos respectivos complexos turísticos, constituindo isto tudo elementos científicos com base nas quais se determinem as exigências respectivas dirigidas às operadoras do jogo, bem como a apreciação e autorização dos pedidos de mesas de jogo. Continuar, ao mesmo tempo, a encorajar e apoiar as operadoras de jogo na organização de actividades respeitantes à aquisição de produtos e serviços locais.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
5.	F o m e n t o d o desenvolvimento ordenado da indústria do jogo mediante estudos científicos	Continuar, com base nos trabalhos de verificação do cumprimento dos contratos por parte das operadoras do jogo, a desencadear estudos sobre o desenvolvimento do sector do jogo que abrange, entre outros, o acompanhamento e a investigação dos problemas inerentes ao desenvolvimento do sector, bem como da tendência evolucionária da indústria do jogo no mundo, procedendo a uma análise comparativa sobre as vantagens e desvantagens do desenvolvimento do sector do jogo entre Macau e outras regiões, procurando assim propor políticas e medidas favoráveis ao fomento da competitividade da indústria do jogo local, com vista a impulsionar o seu desenvolvimento são e ordenado.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
6.	Continuidade no fomento do jogo responsável	(1) Continuar a participar nas actividades promocionais e de divulgação promovidas pelo "Grupo de Trabalho do Jogo Responsável", melhorando, de forma contínua, as formalidades e os procedimentos dos pedidos de "auto-exclusão" e de "exclusão a pedido de terceiros", e introduzir uma nova função para apresentação do pedido de "auto-exclusão" por indivíduos não residentes do território. Proceder à avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelas operadoras do jogo no âmbito da promoção do jogo responsável, a partir do exame dos seus programas de implementação das medidas a este respeito, em conjugação com a averiguação feita <i>in loco</i> .	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		(2) Efectuar estudo sobre a criação de um "Posto informativo do jogo responsável", estando previsto o seu lançamento em 2016, o qual terá a função de disponibilizar informação, dando respostas às consultas por agentes de promoção ou assistentes sociais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
7.	Aperfeiçoamento das leis, diplomas legais e instruções relacionados com o sector do jogo	(1) Estudar a optimização do "Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino", promovendo o desenvolvimento saudável e ordenado do sector do jogo; (2) Aperfeiçoar o conteúdo referente à proibição da prática de jogo por parte dos trabalhadores das operadoras de jogo, constante da lei que regula o "Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos", de modo a reduzir a probabilidade de os trabalhadores do sector do jogo se tornarem em jogadores problemáticos; (3) Dar início à revisão parcial do conteúdo do regulamento administrativo que "regula as condições de acesso e de exercício da actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino", para regulamentar, de forma mais rigorosa, as qualificações dos promotores de jogo, designadamente no que diz respeito às normas referentes aos diversos tipos de actos ou formas de angariação de fundos;	Já iniciado Já iniciado Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade Trabalho com continuidade Quatro trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>(4) Iniciar a revisão do regulamento administrativo que define o "Regime de fornecimento e requisitos das máquinas, equipamentos e sistemas de jogo", tendo em conta as necessidades de supervisão e em resposta ao desenvolvimento tecnológico;</p> <p>(5) Alterar a instrução relativa aos "Requisitos Mínimos de Controlo Interno";</p> <p>(6) Alterar a instrução sobre as "Medidas de natureza preventiva dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo";</p> <p>(7) Elaborar a instrução sobre os "Critérios técnicos das máquinas de jogo electrónico de mesa (ETG) operada por <i>croupier</i>";</p> <p>(8) Apoiar no acompanhamento dos trabalhos de revisão da Lei da "Actividade publicitária", nas partes referentes ao montante das multas a aplicar em publicidade ilegal na área do jogo e respectivas medidas provisórias.</p>	<p>Primeiro trimestre de 2016</p> <p>Primeiro trimestre de 2016</p> <p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p>	<p>Em 2016</p> <p>Em 2016</p> <p>Em 2016</p> <p>Em 2016</p> <p>Em 2016</p>
Promoção da diversificação adequada da economia: Promoção do desenvolvimento de convenções e exposições, de acordo com a estratégia de dar prioridade às conferências				
8.	Integração de recursos interdepartamentais e optimização de serviços	Caber ao IPIM coordenar e promover todos os trabalhos de desenvolvimento de convenções e exposições, no sentido de elevar a eficiência dos serviços e do desempenho de trabalho, sendo acompanhada, de forma	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
9.	Aperfeiçoamento do mecanismo de apreciação, implementação efectiva diversos planos de apoio e serviços ao sector de convenções e exposições, seleccionando projectos, dando apoio com prioridade, com o objectivo de dar "apoio efectivo e preciso"	<p>prioritária, a implementação dos protocolos assinados sobre as actividades de convenções e exposições. Reforçar a comunicação com o sector industrial e a colaboração no estudo e formulação de políticas, estratégias e medidas visando o desenvolvimento sectorial, de modo a promover a indústria de convenções e exposições como um novo motor de crescimento económico local.</p> <p>(1) Implementar e melhorar o Plano de Estímulo às Convenções e Exposições e o Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais.</p> <p>(2) Implementar o "Plano de Estímulo ao Turismo de Negócios", organizando a deslocação dos profissionais de convenções, exposições e turismo ao exterior para participar em feiras comerciais e de turismo de negócios, reforçando a publicidade, promovendo a articulação entre o sector de convenções e exposições de Macau e as suas congéneres no exterior.</p> <p>(3) Implementar o "Plano de Apoio à Formação de Talentos Profissionais de Convenções e Exposições", preparando mais profissionais para o sector e elevar o nível profissional dos actuais operadores.</p>	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
10.	Reforço do Serviço de "Agência Única" para Licitação e Apoio em Macau das Actividades MICE, empenho em impulsionar o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições	Apoiar proactivamente as entidades locais na licitação e na melhor realização das conferências e feiras de qualidade internacionais introduzidas em Macau, apoiando com prioridade a realização de mais conferências internacionais em Macau e prestando serviços mais satisfatórios. Proceder à divulgação, nos diferentes países e regiões, das vantagens de convenções e exposições em Macau e do Serviço de "Agência Única" para Licitação e Apoio em Macau das actividades de MICE.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
11.	Continuidade no cultivo das feiras e conferências de marca de Macau	(1) Dar continuidade à realização das feiras e conferências de marca do território, nomeadamente a "Feira Internacional de Macau (MIF)", o "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF)", entre outras, realizando e aperfeiçoando a "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau" e a "Exposição de Franquia de Macau (MFE)", sendo introduzidos novos elementos às actividades, com vista a elevar a atracção e a eficiência das feiras e conferências de marca de Macau. (2) Prestar apoio às instituições e associações locais na realização de actividades de convenções e exposições, tais como a "Feira Internacional de Automóveis da China (Macau)", a "Feira Internacional de Importação e Exportação de lates China (Macau)" e a "Exposição sobre Aviação Comercial", entre outros eventos, com vista a cultivar mais feiras exposições locais de marca. (3)	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
12.	<p>Apoio aos operadores do sector de Macau na realização de convenções e exposições no exterior</p>	<p>Proceder à realização de grandes projectos de convenções e exposições introduzidos em Macau, privilegiando a realização do “Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas” em colaboração com a Associação dos Construtores Civis Internacionais da China, apoiando activamente na implementação de “Uma Faixa e Uma Rota” e na construção de Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, procurando introduzir mais convenções e exposições de grande envergadura ou de marca de qualidade do Interior da China para a realização em Macau.</p> <p>Dar apoio à realização contínua da “Semana Dinâmica de Macau” no Interior da China, prevendo realizar eventos anuais respectiva e prioritariamente em Guangdong, Fujian e as cidades capitais das outras províncias e regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas, destacando as componentes da estratégia “Uma Faixa e Uma Rota” e dos Países de Língua Portuguesa. No ano 2016, a “Semana Dinâmica de Macau” irá decorrer em Jiangmen de Guangdong, Xiamen de Fujian e Kunming de Yunan, sendo a “Semana Dinâmica de Macau - Xiamen, Fujian” e a “20ª Feira Internacional de Investimento e Comércio da China” realizadas concomitantemente, com vista a criar um efeito sinérgico.</p>	<p>Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento</p>	<p>Trabalho com continuidade</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
13.	Consolidação da imagem de "Convenções e Exposições de Honestidade"	Definir planos em relação à preparação de actividades, à coordenação interdepartamental, entre outros aspectos, tais como destacamento dos funcionários dos serviços competentes nas feiras realizadas pelo Governo da RAEM, para ajudar os consumidores a lidar com disputas e apelar aos expositores o melhor cumprimento das leis de negócio mediante os mecanismos institucionais, com vista a proteger os direitos e interesses dos consumidores e salvaguardar a imagem internacional da indústria de convenções e exposições de Macau.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
14.	Avanço dos estudos científicos sobre o desenvolvimento do sector de convenções e exposições	Avanço no projecto do "Estudo sobre o Plano de Desenvolvimento de Convenções e Exposições de Macau" que passará da sua fase de preparação para a fase de implementação concreta, tais como a recolha e análise dos dados estatísticos de convenções e exposições, proporcionando fundamentos para as políticas e o rumo do desenvolvimento futuro do referido sector.	Já iniciado	Em 2016
15.	Reforço da cooperação e do intercâmbio externos do sector de convenções e exposições	Prestar apoio e organizar os operadores do sector de convenções e exposições nas visitas de estudo ao Interior da China e aos países e regiões famosos por convenções e exposições, dando continuidade à participação activa nos eventos organizados pelas instituições internacionais e regionais de convenções e exposições.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
16.	Apoio ao desenvolvimento de convenções e exposições na vertente de recursos humanos	Continuar a fomentar a formação dos talentos profissionais de convenções e exposições a vários níveis, em colaboração reforçada com as respectivas instituições, processando, com prioridade e rapidez, os pedidos de importação de trabalhadores não residentes, apresentados pelas empresas de convenções e exposições, especialmente por empresas que exploram actividades de feiras e exposições de curta duração, permitindo os trabalhos preliminares de montagem dos equipamentos para eventos serem concluídos sem sobressaltos.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
17.	Implementação, com eficácia, de políticas e medidas do Governo Central no âmbito do apoio ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições de Macau	Processar, da melhor forma, os trabalhos respeitantes a entrega, ao Ministério do Comercio, das listas de feiras e exposições que pretendam beneficiar do programa de visto especial nos termos do Acordo CEPA, implementando o "Acordo sobre o Reforço da Cooperação no Sector de Convenções e Exposições entre o Ministério do Comércio e o Governo da RAEM", promovendo, de forma activa, a cooperação na indústria de convenções e exposições entre Macau e o Interior da China.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Promoção da diversificação adequada da economia: Fomento do desenvolvimento da indústria de Medicina Tradicional Chinesa				
18.	Reforço da cooperação com os Laboratórios de referência do Estado funcionados junto das instituições de ensino superior de Macau, bem como com o Centro de Cooperação dos Medicamentos Tradicionais da Organização Mundial da Saúde, no sentido de formar uma força coesiva para o desenvolvimento da indústria da Medicina Tradicional Chinesa	Continuar a desenvolver, de forma mais aprofundada, acções de cooperação com os Laboratórios de referência do Estado funcionados junto das instituições de ensino superior de Macau, o Centro de Cooperação dos Medicamentos Tradicionais da Organização Mundial da Saúde, bem como com as outras instituições semelhantes, no sentido de definir, em conjunto, um critério internacional em medicina tradicional chinesa, construindo uma plataforma modernizada e internacionalizada da medicina tradicional chinesa. Dar início a um estudo da viabilidade de criação do “Plataforma para transacção de matérias-primas da medicina tradicional chinesa” em Macau.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
19.	Lançamento do “modelo da promoção da herança cultural relacionada com a medicina tradicional chinesa para dinamizar o desenvolvimento da indústria de saúde (em sentido lato)”, a fim de impulsionar o progresso da medicina preventiva e dos cuidados de saúde	Realizar actividades promocionais sobre a herança cultural relacionada com a medicina tradicional chinesa, integrando elementos de natureza turística, por forma a impulsionar o desenvolvimento de indústria de saúde relacionada com a herança cultural, incluindo formação em Clínica de Medicina Chinesa, tratamento médico remoto e inteligente, bem como actividades de turismo de saúde, de cuidados de saúde, de tratamento de beleza, etc.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
20.	Lançamento do "modelo de construção de uma plataforma funcional para dinamizar o desenvolvimento industrial", a fim de impulsionar a investigação e divulgação de novos medicamentos e de produtos saudáveis	Procurar transformar a função de prestação de serviços do "Centre of International Co-operation and Exchange Platform" numa vantagem do Parque industrial, dando início à cooperação com os países lusófonos e os Governos e associações envolvidas dos países e regiões da Associação de Nações do Sudeste Asiático, no sentido de fomentar a introdução no referido Parque de diferentes projectos relacionados com a mesma indústria, nomeadamente nos domínios de prestação de serviços de teste e análise por terceira parte, de registo internacional, de importação e exportação de produtos, de transacções de produtos saudáveis e respectivas tecnologias, etc.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
21.	Desenvolvimento pleno de negócio e captação de investimentos	Concretizar a implementação das obras de construção para as empresas de cooperação privilegiada e respectivos projectos admitidos no Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Cooperação entre Guangdong e Macau, procurando que, com base no sucesso da introdução de instalação de uma empresa de qualidade e renome no Parque, sejam atraídos ainda mais projectos de elevada relevância a estabelecer-se naquele sítio. Pôr-se em concretização as obras de construção para os projectos das PME's de Macau admitidas no Parque, reforçando o desenvolvimento das acções visadas a captação de investimento junto das PME's em prol da incubadora.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
22.	Aprofundamento da promoção e planeamento do "National Veteran Traditional Chinese Medicine Physicians Inherited Workshop"	Dar início à promoção e ao planeamento dos trabalhos relativos ao projecto da Clínica de Medicina Chinesa, previsto no plano de construções da segunda fase do Parque, em conjugação com o alicerce sedimentado através da criação do "National Veteran Traditional Chinese Medicine Physicians Inherited Workshop",	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
23.	Aceleração das obras de construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin	(1) Construir equipamento com função de incubadora, adequado para o desenvolvimento e a investigação de novos fármacos e de produtos saudáveis. (2) Promover a construção de uma plataforma de serviço público. Até finais de 2016, será concluída a construção de instalações adequadas às "Boas Práticas de Fabricação" (GMP), com funções de produção, inspecção/exame e investigação, equipadas de equipamentos respectivos. (3) Proceder-se à preparação e ao planeamento da segunda fase de desenvolvimento da construção de instalações, incluindo unidades complementares da plataforma de prestação do serviço público, bem como equipamentos da Clínica de Medicina Chinesa.	Já iniciado Já iniciado	Em 2016 Em 2016
			Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Promoção da diversificação adequada da economia: Prestação de esforços redobrados para fomentar o desenvolvimento do sector financeiro de Macau com características				
24.	Estudo de desenvolvimento de um sector financeiro com características, em conjugação com as vantagens de Macau	Proceder-se ao estudo da promoção do desenvolvimento do sector financeiro, mediante a conjugação da vantagem constitucional "Um País, Dois Sistemas" de Macau e demais valores potenciais locais, desempenhando o seu próprio papel na iniciativa nacional de "Uma Faixa e Uma Rota". E, em articulação com o posicionamento de desenvolvimento traçado para Macau como uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, empenhar-se em desenvolver actividades financeiras com características em Macau, procurando, desta forma, participar mais efectivamente no planeamento global do desenvolvimento do Estado, fomentando a diversificação adequada das indústrias locais.	Em 2016	Trabalho com continuidade
25.	Empenho na prestação de apoio aos operadores do sector financeiro no aproveitamento das oportunidades derivadas da cooperação com o Interior da China	Continuar, através do "Acordo CEPA" e do mecanismo de cooperação regional, a procurar reduzir os requisitos de acesso ao mercado do Interior da China, estabelecidos para as instituições financeiras de Macau, e eliminar as limitações definidas para o desenvolvimento das operações em Renminbi, para alargar o espaço de desenvolvimento das actividades das instituições financeiras locais. Dar-se apoio ao sector financeiro quanto ao desenvolvimento de	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
26.	Construção de uma plataforma de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa	<p>actividades de financiamento transfronteiriço em Renminbi, dirigidas às empresas da Ilha de Hengqin e de Nansha. Fomentar a concretização das políticas da cooperação financeira entre Guangdong e Macau, nomeadamente no âmbito da criação de instituições transfronteiriças, das operações de empréstimo e crédito transfronteiriços em Renminbi, do empréstimo interbancário, da facilitação das operações de movimentação de capitais transfronteiriços e do uso facilitado da Pataca na Ilha de Hengqin.</p> <p>(1) Impulsionar a interligação entre as instituições bancárias de capitais chineses e as de capitais portugueses; (2) Promover a entrada dos bancos de capitais portugueses no mercado do Interior da China; (3) Promover a plataforma de liquidação de Macau em Renminbi, com vista a fomentar a utilização de Macau, por parte dos bancos e empresas dos Países de Língua Portuguesa, para proceder à liquidação de transacções em Renminbi e às operações de investimento e de financiamento também na mesma moeda; (4) Fomentar os bancos de capitais chineses e os de capitais portugueses a procederem, através dos recursos dos seus grupos, aos trabalhos de organização dos seus clientes, procurando que os clientes do Interior da China que tenham negócios com os países lusófonos e os destes últimos países com relações comerciais com a China Continental, utilizem os serviços bancários de Macau.</p>	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
27.	Fomento da construção das infra-estruturas financeiras	<p>(1) Criação do Sistema de Liquidação Imediata em Tempo Real em Renminbi de Macau (RMB RTGS). Serão iniciadas várias sessões de teste ao funcionamento simulado do supramencionado sistema, pondo em execução a informatização do mesmo e o aperfeiçoamento das suas funções.</p> <p>(2) Criação de um Sistema Electrónico de Liquidação de Macau. Serão desencadeados, em 2016, trabalhos de análise e confirmação das necessidades, de concepção, e de desenvolvimento e implementação do sistema, dando início ao lançamento das obras para a construção da Câmara de Compensação de Macau e respectivo Centro de Recuperação de Desastres.</p> <p>(3) Criação do Ficheiro Central de Dados de Créditos. Em 2016, continuará a proceder-se, em conjunto com o sector bancário, aos trabalhos de estudos aprofundados sobre o âmbito de cobertura do projecto e a especificação das necessidades do respectivo sistema, efectuando uma avaliação preliminar e estudo científico relativamente à proposta de resolução de todo o projecto em causa.</p>	<p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p> <p>Primeiro trimestre de 2016</p>	<p>Primeiro semestre de 2016</p> <p>O referido Sistema irá entrar formalmente em funcionamento a partir do terceiro trimestre de 2017.</p> <p>Apresentação de uma proposta de avaliação e estudo preliminar em 2016.</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
28.	Encorajamento aos bancos autorizados a operar em Macau no reforço do seu capital	Proceder-se a estudos sobre a redução ou eliminação do imposto de selo e outras taxas relacionadas com o aumento de capital do sector bancário, com vista a estimular os bancos autorizados a operar em Macau a fortalecerem o seu capital, reforçando a capacidade de desenvolvimento das suas actividades e as capacidades de prevenção de risco.	Já iniciado	Em 2016
29.	Continuidade no desenvolvimento de estudos e actividades estatísticas sistematizados sobre o desenvolvimento financeiro	(1) Iniciar estudos regulares e temáticos relacionados com a protecção da estabilidade monetária e financeira da RAEM, a aplicação dos investimentos da Reserva Financeira e o desenvolvimento da economia. (2) Promover projectos de cooperação com as organizações internacionais, coordenando, com as organizações e as instituições de avaliação internacionais, os trabalhos de avaliação contínua sobre a macroeconomia e o sistema financeiro da RAEM. (3) Continuar a intensificar a monitorização e avaliação da estabilidade financeira de Macau, procedendo, periodicamente, à publicação de relatórios quanto à avaliação da estabilidade monetária e financeira.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
30.	Aceleração da formação de talentos na área financeira, com vista a fomentar o desenvolvimento sustentado da indústria financeira de Macau	Valorizar plenamente as funções do Instituto de Formação Financeira no âmbito da formação de talentos, proporcionando acções de formação profissional e exames de qualificação amplamente reconhecidos ou com reconhecimento internacional, no sentido de elevar a capacidade de trabalho, aptidão e nível profissionais dos	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		trabalhadores do sector financeiro de Macau, formando e proporcionando reserva de talentos em prol do desenvolvimento do referido sector:		
Promoção da diversificação adequada da economia: Promoção do desenvolvimento dos novos formatos do comércio electrónico				
31.	Valorização contínua das funções do Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Promoção do Comércio Electrónico	Encabeçado pela DSE e com a participação da AMCM e do IPIM, entre outros serviços públicos, o Grupo, através da optimização contínua do ambiente local para o desenvolvimento do comércio electrónico, procurará ultrapassar os obstáculos que têm condicionado o seu desenvolvimento, acelerando a promoção do desenvolvimento da indústria do comércio electrónico, ajudando as empresas a explorar oportunidades comerciais e aumentar a sua competitividade, cultivando uma nova força motriz para o desenvolvimento económico local.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
32.	Cooperação estreita com o sector empresarial no sentido de definir, de forma científica, estratégias e medidas	Continuar a manter uma estreita interactividade com os operadores sectoriais, ouvindo as suas opiniões. Estudar a adopção de medidas e políticas específicas, tendo em consideração geral das opiniões sociais e dados informativos.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
33.	Constituição de uma estrutura jurídica do comércio electrónico segura e confiável	Dar início ao estudo e à revisão da legislação em vigor da respectiva área, em conformidade com as necessidades do desenvolvimento do comércio electrónico, no sentido de aperfeiçoar o ambiente de protecção legal para o desenvolvimento do comércio electrónico de Macau.	Primeiro trimestre de 2016	Com resultados preliminares em 2016
34.	Estabelecimento de um sistema de pagamento <i>online</i> relativamente aperfeiçoado	Incentivar, o mais rápido possível, o sector empresarial ou introduzir eventualmente as principais entidades de pagamento da terceira parte da região em Macau para operação das suas actividades. Serão tomadas medidas de facilitação para prestar apoio ao sector empresarial de Macau a desenvolver actividades de pagamento da terceira parte e obter a respectiva licença. Encorajar o sector empresarial a promover, em conjunto, o desenvolvimento diversificado dos modelos de pagamento, como por exemplo, estudo para a criação, em conjunto e entre as instituições bancárias de Macau e entidades que servem de plataformas do comércio electrónico, de um modelo de "recebimento e pagamento por conta de outrem"; a criação da plataforma de pagamento móvel NFC (Campo de Comunicação por Proximidade) em resposta ao pagamento móvel, entre outros.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Com resultados preliminares em 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
35.	Apoyo às empresas na aplicação do comércio electrónico, com vista a promover o crescimento do sector	Encorajar, através da formação, medidas de incentivos financeiros e serviços de apoio prestados no local do requerente, entre outras, as micro, pequenas e médias empresas a aplicarem o comércio electrónico para aumentar a sua competitividade, fomentando o desenvolvimento das actividades económicas relacionadas com o comércio electrónico.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
36.	Reforço da cooperação Guangdong-Macau na área do comércio electrónico transfronteiriço	Proceder ao estudo da viabilidade de promover, em grandes plataformas do comércio electrónico da Província de Guangdong, os produtos fabricados em Macau, produtos culturais e criativos de Macau e serviços de Macau. Aprofundar ainda mais a cooperação bilateral no domínio do comércio electrónico transfronteiriço, procurando criar uma plataforma de intercâmbio com carácter extensivo para essas actividades entre os operadores dos dois territórios. Planear a assinatura com o Departamento do Comércio da Província de Guangdong, de um acordo de parceria relativa a esta matéria.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Promoção da diversificação adequada da economia: Promoção da reconversão e valorização industrial				
37.	Impulso amento contínuo do estudo de reposicionamento da indústria de Macau	Privilegiar o estudo de meios para apoiar a valorização e reconversão das empresas, elevando o nível tecnológico e o valor dos seus produtos, procedendo à revisão das medidas, políticas e legislação em vigor, ajudando as mesmas a tirar melhor proveito da cooperação regional e das políticas do Governo Central, a fim de determinar um posicionamento e uma estratégia adequada ao desenvolvimento industrial de Macau.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	No início de 2016
38.	Encorajamento contínuo ao sector empresarial para o aproveitamento das medidas preferenciais do Acordo CEPA no âmbito da isenção de direitos aduaneiros de mercadorias	(1) Rever e aperfeiçoar os trabalhos relacionados com o comércio de mercadorias no âmbito do Acordo CEPA, apoiando o desenvolvimento das indústrias emergentes; (2) Executar, de melhor forma, os trabalhos relacionados com a admissão de pedidos de isenção de direitos aduaneiros de mercadorias apresentados pelos operadores locais, desencadeando negociações e mantendo uma comunicação estreita com os serviços competentes do Interior da China em matéria de critérios de origem de mercadorias; (3) Estudar, em colaboração com as autoridades da China Continental, a viabilidade de os produtos provenientes dos países lusófonos, após utilizados como matéria-prima e sujeitos a um processo de transformação simples em Macau, poderem ser considerados como produtos de Macau e exportados para o Interior da China com benefício da isenção dos direitos aduaneiros ao abrigo do Acordo CEPA.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
39.	F o m e n t o do desenvolvimento do sector da moda de Macau	(1) Encorajar os estilistas da moda de Macau para o desenvolvimento de marcas de <i>design</i> de moda com características próprias de Macau. (2) Organizar os estilistas e comerciantes de marcas de Macau para participarem em actividades de moda ou fazerem visita de estudo no exterior, promovendo ainda exposições relacionadas com o vestuário e a maquilhagem. (3) Fomentar as relações de cooperação entre estilistas de moda, empresas, organizações e outras corporações de Macau.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
Promoção da diversificação adequada da economia: Outras medidas				
40.	Apoio ao desenvolvimento da diversificação adequada da economia através de políticas de recursos humanos	Prestar apoio apropriado às actividades económicas emergentes consideradas relevantes para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, quer no que toca à oferta de mão-de-obra, quer no que diz respeito à formação de recursos humanos existentes. Quanto aos pedidos apresentados por empresas recém-criadas, irá providenciar-se de acordo com a situação real das mesmas, acelerando o processo de atribuição de um número adequado de TNRs a seu favor, procurando, desta forma, dar resposta às necessidades de mão-de-obra durante a fase inicial da exploração das suas actividades.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
41.	Continuidade no acompanhamento da criação do "Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau", e no aperfeiçoamento respectivo	Dar prosseguimento aos trabalhos iniciados em 2015, com vista a criar um sistema que permita reflectir, de forma integral, a situação do desenvolvimento do processo de diversificação adequada da economia local, concluindo a definição do subsistema de indicadores estatísticos das três indústrias emergentes seguintes: convenções e exposições, cultural e criativa, bem como medicina tradicional chinesa.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Em 2016
Apoio ao desenvolvimento das empresas de micro, pequena e média dimensão				
42.	Implementação e aperfeiçoamento com eficácia dos diversos planos de apoio a pequenas e médias empresas	Implementação eficaz dos diversos planos de apoio a pequenas e médias empresas , incluindo o "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas de Garantia de Juros Destinados a Projectos Específicos", a "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial" e os "Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial". Aperfeiçoamento do "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas" . Procura proporcionar às empresas beneficiadas que tenham reembolsado integralmente os subsídios anteriormente recebidos, oportunidade de acesso, pela 2.ª vez, ao mesmo plano de apoio, para prestação de ajuda na ultrapassagem das suas dificuldades de obtenção do financiamento necessário, elevando a sua capacidade de exploração sustentada e respectiva competitividade para fazer face às dificuldades resultantes do ajustamento económico.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade Primeiro semestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
43.	Prestação de apoio às microempresas e PMEs na resolução do problema de escassez de recursos humanos	<p>Acelerar o tratamento dos pedidos de importação dos trabalhadores não residentes (TNRs) apresentados pelas microempresas e PMEs, sem prejuízo das oportunidades de emprego dos trabalhadores residentes e respectivos direitos e interesses laborais, por forma a aliviar as suas dificuldades relativamente à escassez de mão-de-obra. Organizar, em conjunto com as associações sectoriais, sessões de esclarecimento sobre a formulação de pedidos de importação de mão-de-obra, proporcionando às empresas plenos conhecimentos sobre as formalidades administrativas dos pedidos, a classificação das profissões, entre outros assuntos.</p> <p>Através da integração de uma parte de tipos de trabalho nos sectores como da construção civil, de venda por grosso e a retalho, etc., será reduzido o volume de mão-de-obra e o número de trabalhadores não residentes (TNRs), procurando elevar a flexibilidade de alocação de recursos humanos.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
44.	Apoio às empresas na participação em conferências feiras, na promoção de negócios e na exploração de mercados nacionais e ultramarinos	<p>(1) Prestação continua dos incentivos financeiros, medidas de apoio e planos preferenciais às PMEs para a participação em feiras e exposições e visitas de estudo no Interior da China e no exterior. Reservar espaço em feiras e exposições de grande dimensão, instalando zonas temáticas e realizando, em simultâneo, actividades temáticas a favor das PMEs, para além do apoio às PMEs na participação na "Semana Dinâmica de Macau", entre outros eventos.</p>	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>(2) Revisão e elevação da eficácia das diligências para apoio às empresas na participação em feiras, conferências e visitas de estudo. Por um lado, organizar, de forma direccionada, delegações empresarias para participação em feiras, conferências e visitas de estudo, em conformidade com as suas necessidades, deslocando-se particularmente aos países e regiões situadas ao longo do percurso "Uma Faixa e Uma Rota", seguindo a estratégia de "investir fora". Ao mesmo tempo, convidar mais profissionais oriundos de diferentes sectores e líderes das empresas do exterior para realizar intercâmbio com empresas locais, seguindo a estratégia de "atrair investidores".</p> <p>(3) Criação de uma plataforma para apoiar as PMEs na promoção das Marcas de Macau. Continuar a dar apoio à promoção dos produtos e serviços "Fabricados em Macau" e "Criativos de Macau" através do "Macao Ideas" e das plataformas do Interior da China e do exterior, ajudando as empresas na exploração de oportunidades de negócio.</p>	<p>Primeiro trimestre de 2016</p> <p>Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento</p>	<p>Trabalho com continuidade</p> <p>Trabalho com continuidade</p>
45.	Incentivo às micro, pequenas e médias empresas no desenvolvimento do comércio electrónico e elevação da sua competitividade	Incentivar as micro, pequenas e médias empresas a uso do comércio electrónico para expandir os seus negócios, mediante a realização contínua de workshops temáticos e cursos de formação, promoção das medidas de apoio e de incentivo, promoção da aplicação do "Cloud Platform" e respectivos serviços de formação, organização das empresas para a participação em feiras e visitas de estudo, medidas de apoio como a promoção do plano da experiência electrónica e serviços adequados às empresas de restauração.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
46.	Criação de uma plataforma online com informações das PMEs	(1) Apresentar os produtos e serviços das empresas beneficiárias do “Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas”, bem como das outras PMEs, com vista a destacar os produtos de marca de Macau e criar uma plataforma de bolsas de contacto e informação geral para os compradores e fornecedores, ajudando-os na exploração de oportunidades de negócios. (2) Recolher os projectos de sourcing das empresas privadas e do Governo da RAEM para as PMEs participarem no concurso. (3) Apresentar as lojas características, proporcionando cupões descarregáveis para os turistas e residentes, no sentido de promover o desenvolvimento da economia comunitária. (4) Partilhar as experiências de negócio mediante a coluna de negócio das PMEs, proporcionando uma plataforma de intercâmbio.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
47.	Apoio às empresas na inovação e elevação do modelo de gestão e da qualidade dos produtos fabricados	(1) Reforço dos serviços de consultadoria e de mediação para as pequenas e médias empresas (PMEs). Proceder-se-á, de forma constante, à consolidação do serviço de consultadoria e de equipa de consultores, de acordo com as necessidades das empresas e através da integração dos diferentes recursos, proporcionando o “serviço prestado <i>in- loco</i> ”, assistindo e participando na resolução dos problemas ou dificuldades por elas encontrados. (2) Realização de acções de formação no âmbito da exploração de negócios. Para elevar o nível operacional e	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>de gestão das empresas, irão ser organizadas actividades como palestras e formação, tais como o "Workshop/palestra sobre comercialização na China Continental".</p> <p>(3) Apoio a PME's na inovação de serviços e produtos e na elevação das respectivas qualidades. Será prestado suporte às PME's locais no desenvolvimento e inovação de produtos, providenciando-lhes apoios técnicos, de gestão, etc. (4) Apoio a PME's e microempresas na criação e no fortalecimento de marcas com características locais. Através da elaboração de uma lista de empresas do sector de venda de "souvenir alimentar" com características locais e respectivas marcas; realização de visitas às ditas empresas e organização de seminários e <i>workshops</i> no âmbito da promoção de marcas, proporcionando apoio às empresas na elevação da sua capacidade de divulgação dos seus produtos de marca. (5) Apoio a empresas na optimização do sistema de gestão e na obtenção de certificação internacional. Para promover a sistematização de gestão das empresas locais e a elevação do seu nível até a um degrau internacionalmente reconhecido, serão proporcionados o "Instrumento sobre gestão" e o "Programa experimental para elevação do nível da gestão", pretendendo-se, através das acções de aconselhamento e de formação dirigidas a determinadas empresas, ajudá-las a criar e implementar os seus sistemas de gestão. Dar-se-á prosseguimento ao</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
48.	Consolidação e optimização do projecto do símbolo de qualidade das Lojas Certificadas e promoção da cultura de venda com credibilidade	<p>“Programa de incentivos para a certificação/reconhecimento de sistemas internacionais de gestão”, intensificando a assistência prestada às empresas no âmbito de apoio de consultoria técnica em matérias de avaliação de riscos, de auditoria interna, da análise de desníveis, da criação do sistema de documentação, da elevação dos serviços de qualidade prestados/cliente misterioso, etc. (6) Apoio a produtores locais na elevação da qualidade dos seus produtos até a um nível internacionalmente reconhecido. Dar-se-á continuidade às acções que visam ajudar os produtores a aumentarem o nível de qualidade e o grau de segurança dos seus produtos através dos processos de testes e análises, facultando aos produtores qualificados subsídios para a certificação, pela 1.ª vez, dos seus produtos, mediante o “Programa de subsídios para a certificação de produtos”.</p> <p>(1) Planear a cooperação com as associações comunitárias para promover e encorajar os estabelecimentos comerciais dos bairros a aderirem ao sistema de Lojas Certificadas; (2) Aperfeiçoar o sistema de avaliação de Lojas Certificadas, revendo, de forma global, a situação de implementação dos códigos de práticas, optimizando os critérios da avaliação, procedendo, com rigor, à apreciação e emissão de autorização, com vista a garantir a credibilidade do símbolo de qualidade das Lojas Certificadas; (5) Criar os serviços de inscrição <i>online</i> para a adesão ao sistema de</p>	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
49.	Empenho no acompanhamento dos processos da definição de instruções quanto à aquisição e ao uso prioritários de bens e serviços de Macau pelo Governo	Lojas Aderentes e os respectivos requerimentos, com vista a reduzir o tempo de circulação de documentos no pedido de adesão e assim acelerar o processo de aprovação; (4) Desenvolver trabalhos na área de defesa do consumidor, em parceria com as Lojas Certificadas; (5) Lançar o selo de autenticação de Loja Certificada; (6) Reforçar os trabalhos de fiscalização às Lojas Certificadas mediante a inspeção, a avaliação e os clientes ocultos.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Com implementação experimental a ser realizada em 2016
50.	Valorização eficaz das funções do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC)	Rever e aperfeiçoar os processos de apreciação e autorização dos pedidos de apoio financeiro apresentados ao FDIC, como forma de apoio ao desenvolvimento das empresas de micro, pequena e média dimensão.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
51.	Valorização plena das funções das câmaras comerciais e organismos associativos na prestação de apoio às micro, pequenas e médias empresa	Reforçar a ligação e cooperação com as câmaras comerciais e organismos associativos, auscultando as suas opiniões e sugestões, para lhes prestar ajuda e apoio no desenvolvimento de projectos e actividades favoráveis à expansão das microempresas e das PMEs.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Apoio e assistência aos jovens na sua criação de negócios e no emprego				
52.	Promoção de ideias e culturas inovadoras	Realizar uma série de actividades que abrangem, entre outras, a formulação de convite aos empresários e empreendedores prestigiados, locais e estrangeiros, bem como aos fundadores do Fundo de Investimento <i>Angel</i> , para partilharem informações e experiências em destaque sobre inovação e criação de negócios; a organização de competições na área de inovação do modelo de exploração, destinadas às micro, pequenas e médias empresas (incluindo as lojas tradicionais com características), bem como às empresas criadas pelos jovens empreendedores. Intensificar a diversidade das acções promocionais e de divulgação, no sentido de criar um ambiente cultural impulsionador de inovação, procurando, assim, reforçar as ideias inovadoras dos jovens e cidadãos de todos os sectores locais.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
53.	Disponibilização, mediante diversos canais, de actividades almejadas em incentivar a inspiração empreendedora dos jovens, acções de aconselhamento e formação respectivas	(1) Aprofundamento dos serviços de formação e de consultadoria. Com base nos actuais "Cursos Gerais para Criação de Negócios (42 horas)", serão reforçados os conhecimentos relativos à operação sectorial, estratégias de <i>marketing</i> , gestão financeira, práticas jurídicas e, ainda, culturas de fazer negócios e de gestão no Interior da China. (2) Lançamento do Plano de Orientadores-Amigos: a equipa de orientadores composta por	Primeiro semestre de 2016	Em 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>empresários e profissionais provenientes dos diversos sectores económicos irá dar a conhecer aos jovens empreendedores as suas experiências e técnicas de fazer negócios, bem como o alargamento da rede comercial, ajudando-lhes a resolver problemas operacionais ocorridos em diferentes etapas como produção, <i>marketing</i> e promoção, impulsionando o desenvolvimento e crescimento das empresas dos jovens empreendedores, ajudando-as a transformar-se em prestadores de produtos ou serviços das operadoras do jogo ou de grandes empresas. (3) Aprofundamento das actividades de troca de experiências, proporcionando aos jovens empreendedores oportunidades de intercâmbio diversificado, permitindo-lhes conhecer e ampliar a sua rede comercial, ainda, estabelecer contactos com os investidores potenciais, promovendo o intercâmbio e a partilha de experiências. (4) Realização dos cursos de formação empresarial. Irá organizar, juntamente com as organizações comerciais estrangeiras, acções de formação, abertas aos jovens empreendedores, com quotas reservadas para os mesmos, a fim de os ajudar a conhecer a tendência do desenvolvimento do mercado e explorar as oportunidades de negócios. Planeia-se, de forma preliminar, a organização do curso de formação empresarial em 2016.</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
54.	Acompanhamento de perto as empresas dos jovens empreendedores, resumindo experiências e eficácia de medidas	Acompanhar, profundamente, a situação operacional das empresas beneficiárias do Plano de apoio a jovens empreendedores e de outras incubadas, arranjando, por iniciativa própria, equipa de conselheiros profissionais para diagnosticar empresas com dificuldades na sua exploração, ajudando-as a aumentar a sua capacidade de exploração contínua, registando e promovendo as experiências operacionais das empresas distintas nos sectores com representatividade para que possam ser tomadas como referência aquando da definição de políticas de apoio no futuro.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
55.	Prestação de maior importância na exploração de ideias excelentes de empreendedorismo juvenil, apoiando a sua incubação com sucesso	(1) Empenhar-se, através da realização do concurso de jovens empreendedores "Internet Plus", em incentivar os jovens a recorrerem ao "Internet Plus" para dinamizar a sua vitalidade inovadora e empreendedora, prestando aos premiados apoios nos aspectos como fundos; entrada no Centro de Incubação de Negócios para os Jovens; serviço de aconselhamento "um a um" em todo o processo pela equipa de conselheiros profissionais; participação em concursos de empreendedorismo no Interior da China, etc., com vista a ajudar os jovens a encontrar financiamentos para que as suas ideias de empreendedorismo possam ser incubadas em direcção a uma unidade empresarial. (2) Organizar actividades para promoção de investimentos e bolsa de contactos respectivas, proporcionando acções de formação e de aconselhamento específicas, a fim de facultar às empresas empreendedoras oportunidades para aquisição de financiamento conjugação empresarial.	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
56.	Implementação e optimização do Plano de apoio a jovens empreendedores	Proceder-se à revisão do Plano, passando a ser um requisito indispensável para a candidatura a este apoio, a conclusão, por parte dos requerentes, dos cursos de formação reconhecidos pelo Governo em matéria de criação de negócios e de <i>marketing</i> , procedendo-se ainda à simplificação das formalidades respectivas e ao aperfeiçoamento da definição de "Jovens de Macau que criem o seu primeiro negócio", entre outros aspectos.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
57.	Optimização do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens	Optimizar a plataforma online, reforçando as acções promocionais e de intercâmbio. Privilegiar os trabalhos de optimização e exploração de diversos tipos de plataforma <i>online</i> , incluindo sítios electrónicos temáticos, aplicações do telemóvel, plataformas sociais, contas públicas de <i>Wechat</i> , entre outros. Reforçar a promoção dos serviços do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens, proporcionando uma plataforma de intercâmbio conveniente entre o Centro e os utentes dos seus serviços, bem como entre os próprios utentes dos serviços.	Primeiro trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
58.	Apoio aos jovens no desenvolvimento de plataformas de criação de negócios mediante a cooperação regional	(1) Mobilizar as associações juvenis e os indivíduos interessados em criar os seus negócios a participarem nas feiras e nas visitas de estudos a realizar localmente e no exterior, entre outras actividades. (2) Apoiar os jovens a aproveitarem as plataformas de prática criadas por Hengqin, Nansha e Zhongshan em prol dos jovens de	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
59.	Prestação de plenas orientações e apoio ao emprego dos jovens	<p>Macao na criação dos seus negócios, facultando-lhes, para o efeito, serviços como o fornecimento de informações sobre a tendência mais actualizada do desenvolvimento daqueles territórios e respectivos projectos, consultadoria durante a fase inicial dos negócios a criar, bolas de contacto e s negociações empresariais, cursos de formação profissionais, previsão das informações sobre riscos, etc. (3) Implementar, com eficácia, o acordo assinado entre Guangzhou e Macau sobre o "Fomento conjunto da cooperação entre os jovens de Guangzhou e de Macau no âmbito do emprego e da criação de negócios".</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
		<p>(1) Reforço da sensibilização dos jovens sobre o "Planeamento da carreira profissional", na fase escolar e laboral, através da articulação e cooperação com outros serviços, associações e instituições, ajudando-os a formar um entusiasmo promissor para que possam pensar, o mais cedo possível, na sua própria aprendizagem e no planeamento do emprego. (2) Aperfeiçoamento do serviço de aconselhamento profissional aos jovens, ajudando os jovens a passar gradualmente da escola para o campo profissional. (3) Realização de uma série de serviços de apoio, nomeadamente seminários sobre o emprego, <i>workshops</i> de simulação de entrevistas, avaliação de capacidades profissionais, etc..., para aumentar os conhecimentos dos jovens sobre o desenvolvimento do mercado de trabalho, as técnicas de entrevista e as suas próprias capacidades e vocações profissionais.</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
60.	Criação de formação específica para os jovens	<p>(1) Implementação do plano de formação para alunos excelentes.</p> <p>(2) Organização de "Formação em Aprendizagem" para os jovens, ligando a teoria à prática, podendo os jovens, através dos conhecimentos adquiridos nas aulas e no estágio realizado nas empresas, conhecerem as técnicas profissionais necessárias no trabalho e ganharem experiência, aumentando, desse modo, as suas técnicas de comunicação interpessoal e de cooperação.</p>	<p>Primeiro trimestre de 2016</p> <p>Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento</p>	<p>Trabalho com continuidade</p> <p>Trabalho com continuidade</p>
61.	Prestação de serviços de apoio ao emprego dos jovens através de várias medidas	<p>Apoiar e incentivar as associações sociais na realização de actividades e prestação de serviços, para aprofundamento dos conhecimentos dos jovens sobre diferentes actividades profissionais e conhecimento da sua vocação profissional. Ponderar a criação de uma plataforma sobre informações dos serviços de emprego para os jovens.</p>	Já iniciado	Trabalho com continuidade
62.	Elevação da sensibilidade dos jovens para a entrada em competições	<p>Organizar diversas competições de técnicas profissionais para os jovens, a fim de elevar a sua sensibilidade para a entrada em competições. Organizar também sessões de partilha de opiniões e experiência adquirida pelos jovens que participaram em competições internacionais, nomeadamente dos jovens premiados, a fim de incentivar mais jovens a participar em competições internacionais.</p>	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
63.	Apoio aos jovens no aproveitamento de oportunidades de emprego derivadas da cooperação regional	Mobilizar os jovens de Macau a efectuarem visitas de estudo às províncias e cidades do Interior da China, para que conheçam as tendências de desenvolvimento da cooperação regional e as informações actuais das políticas inerentes, aumentando desse modo a sua sensibilidade para o emprego diversificado e transfronteiriço.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Fomento do desenvolvimento da economia comunitária				
64.	Valorização plena das funções do Grupo de estudo do desenvolvimento da economia comunitária do Conselho para o Desenvolvimento Económico	<p>Criar um grupo especializado interdepartamental adesivo ao referido Grupo de estudo, composto por representantes dos serviços públicos nas áreas de economia e comércio, finanças, planeamento urbano, trânsito, protecção ambiental, assuntos sociais e do bem-estar da população, a fim de promover o desenvolvimento da economia comunitária.</p> <p>O grupo de estudo irá, através da cooperação com os organismos comerciais e as associações civis dos bairros comunitários, realizar, faseadamente, investigações e estudos com fins específicos relativamente aos principais bairros de Macau, encorajando a participação de todos os sectores, no sentido de verificar as vantagens existentes em diferentes bairros comunitários, bem como os problemas e obstáculos encontrados no decurso do seu desenvolvimento, a fim de propor políticas e medidas concretas. No próximo ano, irá ser seleccionado nas zonas</p>	Em 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
65.	Implementação plena do projecto "Entrar nas PME's"	<p>do Norte, Central e das Ilhas, um bairro comunitário de cada uma para se pôr em prática, a título experimental, a iniciativa supramencionada, alargando-se, de forma gradual e faseada, o seu âmbito para outros bairros principais.</p> <p>Com base no balanço dos trabalhos realizados a título experimental neste ano, os serviços competentes da área de economia e finanças e o CPTTM irão enviar pessoal para efectuar visitas periódicas às empresas dos bairros, apresentando às mesmas os diversos serviços e medidas de apoio proporcionados a PME's, procedimentos administrativos, actividades de promoção económica e comercial, a fim de conhecer a situação de exploração das micro, pequenas e médias empresas dos diversos sectores localizadas em diferentes bairros comunitários, tomando iniciativa própria para proceder ao devido acompanhamento e encaminhamento, bem como prestar apoios viáveis. Ao mesmo tempo, irá também realizar, através da colaboração com associações industriais e comerciais de cada zona, sessões de esclarecimento/consultadoria sobre formalidades administrativas relacionadas com a exploração empresarial quando a necessidade se justifique.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
66.	Apoio contínuo à realização de actividades de consumo nos bairros comunitários	Dar apoio, sob coordenação global e planeamento sistemático da calendarização das actividades às associações dos bairros comunitários na realização de actividades favoráveis à elevação da imagem de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, valorizando os efeitos sinérgicos entre as diversas actividades, atraindo a vinda dos visitantes para consumir em Macau, promovendo o consumo doméstico, aumentando o dinamismo da economia comunitária. E, através da plataforma de informação <i>online</i> das PMEs de Macau recém-criada, são apresentadas as lojas características em cada zona, com cupões disponíveis para serem descarregados pelos residentes e visitantes a usar naquelas lojas, de modo a promover o consumo dos bairros comunitários.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
Promoção do emprego dos residentes, assegurando os seus direitos e interesses laborais				
67.	Acompanhamento estreito e coordenação no tratamento dos eventuais problemas sobre o trabalho e incidentes imprevistos ocorridos ao longo do processo de ajustamento económico	(1) Continuidade na realização de uma monitorização estreita às mudanças do mercado de trabalho por parte do grupo de acompanhamento interdepartamental liderado pelo Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, respondendo por iniciativa própria e atempadamente a diversos problemas e incidentes imprevistos, especialmente à questão do desemprego, empenhando-se, desse modo, na manutenção da baixa taxa de desemprego. (2)	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
68.	Apoio aos trabalhadores residentes para ultrapassarem a fase de ajustamento económico	Desenvolvimento pleno do papel do Conselho Permanente de Concertação Social na promoção de relações laborais harmoniosas. (3) Empenho na conciliação de conflitos laborais e reforço na divulgação da legislação, proporcionando serviços de consultadoria sobre direitos e interesses laborais através do plano de "serviço prestado <i>in- loco</i> ". (4) Continuação da exigência às empresas do sector do jogo e aos promotores do jogo para comunicar, atempadamente e nos termos legais, a situação de emprego dos seus trabalhadores.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>acções de recrutamento organizadas pelas empresas de grande dimensão, a fim de os ajudar na elevação das suas técnicas e na reintegração laboral. (3) Disponibilização de uma plataforma de registo de pedidos de emprego e conjugação do emprego <i>on-line</i> e <i>off-line</i>, simplificando as formalidades respectivas, para que os candidatos e empregadores registados possam, por si próprios, fazer a conjugação do emprego na rede, elevando assim a sua eficácia. (4) Promoção de cursos conforme as necessidades para elevação de técnicas, designadamente organização de formação destinada aos trabalhadores do sector do jogo e prestação do serviço de colocação profissional aos mesmos, dando apoio na sua mobilidade para sectores não jogo. (5) Prestação de informações aos candidatos de emprego e realização de colocação profissional junto das empresas, enviando pessoal para acompanhar as acções de recrutamento organizadas por empresas de grande dimensão, tais como hotéis e empresas do sector do jogo, ou empresas que têm pedido a contratação de um maior número de TNR's, a fim de exortar as empresas para a contratação de candidatos que preenchem os requisitos. (6) Execução eficaz da Lei sobre "Garantia de créditos emergentes das relações de trabalho" que entrará em vigor em 2016, com base no princípio de facilitar a população. (7) Continuação da organização de cursos de formação</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
69.	Reforço da gestão dos trabalhadores não residentes nos termos legais	<p>subsidados destinados aos pescadores durante o período de defeso da pesca, de forma a atenuar as pressões económicas dos pescadores naquela época e a alargar a sua carreira profissional.</p> <p>(1) Acompanhamento estreito das mudanças da situação económica interna e externa, e execução contínua da "Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais" e da "Lei da contratação de trabalhadores não residentes", com base na garantia da prioridade de emprego dos residentes e princípio de não afectação dos direitos e interesses laborais dos mesmos, apreciando rigorosamente os pedidos de importação de TNR's e concretizando o mecanismo de saída dos mesmos, de forma a controlar atempadamente o seu número. (2) Tomada de iniciativa para realização de acções de fiscalização de natureza preventiva, fiscalizando rigorosamente a situação de cumprimento das condições ou encargos previstos no despacho de autorização da contratação, e aplicando, nos termos legais, as sanções aos casos de infração. Ligação estreita com as forças policiais, combatendo rigorosamente o trabalho ilegal. (3) Aperfeiçoamento contínuo da base de dados dos TNR's, enviando pessoal para participar nas diferentes actividades de colocação profissional e nas acções de recrutamento, a fim de reforçar o estudo do mercado de trabalho de Macau. (4) Colaboração</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
70.	Continuação do aperfeiçoamento das leis e diplomas legais sobre o trabalho	<p>interdepartamental para realização efectiva do trabalho de coordenação conjunta sobre a saída dos TNR's, incluindo a fiscalização das empresas sobre a situação de concessão aos TNR's dos seus direitos e interesses legais. Apreciação dos pedidos de importação de TNR's do sector da construção civil conforme o andamento das obras e da situação real, reduzindo gradualmente o número dos trabalhadores autorizados. (5) Regulamentação da formação dos TNR's antes do início do trabalho. Continuação da organização de formação em conjunto com as associações do sector de agências de emprego, e prestação de esclarecimentos, junto dos trabalhadores da construção civil do Interior da China que vêm para Macau trabalhar, sobre os seus direitos, deveres e garantias, a fim de reduzir as oportunidades de ocorrência de conflitos laborais.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		de gestão do pessoal de estaleiros de construção civil em obras de empreitada ou de locais onde se realizam obras”, diligenciando para a sua entrada em processo legislativo com a maior brevidade possível. Dar acompanhamento aos trabalhos de alteração da legislação sobre o “Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil” e o “Quadro legal sancionatório das infracções aos preceitos regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil”; ao estudo da produção legislativa sobre a plena implementação do salário mínimo; à alteração da proposta de lei sobre o “Regime de licenciamento de agências de emprego e do seu funcionamento”; à alteração da legislação sobre a formação profissional e ao estudo da elaboração da lei e diplomas legais relevantes sobre o “Fundo de apoio aos desempregados”.		
Aumento da competitividade dos trabalhadores residentes e apoio na sua ascensão profissional e mobilidade horizontal				
71.	Exortação às empresas do sector do jogo para prestação de formação aos trabalhadores residentes em serviço, de modo a elevar a capacidade de ascensão profissional e mobilidade horizontal dos mesmos	(1) Lançamento dos cursos de diploma de gestão e dos do ensino recorrente para diferentes áreas, em colaboração com as instituições do ensino superior e escolas secundárias de Macau; (2) Disponibilização de actividades específicas e a nível interno em treinos de técnicas profissionais e formação de técnicas da sua gestão; (3) Criação de oportunidades de intercâmbio e de formação no exterior, permitindo aos trabalhadores	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
72.	Organização de cursos de formação profissional diversificados e específicos conforme as necessidades, e aumento da eficácia da formação	o alargamento da sua visão e o cultivo do seu sentido comercial alheio do trabalho; (4) Exortação às empresas do sector do jogo para oferecerem aos seus trabalhadores oportunidades de promoção profissional e de mudança de trabalho para sectores além do jogo, permitindo-lhes, concluídos os cursos de formação respectivos, trabalhar e aprender, de forma rotativa, em diferentes departamentos e postos; (5) Discussão e organização com as operadoras do jogo de actividades de formação remunerada e em serviço sobre técnicas em áreas de jogo e não jogo, destinada exclusivamente aos trabalhadores do respectivo sector, com matérias incididas sobre a gestão de mesas de jogo, os serviços aos clientes, as técnicas de <i>marketing</i> , as técnicas de manutenção de instalações, etc.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
73.	Reforço da optimização da formação de técnicas profissionais, testes e trabalho de certificação	<p>moda. (4) Aumento do empenho na organização de mais cursos de formação de técnicas práticas para o sector do turismo, a fim de dar resposta às necessidades de recursos humanos nos sectores de hotelaria, comércio a retalho, restauração e serviços, entre outros. (5) Organização de cursos de formação destinados aos trabalhadores residentes do sector de hotelaria, sobre línguas, conhecimentos profissionais do sector e técnicas de gestão, a fim de reforçar as oportunidades de desenvolvimento da sua profissão. (6) Continuação da introdução e organização em Macau de exames profissionais/públicos internacionais (e acções de apoio para preparação de exames) nas áreas de tecnologia informática, comercialização e gestão, técnicas profissionais sectoriais e linguagem, bem como relacionados com a admissão em instituições de ensino, bem como da divulgação e fornecimento, junto de empresas e de particulares, de informações sobre exames e respectivos dados de referência úteis para o desenvolvimento da carreira profissional.</p> <p>(1) Continuação da optimização dos diferentes tipos de formação de técnicas e modalidades de testes de técnicas organizadas para os diversos sectores, designadamente os sectores de transportes, restauração, comércio a retalho, hotelaria, reparação de obras, cuidados pessoais e serviços, tendo como modelo de desenvolvimento a "formação conjugada com testes de certificação", a "ligação estreita</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>com o emprego” ou a “formação remunerada em serviço”, a fim de aumentar a competitividade no emprego e de mudança do trabalho dos residentes. (2) Organização contínua em Macau de exames de qualificação profissional nacionais, assim como aulas de apoio para preparação dos mesmos, lançando mais testes de técnicas profissionais para diferentes tipos de trabalho ou cursos de formação com testes de certificação, com vista a, por um lado, promover o desenvolvimento dos sectores de actividades económicas e, por outro, acelerar a formação de pessoal qualificado. (3) Realização contínua de testes de técnicas profissionais para diferentes tipos de trabalho e diferentes níveis, alargando gradualmente o âmbito dos testes de técnicas segundo o modelo “1 teste 2 certificados” para mais profissões e criação de novos modelos de testes com certificação. (4) Empenho na coorganização com entidades do Interior da China e outras regiões de projectos segundo o modelo “1 teste 3 certificados”, proporcionando aos candidatos, através da aprovação num único teste, a obtenção simultânea de certificados de (qualificação) de técnicas profissionais do Interior da China e de Macau, com reconhecimento a nível internacional. (5) Estudo da viabilidade de alargamento do âmbito da certificação segundo o modelo “1 teste 2 certificados” para os residentes do Interior da China, a fim de avançar</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>com os trabalhos de reconhecimento mútuo de técnicas entre os residentes dos dois locais. (6) Continuação da promoção e optimização do "Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações" segundo o modelo de formação remunerada em serviço, proporcionando formação diversificada de técnicas profissionais na área de manutenção de instalações destinada aos trabalhadores de base, reparadores admitidos recentemente e indivíduos que pretendem mudar de posto de trabalho e introdução de testes de técnicas, prevendo-se que, entre 2016 e 2018, possam ser disponibilizadas anualmente 400 vagas de formação. (7) Reforço da divulgação da certificação de técnicas profissionais, procurando, através dos diversos meios promocionais, aumentar a atenção da sociedade relativamente a esta matéria, incentivando deste modo os residentes locais a participarem em testes para certificação de técnicas.</p>		
74.	<p>Impulso às empresas de grande dimensão para procederem à concretização dos planos de ascensão profissional e mobilidade horizontal dos trabalhadores residentes</p>	<p>(1) Criação gradual do mecanismo de fiscalização da promoção dos trabalhadores residentes das empresas do jogo, verificando a proporção de trabalhadores residentes em lugares de chefia, continuando a exigir às empresas do jogo a apresentação periódica do plano de trabalho sobre a formação e a promoção dos trabalhadores dos diferentes níveis e a respectiva calendarização. (2) Controlo e ajustamento do número de TNRs das empresas de maior</p>	<p>Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento</p>	<p>Trabalho com continuidade</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		dimensão, nomeadamente das empresas do jogo, conforme a situação de promoção dos trabalhadores residentes por parte dessas empresas e a situação socioeconómica, aquando da apreciação dos seus pedidos de importação e renovação de mão-de-obra estrangeira, procurando, desta forma, garantir a oportunidade de promoção prioritária dos trabalhadores residentes e, elevar gradualmente a proporção de trabalhadores residentes em lugares de chefia.		
75.	Reforço da fiscalização dos cursos de formação e acompanhamento da sua eficácia	Criar um mecanismo de avaliação da eficácia da formação profissional, continuando a analisar e acompanhar a sua eficácia, com atenção focada essencialmente na recolha de informações sobre a mobilidade profissional dos trabalhadores residentes das empresas do jogo após a formação, avaliando a sua eficácia para que seja aperfeiçoada a formação profissional.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
76.	Lançamento do "Plano de formação profissional para idosos"	Em articulação da política demográfica da RAEM com o "Plano decenal de acção para o mecanismo de protecção dos idosos da RAEM", serão organizados cursos de formação profissional dirigidos exclusivamente aos idosos, no intuito de aumentar a sua empregabilidade ou as suas técnicas profissionais, apoiando os idosos que têm capacidade e pretendem continuar a trabalhar a reintegrarem no mercado de trabalho.	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Prestação de atenção e apoio na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade, bem como dos desfavorecidos				
77.	Apoio na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade, bem como dos desfavorecidos	Continuação da prestação de serviço específico, nomeadamente organização de seminários sobre o emprego e <i>workshops</i> de simulação de entrevistas, para os candidatos que participaram no "Projecto de serviço sobre vida positiva" do Instituto de Acção Social, facultando-lhes informações do mercado de trabalho e dando-lhes apoio no reforço de técnicas de comunicação interpessoal. Criação de acções de recrutamento destinadas aos indivíduos que participam em cursos de formação profissional.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
78.	Apoio na integração laboral dos indivíduos com deficiência	(1) Estudo do lançamento de medidas de incentivos fiscais para os empregadores que contratem indivíduos com deficiência, e da viabilidade da implementação do subsídio complementar de rendimentos do trabalho para indivíduos com deficiência. (2) Prestação de serviços de emprego específicos para indivíduos com deficiência, proporcionando-lhes serviços de recrutamento e de conjugação do emprego. Ao mesmo tempo, realização da actividade "Experiência de trabalho durante as férias escolares de Verão" destinada aos alunos com deficiência, para, através da articulação da aprendizagem com a prática lhes dar a conhecer o ambiente de trabalho e a adquirir experiência no	Primeiro semestre de 2016 Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		trabalho, elevando desse modo a sua empregabilidade. (3) Realização do "Projecto sobre prémios de excelência para os melhores empregados deficientes" para aumentar o reconhecimento da sociedade sobre a capacidade de trabalho desses indivíduos. (4) Cooperação com escolas de educação especial e instituições de reabilitação, enviando pessoal, através do "serviço prestado <i>in- loco</i> ", para ajudar os indivíduos com deficiência a efectuar o registo de pedido de emprego na rede e fazer, nesses mesmos locais, aconselhamento profissional, no sentido de conhecer a capacidade de trabalho desses indivíduos e a área profissional do seu interesse. (5) Realização de cursos de formação profissional destinados aos indivíduos com deficiência, ajudando-os a dominar as respectivas técnicas profissionais.		
Reforço das acções relacionadas com a segurança e saúde ocupacional, assegurando a segurança nos trabalhos dos trabalhadores				
79.	Execução eficaz da legislação sobre segurança e saúde ocupacional	Para dar resposta ao "Regulamento sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil" que, neste momento, se encontra em via de revisão, proceder-se-á, em colaboração com as associações, à elaboração de orientações e organização de cursos de formação, para que os operadores do sector de construção civil, nomeadamente os técnicos responsáveis pelos determinados trabalhos específicos, adquiram conhecimentos para execução dos respectivos trabalhos e procedimentos relacionados.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
80.	<p>Incentivo às empresas na criação do regime de gestão de segurança e saúde ocupacional e da cultura de segurança</p>	<p>(1) Continuação da organização e promoção do plano subsidiado de "Gestão da prática de segurança e saúde ocupacional em estaleiros de obras de pequena e média dimensão", ajudando os empreiteiros dos estaleiros de obras de pequena e média dimensão na realização de um trabalho eficiente de gestão de segurança nos estaleiros e de segurança e saúde ocupacional, prestando ainda assistência técnica para a realização de actividades de formação e facultando subsídios para equipamentos de segurança. (2) Para encorajar as empresas na aplicação do conceito de trabalho seguro, serão dados elogios e atribuídos prémios às empresas e trabalhadores com bom desempenho, lançando, por exemplo o programa do "Prémio de excelência em segurança e saúde ocupacional para o sector da restauração". No que se refere aos sectores com mais riscos profissionais e onde ocorrem mais acidentes de trabalho, será organizado o "Prémio de excelência em segurança no trabalho da construção civil" com o objectivo de aumentar a sensibilidade dos empreiteiros, subempreiteiros, encarregados de segurança e trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho da construção civil, encorajando, desse modo, este sector na aplicação do conceito de trabalho seguro. (3) Continuação do lançamento de mais planos subsidiados para dispositivos de segurança a favor</p>	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
81.	Reforço na promoção da segurança e saúde ocupacional	<p>das empresas de construção civil de pequena e média dimensão, administração predial, decoração, obras de reparação, etc., a fim de acompanhar as necessidades de desenvolvimento desses sectores, apoiando-os na criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável. 4) Empenho na apresentação de uma proposta aos serviços de obras públicas para integração do "Plano de pagamento para a segurança em estaleiros de obras" nos concursos de obras públicas de Macau, incentivando os empreiteiros a tomar medidas de segurança eficazes e a criar um ambiente de trabalho seguro, contribuindo para uma boa gestão de segurança nos estaleiros de obras.</p> <p>(1) Para prosseguir o objectivo de prevenir e reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais, será lançado um "Concurso de criatividade sobre segurança e saúde ocupacional" para, através da organização de modalidades de competição, nomeadamente de "design de mascote", "microfilme", etc, bem como de uma exposição das respectivas obras, para aumentar os conhecimentos e a sensibilidade do público para a segurança e saúde ocupacional. (2) Realização de "Actividades de promoção da segurança e saúde ocupacional em estaleiros de obras", convidando os estaleiros de obras de Macau para participarem nessas actividades de promoção sobre trabalho em segurança.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
82.	Realização contínua de formação e promoção do "Cartão de segurança ocupacional na construção civil"	Continuação da promoção dos cursos de formação e testes públicos para obtenção do "Cartão de segurança ocupacional na construção civil", bem como divulgação e promoção, junto do sector respectivo e no seio do público, do conteúdo e das disposições legais do "Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil".	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
83.	Reforço das acções de vistoria e de fiscalização sobre segurança e saúde ocupacional	Continuação do reforço das acções de execução da lei, em particular, focadas no sector da construção, envolvendo matérias relativas aos trabalhos em altura e manuseamento de máquinas pesadas, podendo até ser aplicada a medida de "punição e suspensão imediata de trabalho" sempre que nas acções de fiscalização se verificar a existência de infracções susceptíveis de causar graves riscos à saúde, à vida ou à integridade física dos trabalhadores ou de terceiros.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Continuidade no melhoramento da qualidade da vida da população, assegurando os direitos e interesses dos consumidores				
84.	Empenho em acompanhar de perto a variação dos preços de produtos de consumo em Macau, mantendo a respectiva monitorização e elevando a sua transparência	(1) Acompanhar rigorosamente a evolução da taxa de câmbio de Renminbi, entre outros factores, bem como eventuais repercussões sobre os preços de produtos praticados em Macau, esforçando-se pela redução do impacto inflacionário sobre a vida da população. (2) Proceder-se ao aperfeiçoamento do mecanismo de acompanhamento da evolução dos preços de venda retalhista de produtos, mediante a cooperação	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>interdepartamental, tomando atempadamente conhecimento sobre a variação dos preços dos produtos alimentares e energéticos, aumentando a transparência dos respectivos mercados. (3) Dar-se continuidade à divulgação das informações relativas aos preços dos produtos petrolíferos importados, provenientes de diferentes origens, de modo a ajudar os cidadãos na monitorização da tendência evolucionária dos preços da sua importação, bem como do correspondente impacto reflectido na variação dos preços de venda a retalho respectivos. (4) Reforçar os trabalhos relacionados com a investigação de preços em supermercadados, recorrendo à tecnologia informática para elevar a interactividade, actualidade, conveniência e praticabilidade dos dados comparativos sobre os preços dos produtos, alargando o âmbito de recolha de dados, tomando conhecimento e analisando as necessidades dos consumidores locais. (5) Manter a fiscalização sobre os preços de alimentos derivados como arroz, óleos, sal, açúcar, etc. praticados nas diferentes etapas da cadeia de abastecimento, privilegiando-se a monitorização da existência ou não de situações anormais e de aumentos irrazoáveis de preços de produtos, procurando, desta forma, assegurar o abastecimento. Proceder-se ainda ao aperfeiçoamento da base de dados de entidades fornecedoras e grossistas.</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
85.	Exploração de novos canais de abastecimento de produtos, aumentando o respectivo fornecimento	(1) Realizar encontros regulares com profissionais do sector empresarial para trocar informações sobre o abastecimento de produtos alimentares, procurando tomar conhecimento da situação de importação e venda por grosso de produtos vivos e frescos, e de alimentos derivados, esforçando-se em conhecer, a partir de pontos de vista diferentes, a estrutura dos preços dos produtos alimentares e respectiva tendência evolucionária, para que possam ser adoptadas atempadamente medidas de contingência. (2) Incentivar os operadores para que sejam explorados mais canais de abastecimento, por forma a assegurar a diversidade das origens para abastecimento de produtos alimentares, reforçando a complementaridade mútua entre os diferentes canais de abastecimento, promovendo, por conseguinte, a estabilização do respectivo fornecimento.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
86.	Reforço da segurança e fiscalização de produtos alimentares	(1) Acompanhar as informações do mercado relacionadas com produtos não aprovados nas regiões vizinhas, tomando medidas de bloqueio correspondentes. Através do mecanismo estabelecido com a Administração-Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena, e de reuniões periódicas, será dado conhecimento ao Interior da China sobre produtos não aprovados e lá produzidos. (2) Reforçar as acções de inspeção ao conteúdo da rotulagem dos produtos alimentares comercializados no	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
87.	Aperfeiçoamento dos serviços e eficiência do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo	<p>mercado, combatendo as situações de venda de produtos alimentares com prazo de validade expirado e de falta de elementos na rotulagem legalmente previstos, entre outras.</p> <p>(3) Colaborar com o Centro de Segurança Alimentar, intensificando as acções de inspecção junto de unidades fabris de produtos alimentares licenciadas, participando nas operações conjuntas de inspecção, no intuito de assegurar, em conjunto, a segurança alimentar dos residentes locais.</p> <p>(1) Permitir aos consumidores ter acesso aos dados sobre o andamento de caso através do auto-serviço de consulta, alargando gradualmente a área do dito serviço até à consulta de caso arbitral; (2) Nomear notários privativos, com vista a concretizar a ideia de "serviço prestado <i>in- loco</i>" e acelerar o processo de tratamento de casos arbitraris;</p> <p>(3) Reforçar a formação de conciliadores, promovendo o aumento da resolução de litígios através da conciliação; (4) Fortalecer a equipa de assessores de sectores comerciais do Centro de Arbitragem, com vista a otimizar o processo arbitral, elevando a eficiência dos trabalhos e aperfeiçoando a Carta de Qualidade.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
88.	Promoção da cooperação inter-regional na área de divulgação e protecção dos direitos e interesses dos consumidores	<p>(1) Reforçar a cooperação com as regiões do Interior da China na matéria de promoção do sistema de Lojas Certificadas, valorizando plenamente o papel do dito sistema na protecção dos direitos e interesses dos consumidores; (2) Continuar o reforço e desenvolvimento</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
89.	Aperfeiçoamento das leis e diplomas legais sobre a defesa dos direitos e interesses dos consumidores	<p>da cooperação com as associações do exterior de Macau na área de defesa do consumidor, criando uma rede de protecção respeitante à compra electrónica; (3) Aprofundar a cooperação com as associações de defesa do consumidor da província de Guangdong, acelerando a recolha e a divulgação de informação de Guangdong e Macau sobre a defesa do consumidor e procedendo atempadamente ao tratamento de conflitos de consumo transfronteiriços decorridos nestas regiões; (4) Impulsionar e participar na criação de uma rede de informação sobre a defesa do consumo dos chineses encontrados vividos nas regiões entre os Dois Lados do Estreito de Taiwan, na Singapura e na Malásia, etc.; (5) Celebrar protocolos de cooperação com mais entidades de defesa do consumidor de outras províncias e cidades do Interior da China; (6) Reforçar a troca de informação e a cooperação com as entidades portuguesas na área de defesa do consumidor.</p>	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Aprofundamento da cooperação económica regional: Participação e apoio na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”				
90.	Valorização da vantagem de Macau com os familiares dos chineses ultramarinos regressados do exterior a desempenharem um papel de intermediário entre a China e o exterior, para participação e prestação de apoio proactivo na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”	Aproveitando-se as vantagens de Macau em termos da existência de um elevado número de chineses ultramarinos provenientes do Sudeste Asiático, dos estreitos ligação e intercâmbio dos mesmos estabelecidos com as diversas regiões dessa área, bem como dos seus conhecimentos sobre o ambiente dessas regiões, será fomentado o contacto e a parceria entre Macau e os diversos países do Sudeste Asiático, na área económica e comercial, prestando assistência aos chineses ultramarinos e à comunidade empresarial na participação em projectos de construção de “Uma Faixa e Uma Rota”.	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade
91.	Valorização da vantagem institucional de “Um País, Dois Sistemas” de Macau, no sentido de transformar este território numa ponte de ligação e numa plataforma de serviços para a “Rota da Seda Marítima do Século XXI”	Por um lado, empenhar-se-á em providenciar serviços às empresas do Interior da China interessadas em explorar mercados dos países e regiões situados ao longo do percurso da “Rota da Seda Marítima do Século XXI”, nomeadamente no que diz respeito à montagem de uma plataforma relacionada com os países lusófonos e à prestação de serviços profissionais, entre outros. Por outro, desempenhar-se-á um papel de intermediação a favor dos países e regiões localizados ao longo do percurso da “Rota da Seda Marítima do Século XXI” na prospecção de oportunidades empresariais no mercado do Interior da China, organizando, em conjunto, com o Interior da	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
92.	Valorização da vantagem de Macau em termos de existência de relações tradicionais de longa data com os países lusófonos, para fomentar a integração orgânica da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa na iniciativa estatal de "Uma Faixa e Uma Rota"	<p>China, sessões de apresentação do ambiente de negócios e acções de captação de investimento nos países e regiões supracitados. Concomitantemente, irá tirar melhor proveito das oportunidades proporcionadas pelo Governo Central relativamente à política de definição da área marítima sob a jurisdição da RAEM, intensificando as acções no desenvolvimento da economia do mar, servindo-o de um ponto de partida para a participação de Macau na iniciativa nacional de "Uma Faixa e Uma Rota".</p> <p>Empenhar-se em desenvolver eficazmente o papel de plataforma de Macau para impulsionar, de forma proactiva, as empresas da China Continental a identificarem parceiros empresariais nos mercados lusófonos e, ainda encontrarem espaços expansionistas nos mercados de línguas portuguesa e latina, privilegiando, em particular, a valorização das funções deste território enquanto uma plataforma de liquidação em Renmimbi (RMB) entre a China e os Países de Língua Portuguesa, promovendo a cooperação financeira entre Macau, o Interior da China e os países lusófonos, em articulação com a política de internacionalização da moeda RMB e com o plano de prestação de serviços em prol da construção de "Uma Faixa e Uma Rota". Aproveitando-se a plataforma do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau,</p>	Primeiro semestre de 2016	Trabalho em continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
93.	Intensificação dos contactos entre as comunidades empresariais de Macau, das regiões inseridas no percurso de "Uma Faixa e Uma Rota" e dos países lusófonos	<p>irá reforçar o intercâmbio e a cooperação com os países localizados ao longo do percurso de "Uma Faixa e Uma Rota", particularmente com os Países de Língua Portuguesa nas áreas da medicina tradicional e respectiva tecnologia.</p> <p>Prestar apoios e serviços aos empresários interessados na participação nos projectos respeitantes à construção da zona fulcral da Rota da Seda Marítima, incluindo a organização de delegações empresariais locais para visitas de estudo às regiões situadas ao longo do percurso de "Uma Faixa e Uma Rota", a par dos países lusófonos, ajudando-as a agarrar e identificar oportunidades de negócios. Convidar, em simultâneo, as empresas das regiões e países supracitados para deslocação a Macau e, ainda, ao Interior da China para participarem em feiras e actividades de natureza económica e comercial, de modo a fomentar as trocas e cooperação comerciais em dois sentidos.</p>	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade
94.	Estudo de lançamento de medidas de incentivos fiscais para promoção de trocas comerciais com os países localizados ao longo do percurso de "Uma Faixa e Uma Rota", nomeadamente com os países lusófonos	<p>Relativamente às empresas de Macau, nomeadamente as com investimentos ou actividades desenvolvidas com o exterior nos países lusófonos que pretendem deslocar-se aos países alinhados na trajectória de "Uma Faixa e Uma Rota" para aplicação dos seus investimentos, será efectuado estudo de medidas de incentivos fiscais inerentes, particularmente estudo sobre a viabilidade da redução/isenção nas receitas fiscais de Macau, do</p>	Em 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
95.	Estudo da viabilidade de aplicação da Reserva Financeira da RAEM para participação em projectos de investimento e de construção de "Uma Faixa e Uma Rota"	<p>montante de imposto correspondente ao valor entretanto pago pelos residentes de Macau (pessoas singulares ou colectivas) nos países lusófonos que ainda não tenham celebrado convenção para evitar a dupla tributação com o Governo da RAEM.</p> <p>De acordo com o princípio de "segurança e eficiência", irá aproveitar o mecanismo de cooperação estabelecido com o Banco de Desenvolvimento da China, para que uma parte da Reserva Financeira da RAEM possa ser aplicada em projectos de construção e de investimento de "Uma Faixa e Uma Rota".</p>	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade
Aprofundamento da cooperação económica regional: Apoio no aproveitamento das oportunidades de negócio derivadas da Zona Piloto de Comércio Livre				
96.	Reforço dos serviços de apoio e da comunicação	(1) Com base no mecanismo existente de ligação directa entre a Direcção dos Serviços de Economia de Macau e o Gabinete da Província de Guangdong para os Assuntos da Zona Piloto/Experimental de Comércio Livre, será estabelecido um mecanismo de comunicação com outras zonas de comércio livre, ajudando e recomendando as PMEs, profissionais e jovens para efectuarem visitas de estudo às zonas experimentais de comércio livre de Guangdong, Fujian, Tianjin e Xangai, de modo a explorar as oportunidades de negócio. (2) Convidar os serviços	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
97.	Participação activa na construção da Zona Piloto de Comércio Livre de Guangdong	<p>públicos e instituições dessas zonas de comércio livre para realizarem, em Macau, sessões de esclarecimentos específicos ou sectoriais sobre as medidas e políticas e o progresso da construção, assim como actividades de intercâmbio aprofundado. (3) Acompanhamento, de forma activa, aos problemas e dificuldades que o sector empresarial enfrenta no Interior da China, desempenhando o papel dos mecanismos já existentes e ajudando as empresas de Macau no melhor aproveitamento das oportunidades derivadas da Zona Piloto/Experimental de Comércio Livre.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
98.	Participação na construção da Zona Piloto de Comércio Livre de Fujian	<p>para os jovens de Macau e Hong Kong no âmbito da Zona Piloto de Comércio Livre, sendo também fortalecida a cooperação com complementaridade mútua entre os serviços de apoio ao empreendedorismo juvenil do Governo da RAEM e a referida base de criação de negócios para os jovens. (3) Organização ou apoio às delegações empresariais para visitas de estudo à Zona Piloto de Comércio Livre de Guangdong, prestando, de forma activa, o serviço profissional e apoiando e incentivando o sector para a participação na construção da Zona Piloto de Comércio Livre. (4) Colaboração, com o Gabinete da Província de Guangdong para os Assuntos da Zona Piloto/ Experimental de Comércio Livre, nos estudos sobre como é que gerem os benefícios duplos entre a Zona Piloto de Comércio Livre de Guangdong e a construção de “Uma Plataforma, Três Centros” na RAEM.</p> <p>(1) Valorização plena da vantagem especial de Fujian na qualidade de região-chave da “Uma Faixa e Uma Rota” e de Zona Piloto de Comércio Livre, participando na construção da Zona Piloto de Comércio Livre de Fujian, com vista a prestar apoio, em conjunto, na promoção da iniciativa de “Uma Faixa e Uma Rota”. (2) Reforço da comunicação sobre a informação e as políticas no âmbito da construção da referida Zona de Comércio Livre. (3) Organização de delegações empresariais de Macau para visitas de estudo</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		às três áreas da Zona Piloto de Comércio Livre de Fujian (concretamente Pingtan, Fuzhou e Xiamen), prestando serviços de acompanhamento.		
Aprofundamento da cooperação económica regional: Aproveitamento pleno das medidas de abertura consagradas no Acordo CEPA				
99.	Concretização da valorização geral do Acordo CEPA	Em conformidade com o consenso obtido em reuniões da Comissão de Acompanhamento Conjunta do CEPA, e aós celebrada uma série de acordos, nomeadamente nas áreas de comércio de serviços, comércio de mercadorias, investimento, medidas de facilitações e de cooperação económica sob o enquadramento do CEPA, irá ser concretizando a valorização geral do CEPA, promovendo, em simultâneo, a construção da zona do comércio livre tripartida entre o Interior da China, Hong Kong e Macau.	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade
100.	Concretização eficaz da liberalização do comércio de serviços entre o Interior da China e Macau	Implementação do Acordo sobre o comércio de serviços no âmbito do Acordo CEPA, pondo em concretização a liberalização básica do comércio de serviços entre o Interior da China e Macau, apoiando os prestadores de serviços de Macau no pedido da sua entrada em Guangdong por motivos de investimento e desenvolvimento, através do sistema de registo criado para o dito efeito.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
101.	Reforço da divulgação e promoção das informações do CEPA	(1) Através, nomeadamente, das sessões de esclarecimentos organizadas juntamente com o Ministério do Comércio do País, promoverá os conteúdos de liberalização dos acordos entre o Interior da China e Macau sobre a concretização básica da liberalização do comércio de serviços. (2) Actualizará atempadamente os conteúdos da página electrónica do CEPA, incluindo os conteúdos da nova fase de liberalização e informações sobre novas leis e regulamentos económicos e comerciais do Interior da China. (3) Optimizará as funções do Centro de Informações sobre CEPA, transformando-o no Centro de Informações sobre Cooperação Regional de Macau, por forma a prestar aos sectores empresariais informações e serviços sobre cooperação regional.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
102.	Promover o comércio de mercadorias do CEPA	Promover de forma continuada, a liberalização do comércio de mercadorias entre Macau e o Interior da China, realizando, conforme o mecanismo instalado, consultas sobre o aditamento dos critérios de origem de mercadorias, conhecendo as medidas alfandegárias recentemente lançadas pelo Interior da China.	Já iniciado em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
Aprofundamento da cooperação económica regional: Consolidação da cooperação Guangdong-Macau em todos os níveis				
103.	Promoção da construção das importantes plataformas de cooperação Guangdong-Macau	Através dos mecanismos existentes da Cooperação Guangdong-Macau, Guangzhou-Macau, Zhuhai-Macau, Zhongshan-Macau, entre outros, serão promovidos esforços conjuntos para a execução dos trabalhos de	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
104.	Promoção da construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau na Ilha da Montanha (Hengqin)	<p>construção das importantes plataformas de cooperação Guandong-Macau, nomeadamente as na Ilha de Hengqin de Zhuhai, em Nansha de Guangzhou e em Cuiheng de Zhongshan, procurando obter resultados em diversas fases da construção das referidas plataformas de cooperação. Irá ainda proporcionar apoio às empresas interessadas em investir naquelas zonas.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
105.	Reforço da cooperação Guangdong-Macau nas áreas económica e comercial e de convenções e exposições	(1) Desenvolver projectos de cooperação económica e comercial e de convenções e exposições, entre as duas partes, realizando, em conjunta, actividades comerciais, participando reciprocidade nas feiras e exposições a realizar nos dois territórios, a par dos planos de parceria na organização de eventos como a Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau, a Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou, etc. (2) Organizar delegações empresariais de Macau para visitas de estudo a Guangdong. (3) Continuar a realizar as actividades conjuntas Guangdong-Macau de captação de investimento e de promoção comercial no exterior, particularmente deslocações conjuntas aos Países de Língua Portuguesa para a organização de actividades de captação de investimento e promoção comercial.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
106.	Promoção da cooperação Guangdong-Macau no sector de serviços	Dar prosseguimento aos trabalhos de promoção da cooperação bilateral nesse âmbito, planeando ser realizada a reunião anual do "Grupo de Trabalho para a Cooperação no Sector dos Serviços Guangdong-Macau", a fim de se proceder à negociação sobre planos de parceria entre as duas partes, em matéria de actividades de serviços.	Primeiro trimestre de 2016	Primeiro trimestre de 2016

Área da Economia e Finanças

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
107.	Reforço da cooperação entre Guangdong e Macau nas áreas financeira e de propriedade intelectual	Dar continuidade à promoção da cooperação entre Guangdong e Macau, a nível financeiro, em especial da cooperação no reforço dos trabalhos nos âmbitos da criação de instituições financeiras transfronteiriças em Guangdong e Macau, das operações de empréstimo e crédito transfronteiriços em Renminbis, da facilitação das operações de movimentação de capitais transfronteiriços e do uso facilitado da Pataca na Ilha de Hengqin, entre outras matérias. (2) Aperfeiçoar o mecanismo de cooperação Guangdong-Macau no domínio da propriedade intelectual, participando na 3ª Reunião do Grupo de Trabalho da Propriedade Intelectual Guangdong-Macau, no sentido de apresentar um balanço sobre o ponto de situação da cooperação bilateral e debater futuros planos de parceria.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
108.	Desempenho, em pleno, do papel do Gabinete de Ligação do IPIM em Guangdong e das instituições de Guangdong destacadas em Macau	Acelerar os trabalhos de relocalização do Gabinete de Ligação do IPIM em Jieyang para a cidade de Guangzhou, reforçando as funções dos pontos de contacto em Macau dos serviços de coordenação económica de Zhuhai, Hengqin e Jiangmen; providenciar apoio aos trabalhos do Consultor da Direcção dos Serviços do Comércio de Guangdong destacado no Centro de Apoio Empresarial de Macau (MIBSC), no sentido de fortalecer, proactivamente, assistência administrativa e de informação às empresas locais que pretendem investir em Guangdong, disponibilizando os respectivos serviços de consultadoria e de apoio no investimento.	Já iniciado e em via optimização e optimização	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
109.	Avanço da cooperação Guangzhou-Macau na Nova Área de Nansha (em Guangzhou)	Aproveitar as vantagens da Área de Nansha da Zona Experimental de Comércio Livre, em combinação com as suas características como área de demonstração global do projecto-piloto do Acordo CEPA, no sentido de promover a elevação da cooperação bilateral nos domínios económico e comercial, financeiro, turístico, de educação e formação e de empreendedorismo juvenil. Estimular o intercâmbio e cooperação entre os jovens dos dois territórios, aproveitando-se em pleno as vantagens políticas do Centro de Empreendedorismo Juvenil de Nansha para proporcionar plataforma de intercâmbio e serviço "one-stop" de emprego, empreendedorismo e orientações políticas, conjugando esforços com os organismos competentes na implementação do projecto de "viagens individuais em barcos de recreio" entre Nansha e Macau, assim como na exploração dos mercados dos Países de Língua Portuguesa em parceria com as empresas de Guangzhou.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
110.	Avanço da cooperação com a Nova Área de Cuiheng em Zhongshan	A Macau Investimento e Desenvolvimento S.A. dará acompanhamento contínuo à constituição de um consórcio entre a sua subsidiária e o Município de Zhongshan, com investimento misto de ambas as partes, elaborando, com a brevidade possível, a linha orientadora e o modelo de exploração com as entidades de Zhongshan, por forma a impulsionar, com dinamismo, a cooperação com a Nova Área de Cuiheng nas diversas frentes. Será	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
111.	Impulso à cooperação económica e comercial Shenzhen-Macau	<p>acelerado o estudo aprofundado e o pleno aproveitamento das vantagens dos “conselhos especializados” de Zhongshan, dinamizando a cooperação interactiva e com complementaridade mútua entre as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) de Macau e as empresas de Zhongshan, permitindo às empresas de Macau um crescimento mais vigoroso em Zhongshan. Por outro lado, será prestado apoio às empresas de ambas as partes na abertura conjunta de novos mercados dos países ao longo da “Uma Faixa e Uma Rota” e dos Países de Língua Portuguesa”.</p> <p>Desempenhar activamente o papel de Macau enquanto plataforma para estimular as empresas de Shenzhen no investimento externo e abertura conjunta de novos mercados dos Países de Língua Portuguesa. Promover, continuamente, a cooperação entre as feiras e exposições de marca de Shenzhen e as de grande escala de Macau, nomeadamente a Feira Internacional das Indústrias Culturais da China em Shenzhen e a Feira Internacional de Macau (MIF), tendo em vista a complementaridade de vantagens das conferências e feiras de marca de ambos os lados.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Aprofundamento da cooperação económica regional: Promoção da cooperação Fujian-Macau				
112.	Aprofundamento da cooperação económica, comercial e de investimento Fujian-Macau	(1) Organização recíproca de delegações empresariais para participação mútua em importantes feiras dos dois territórios, como a MIF, a "China Cross-Straits Technology and Projects Fair" e a "China International Fair for Investment and Trade (CIFIT)", entre outros eventos de relevância, instalando, também de forma recíproca, o "Pavilhão de Fujian" e o "Pavilhão de Macau" nas zonas de exposição. (2) Marcar uma das estações anuais da "Semana Dinâmica de Macau" em Fujian. (3) Analisar a realização conjunta da "Feira de Produtos Famosos de Fujian-Macau".	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
113.	Esforços conjuntos Fujian-Macau na exploração dos mercados dos Países de Língua Portuguesa	(1) Continuar a realizar acções de intercâmbio e cooperação económica e comercial entre Fujian, Macau e os Países Lusófonos durante a MIF. (2) Organizar os operadores do sector local e as associações comerciais e compradores dos Países de Língua Portuguesa para deslocarem-se a Fujian nas visitas de estudo e na participação em acções económicas e comerciais, realizando intercâmbio com associações e empresas de Fujian. (3) Organizar conjuntamente delegações empresariais Fujian-Macau para deslocarem-se aos Países de Língua Portuguesa na realização de actividades de promoção do investimento e comércio.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
114.	Reforço da cooperação Fujian-Macau nas áreas financeira, de protecção ambiental, de tecnologia e de medicina tradicional chinesa	<p>(1) Encorajar o sector financeiro de Macau para a participação e prestação de apoio para a criação da Zona de Comércio Livre de Fujian, e incentivar os diversos tipos de instituições e empresas financeiras locais a constituírem fundos de investimento industrial, em diversas moedas, na Zona-Piloto de Comércio Livre de Fujian. (2) Empenhar-se em prestar apoio às instituições financeiras com capital social de Fujian em Macau a desenvolverem actividades no território, realizando planos de parceria bilateral a nível financeiro e explorando mercados no exterior. (3) Continuar a organizar delegações empresariais do sector de protecção ambiental de Fujian para participar no "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau". (4) Dar apoio às empresas de Fujian no desenvolvimento da cooperação com Macau nos âmbitos da promoção da cidade inteligente, da conservação energética e protecção ambiental e do transporte inteligente. (5) Proceder-se à avaliação sobre o aprofundamento da cooperação bilateral nos domínios da coordenação de trabalhos na área da indústria de medicina tradicional chinesa das duas partes, da investigação científica, de testes e análises, da formação de pessoal técnico, entre outros, prestando ainda apoio às empresas de medicina tradicional chinesa de Fujian para desenvolverem no Parque Científico e Industrial de</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Medicina Tradicional Chinesa da Cooperação Guangdong-Macau, localizado na zona de comércio livre de Hengqin. (6) Dar apoio e incentivo às empresas de Fujian, das áreas de protecção ambiental, comércio electrónico, convenções e exposições, cultura criativa e medicina tradicional chinesa, com vantagens competitivas nos respectivos ramos de actividade económica, para aplicarem os seus investimentos em Macau.		
Aprofundamento da cooperação económica regional: Impulso progressivo à cooperação económica com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e outras províncias e municípios da China Continental				
115.	Aperfeiçoamento das funções e redes dos Gabinetes de Ligação do IPIM no Interior da China	(1) Optimização e desenvolvimento da rede dos Gabinetes de Ligação. Será instalado o sexto Gabinete de Ligação na cidade de Wuhan, da província de Hubei, a fim de promover, mais ainda, a comunicação e cooperação entre Macau e a Região Central da China Continental, estando prevista a sua entrada em funcionamento para o próximo ano; o Gabinete de Ligação em Jieyang vai-se mudar para a Cidade de Guangzhou. (2) Consolidação dos serviços dos Gabinetes de Ligação, com destaque para estudos sobre a prestação de serviço "one-stop" às empresas da China Continental interessadas em investimento em Macau, incluindo os serviços de assistência, encaminhamento, contactos e procedimentos administrativos. Ao mesmo tempo, será reforçado o	Já iniciado e em via optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
116.	Reforço da cooperação e intercâmbio com as províncias e municípios do Interior da China, no domínio económico, comercial e de convenções e exposições	<p>apoio às empresas de Macau na procura de parceria com empresas do Interior da China, prestando serviços de consultadoria sobre os investimentos e negócios nas respectivas localidades.</p> <p>(3) Intensificação das ligações entre os Gabinetes de Ligação, os serviços e organismos industriais e comerciais e as associações profissionais das regiões vizinhas, estabelecendo, assim, os mecanismos de comunicação regular com vista a divulgar o ambiente de investimento em Macau e apoiar as referidas entidades para a participação em conferências e feiras em Macau. Será dado incentivo às empresas de Macau e empresas das respectivas regiões nos projectos de cooperação em dois sentidos, na área de investimento.</p> <p>(4) Apoio às empresas continentais na exploração dos mercados ultramarinos através de Macau, nas suas visitas de estudo e na participação em feiras e exposições em Macau, de modo a explorar os mercados ultramarinos, especialmente os dos Países Lusófonos.</p> <p>(1) Continuar a reforçar a cooperação com os serviços de coordenação económica e comercial do Interior da China, organizando as empresas de Macau para a participação em feiras e conferências nas diferentes províncias e municípios da China Continental, sendo convidadas, proactivamente, mais empresas das províncias e municípios da China</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
117.	Desempenho do papel de plataforma do "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF)"	Continental para participarem na MIF, MIECF e demais actividades e intercâmbios económicos e comerciais. (2) Participar activamente na cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, organizando delegações empresariais de Macau na destlocação a Guangzhou e participação na "11ª Feira de Cooperação Económica e Comercial da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas". Através da plataforma do 2016 MIECF, será impulsionado o intercâmbio e cooperação entre Macau, a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e o exterior, no sector industrial da protecção ambiental. Designadamente, será privilegiada a introdução das avançadas tecnologias de protecção ambiental a nível internacional, da União Europeia e dos outros países, para a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e outras regiões do Interior da China, promovendo-se, aos mercados internacionais, as excelentes tecnologias de protecção ambiental da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e da RAEM.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
118.	Promoção das trocas comerciais entre as províncias e regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas e os Países de Língua Portuguesa	No desempenho do papel da Plataforma de Macau, será providenciado apoio na organização de visitas de estudo aos Países Lusófonos para os organismos e empresas das províncias e regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas, com vista a identificar oportunidades de negócio, oferecendo apoio, para esse efeito, nas áreas de	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
119.	Reforço das acções de participação nos projectos de cooperação com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas no domínio da propriedade intelectual	intermediação e contactos, direito, comércio, consultadoria e serviços financeiros, entre outras. No primeiro semestre de 2016, serão organizadas, com prioridade, visitas de estudo a Portugal. Os organismos competentes irão aproveitar, da melhor maneira, os projectos de promoção comercial em colaboração com as Províncias de Guangdong, Fujian e Jiangsu, visando concretizar uma maior cooperação com o mundo lusófono no comércio e investimento. Outrossim, será oferecida uma coordenação abrangente e efectiva para facilitar o investimento de Zhejiang e outras províncias e municípios continentais nos Países Lusófonos, através da RAEM.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
Aprofundamento da cooperação económica regional: Reforço da cooperação Hong Kong-Macau				
120.	Desenvolvimento de negociações sobre a celebração do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre Hong Kong e Macau	Continuar a desenvolver as negociações sobre o acordo em causa, no sentido de promover a liberalização do comércio e investimento entre as duas regiões.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
121.	Profundamento da cooperação entre os sectores financeiro e dos seguros de Hong Kong e de Macau	Privilegiar o reforço da cooperação em assuntos como a integração das infra-estruturas financeiras, o estabelecimento recíproco de instituições financeiras, a colaboração no desencadeamento de actividades, etc., procurando, em conjunto, solicitar ao Governo Central para que sejam adoptadas medidas mais flexíveis em relação aos requisitos de entrada no mercado da China Continental do sector financeiro de Hong Kong e Macau, alargando o âmbito das actividades “off-shore” em Renminbi das duas localidades. Continuar a empenhar-se em implementar, em conjunto, o “Acordo de cooperação de supervisão na área do combate à fraude em seguros” com vista a elevar a capacidade de combate à fraude em seguros nas três jurisdições de Hong Kong, Macau e do Interior da China.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
122.	Reforço da cooperação e do intercâmbio nos domínios de emprego, profissional e de empreendedorismo juvenil	Intensificar a cooperação na área de formação profissional, criando um mecanismo de comunicação de informações sobre os profissionais de construção civil de Hong Kong, fixados em Macau. Reforçar ainda a cooperação no âmbito do empreendedorismo juvenil no que diz respeito à troca de experiências entre jovens sobre a criação de negócios, visitas de estudo, participação em feiras, projectos de parceria, formação de talentos, etc.	Em 2016	Trabalho com continuidade
123.	Reforço da cooperação Hong Kong-Macau no domínio da propriedade intelectual	Reforçar o intercâmbio na área da propriedade intelectual, nomeadamente matérias como políticas e medidas, informações legais, gestão de actividades, serviços electrónicos, formação pessoal e divulgação e promoção, entre outras.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Aprofundamento da cooperação económica regional: Alargamento da cooperação e do intercâmbio com as organizações internacionais e regionais da área económica e comercial				
124.	Participação em actividades das respectivas organizações e cumprimento das obrigações inerentes	Acompanhar, de perto, a evolução das negociações decorridas no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e cumprir as respectivas obrigações, participando activamente nas actividades da iniciativa da UNESCAP e da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC), com vista a intensificar a parceria e o intercâmbio com o exterior, aprofundando os conhecimentos sobre a tendência do desenvolvimento da Região a que diz respeito, e apresentando a situação mais actualizada do desenvolvimento local.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
Construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa				
125.	Colaboração empenhada na organização com sucesso da 5ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)	Coordenar, empenhadamente, com o Ministério do Comércio da China e com o Secretariado Permanente do Fórum de Macau no desenvolvimento dos trabalhos preparativos respectivos, levando em linha de conta a estratégia “Uma Faixa e Uma Rota” e o 13.º Plano Quinquenal para estudar novos objectivos, novas medidas e novos horizontes em prol da dinamização da cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos, prestando apoio na realização com sucesso da respectiva Conferência. Dar acompanhamento às actividades de cooperação entre empresários da China e dos Países de	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
126.	<p>Construção de "Uma Plataforma e Três Centros" através dos serviços <i>on-line</i> e <i>off-line</i> em paralelo, acompanhamento dos trabalhos relacionados com os Países de Língua Portuguesa por uma equipa especializada</p>	<p>Língua Portuguesa, organizando sessões de conjugação empresarial e de bolsas de contacto específicas, de modo a promover, nomeadamente a parceria entre as pequenas e médias empresas das regiões envolvidas.</p> <p>Dinamização, de forma programada, da construção de "Três Centros" no âmbito da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Os "Três centros" (Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa) serão implementados através dos serviços <i>on-line</i> e <i>off-line</i> em paralelo.</p> <p>Criação de uma plataforma para exibição dos produtos dos Países de Língua Portuguesa. (1) A sala de exposições do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa foi localizada no Centro Comercial da Praça do Tap Seac (mais conhecido por Casa de Vidro), cuja entrada em funcionamento está prevista para o ano de 2016, planeando também instalar-se uma Zona de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa no Cais de Pac On, com vista a disponibilizar, aos empresários visitantes, as</p>	<p>Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento</p> <p>Já iniciado</p>	<p>Trabalho com continuidade</p> <p>Em 2016</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>informações de produtos e as oportunidades de negócio e cooperação. (2) Proceder-se também à instalação de Centros de Exposição de Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa nos Gabinetes de Ligação do IPIM em Guangdong e Fujian.</p> <p>Criação no IPIM de uma unidade especializada para acompanhar os trabalhos relacionados com os Países de Língua Portuguesa. Planeia-se que seja criada no IPIM uma nova unidade, a nível de departamento, para focar-se exclusivamente nos trabalhos relativos aos países lusófonos, em conjugação com a construção dos “Três Centros”.</p> <p>Trabalhos preparativos para a instalação de pontos de serviços económicos e comerciais nos Países de Língua Portuguesa. Foi planeado instalar os pontos de serviços económicos e comerciais em Portugal e no Brasil, no sentido de prestação de serviços de consultoria profissional às empresas de Macau e do Interior da China com negócios iniciados nesses países, nomeadamente nas áreas de direito, contabilidade, entre outras, estendendo, assim, o “serviço prestado <i>in- loco</i>” aos Países de Língua Portuguesa, de modo que as pequenas e médias empresas locais e das províncias e municípios parceiras do Interior da China podem desfrutar das funções de plataforma de Macau no exterior. Em paralelo, será avaliada a viabilidade de instalar os referidos pontos de serviços nos Países de Língua Portuguesa na África.</p>	<p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p>	<p>Primeiro semestre de 2016</p> <p>Em 2016</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>Continuidade no melhoramento do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Portal de Informação)”. Será otimizada continuamente o conteúdo e a função do “Portal de Informação”, com acompanhamento especializado à operação do “Portal de Informação” através de recrutamento de operadores profissionais, sendo continuada a sua promoção e a captação de mais utentes e fornecedores e compradores de produtos alimentares dos Países de Língua Portuguesa, assim como profissionais bilingues em chinês e português. Enriquecimento contínuo das componentes dos Países Lusófonos nas actividades de convenções e exposições de Macau. (1) Estudar a realização de actividades de convenções e exposições de alto nível sob o tema de cooperação financeira entre a China e os Países Lusófonos em 2017, procedendo, para esse efeito, os trabalhos preparatórios em relação à estrutura orgânica, mecanismo de cooperação, etc. (2) Empenhar-se em promover a introdução de mais feiras e conferências dos países lusófonos em Macau, tais como analisar a hipótese de realizar em Macau o “Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, o qual é um evento anual importante do sector empresarial e teve várias edições</p>	<p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p>	<p>Trabalho com continuidade</p> <p>Trabalho com continuidade</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
127.	Fortalecimento do intercâmbio e da cooperação em dois sentidos entre as empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, na área económica, comercial	<p>bem sucedidas. (3) Acrescentar mais elementos dos Países Lusófonos nas actividades económicas e comerciais de grande envergadura em Macau e no exterior, tais como a MIF, e realizar uma série de acções de apresentação sobre o comércio e investimento e de bolsas de contacto, que visa a divulgação dos serviços e produtos dos Países Lusófonos. (4) Optimizar, em diversos aspectos, uma série de <i>workshops</i> alusivos aos mercados dos Países de Língua Portuguesa, com conteúdo enriquecido, a fim de aumentar a eficácia da cooperação empresarial.</p> <p>Apoio às empresas e instituições dos Países de Língua Portuguesa na realização de actividades promocionais do comércio e investimento em Macau e no Interior da China. (1) Convidar as empresas dos Países de Língua Portuguesa para a participação em actividades promocionais do comércio no Interior da China, promovendo os produtos dos Países Lusófonos e explorando o mercado do Interior da China. (2) Apoiar a realização, no Interior da China, das actividades de promoção do ambiente de negócios nos países lusófonos e de bolsas de contactos empresariais. (3) Organizar as empresas e instituições dos Países Lusófonos para a participação no "7º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas", na "21ª MIF", etc., realizando, no decorrer nos referidos eventos, actividades da cooperação empresarial e conferências</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
128.	Organização contínua da comunidade empresarial de Macau e dos congéneres do Interior da China para realizarem actividades promocionais do comércio e investimento nos Países de Língua Portuguesa	<p>temáticas das empresas, entre a China e os Países de Língua Portuguesa. (4) Continuar a organizar os formandos dos Colóquios para os Países de Língua Portuguesa para a participação na "Semana Dinâmica de Macau", realizando também actividades de intercâmbio e visitas de estudo.</p> <p>Com base no balanço das experiências obtidas ao longo dos anos, com seriedade, será prestado incentivo, impulso, apoio e acompanhamento à participação, pelos empresários de Macau e os seus congéneres no sector industrial e comercial do Interior da China, nas actividades de convenções e exposições temáticas nos Países de Língua Portuguesa, sendo também realizadas as actividades de captação conjunta de negócios e investimento <i>in- loco</i>, juntando, assim, esforços na exploração de oportunidades de negócio no exterior, tendo em vista alcançar maiores resultados.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
129.	Construção de uma plataforma de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa	<p>Aprovetar as oportunidades da participação das instituições bancárias de Macau em operações de liquidação em Renmimbi (RMB) dos países lusófonos, concedidas por parte da Pátria, para fomento do alargamento da cooperação com o sector bancário de Macau e os bancos de capitais portugueses e, ainda, promoção da plataforma de liquidação em Renmimbi do território, a fim de incentivar os bancos e as empresas dos Países de Língua Portuguesa a realizarem, através de Macau, actividades de liquidação das transacções em RMB e ainda operações de investimentos e financiamentos também na mesma moeda.</p>	Primeiro semestre de 2016	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
130.	Lançamento de um regime de seguro de créditos para a importação, exportação, através desta nova medida, reduzir os riscos das actividades do sector empresarial de Macau, reforçando as vantagens e atracções do território como intermediário entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no âmbito da importação, exportação e trânsito de mercadorias	Lançar o regime do seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias, pretendendo, através desta nova medida, reduzir os riscos das actividades do sector empresarial de Macau, reforçando as vantagens e atracções do território como intermediário entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no âmbito da importação, exportação e trânsito de mercadorias.	Já iniciado	Em 2016
Aperfeiçoamento da supervisão financeira e melhoramento da administração das finanças públicas				
131.	Reforço da fiscalização sobre o mercado financeiro e das acções de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	Cooperação com as organizações internacionais no trabalho de avaliação do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo em Macau. Acompanhamento e cooperação com o "Asia / Pacific Group On Money Laundering" e o "The Group of International Finance Centre Supervisors", na avaliação conjunta das medidas e práticas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo de Macau, em 2016. Reforço dos trabalhos de prevenção e de controlo dos riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. Serão lançadas, de forma global, avaliações e análises no âmbito de potenciais riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo existentes no sector financeiro, e com base nos respectivos resultados irão ser adoptadas medidas correspondentes com vista a reforçar a vigilância e gestão dos riscos inerentes por parte do sistema financeiro.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>Aperfeiçoamento contínuo dos diplomas e das directivas de supervisão.</p> <p>(1) Procurar concluir, com maior brevidade possível, os trabalhos de revisão das leis sobre a "Prevenção e repressão do crime de branqueamento de capitais" e a "Prevenção e repressão dos crimes de terrorismo", com vista a assegurar a estabilidade financeira e económica de Macau, bem como a criar um ambiente saudável para os investimentos.</p> <p>(2) Continuar a coordenar e acompanhar os trabalhos legislativos relativos à lei do "regime de implementação de congelamento de activos" e do regulamento administrativo sobre o "regime de supervisão de autorização do transporte numerário e de títulos de crédito ao portador ou de títulos negociáveis".</p> <p>(3) Continuar a acompanhar os trabalhos de alteração ao "regime jurídico do sistema financeiro", cujo conteúdo inclui a admissão no mercado, o âmbito de supervisão, o "corporate governance", a supervisão permanente, os indícios prudenciais, as medidas de intervenção especial e a sanção sobre infracções etc, prevendo-se que seja apresentado o projecto no primeiro semestre de 2017.</p> <p>(4) No que respeita à garantia de depósitos, dar-se continuidade ao acompanhamento de estudos sobre a adequabilidade do limite da compensação vigente, bem</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
132.	Aperfeiçoamento da gestão da Reserva Financeira	<p>como a viabilidade de adoptar a compensação integral, preparando a ser elaborado o respectivo projecto de revisão legal segundo as propostas de aperfeiçoamento apresentadas em 2015.</p> <p>Elevação da rentabilidade dos investimentos da Reserva Financeira em conformidade com o princípio de "segurança e eficiência". Será dada continuidade à promoção e concretização da participação em projectos de investimento, com garantia dada pelo Banco de Desenvolvimento da China e pelas Provinciais de Guangdong e de Fujian, a fim de alargar os meios de investimento da Reserva Financeira, devendo estes trabalhos a entrar numa fase de operação concreta em 2016.</p> <p>Com base no "Relatório de avaliação interna do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento da RAEM", serão lançados os trabalhos subsequentes de consulta, de negociação, de avaliação aprofundada, de produção legislativa e da criação da entidade institucional, entre outros.</p>	Já iniciado	Trabalho com continuidade
133.	Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas	<p>Optimização do trabalho orçamental: (1) Desencadear, de forma eficaz, os trabalhos relativos à elaboração do orçamento do território, fiscalizando rigorosamente a sua utilização. (2) Continuar a aperfeiçoar o regime jurídico das finanças públicas, realizando os trabalhos de alteração ao sistema informático da contabilidade pública, procurando que</p>	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>seja concluído, com a maior brevidade possível, o processo legislativo da nova «Lei do Enquadramento Orçamental».</p> <p>Continuidade no fomento da redução de despesas dos serviços públicos. Nos pressupostos de não afectar o bem-estar da população e da sociedade, bem como o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), e no cumprimento contínuo do princípio de “economizar os gastos administrativos”, irá empenhar-se em controlar as despesas públicas globais até um certo nível considerado razoável.</p> <p>Intensificação da gestão patrimonial. Pretende-se, através do lançamento de uma nova ronda de concurso público, proceder à atribuição de habitação da Administração, em regime de arrendamento, aos funcionários públicos de nomeação definitiva, estando prevista a realização em 2016 dos seguintes trabalhos: classificação dos grupos de moradias, publicação de detalhes sobre a apresentação de candidatura, atribuição de pontuação aos concorrentes, realização de obras de benfeitoria às moradias e atribuição de moradias, etc.</p> <p>Aperfeiçoamento das leis e diplomas legais relativos às finanças públicas: (1) Continuação do acompanhamento do trabalho legislativo do «Código Tributário». Irão ser concluídos os trabalhos de consulta e da elaboração da proposta de lei do «Código Tributário», esforçando-se</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>para que esta possa entrar em processo legislativo no 2.º semestre de 2016. (2) Revisão da legislação sobre a troca de informações fiscais, em consonância com os novos critérios relativos à troca automática dos dados fiscais implementados em todo o mundo. Para assegurar que esses critérios possam ser aplicados o mais tardar até ao fim de 2018, será dada continuidade ao estudo da revisão da lei da “Troca de informações Fiscais” e das respectivas legislações complementares. (3) Desenvolvimento do trabalho legislativo quanto à alteração da legislação sobre a aquisição de bens e serviços, procurando concluí-lo o mais brevemente possível. (4) Conclusão do trabalho legislativo sobre o «Estatuto dos Contabilistas», elaborando, ao mesmo tempo, o regime de prestação de provas para os contabilistas, bem como as regras pormenorizadas sobre a formação profissional subsequente. Revisão do Regulamento da Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas, em articulação com a vigência do diploma legal atrás referido. (5) Início dos trabalhos da alteração ao Regulamento do Imposto do Selo. (6) Acompanhamento contínuo dos trabalhos de produção legislativa quanto à alteração ao Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados.</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Reforço da constituição de equipas e elevação da qualidade de serviços prestados				
134.	Optimização dos serviços públicos prestados e simplificação das formalidades administrativas em prol dos cidadãos e do sector empresarial	Aproveitamento adequado dos meios informáticos para promoção contínua dos serviços electrónicos em prol dos cidadãos. Pretende-se, através do reforço da informatização dos procedimentos administrativos internos e dos serviços prestados ao público, a par da aceleração da aplicação de medidas "sem recurso a papel", elevar a eficiência administrativa e o processo de apreciação de pedidos, e, por consequente, aperfeiçoar a qualidade dos serviços proporcionados de carácter administrativo. As acções a desenvolver a esse respeito residem no seguinte: lançamento da medida de restituição do imposto profissional através da transferência bancária; informatização integral dos serviços electrónicos relativos a pedidos de registo de marca; lançamento do sistema do serviço de pagamento electrónico das taxas anuais de patente; desenvolvimento de novas aplicações para telemóveis no âmbito das formalidades alfandegárias e substituição do servidor principal da plataforma de declaração alfandegária electrónica; informatização dos pedidos de certificados de origem e de licenças administrativas; prestação de serviço de marcação prévia <i>online</i> para a renovação de fixação de residência por investimento; criação pelo Conselho de Consumidores de um sistema de inscrição <i>online</i> para a adesão ao sistema	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>de Lojas Aderentes e os respectivos requerimentos; otimização contínua pela Direcção dos Serviços de Finanças das funções dos quiosques de serviço automático de auto-atendimento, etc.</p> <p>Continuidade na elevação da eficácia dos serviços prestados através da cooperação interdepartamental. (1) Empenhar-se em implementar, com eficácia, o serviço sobre a cooperação interdepartamental da área da economia e finanças no recebimento de documentação, além de promover a elevação da sua qualidade, procurando ser realizada a conexão das redes de dados informáticos entre os serviços públicos e, concretizado, em primeiro lugar, o plano de acesso ao sistema informático da Direcção dos Serviços de Finanças, por parte dos serviços interessados, para proceder à consulta de dados aí existentes, com vista a proporcionar serviços mais facilitados aos seus utentes (investidores e residentes). (2) Reforçar a comunicação e cooperação interdepartamental e interárea, procedendo-se à revisão e aperfeiçoamento dos actuais mecanismos de coordenação e cooperação desta área de economia e finanças, em formas de grupos de trabalho ou comissões, podendo ser criado, em colaboração com os serviços públicos subordinados a outros órgãos do Governo, novo mecanismo de cooperação, sempre que a necessidade se justifique.</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>Lançamento de uma versão mais aperfeiçoada do plano de “prestação de serviços <i>in- loco</i>”. Em virtude de proporcionar às PMEs e às microempresas serviços mais facilitados, será lançada, com base nas experiências recolhidas da implementação do plano-piloto em questão durante o corrente ano, uma versão mais aperfeiçoada desse plano, criando “assistentes de ligação empresarial”, efectuando, de forma mais regular, visitas às PMEs, reforçando a cooperação com as associações industriais e comerciais de diferentes zonas do território e os serviços providenciados, tomando iniciativa em conhecer, de forma global, as necessidades dos utentes em matérias como comércio, apoio às PMEs, relação de trabalho, dados estatísticos, etc.</p> <p>Empenho na elevação da qualidade dos serviços prestados. Irá proceder à supervisão e revisão dos resultados da execução dos actuais planos da “Carta de Qualidade”, elevando constantemente o índice de qualidade respectiva, procurando alargar-se, de forma gradual, a sua cobertura. Será aperfeiçoado o mecanismo de tratamento das queixas para que as solicitações consideradas razoáveis apresentadas pelo público possam ser tratadas e respondidas atempadamente e nos termos da lei.</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
135.	Reforço da constituição de equipas e implementação da política de “simplificação da estrutura administrativa e reajustamento do respectivo pessoal”	<p>Continuidade na avaliação da situação do estabelecimento dos serviços funcionais e realização de integração dos mesmos. (1) Cumprindo a orientação de “simplificação da estrutura administrativa e reajustamento do respectivo pessoal”, estudar-se-á à integração ou reestruturação dos serviços cujas competências se encontram sobrepostas, racionalizando-as gradualmente. (2) Proceder-se à integração do Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) na Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), concludo o processo de transferência para o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), da competência de coordenação até então atribuída à DSE, relativamente à indústria de convenções e exposições. Elevação da capacidade profissional e de inovação dos serviços públicos. As acções a desenvolver incluem a organização dos cursos de formação interna nos domínios de inovação e de técnicas profissionais, a realização de actividades de intercâmbio com cariz de aprendizagem, o encorajamento ao pessoal dos diversos níveis a participar activamente nos cursos de formação, palestras e competições, a realizar localmente e no exterior, organizados por instituições académicas, associações civis e serviços públicos, procurando, desta forma, incrementar o entusiasmo dos diversos serviços públicos em prosseguirem as acções de aprendizagem contínua e de inovação.</p>	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Continuidade no reforço dos trabalhos de construção de uma administração íntegra no seio dos serviços públicos. Os serviços públicos da área da economia e finanças continuarão a organizar palestras e acções de formação sobre a construção de uma administração íntegra, no sentido de fortalecer a formação de integridade nos ditos serviços e elevar a consciência de integridade dos respectivos funcionários, permitindo, assim, que sejam realizadas, com maior eficácia, as acções governativas traçadas para esta área.		
Reforço do estudo de políticas e concretização da política de governação com base nos critérios científicos				
136.	Promoção dos trabalhos de estudo do desenvolvimento económico em colaboração com a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional para alcançar os respectivos resultados o mais brevemente possível	Acompanhar de perto o andamento dos estudos sobre o desenvolvimento económico de Macau a longo prazo, a diversificação da estrutura sectorial respectiva e o seu sistema de previsão macroeconómica, entre outros, efectuados em parceria com a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional, esforçando por alcançar os resultados correspondentes com a maior brevidade possível, procurando assim disponibilizar uma base científica para a elaboração do plano do desenvolvimento industrial de Macau, a médio e longo prazo.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
137.	Criação do "Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau"	Dar continuidade ao melhoramento do Sistema, incluindo a conclusão da criação do subsistema de indicadores estatísticos das três indústrias emergentes seguintes: convenções e exposições, cultural e criativa, bem como medicina tradicional chinesa, disponibilizando-se ainda informações sobre o investimento das empresas e a vida dos residentes de Macau nas principais cidades do Delta do Rio das Pérolas.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Em 2016
138.	Intensificação de esforços no âmbito de investigação e estudos dos serviços públicos, elevando o respectivo nível	Sendo o estudo científico a base fundamental da governação científica, irão ser avaliados e reunidos todos os esforços e recursos existentes e dispersos em diferentes serviços públicos, promovendo uma adequada distribuição de tarefas, integrando esforços provenientes de instituições civis e de ensino superior, dando continuidade ao melhoramento da capacidade de estudo dos serviços desta área de governação, para que seja elevado o nível dos resultados obtidos. Assim, serão efectuados, em primeiro lugar, ajustamentos às atribuições cometidas à Direcção dos Serviços de Economia, reforçando os seus trabalhos de investigação e estudo sobre o impulsionamento das indústrias de Macau e o desenvolvimento económico respectivo, entre outros.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
139.	Elaboração e enriquecimento de dados estatísticos sobre trocas económicas e comerciais entre Macau e as cidades e províncias do Interior da China	Reforçar a cooperação e o intercâmbio com os Serviços Nacionais de Estatísticas da China, a Administração Geral das Alfândegas da China, bem como com os serviços estatísticos das cidades e províncias do Interior da China, estabelecendo os mecanismos de carácter permanente relativos à troca de informação estatística ou realizando, em conjunto, projectos estatísticos, com o intuito de produzir um maior número de informações estatísticas demonstradores dos resultados da cooperação regional.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
140.	Realização do estudo sobre a elaboração da estimativa trimestral da estrutura sectorial de Macau	Com o intuito de elevar a actualidade da informação da estrutura sectorial local, será dado início ao estudo de viabilidade sobre o apuramento da estrutura sectorial trimestral com base na informação obtida a partir de inquéritos mensais de uma parte dos ramos de actividade económica (incluindo jogo, comércio a retalho, hotéis, etc.) de Macau e dos relatórios trimestrais das empresas operadoras de jogo.	Já iniciado e em via de optimização e aperfeiçoamento	Trabalho com continuidade
141.	Realização dos Intercensos 2016	Realização formal da operação estatística dos Intercensos. A selecção de cerca de trinta e cinco mil unidades de alojamento situadas em diferentes zonas de Macau, tem por objectivo actualizar a informação demográfica de Macau.	Em 2016	Em 2016

Calendário dos trabalhos principais a desenvolver na área de segurança para o ano 2016

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Serviços de Polícia Unitários				
1.	Acções de operação conjunta das autoridades policiais (Acção de prevenção criminal no Inverno)	Durante o período do ano novo lunar, implementará acções de combate ao crime e colaborará, na sua execução, com ambos os organismos policiais subordinados, a fim de purificar o ambiente de segurança de Macau	Janeiro ~ Fevereiro	Fevereiro
2.	14.ª Conferência de Trabalho sobre a Ligação Policial entre Guangdong e Macau"	O evento terá lugar em Macau. Nele serão discutidos vários temas e trocadas opiniões sobre os mesmos	1.º Semestre	1.ª Semestre
3.	19.º Encontro de trabalho de cooperação entre as autoridades policiais do Interior da China e Macau	Terá lugar em Macau. Contará com a participação do Secretário para a Segurança e dos directores e chefias da sua tutela, sendo que da sua agenda constam vários temas	1.º Semestre	1.ª Semestre
4.	19.º Encontro para assuntos policiais entre Guangdong e Macau	Terá lugar em Guangzhou. Serão abordados vários temas de cooperação policial entre Guangdong e Macau	1.º Semestre	1.ª Semestre
5.	Colaboração com Aeroporto Internacional de Macau sobre o simulacro de um incêndio no depósito de combustíveis	Colaborar e visitar antes do Exercício (simulacro)	Março	Março

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
6.	Reunião do Grupo de Trabalho contra Apostas Ilegais e Prostituição em Guangdong, Hong Kong e Macau	Intercâmbio entre as autoridades policiais das três regiões sobre as apostas ilegais e prostituição	Março e Setembro	Março e Setembro
7.	14.º Encontro de Trabalho para a Cooperação entre as Autoridades Policiais de Xangai e Macau	Terá lugar em Xangai. Serão discutidas e trocadas opiniões sobre vários temas	Abril	Abril
8.	Reuniões de membros e actividades da Comissão de Luta contra a Droga de Macau	Cumprimento dos deveres do membro da Comissão	Abril ~ Maio	Abril ~ Maio
9.	11.ª Edição do "Seminário sobre Ciências Policiais entre os Dois Lados do Estreito, Hong Kong e Macau	Terá lugar em Hong Kong. Com o objectivo de promover, entre os 4 lados, um intercâmbio policial mais abrangente e aprofundar vários temas	Outubro	Outubro
10.	4.ª Edição do "Fórum Policial Macau-Zhuhai	Terá lugar em Macau. Com objectivo de promover o intercâmbio e no âmbito da ciência policial entre Macau e Zhuhai	Maio	Maio

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
11.	Colaboração com Aeroporto Internacional de Macau sobre o simulacro de um acidente aérea e de constatação de produtos explosivos	Colaborar e visitar antes do Exercício (simulacro)	Junho	Junho
12.	22.º Encontro de Trabalho entre Responsáveis das Polícias de Investigação Criminal de Guangdong, Hong-Kong e Macau	Terá lugar em Guangzhou. Serão discutidos e aprofundados vários temas	Junho	Junho
13.	23.º Encontro de Peritos em Técnica-Criminal entre Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau	Local de realização: a confirmar. Com o objectivo de trocar opiniões sobre a técnica de investigação criminal entre as 3 regiões	A confirmar	A confirmar
14.	12.º Encontro entre os oficiais de ligação de Guangdong, Hong-Kong e Macau	Proceder discussões e trabalhos preparativos sobre temas actuais de vários trabalhos de policiamento	Janeiro	Janeiro
15.	Operação conjunta entre polícias de Guangdong, Hong-Kong e Macau (Operação "Trovoada")	Purificação do ambiente de segurança de Guangdong, Hong-Kong e Macau	A confirmar	A confirmar

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
16.	11.ª Reunião Anual de Intercâmbio de Anti-terrorismo das Chefias das Polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau e 21.º Encontro dos Quadros médios sobre o Anti-terrorismo	Terá lugar em Guangdong. Intercâmbio sobre vários temas, nomeadamente, trabalhos de anti-terrorismo, acção de formação e de trocas de informações	Novembro	Novembro
17.	Encontro de Intercâmbio entre Oficiais de Polícia Femininos de Guangdong, Hong Kong e Macau	Terá lugar em Hong Kong. Encontro anual de Intercâmbio entre Oficiais de Polícia Femininos de Guangdong, Hong Kong e Macau	Novembro	Novembro
18.	85.ª Assembleia Geral dos representantes das organizações Interpol	Terá lugar em Bali, Indonésia. Será destacado pessoal para a respectiva participação	Novembro	Novembro
19.	Planear e colaborar trabalhos de segurança nos grandes eventos	Trabalhos de planeamento e de colaboração de segurança durante o período de festividade do aniversário da RAEM e entre outros grandes eventos	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Serviços de Alfândega				
20.	A criação do sistema de avaliação de risco para os postos fronteiriços dos Serviços de Alfândega	Através da criação do sistema de avaliação de risco para os postos fronteiriços dos Serviços de Alfândega, pretende-se facilitar o oportuno diagnóstico diferencial das mercadorias de alto risco; Obter informações fiáveis subsidiárias dos trabalhos de análise e de decisão; Incrementar a gestão de assuntos fronteiriços, prevenir actividades ilegais e elevar a eficiência na passagem fronteiriça. A conclusão da abertura do concurso está prevista no final deste ano	Em curso	Trabalho contínuo
21.	Criar novo modelo de sistema automático para a passagem de viaturas nas fronteiras	Para responder aos desafios do futuro, a eventualidade de as viaturas de uma só licença de condução poderem circular na Ilha de Hengqin, bem como a conclusão e entrada em funcionamento da ponte Zhuhai-Hong Kong-Macau, após da conclusão do estudo de viabilidade e os procedimentos de abertura do concurso, será implementado um novo modelo de sistema automático para a passagem de viaturas nas fronteiras. Antes disso, e com prazo de conclusão previsto para final de 2016, pretende-se actualizar o sistema do posto alfandegário da zona do Cotai	Em curso	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
22.	Cooperação dos assuntos alfandegários da ponte Zhuhai-Hong Kong-Macau	Atendendo às características especiais da ponte Zhuhai-Hong Kong-Macau, criar o novo modelo de passagem fronteiriça entre Guangdong-Hong Kong-Macau naquela infraestrutura, a fim de proceder uma "boa gestão e uma passagem rápida"	Em cruso	Trabalho contínuo
23.	Estabelecer circuito de inspeção aos visitantes nos postos fronteiriços	Estabelecer circuito para a declaração de produtos na zona de inspeção dos postos fronteiriços, ou seja "o sistema de duplo-circuito ou sistema vermelho/verde", promovendo a auto-triagem dos visitantes, facilitando a passagem daqueles que não precisam de proceder declarações, assim aproximando Macau aos padrões internacionais	1.º Trimestre	4.º Trimestre
24.	Sistema de embarcação nocturna	Para adoptar com a política da jurisdição marítima de Macau, irá instalar o sistema de embarcação nocturna nas 4 lanchas de fiscalização, de classe "A", dos Serviços de Alfândega, a fim de assegurar a segurança marítima nocturna	1.º Semestre	2.º Semestre
25.	Combate às actividades ilegais de violação dos direitos de propriedade intelectual, a fim de assegurar a propriedade intelectual	Inspeccionar, inopinadamente, as lojas dos pontos turísticos, bem como reforçar a cooperação e intercâmbio técnico com os serviços alfandegários das regiões vizinhas	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
26.	Combate às actividades ilegais de violação dos direitos de propriedade intelectual, por via <i>internet</i>	Através do grupo de trabalho especial incrementar a fiscalização na <i>internet</i> , com vista ao combate ao crime contra a propriedade intelectual, por via <i>internet</i> . Adquirir mais equipamentos modernos de <i>software</i> e <i>hardware</i> , a fim de proceder a um apoio tecnológico mais conveniente e mais perfeito nos trabalhos de fiscalização, de recolha de provas e de peritagem. Combate às actividades ilegais transfronteiriças de violação dos direitos de propriedade intelectual. Manter a cooperação de troca de informações e de investigação com os serviços competentes, dos locais e regiões vizinhas, sobre o combate das actividades ilegais de violação dos direitos de propriedade intelectual	Ano inteiro	Trabalho contínuo
27.	Trabalho de divulgação e promoção nas redes sociais sobre a protecção dos direitos de propriedade intelectual	Estabelecer o “Mecanismo de comunicação sobre o combate de produtos falsificados na sociedade”, a fim de formar uma rede comunitária. Através da divulgação e do intercâmbio interactivo, elevar a consciência das pessoas sobre a inaceitação de produtos falsificados	Ano inteiro	Trabalho contínuo
28.	Criar o novo Centro de Dados dos Serviços de Alfândega	Vai ser criado o novo Centro de Dados dos Serviços de Alfândega, que será dotado de um sistema moderno de informações. O actual Centro de dados irá ser requalificado e passará a constituir uma base de <i>backup</i> , assim providenciando uma garantia tecnológica do serviço de informações em contínuo, 24/24 horas, dos Serviços de Alfândega	Iniciado	2.º Semestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
29.	Recrutamento, progressão e acção de formação profissional	De acordo com os planos já elaborados, proceder à abertura dos concursos seguindo os devidos procedimentos; Continuar a colaborar com os respectivos serviços / entidades sobre o desenvolvimento dos cursos ou actividades de acção de formação profissional	Em curso	Ano inteiro
30.	Alteração do regime de progressão dos agentes alfandegários	Com o objectivo de adequar a situação real dos recursos humanos da sociedade, bem como o cumprimento das competências do pessoal do quadro dos Serviços de Alfândega, vem-se estudando e apresentando propostas de alteração do regime de progressão para as carreiras superiores e de base	Em curso	2.º Semestre
31.	Para se preparar bem a capacidade da patrulha aquática na futura jurisdição marítima de Macau	Estudar e estabelecer orientações de trabalho marítimo, após a determinação da jurisdição marítima de Macau, iniciar de uma forma gradual a aquisição de barcos-patrulhas e a actualização do procedimento de aquisição	Em curso	1.º Semestre
32.	Fortalecer a equipa de embarcações alfandegárias e continuar a renovar as viaturas	Acompanhar e fiscalizar a eficiência das patrulhas aquáticas da equipa dos barcos-patrulhas, estudar a capacidade de reserva da equipa de embarcações alfandegárias; Seguindo o nosso plano, renovar os equipamentos das viaturas dos Serviços de Alfândega	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
33.	Estabelecer o novo Edifício dos Serviços de Alfândega, reconstrução do posto de patrulha alfandegária das ilhas e recepção das instalações alfandegárias do Terminal Marítimo de Pac-On	Estudar e coordenar com colaboração dos respectivos serviços o prosseguimento das obras e os procedimentos de recepção	Ano inteiro	Ano inteiro
Corpo de Polícia de Segurança Pública				
34.	Trabalho de policiamento	Garantir a ordem pública e a tranquilidade da sociedade; prevenir, investigar e combater a criminalidade; proteger a vida da população, os bens públicos e particulares	Iniciado	Trabalho contínuo
		Criar a equipa de "Polícia de Turismo"	No ano 2016	Trabalho contínuo
		Estudar e desenvolver o sistema de policiamento da primeira geração	No ano 2016	Trabalho contínuo
		Criar o posto policial móvel	No ano 2016	Trabalho contínuo
		Promover a implementação do projecto de assinar a caixa controlo da patrulha policial através dos telemóveis inteligentes	Iniciado	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
35.	Trabalho de migração	<p>Impedir a entrada clandestina; melhorar a prestação de serviços; responsabilizar pela saída e entrada, permanência e fixação de residência do território, tratar os documentos emitidos pelo CPSP</p> <p>Criar o sistema de registo particular do Comissariado Policial para Assuntos dos Residentes</p> <p>Desenvolver o trabalho electrónico; desenvolver a aplicação do sistema de transferência de informações Guangdong-Macau; criar base de dados de impressão digital electrónica; desenvolver o mecanismo multilateral de investigação mútua dos dados das impressões digitais; desenvolver o pedido electrónico de autorização de permanência dos trabalhadores não residentes; estudar o aperfeiçoamento da marcação <i>online</i> sobre a renovação da autorização de residência</p> <p>Acrescentar 2 novos <i>items</i> à "Carta de Qualidade" – pedido da renovação da autorização de residência e o pedido da renovação dos trabalhadores não residentes</p> <p>Aplicação do novo regime de entrada do território para trabalhadores não residentes</p> <p>Aperfeiçoar o modo de passagem fronteiriça; alargar os destinatários do uso do sistema de auto-passagem nas fronteiras; reforçar a aplicação do sistema de reconhecimento facial</p>	<p>Iniciado</p> <p>Iniciado</p> <p>Iniciado</p>	<p>Trabalho contínuo</p> <p>No ano 2016</p> <p>Trabalho contínuo</p> <p>No ano 2017</p> <p>2016</p> <p>Trabalho contínuo</p>

Área da Segurança

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Estudar a auto-passagem para os veículos	No ano 2016	Trabalho contínuo
		Implantar determinado serviço de migração disponibilizado no Centro de Serviços da RAEM	Iniciado	Trabalho contínuo
		Estudar, desenvolver e promover as máquinas de quiosques	Iniciado	Trabalho contínuo
36.	Trabalho no Tráfego Rodoviário	Fiscalizar a movimentação dos veículos e peões; escoar o trânsito; combater actos de infracção e violação de lei	Iniciado	Trabalho contínuo
		Adquirir mais aparelhos electrónicos de autuação, bem como a divulgação deste aparelho junto aos agentes de patrulhamento, para a sua utilização	2.º Semestre	Trabalho contínuo
		Tirar proveito do uso de equipamentos de fiscalização electrónica, para aperfeiçoar o trabalho de execução electrónica	Iniciado	Trabalho contínuo
		Acrescentar 1 novo item à "Carta de Qualidade" que se traduz no compromisso de – "após receber a solicitação, chegar ao local da ocorrência do acidente rodoviário em 12 minutos"	1.º Semestre	Trabalho contínuo
		Estudar a promoção do serviço automático de comunicação de infracções através de sms	Do ano 2016	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
37.	Gestão de recursos (infra-estruturas)	<p>Criar balcões para o pagamento de multas na Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e no Centro de Serviços da RAEM</p> <p>As obras de infra-estruturas prolongadas até ao ano 2016, são as seguintes: Edifício da Escola de Polícia, Complexo para exercícios e treino, Edifício Policial de Coloane, Novo Edifício da Unidade Tática de Intervenção da Polícia, Edifício do Grupo de Operações Especiais, reconstrução do Edifício do Departamento Policial das ilhas, Centro de Retenção de Veículos de Coloane do Departamento de Trânsito, Novo Edifício do Pelotão Cinotécnico da UTIP, obra de ampliação do actual Departamento de Trânsito, construção do Edifício Complexo de Departamentos Policiais de Macau, Área Fronteira de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau – Edifício do Posto Fronteiriço e Equipamentos de Apoio – Elaboração de Projecto – Projecto básico (Edifício do posto fronteiriço)</p>	<p>Janeiro</p> <p>Iniciado</p>	<p>Março</p> <p>A confirmar</p>
	Novos projectos de Infra-estruturas	<p>① Posto Fronteiriço Qingmao</p> <p>② Estabelecer um posto policial em Seac Pai Van</p> <p>③ Edifício do posto fronteiriço de inspecção integral de Zhuhai-Macau (Posto fronteiriço de Cotai – Posto fronteiriço de Hengqin)</p>	Do ano 2016	<p>A confirmar</p> <p>A confirmar</p>

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
38.	Relações públicas	<p>Consolidar o mecanismo de comunicação de policiamento comunitário; promover as relações entre a polícia e os media</p> <p>“Apresentação da Banda da PSP nas escolas” e “Apresentação da Banda da PSP ao ar livre”, a fim de reforçar as relações entre polícia e cidadãos</p> <p>Continuar a programar vídeos com inspiração sobre assuntos policiais “História da Polícia”</p> <p>Actividade de visita com guia aos postos policiais</p> <p>Realização de diferentes tipos de actividades de divulgação e seminários de sensibilização</p>	Iniciado	Trabalho contínuo
39.	Desenvolver a cooperação policial	<p>Criar o mecanismo de ligação policial no sector da hotelaria</p> <p>Apoiar o “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”, cooperando com os trabalhos de atuação pelos respectivos serviços</p> <p>Incrementar a comunicação e a cooperação com as agências de segurança e as entidades de autoprotecção</p> <p>Promover as relações de parcerias com outras entidades públicas, para melhorar o mecanismo de cooperação</p>	Iniciado	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
40.		<p>Incrementar a ligação e a cooperação com outras entidades públicas relacionadas com assuntos do jogo e as empresas do jogo</p> <p>Participar no Encontro de Trabalho entre Responsáveis das Polícias de Investigação Criminal de Guangdong, Hong-Kong e Macau; Melhorar o mecanismo de cooperação policial no posto fronteiriço de Zhuhai-Macau; Operação conjunta policial de grande escala de prevenção e de combate ao crime entre Guangdong-Hong Kong- Macau</p>		
		<p>Segundo o projecto, realizar ou coordenar a realização de diferentes tipos de cursos de acção de formação, seminários, formação especial e treinos físicos</p>	Iniciado	Trabalho contínuo
		<p>Exercícios físicos</p> <p>Treino anual de tiro; competição interna anual de jogos desportivos; Exame físico anual (2.º exame) e Exame físico anual</p>	Janeiro	Dezembro
		<p>Coordenação dos jogos desportivos no Campeonato da Taça das Forças de Segurança</p>	Maio	Junho
		<p>Coordenação de jogos desportivos tripartidos das polícias de Província Guangdong, de Hong Kong e de Macau</p>	Setembro	Outubro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		<p>Competição amigável de futebol dos Serviços de Migração de Hong Kong e de Macau</p> <p>Actividades de intercâmbio</p> <p>Visita a Guangdong sobre os trabalhos electrónicos</p> <p>1.ª fase do Simulacro de Operação "Sky League"</p>	<p>Novembro</p> <p>Junho</p> <p>Setembro</p>	<p>Novembro</p> <p>Junho</p> <p>Setembro</p>
41.	Gestão e fiscalização interna	<p>Manter conversação com os agentes, criar uma ponte de comunicação. Promover trabalhos de comunicação interna e de cuidar a saúde dos agentes</p> <p>Intensificar a fiscalização e gestão interna, revendo e actualizando/produzindo uma orientação de trabalho com clareza. Defender o regime de gestão de justiça e imparcialidade, implementar um sistema justo de punição e reconhecimento do mérito</p> <p>Motivar os agentes para uma conduta íntegra, cumpridora e respeitadora da lei. Mantendo uma estreita comunicação com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das FSM, para responder atempadamente as questões colocadas pela Comissão, bem como corrigir os erros encontrados durante o procedimento dos trabalhos de execução</p>	<p>Iniciado</p> <p>Iniciado</p> <p>Iniciado</p>	<p>Trabalho contínuo</p> <p>Trabalho contínuo</p> <p>Trabalho contínuo</p>

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Adicionar, na generalidade, câmaras de vídeo de gravação de imagens nos balcões de atendimento no Edifício do Departamento do Serviço de Migração e nos postos fronteiriços	Do ano 2016	A confirmar
42.	Actividades anuais de grande envergadura de comemoração e os principais trabalhos de policiamento	Grandes actividades de comemoração e os principais trabalhos de policiamento; Manter o controlo de multidões e a ordem, bem como garantir a segurança e a realização das actividades de uma forma ordeira, nomeadamente, a Festa do ano lunar, a Cerimónia comemorativa do 325.º aniversário do CPSP, o evento do Grande Prémio de Macau, a Comemoração do retorno de Macau à Pátria, entre outras actividades dos feriados prolongados, bem como actividades de manifestações, protestos, entre outras actividades. Para responder a visita dos importantes convidados e o trabalho de segurança nos grandes eventos, em primeiro lugar, recolher e analisar informações, proceder uma avaliação de risco e de seguida destacar adequadamente os agentes policiais	Janeiro	Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Polícia Judiciária				
43.	Prevenir e combater o crime grave	Incrementar o patrulhamento em diversas zonas nos períodos de festividades, especialmente nos ciber-bares, karaokes, saunas, clubes nocturnos, etc. e nas zonas/ estabelecimentos com maior concentração de pessoas, reforçar a prevenção e a repressão dos diversos tipos de crimes	Ano Novo Lunar, feriados importantes, semana de "ouro" do Interior da China, férias de Verão e período antes e depois das actividades de grande envergadura	Trabalho contínuo
		Relativamente ao crime de tráfico de pessoas e de exploração sexual, incrementar patrulhamento para o combate da exploração sexual nas residências particulares e nos hotéis. Através do mecanismo de contacto e comunicação com estes estabelecimentos, combater atempadamente aos crimes, e manter contacto estreito com os serviços pertinentes no sentido de acompanhar, de imediato, os casos de tráfico de pessoas	Março	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		<p>Manter o mecanismo de comunicação com as escolas de Macau, intervir de imediato nas questões em causa, impedindo a infiltração das seitas nas escolas</p> <p>No período antes e depois do dia comemorativo do retorno de Macau à Pátria, conjugando a análise das informações, efectuar um planeamento e elaborar medidas de contingências para enfrentar os diferentes riscos no sentido de garantir a ordem da sociedade e a segurança dos residentes naquele período de tempo</p>	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		<p>Articularemos as subunidades de investigação criminal e as subunidades de policiamento comunitário para aperfeiçoar o trabalho de divulgação sobre a prevenção de criminalidade junto da população, elevando a consciência de cooperação entre Polícia e cidadãos com vista a impedir crimes de fogo posto e de delinquência juvenil</p>	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		<p>Colocaremos agentes para recolher dados de câmaras de cctv nos locais críticos das vias públicas onde se encontrem frequentes crimes de fogo posto, criando uma base de dados, facilitando o trabalho de pesquisa e elevando a eficácia de investigação</p>	Início do ano	Meados do ano
44.	Prevenir e combater o crime relacionado com o Jogo	Recolher dados dos frequentadores de casinos e registar suas identidades	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Área da Segurança

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Manter patrulhamento 24/24 horas e a fiscalização relâmpago contra a criminalidade nos diferentes lugares durante os períodos de feriados de festividade ou eventos de grande envergadura, bem como intensificar as grandes operações de combate à criminalidade por parte das forças policiais	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Efectuar operações conjuntas com a DSAL para combater os trabalhadores ilegais nos casinos	Não periódico	Trabalho contínuo
45.	Prevenir e combater o crime económico	Em relação às burlas telefónicas, praticar activamente actividades diversas de sensibilização sobre a prevenção	Janeiro	Dezembro
		Face à ocorrência de crimes de fraude com alta tecnologia, através de organização de acções de formação profissional, tais como de análise de telefones por via de <i>net</i> , análise dos desvíos de contas bancárias, investigação de instrumentos de crimes de burla telefónica, intensificando a capacidade de execução da lei dos investigadores	Janeiro	Dezembro
		No que respeita às fraudes transfronteiriças, intensificar as trocas de informações com a Polícia do Interior da China e de Hong Kong, coordenar-nos na investigação criminal	Janeiro	Dezembro
		Relativamente ao penhor de objectos falsos (crimes de fraude), intensificar a comunicação com as casas de penhor e de joalharia, no sentido de intensificar a consciência de prevenção e o profissionalismo na verificação da autenticidade	Janeiro	Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
46.	Prevenir e combater o crime informático	<p>Em relação ao crime de falsificação e abuso do cartão de crédito, reforçaremos o contacto com as agências de cartão <i>Visa</i> e <i>Master</i> e o sector bancário. Face ao crime de burla relacionada com cartão <i>UnionPay</i>, reforçaremos a comunicação com o sector bancário, avisando as casas de penhor, joalharias ou estabelecimentos onde se podem utilizar cartão <i>UnionPay</i> para elevar a consciência preventiva e pedindo aos casinos para nos comunicar se houver situações suspeitas</p> <p>Relativamente à falsificação de documentos articular-nos-emos com os responsáveis das empresas e casinos no sentido de consciencializar o pessoal para a necessidade de adopção de medidas de prevenção de documentos falsificados</p> <p>Relativamente aos casamentos fictícios e pedido da quota de trabalhador não residente com informações falsas, iremos contactar activamente com os serviços responsáveis pela autorização, a fim de que tomem conhecimento dessas irregularidades atempadamente</p> <p>Reforçar a fiscalização na <i>internet</i> a fim de combater a burla informática</p>	Véspera dos feriados prolongados	Trabalho contínuo
			Ano inteiro	Trabalho contínuo
			Trimestral	Trabalho contínuo
			Ano inteiro	Trabalho contínuo

Área da Segurança

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		<p>Para combater as actividades delituosas que utilizam as estações emissoras para transmitir mensagens <i>spam</i> sobre jogo ilícito <i>online</i>, mantemos contactos permanentes com as autoridades policiais de Zhuhai e efectuamos operações na zona das Portas do Cerco para a repressão de tais crimes</p> <p>Introduzir mais <i>software</i> e <i>hardware</i> avançados para informática forense, com vista a prestar, de forma mais rápida e eficaz o apoio técnico à investigação de crimes informáticos e peritagem do crime para aperfeiçoar o apoio técnico</p>	Não periódico	Trabalho contínuo
47.	Prevenir e combater o crime de branqueamento de capitais	<p>Inspeccionar a banca clandestina; Investigar casos suspeitos sobre o transporte transfronteiriço de grande quantidade de dinheiro ou casos suspeitos sobre a utilização de cartão bancário a levantar grande montante de dinheiro; Apoiar o trabalho de inspeção periódica da Autoridade Monetária de Macau</p> <p>Fornecer ao Gabinete de Informação Financeira os dados estatísticos disponíveis nesta matéria, reforçar a comunicação com o sector financeiro e os serviços pertinentes; Acompanhar o trabalho de revisão sobre a legislação do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo; Fornecer dados para a elaboração de projecto de lei sobre o congelamento de bens dos criminais</p>	<p>Não periódico</p> <p>Na altura de recepção do pedido</p> <p>Ano inteiro</p>	<p>Trabalho contínuo</p> <p>Ano inteiro</p> <p>Trabalho contínuo</p>

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		<p>Avaliar o risco relativo ao crime de branqueamento de capitais em Macau</p> <p>Realizar reuniões de trabalho entre os serviços de execução da lei e as instituições financeiras, participar nos cursos de formação e seminários locais e no exterior, participar nas reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho Interdepartamental contra Branqueamento de Capitais do Gabinete de Informação Financeira, participar no curso de investigação financeira organizado pela Secção de investigação de droga de Polícia de Hong Kong, assistir a reunião anual e o seminário do Grupo da Ásia-Pacífica sobre o Branqueamento de Capitais (APG)</p>	<p>Ano inteiro</p> <p>Na altura adequada</p>	<p>Trabalho contínuo</p> <p>Trabalho contínuo de acordo com o programa</p>
48.	Prevenir e combater o crime de droga	<p>Aquisição de «aparelho de inspecção corporal de raios-X» no terminal marítimo do Pac On da Taipa</p> <p>Intensificar o patrulhamento nos períodos de feriados de eventos importantes e suas vésperas, bem como por ocasião de actividades de grande envergadura</p> <p>Intensificar a actividade de divulgação sobre a prevenção do crime de droga, particularmente continuar a organizar sessões de esclarecimento sobre identificação destes produtos ilícitos com o sector escolar, com vista a garantir que o pessoal das escolas e os pais têm capacidade de verificar se os filhos e os alunos estão envolvidos nos casos de droga, impedindo a infiltração da droga nas escolas</p>	<p>Ano 2016</p> <p>Não periódico</p> <p>Não periódico</p>	<p>A confirmar</p> <p>Trabalho contínuo</p> <p>Trabalho contínuo</p>

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		<p>Criar um mecanismo de comunicação imediata com hotéis e reforçar o combate aos crimes de consumo de droga em quartos de hotéis</p>	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		<p>Relativamente ao novo <i>modus operandi</i> da venda de droga utilizando as plataformas das redes sociais, supervisionar íntimamente as situações suspeitas encontradas na rede com o fim de combater dessas irregularidades atempadamente</p>	Ano inteiro	Trabalho contínuo
49.	Policimento comunitário	<p>Reforçar a sensibilização comunitária e através das estações móveis divulgar informações de prevenção criminal, tais como a burla, o roubo nos estabelecimentos, o assalto, o crime informático e o crime de drogas; Realizar reuniões com as associações, escolas e outros trabalhadores no sentido de aprofundar a educação cívica, divulgar e explicar junto dos estudantes, informações sobre o crime informático, o perigo da droga, a armadilha na procura de emprego e a prevenção de burla, bem como os demais tipos de crimes frequentes junto das escolas; Recolher informações de criminalidade e opiniões</p>	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		<p>Efectuar patrulha nos edifícios de habitações e comerciais, prevenir e combater a criminalidade; e de acordo com as características específicas de cada caso, fazendo a avaliação das medidas de segurança; Aperfeiçoar o Projecto "Amigos da Prevenção Criminal na Área da Habitação", promover a adesão de mais cidadãos para neste projecto, realizar acções de formação e seminários sobre conhecimentos de combate à criminalidade e produzir boletins informativos; Publicar periodicamente o "relatório de análise sobre os casos de furtos nos edifícios de habitações", explicar à sociedade as características desse crime e as estratégias para a sua prevenção</p> <p>Prevenir e combater a criminalidade nos períodos de celebração de grandes festividades e eventos importantes onde se encontram grande fluxo de visitantes</p> <p>Realizar a divulgação da prevenção criminal na época de Inverno, prevenir e combater a criminalidade</p> <p>Publicar a revista mensal "A Mensagem da PJ", a revista trimestral "Investigação Criminal e Sistema Jurídico" e o relatório anual dos trabalhos efectuados</p>	<p>Ano inteiro</p> <p>Abril, meados de Setembro e Novembro</p> <p>Dezembro</p> <p>Periódico</p> <p>Ano inteiro</p>	<p>Ano inteiro</p> <p>Maio, finais de Setembro e Dezembro</p> <p>Janeiro de 2017</p> <p>Trabalho contínuo</p> <p>Ano inteiro</p>
50.	Prevenir a delinquência juvenil	<p>Reforçar de forma contínua os trabalhos de sensibilização sobre a prevenção da delinquência juvenil, deslocar aos locais de concentração de jovens para divulgar mensagens de prevenção de criminalidade e recolher informações de relevância criminal</p>		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Aprofundar o "plano da rede de segurança escolar", facilitando o conhecimento imediato das informações de prevenção criminal para as escolas, pais e alunos. De acordo com as tendências de criminalidade realizar diferentes seminários, no intuito de elevar a consciência de proteção a si próprio e da prevenção da criminalidade dos jovens	Ano inteiro	Ano inteiro
		Aprofundar o projecto "Jovem Pioneiro Anti-crime", aumentando assim a consciência da prevenção criminal dos jovens, bem como o cumprimento das leis, ao mesmo tempo conhecer melhor o trabalho da PJ	Ano inteiro	Ano inteiro
51.	Técnica criminalística	Estudar e introduzir novas técnicas de investigação criminal, incluindo a introdução de novos recipientes de reagentes, estabelecer novos métodos de ensaio de sangue fazendo a pesquisa de detecção de íon e a iniciação da técnica de exame psíquica	1.º Semestre	2.º Semestre
		Construir base de dados de informação electrónica sobre amostras e vestígios de balas que estão envolvidos nos casos criminais quando for necessário pode servir de comparação	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
52.	Informações criminais	Desenvolver novas técnicas de análise de informações, elevar o nível de análise tecnológica, fortalecer a capacidade de recolha de informações, alargar a rede de informação criminal, melhorar o actual mecanismo de gestão de informação. Aprofundar e alargar o intercâmbio e mecanismo mútuo com os serviços de informações estrangeiros, reforçar a recolha de informações sobre crime e de protecção de segurança nacional e regional. Aproveitar a plataforma de informações na <i>internet</i> para reforçar a análise do crime e a avaliação da segurança	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Aperfeiçoar o sistema de análise de informações criminais e os equipamentos técnicos	De acordo com as necessidades	Ano 2016
53.	Intercâmbio policial	Assistir às diversas reuniões anuais e de trabalhos a realizar pela Interpol	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Planear a deslocação dos representantes policiais de outros países a Macau para efectuar o intercâmbio ou o apoio na investigação de crime	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Acompanhar os alertas emitidos pela Interpol, cooperar na realização das respectivas investigações e da recolha de prova	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
54.	Sistema e equipamento de informática, de telecomunicação e de informática forense	<p>Atualizar o sistema informático, adquirir boa qualidade de sistema de segurança de informações e de equipamentos de segurança da rede, aperfeiçoar os equipamentos do sistema de controlo de acesso, renovar o <i>website</i> oficial, adquirir instrumentos que possa elevar a eficiência na realização do exame de peritagem informático</p> <p>Estudar e elaborar exame de peritagem informático e métodos de análise das estações emissoras no sentido de elevar a eficácia no trabalho do exame de peritagem</p>	Janeiro	Dezembro
55.	Recrutamento e formação do pessoal	<p>Provas para promoção do pessoal e cursos profissionais</p> <p>Estágio e provas para os estagiários de investigação criminal do 18.º a 20.º cursos de formação</p> <p>Destacar pessoal a participar em diversas reuniões regionais e internacionais bem como cursos de formação, convidar especialistas de Macau, Hong Kong, Interior da China e individualidades dos demais sectores para organizar cursos e seminários com o fim de enriquecer as técnicas avançadas para obter as novas tendências da criminalidade</p>	Ano inteiro	Trabalho contínuo
			Iniciado	Fevereiro de 2018
			Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Corpo de Bombeiros				
56.	Coadunar com a política das LAG, alterar dos respectivos diplomas	<p>Para responder ao rápido desenvolvimento e às necessidades da sociedade da RAEM, coadunar-se com os serviços competentes com vista à alteração do Decreto-Lei n.º 24/95/M, - Regulamento de Segurança contra Incêndios - a fim de melhorar o regime legal de segurança contra incêndios de Macau</p> <p>Coadunar-se com a política de "simplificação administrativa com o reajustamento do pessoal" da RAEM, prosseguindo com as orientações do governo, para tanto estudando com os respectivos serviços a viabilidade de integrar os assuntos de segurança dos combustíveis para a área do CB. Serão, nesse sentido aprofundados os estudos e as alterações do Regulamento Administrativo n.º 24/2001, Organização e funcionamento do Corpo de Bombeiros, e os diplomas que estão relacionados com a Comissão de Segurança dos Combustíveis</p> <p>Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 66/94/M, Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, já entrou em vigor há muitos anos, o CB irá continuar a articular-se com as demais entidades envolvidas com a revisão do diploma, proporcionando os seus pareceres e opiniões sobre essa matéria</p>	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
57.	Infraestruturas	<p>Continuar os trabalhos de acompanhamento sobre as obras de construção do Posto operacional de Coloane e o Posto operacional na ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e, ao mesmo tempo, os respectivos trabalhos de acompanhamento da construção do novo Comando do Corpo de Bombeiros em Coloane e o Centro de emergência médica, com a cooperação da Direcção dos Serviços das FSM e da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, bem como, acompanhar as obras de manutenção dos outros postos operacionais</p>	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		<p>Os trabalhos contínuos de acompanhamento das obras de infraestruturas do ano 2016, são as seguintes: Reconstrução do Posto Operacional de Coloane, Posto Operacional na ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, Posto Operacional da Zona A dos novos aterros, entre outras. Para além do projecto de construção do Comando do Corpo de Bombeiros em Coloane e o Centro de emergência médica, planeamos de construir um Campo de formação de bombeiros e um posto operacional no Novo Acesso entre Guangdong e Macau</p>		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
58.	Reforçar a acção de formação de idoneidade moral e conduta da integridade	O CB nomeia chefias das suas subunidades para ministrar formação, designadamente nas áreas da ética e idoneidade moral aos novos agentes, formando dos cursos, entre outros funcionários das suas subunidades, a fim de determinar e promover um comportamento adequado na equipa, reforçando a educação para os valores cívicos dos funcionários, bem como para criar um ambiente de integridade e cumprimento da lei. Para além disso, articulamo-nos activamente com a reforma política da RAEM. Cooperar-se-á com o CCAC sobre o trabalho de acompanhamento da gestão de integridade; Nesse sentido planeamos convidar técnicos do CCAC para a realização de seminários temáticos, a fim de elevar e consolidar os respectivos conhecimentos dos nossos funcionários	1.º Trimestre	4.º Trimestre
59.	Relações públicas de policiamento	Para coadunar-se com os 3 conceitos de policiamento da área de segurança, "policiamento activo", "policiamento comunitário" e "policiamento de proximidade", irá lançar uma plataforma de intercâmbio <i>online</i> do CB e programar vídeos de curta duração para a sensibilização, a fim de incrementar o intercâmbio de informações interactivas com os cidadãos. Para além disso, destacando pessoal para prestar apoio à produção do programa "Policia e Cidadão, a mesma missão"	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
60.	Avaliação científica, melhorando os planos e as medidas de contingência das infraestruturas de grande evergadura	<p>Actualmente as obras de grande evergadura que estão em curso vão afectar as estradas, tornando cada vez mais confusas e vão afectar o trabalho de socorro. Nessa conformidade, o CB ajustará em permanência o plano de destacamento dos veículos de socorro, reforçando a potencialidade de chegar em primeiro lugar aos locais de sinistro a equipa de motociclo de combate ao incêndio e de salvamento, a fim de diminuir os impactos causados pelo congestionamento de trânsito</p> <p>Atendendo aos impactos trazidos nas obras de grande evergadura sobre as operações de salvamento, procedendo trabalhos de acompanhamento sobre os respectivos impactos, bem como distribuindo trabalhos e destacamentos adequados; tomar estreita atenção à situação da construção do metro ligeiro no segmento da Taipa, principalmente a obra no tabuleiro inferior da Ponte de Sai Van, possuir um bom desempenho aos planos e às medidas de contingência</p>	1.º Trimestre	4.º Trimestre
61.	Coadunar os trabalhos de contra incêndios das grandes construções transfronteiriças	Para responder às obras iminentes do Novo Acesso entre Guangdong e Macau e a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau que está na fase de construção, o CB emitirá pareceres da área de contra incêndios para se coordenar com as grandes construções transfronteiriças, bem como, durante a construção se prestará apoio, nomeadamente, procedendo a planos de operação de salvamento nas obras, para além de estudar	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
62.	Continuar a acompanhar a introdução e o uso de veículos de gás natural e electrónicos	Para adequar a introdução e o uso dos veículos de gás natural e electrónicos, já foram estabelecidas e revistas as respectivas orientações de trabalho. Continuaremos a proceder trabalhos de acompanhamento sobre os planos de salvamento, quanto à ocorrência de incidentes nas redes de canalização dos gases inflamáveis, bem como a proceder à acção de formação dos agentes	1.º Trimestre	4.º Trimestre
63.	Melhorando as medidas de contingência à resposta das doenças transmissíveis	Atendendo à tendência do desenvolvimento das doenças transmissíveis no mundo, principalmente, o MERS, o Gripe A, o Gripe das aves, a Pneumonia atípica, entre outras, já temos planos e condições para aperfeiçoar as medidas de prevenção das doenças de gripe ou outras doenças transmissíveis, bem como temos implementações para responder o desenvolvimento das diversas situações	1.º Trimestre	4.º Trimestre
64.	Manobra sobre o combate ao incêndio ou contra emergência	Procederemos manobra sobre o combate ao incêndio ou outras emergências, por exemplo, exercícios nos tanques de combustíveis de Ká-Hó e do aeroporto e outros acidentes ocorridos no aeroporto, exercícios para salvamento e evacuação no tabuleiro inferior da Ponte Sai Ván, bem como nos articularemos com outros serviços para exercícios conjuntos, por exemplo, exercício relativo a chuvas torrenciais e de protecção civil	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Área da Segurança

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
65.	Reforçar a segurança de contra incêndios nas actividades de grande escala	Tendo em conta os incidentes acontecidos nos grandes eventos das regiões vizinha e atendendo à realização de grandes eventos na RAEM, o CB reforçará as medidas de segurança, os trabalhos de avaliação de riscos e as medidas de contingência de socorro e de salvamento. Para reduzir a possibilidade de ocorrência de incidentes nos grandes eventos, o CB, segundo a avaliação de risco do evento, vai destacar agentes ao local para prestar trabalho de segurança	1.º Trimestre	4.º Trimestre
66.	Trabalho de segurança	Assegurar o trabalho de segurança nos grandes eventos ou festividades, bem como destacar pessoal para apoiar a inspecção de hotel ilegal, das demolições e dos terrenos vagos	1.º Trimestre	4.º Trimestre
67.	Coadunar com o conceito de "policimento comunitário" e "policimento activo", reforçar o trabalho de prevenção de incêndios, e as actividades de divulgação	Atendendo à origem de diferentes incêndios, procederemos a análises profundas, prestaremos estreita atenção aos incêndios e incidentes locais e no exterior, a fim de ajustar o plano de inspecção e as respectivas medidas, reforçar a educação de segurança contra incêndios e a divulgação de prevenção de incêndios Mediante palestras de prevenção, exercícios com extintores e distribuição de panfletos alusivos, visando aumentar a consciência dos cidadãos na prevenção contra incêndios. Antes das festivais tradicionais realizar, em diversas zonas de Macau, actividades temáticas sobre a sensibilização para a prevenção contra incêndios, bem como fortalecer em contínuo a educação de segurança contra incêndios junto de escolas e associações	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
68.	Patrulhamento de segurança contra incêndios no Centro Histórico de Macau incluído na lista do Património Mundial da UNESCO e nas construções antigas	Reforçar o patrulhamento de segurança contra incêndios nas construções históricas e valiosas, bem como proceder a acções de formação contra incêndios aos respectivos funcionários, a fim de diminuir o risco de ocorrer incêndios	1.º Trimestre	4.º Trimestre
69.	Recrutamento de pessoal	Nos termos do plano quinquenal de recrutamento, realizará dois Cursos de Formação de Instruendos por ano. Cada curso conta cerca de 54 vagas, no total em 2016 irá recrutar cerca de 108 bombeiros	1.º Trimestre	4.º Trimestre
70.	Melhorar os procedimentos administrativos	Melhorando os trabalhos de orientações, directivas e simplificação dos procedimentos, com vista a facilitar a concentração dos trabalhadores e elevar a eficácia do trabalho	1.º Trimestre	4.º Trimestre
71.	Melhorar os equipamentos dos veículos	O orçamento é feito de acordo com a fiscalização dos veículos e equipamentos de contra incêndios e salvamento, estudar a introdução de veículos e equipamentos de alto nível mundial adequados à realidade de Macau	1.º Trimestre	4.º Trimestre
72.	Reforçar cursos profissionais de contra incêndios	Realizar diferentes tipos de cursos de formação, destacar pessoal ao exterior para aprender novas tecnologias e alargar os seus horizontes técnicos, nomeadamente, cursos de formação, intercâmbios e visitas	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
73.	Seminários sobre o profissionalismo de contra incêndios	Realizar em Macau palestras / seminários de natureza profissional de contra incêndios, bem como convidar unidades homologas do Interior da China para proceder intercâmbio de experiências	2.º Trimestre	2.º Trimestre
Escola Superior das FSM				
74.	Promoção de cultura policial para estabelecimento de valores	Desenvolver o trabalho para as forças e serviços, promovendo a cultura policial de alta eficiência, integridade, profissionalismo e aproximação à população Realizar concursos de composição e de fotografia com a respectiva cerimónia de atribuição de prémios para promover a cultura policial	Trabalho contínuo Janeiro	Trabalho contínuo Janeiro
75.	Realização de seminários temáticos e palestras sobre a técnica policial	Empenhar-se na realização de cursos a curto prazo, seminários temáticos e palestras, a fim de aumentar a qualidade profissional dos elementos das forças e serviços de segurança. Com a intenção de responder às necessidades da sociedade e com a plasticidade adequada às dinâmicas da sociedade da Região Administrativa Especial de Macau, em relação aos tópicos mais recentes da sociedade, desenvolver adequadamente a cooperação entre este estabelecimento de ensino superior e as unidades de educação policial do Interior da China e de Hong Kong. Convidar especialistas e estudiosos para estudar e discutir conjuntamente com os agentes policiais e estudiosos de Macau, a fim de aprofundar as teorias relativas aos conhecimentos policiais de Macau e experiências de práticas, elevando assim o nível desta escola	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
76.	Publicações e materiais didáticos sobre os assuntos policiais	<p>Para elevar os conhecimentos de direito, técnicas profissionais e da psicologia do pessoal das forças e serviços de segurança realizam-se as seguintes palestras e seminários sobre temas relacionados com: gestão emocional, relações interpessoais, auditoria, alívio de stress psicológica, convenções internacionais de direitos humanos, integridade, Lei Básica e Lei de Segurança Nacional, transfusão de sangue, saúde e assuntos policiais</p> <p>Aumentar a emissão das publicações sobre o conhecimento dos assuntos policiais; Estudar, discutir e divulgar os assuntos policiais em forma de publicações, tais como incrementar o estudo da técnica policial, artigos sobre as experiências e estudo do efeito, ou publicações periódicas relativas às relações entre a polícia e a população. Articular-se com o desenvolvimento em relação à criação da cultura policial, visando incrementar a qualidade e quantidade pedagógica, bem como a qualidade profissional e integral dos elementos das forças de segurança</p> <p>Publicar a primeira edição da revista da polícia</p>	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
77.	Ensino superior	14.º Curso de Formação de Oficiais destinado ao Corpo de Bombeiros e 15.º Curso de Formação de Oficiais destinado ao CPSP	2º Trimestre	2º Trimestre
			Segundo o horário do ano lectivo 2015/2016	Segundo o horário do ano lectivo 2015/2016

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Estágio para o 13.º Curso de Formação de Oficiais destinados ao Corpo de Polícia de Segurança Pública/Corpo de Bombeiros	Setembro de 2015	Março de 2016
78.	Curso de promoção (fase conjunta)	Curso de Promoção para a categoria de Chefe do CPSP/ Chefe do CB	Março	Junho
		Curso de Promoção para a categoria de Subchefe do CPSP/Subchefe do CB	Julho	Agosto
		Curso de Promoção para a categoria de guarda principal/ bombeiro principal	Novembro	Dezembro
79.	Curso de Formação de Instruendos (Fase de Instrução Básica)	23.º Curso de Formação de Instruendos	Abril	Junho
Direcção dos Serviços das FSM				
80.	Sistema de inspecção electrónica de toda a cidade	Acompanhar as obras de instalação da 1.ª fase; após a conclusão do sistema, proceder-se-à a recepção; acompanhar o concurso público e a construção das 2.ª e 3.ª fases; acompanhar a concepção do projecto, concurso público e a construção da 4.ª fase	Julho de 2015	Julho de 2018

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
81.	Condição de equipamentos informáticos com o desenvolvimento dos postos fronteiriços	Proceder a exploração de <i>software</i> e <i>hardware</i> de auto-passagem, respeitante ao novo estudo de "Uma só inspeção de cooperação"; Criar um sistema de declaração de informações aos visitantes que entram pelo Aeroporto Internacional de Macau; Mudar os aparelhos ópticos de leitura de documento de identificação; Avaliar e actualizar os antigos computadores, entre outros; Dependendo da obra do Terminal Marítimo da Taipa, instalar equipamentos informáticos de entrada e saída pelas fronteiras e de canais de auto-passagem	Ano inteiro	Ano inteiro
82.	Exploração de <i>software</i> e sistema informático	Aperfeiçoar o processo dos aparelhos electrónicos de autuação; adicionar serviços electrónicos, através das máquinas de quiosques prestar modelos de facilitação da vida das pessoas; aperfeiçoar o sistema administrativo interno; colaboração na troca de informações, processo e relatórios entre os agentes da linha de frente e o Centro de controlo	Ano inteiro	Ano inteiro
83.	Adicionar e actualizar o equipamento de informática dos utentes das Forças de Segurança e de rede de informático	Adicionar grandes painéis de informação; avaliar e substituir os equipamentos antigos; adicionar computadores adaptados ao ensino, divulgação, novos serviços, entre outros assuntos	Ano inteiro	Ano inteiro

Área da Segurança

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
84.	Obras de ampliação do Edifício da DSFSM	Para aperfeiçoar e melhorar os equipamentos do Edifício, demolição e reconstrução da oficina da secção de manutenção, cantina e Divisão de informática	Fevereiro de 2015	A confirmar
85.	Mudar algumas escadas rolantes do Edifício fronteiro das Portas do Cerco	Algumas escadas rolantes do Edifício já funcionam há mais de 10 anos e sempre em sobrecarga, pelo que, para garantir um funcionamento seguro dos equipamentos, pretendemos substituir algumas escadas rolantes	2.º Semestre do ano 2015	1.º Semestre do ano 2016
86.	Abertura do 24.º Curso de Formação de Instruendos das Forças de Segurança de Macau	Para atrair mais candidatos e elevar o número de aprovação do curso, irá reforçar os trabalhos de divulgação e adicionar um sistema de marcação electrónica, versão para os telemóveis inteligentes, no sistema irá acrescentar mais funções de lembretes	1.º Trimestre	4.º Trimestre
87.	Revisão do Regulamento Administrativo n.º 13/2002	Criar lembretes em cada fase de prova, fazer lembrar os candidatos a hora, o local e outras observações das provas Revisão das normas do respectivo Regulamento Administrativo, baseando, como referência, o processo de recrutamento e a forma de selecção dos Serviços de Alfândega, do Estalecimento Prisional de Macau, Polícia Judiciária, entre outros serviços; aumentar a flexibilidade de recrutamento de instruendos	1.º Trimestre	1.º Trimestre do ano 2017
			A confirmar	A confirmar

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
88.	Acompanhamento nos trabalhos posteriores à alteração do Regulamento de Uniformes das Forças e Serviços de Segurança de Macau	Acompanhar os trabalhos respeitantes à alteração de figuras e documentos em anexos do regulamento	Ano inteiro	Ano inteiro
Estabelecimento Prisional de Macau				
89.	Segurança e vigilância	Realizar exercício de simulação de incêndio e evacuação para aumentar a capacidade de resposta e de coordenação em situações de emergências	2.º Trimestre	4.º Trimestre
90.	Tecnologia informática	Reforçar as operações de rusga inopinada a celas	1.º Trimestre	4.º Trimestre
91.	Recursos humanos	Renovar os equipamentos de rede, aumentar a extensão de fibra óptica para corresponder ao desenvolvimento futuro do sistema informático, à digitalização global do sistema de CCTV, optimizando assim a rede informática	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Iniciar a abertura do concurso de ingresso para o cargo de guarda prisional, e, ainda promover o recrutamento pessoal administrativo através do concurso centralizado para ingresso e concurso aberto pelo EPM, com vista a preencher as vagas existentes	1.º Trimestre	Ano de 2017
		Realização do concurso de promoção ao cargo de chefe, bem como concurso de acesso para o pessoal administrativo qualificado, em conformidade com a lei	1.º Trimestre	Ano de 2017

Área da Segurança

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
92.	Acção de formação para o pessoal	Pretende-se organizar 15 actividades de formação para o pessoal do EPM que contará com 1800 participações Continuar a nomear o nosso pessoal para participar em reuniões relacionados com assuntos prisionais realizadas no exterior	1.º Trimestre	4.º Trimestre
93.	Comunicação	Organizar visitas ao EPM para o pessoal e os seus familiares	2.º Trimestre	3.º Trimestre
94.	Infraestrutura	Acompanhar as obras de construção do novo EPM	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
95.	Reinserção social	Organizar uma série de palestras e <i>workshop</i> para transmitir aos reclusos uma mensagem de vida saudável, inculcar-lhe o pensamento optimista e positivo, bem como a reforçar a auto-estima Continuar a providenciar aos reclusos os cursos escolares educativos realizados entre o EPM e a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude Convidar as instituições com qualificações profissionais para proporcionar aos reclusos cursos de formação profissional dirigidos às necessidades do mercado. Proporcionaremos aos reclusos a apresentação a exames de qualificação profissional, a fim de estimular o reconhecimento público para a sua reinserção social	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Continuar o plano de emprego para os reclusos prestes à libertação realizado entre o EPM e a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Organizar para os reclusos os programas de familiarização com filhos, incluindo o projecto de "assistência a crianças" e programas de familiarização com filhos no Dia de Criança	1.º Trimestre	4.º Trimestre
		Organizar actividades culturais e recreativas e em cooperação com o Caritas de Macau, realizar festa de confraternização do Ano Novo Lunar para os reclusos	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Organizar curso de formação de prestação de serviços voluntários, intitulado amor ao comunitário	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
96.	Relações Públicas	Organizar a Exposição de Artesanato dos reclusos	1.º Trimestre	3.º Trimestre
		Participar no programa "Policia e cidadão, a mesma missão"	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Pretende-se a realizar concurso de pintura em ovos de Páscoa intitulado "renascimento, renovação de vida" para que o público preste mais atenção aos reclusos	1.º Trimestre	3.º Trimestre
		Participar no programa "O conhecimento sobre a vida profissional através de lupa" organizado pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	1.º Trimestre	2.º Trimestre
97.	Optimização de serviços	Submeter inquéritos de satisfação sobre o nosso trabalho aos cidadãos	1.º Trimestre	4.º Trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Gabinete Coordenador de Segurança				
98.	Exercício contra tufão (posto de comando)	<p>Antes do exercício, elaborar a simulação dos incidentes, apresentá-la aos serviços/organismos da estrutura de Protecção Civil e realizar a reunião da estrutura de Protecção Civil</p> <p>Depois do exercício, receber os relatórios de conclusão dos supracitados serviços/organismos para fazer a consequente avaliação e elaboração do relatório</p>	Março	Meados de Abril
99.	Obras de remodelação do Centro de Operações de Protecção Civil	Introduzir no projecto de remodelação do Centro o modelo ideal de funcionamento adoptado por outros centros de regiões mais desenvolvidas	Janeiro a Abril	Abril
100.	Convide a peritos de radiação nuclear para Macau	Convidar peritos de radiação nuclear para se deslocarem a Macau e providenciarem acções de formação ao pessoal do grupo de intervenção em acidente nuclear, no intuito de aumentar o nível do seu conhecimento sobre a respectiva área e reforçar a sua capacidade de resposta contra os acidentes de radiação nuclear	Janeiro a Março	Março
101.	Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de trabalho terrestre da Comissão de Saúde para os Pontos de Entrada	Assegurar que, quando se verificar eclosão de uma epidemia em Macau, sejam tomadas as medidas adequadas para prevenir, proteger e controlar a propagação da infecção pelas fronteiras terrestres	Ano inteiro	Ano inteiro (acompanhamento contínuo no ano 2017)

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
102.	Acompanhamento de trabalhos do Mecanismo de notificação dos incidentes entre Guangdong e Macau e Grupo de trabalho para partilha de informações	Manter uma ligação íntima com a Divisão de Comunicações da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau e o Serviço de construção de plataforma de emergência da Província de Guangdong	Ano inteiro	Ano inteiro (acompanhamento contínuo no ano 2017)
103.	Participação em reuniões regionais	Deslocação ao exterior para relatar e partilhar experiências em nome de Macau os prejuízos provocados a Macau pelas calamidades naturais e as medidas de aperfeiçoamento elaboradas pelos diversos serviços governamentais	Ano inteiro	Ano inteiro (acompanhamento contínuo no ano 2017)

Calendário das principais acções governativas da área da Assuntos Sociais e Cultura para o ano de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio da Saúde				
1.	Entrada em funcionamento do Centro Clínico de Saúde Pública	A conclusão do Centro Clínico de Saúde Pública está prevista para o 4.º trimestre de 2015 e entrará em funcionamento quatro meses após a sua recepção. Serão acrescentadas 60 camas de isolamento padronizadas destinadas aos doentes portadores de doenças infecciosas, em fase de recuperação, sendo, assim, aumentada a capacidade de prevenção e tratamento de doenças transmissíveis.	1.º trimestre de 2013 (Início da obra)	2.º trimestre de 2016
2.	Restabelecimento dos recursos de prevenção e controlo de doenças infecciosas	Através do restabelecimento e racionalização da utilização dos recursos de prevenção e controlo de doenças infecciosas, pretende-se a integração do Centro de Prevenção e Controlo da Tuberculose no Centro Hospitalar Conde de São Januário, com o objectivo de melhorar o nível de qualidade no tratamento das doenças pulmonares, entrando em funcionamento juntamente com o Centro Clínico de Saúde Pública.	2.º trimestre de 2015	1.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
3.	Reforço do apoio comunitário para os doentes crónicos	Com a entrada em funcionamento da linha verde telefónica "Saúde geriátrica", o serviço competente pretende aproveitar o prolongamento das horas de serviço dos Centros de Saúde, para prestar serviços de apoio na comunidade aos idosos portadores de cancro, diabetes, entre outras doenças crónicas, mantendo-lhes uma boa condição física e promovendo uma interacção com a comunidade.	2.º trimestre de 2015	3.º trimestre de 2016
4.	Optimização da divulgação das informações de educação para a saúde e da plataforma de comunicação interactiva	Aproveitando a generalização das tecnologias, serão optimizadas as aplicações móveis, acrescentando informações de educação para a saúde individual e comunitária, construindo-se uma plataforma de comunicação interactiva com os cidadãos com recurso pleno aos meios de comunicação e intensificando acções de educação e divulgação do conhecimento no domínio da saúde.	3.º trimestre de 2015	3.º trimestre de 2016
5.	Serviço de autoavaliação da saúde desenvolvido nos centros de saúde	Em articulação com a autogestão de doenças crónicas, ajuda a população a conhecer o seu estado de saúde, efectuando a automonitorização da saúde, a gestão de níveis de glicose no sangue e índices de qualidade física, permitindo assim a detecção e tratamento precoce de complicações, melhorando a qualidade de vida dos doentes e reduzindo o custo médico.	1.º trimestre de 2016	2.º trimestre de 2016 (Fase experimental)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6.	Início do programa para a realização do inquérito sobre o estado de saúde da população de Macau	Recolha constante de dados e análises para conhecimento do estado de saúde da população de Macau que servirão de fundamento na definição futura de uma política científica na área de saúde.	3.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
7.	Implementação do Programa relativo ao rastreio do cancro colorrectal	Em coordenação com as estratégias de acção governativa desenvolvidas pelo Governo da RAEM, implementar-se-á o programa do rastreio do cancro colorrectal, de modo a aumentar a taxa de cura.	4.º trimestre de 2016	3.º trimestre de 2017
8.	Criação do Centro de Recursos para o Controlo do Tabaco	Continuar-se-á a seguir o princípio de controlo do tabagismo de "Promoção da saúde", fornecendo informações diversificadas relativas ao controlo do tabagismo, com empenho na promoção da construção de um ambiente livre de tabaco.	3.º trimestre de 2015	4.º trimestre de 2016
9.	Obra de acabamentos interiores do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde	A conclusão das obras do edifício está prevista para 4.º trimestre de 2015. Os Serviços de Saúde planeiam, após a sua conclusão, levar a cabo as obras de acabamentos interiores para que entre em funcionamento o mais rapidamente possível.	1.º trimestre de 2016	3.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio do Ensino Superior				
10.	Acompanhamento da elaboração do plano de desenvolvimento do ensino superior a médio e longo prazo	Encarregar-se-ão entidades profissionais dos estudos sobre as principais questões do respectivo planeamento, recolhendo opiniões e sugestões dos sectores do ensino superior e do público depois de produzidas as resoluções preliminares, com o objectivo de definir um plano de desenvolvimento do ensino superior a médio e longo prazo que corresponda à realidade e às necessidades da sociedade de Macau.	2014	2017
11.	Promoção dos trabalhos de formação de quadros qualificados de língua portuguesa	Procede-se ao estudo da criação de um plano especial de financiamento para promover a formação de quadros qualificados de língua chinesa e portuguesa, bem como a cooperação do ensino e da investigação, a fim de incentivar as instituições a reforçarem a cooperação entre si, concretizando, passo a passo, o objectivo de transformar Macau numa base de formação da língua portuguesa na região da Ásia-Pacífico.	2016	Implementação contínua
12.	Continuação do reforço do conceito da Educação "com base nos estudantes"	Avaliação, no novo ano lectivo, do funcionamento e dos resultados da adopção do sistema de colégios residenciais, reforço da interacção entre estes e as faculdades, com empenho no apoio aos estudantes para o desenvolvimento do <i>Soft Power</i> , para além das suas competências académicas na respectiva área de estudo, fortalecendo a educação holística.	Já iniciado	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
13.	Universidade de Macau adoptará a promoção de medidas para a fixação de quadros locais qualificados	Adopção pela UM de várias medidas para promover a localização da universidade, nomeadamente, a criação de uma bolsa de estudo, denominada "Lótus", que se destina, exclusivamente, aos estudantes locais dos cursos de licenciatura; criação de bolsas de estudo de pós-doutoramento para os estudantes locais que tenham concluído cursos de doutoramento; reforma dos cursos de mestrado, adequada às necessidades dos estudantes locais; recrutamento, formação e promoção, com prioridade de quadros locais; promoção de medidas para fixação dos quadros locais qualificados nos indicadores de avaliação das suas unidades, para garantir que esses quadros tenham preferência no recrutamento, através do aumento da sua admissão e do encorajamento na adopção de habilitações académicas similares.	Já iniciado	Implementação contínua
14.	Universidade de Macau promoverá a reforma na área administrativa	Através de três projectos interligados já iniciados, Projecto do Planeamento de Recursos Empresariais, Reformulação de Procedimentos das Actividades e Sistema de Gestão da Qualidade, a UM promoverá a reforma da área administrativa. Prevê-se que os projectos estejam concluídos em 2017, sendo o Sistema da Gestão de Qualidade credenciado em 2016.	Já iniciado	2017

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
15.	Revisão dos Estatutos do Instituto Politécnico de Macau (IPM)	O grupo especializado continuará a acompanhar o estudo de revisão, a consulta e a elaboração dos projectos dos diplomas legais relativos aos Estatutos do IPM.	2011	A revisão será concluída no prazo de seis meses depois de publicado o novo "Regime do Ensino Superior".
16.	Alargamento dos trabalhos sobre o ensino e a investigação na área da língua portuguesa	Realizar-se-ão acções de formação e seminários académicos para docentes chineses da área de ensino do português, das instituições de ensino superior de Macau e do Interior da China; promover-se-á, periodicamente, a cooperação no domínio do ensino e da investigação científica, entre as instituições homólogas da China e de Portugal; reforçar-se-ão os trabalhos sobre o ensino e a investigação científica na área da língua portuguesa, elaborando, continuamente, materiais didácticos diversificados de português; preparar-se-á melhor o lançamento do "Curso de Licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos".	2010	Implementação contínua
17.	Alargamento e optimização do espaço destinado às actividades pedagógicas	Para enfrentar os problemas da falta de espaço escolar e da dispersão das unidades escolares, realizar-se-ão, de forma programada, melhoramentos nestes aspectos, a saber: mudança de algumas unidades escolares para o antigo <i>campus</i> da Universidade de Macau e alargamento do <i>campus</i> da sede do IPM, situada na Rua Luís Gonzaga Gomes.	2011	2019

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
18.	Acompanhamento da alteração ao Decreto-Lei n.º 45/95/M (organização e o funcionamento do Instituto de Formação Turística) e ao Estatuto do Pessoal Docente e do Pessoal de Formação Profissional de Hotelaria do Instituto de Formação Turística, aprovado pela Portaria n.º 477/99/M	Elaborar-se-á o texto preliminar do projecto de diploma; preparar-se-ão os documentos da respectiva consulta para os vários serviços públicos, analisando e organizando as opiniões aí recolhidas, produzindo, seguidamente, o relatório dos seus resultados, bem como elaborando o respectivo projecto de diploma nas versões em língua chinesa e portuguesa.	2.º trimestre de 2011	Será concluída a alteração no prazo de seis meses depois de publicado o novo "Regime do Ensino Superior".
19.	Planeamento da utilização da Residência da Ásia Oriental para residência estudantil e parte do <i>campus</i> escolar e obras de melhoramento relacionadas	Far-se-á o planeamento da utilização da fase inicial. Concluída a construção do novo edifício da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau e da mudança da Residência da Ásia Oriental, serão iniciadas as obras de remodelação.	2015	2018
20.	Promoção activa do desenvolvimento da formação na área das indústrias culturais e criativas	Incentivo à criação de mais cursos, de níveis básico ou intermédio, ou até cursos de gestão, na área de artes criativas, proporcionando, assim, de forma diversificada, a formação relacionada, no sentido de se articular com a promoção do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, feita pelo Governo.	2010	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Nos domínios do Ensino não Superior e da Juventude				
21.	Realização de uma série de actividades comemorativas do 10.º aniversário da promulgação da Lei de Bases; melhoria, em maior grau, do sistema educativo não superior, em termos de regime e mecanismos de funcionamento	<p>Sob o tema "A mudança da sociedade e o desenvolvimento do ensino não superior de Macau: horizonte de regimes e de planeamento", realizar-se-á uma conferência académica alusiva ao 10.º aniversário da promulgação da Lei de Bases.</p> <p>Realizar-se-á uma sessão para publicação do resultado da avaliação intercalar do "Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior".</p> <p>Organizar-se-á a exposição do "Resultado do desenvolvimento do ensino não superior de Macau" (2006-2015).</p> <p>Realizar-se-á uma sessão para a publicação do resultado do estudo sobre a modalidade de desenvolvimento do ensino técnico-profissional de Macau e do ensino em turmas reduzidas, entre outros temas.</p>	2015	2016
22.	Estudo e lançamento preliminar da primeira fase das "Obras de melhoria nas escolas"	Estudar e definir o planeamento a curto, médio e longo prazo e resolver, gradualmente, através de vários meios, os problemas de algumas escolas dos ensinos infantil e primário que estão a funcionar em pódios dos prédios, oferecendo um melhor ambiente para o crescimento dos alunos.	Já iniciado o trabalho de avaliação	2016
			Já iniciado o trabalho de estudo	2016
			Iniciado o trabalho preparatório	2017

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
23.	Reforço da Formação das capacidades linguísticas dos alunos	Adoptar novas medidas para melhorar as capacidades dos professores de chinês em mandarim. Reforçar a formação dos professores de português e organizar a deslocação dos alunos ao exterior para participarem, durante as férias de Verão, em acções lectivas de línguas, aumentando, de forma sistemática, a sua capacidade e eficácia na aprendizagem das línguas chinesa, portuguesa e inglesa.	Iniciado o trabalho preparatório	2017
24.	Participação no teste do "Progresso no Estudo Internacional de Leitura e Literacia" (PIRLS 2016)	Participação, em 2016, no teste do "Progresso no Estudo Internacional de Leitura e Literacia" (PIRLS 2016) e no seu estudo, fiscalizando o nível da capacidade de leitura dos alunos do 4.º ano do ensino primário de Macau, estudando os problemas que afectam essa capacidade de leitura, procurando políticas educativas e métodos de ensino que possam melhorar a leitura e os fundamentos para aumentar a capacidade de leitura dos alunos.	2015	2018
25.	Aumento, nos jovens e alunos, do conhecimento sobre a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota"	Através do "Concurso sobre conhecimentos diplomáticos dos jovens de Macau", aumentar-se-ão nos jovens os conhecimentos sobre a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota". A realização das actividades alusivas a "Uma Faixa, Uma Rota" será um dos projectos prioritários no "Plano de financiamento das actividades anuais das associações juvenis".	2016	2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		A iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" fará parte do conteúdo de formação prioritária no plano de formação de líderes jovens "Busca o sonho e voa" e do plano de formação das capacidades de líderes das associações de estudantes, organizando ainda os principais membros das associações juvenis e os líderes das associações estudantis para visitas e actividades de intercâmbio, às regiões localizadas ao longo dos itinerários de "Uma Faixa, Uma Rota".	2016	2016
		Será incentivada a criação de diversas formas de parceria não governamental com as organizações juvenis das regiões localizadas ao longo dos itinerários de "Uma Faixa, Uma Rota", para apoiar contactos amigáveis entre jovens alunos.	2016	Execução contínua
		Através do "Plano de Financiamento para Viagens de Estudo ao Continente", as escolas serão estimuladas a organizarem os alunos para fazerem visitas e terem experiências próprias nas regiões localizadas ao longo dos itinerários de "Uma Faixa, Uma Rota". Será introduzida, nos cursos de formação sobre educação de assuntos nacionais 2016, uma palestra sobre o tema.	2016	2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Será também realizada uma palestra temática sobre “Uma Faixa, Uma Rota” para os dirigentes das escolas e pessoal docente, organizando-se, nas escolas, uma exposição itinerante sobre o tema.	2016	Execução contínua
26.	Implementação da “Medida do Registo Central para Primeiro Acesso Escolar dos Alunos do Ensino Infantil”	Com base na “Medida para primeiro acesso escolar do aluno ao ensino infantil”, será implementada, no ano lectivo de 2016/2017, a “Medida do Registo Central para Primeiro Acesso Escolar dos Alunos do Ensino Infantil”, sendo disponibilizado, na página oficial da DSEJ, o registo uniformizado de inscrições, dispensando a deslocação dos encarregados de educação para aquisição e entrega do boletim de inscrição nas escolas, melhorando, ao mesmo tempo, o calendário e as informações das inscrições dos alunos, para simplificar os trabalhos administrativos das escolas.	Já iniciado	2016
27.	Lançamento de nova modalidade de financiamento para o ensino inclusivo	A nova modalidade de financiamento para o ensino inclusivo terá vários níveis, conforme os graus de necessidade dos alunos do ensino inclusivo, e que servirão de base à aplicação de recursos, satisfazendo as necessidades reais dos alunos. No ano lectivo 2015/2016, concluir-se-á o projecto preliminar da nova modalidade de financiamento e procurar-se-á a sua aplicação no ano lectivo 2016/2017.	Já iniciado	2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
28.	Implementação mais ampla da reforma curricular	<p>Continuar-se-á a implementar a reforma curricular do ensino infantil; promulgar-se-ão as "Exigências das competências académicas básicas" de diversas disciplinas do ensino primário, estudando-se as instruções curriculares que serão, globalmente, implementadas do 1.º ao 3.º ano do ensino primário.</p> <p>O plano piloto dos currículos para os ensinos secundário geral e complementar será iniciado, em profundidade, resumindo experiências efectivas, para preparar, da melhor forma, a implementação global dos novos currículos.</p> <p>Dar-se-á importância à produção de materiais didácticos; encarregar-se-ão equipas profissionais da elaboração dos materiais didácticos locais para as Actividades de Descoberta do ensino primário; continuar-se-á a elaboração do material didáctico de Língua Portuguesa para o ensino primário das escolas particulares.</p>	Já iniciado	2016
29.	Reforço no desenvolvimento do ensino técnico-profissional	<p>Com base nas sugestões do respectivo estudo, actualizar-se-ão o regime e o currículo do ensino técnico-profissional; serão apoiadas as escolas do ensino técnico-profissional na reforma do planeamento do seu desenvolvimento, da criação de cursos, do desenvolvimento curricular e da prática pedagógica, entre outros. Serão também apoiadas as escolas, em geral, na organização dos "cursos de aplicação na própria escola".</p>	Já iniciado	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
30.	Determinação das políticas da terceira fase do "Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo"	Partindo da síntese das experiências da segunda fase do "Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo", serão estudadas as políticas da próxima fase, de modo a apoiar a aprendizagem contínua dos residentes.	Já iniciado	2016
31.	Exploração de uma plataforma de análise da condição física dos alunos e de orientações desportivas	Através da cooperação com instituições de ensino superior e escolas de Macau, serão criadas, gradualmente, bases de dados das quais constem informação sobre a condição física dos alunos do ensino primário e secundário, possibilitando uma análise em tempo real dos registos dos testes de aptidão física, hábitos desportivos e alimentares, qualidade e características do sono, fornecendo mais dados científicos para a definição de estratégias desportivas da própria escola e ajudando os professores de educação física a estabelecer planos educativos personalizados.	Iniciado o trabalho preparatório	2017
32.	Realização do "Festival Juvenil Internacional de Dança 2016"	Convidar-se-ão grupos juvenis de danças, de qualidade, provenientes de Macau e de várias regiões do mundo, para actuações e intercâmbio, havendo na ocasião um grande desfile, espectáculos das cerimónias de abertura e de encerramento, espectáculos ao ar livre e <i>workshops</i> de exibição artística, entre outras actividades, organizando-se, ao mesmo tempo, um concurso de fotografia para a participação dos cidadãos.	Iniciado o trabalho preparatório	3.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio da Acção Social				
33.	Criação da "Rede de Serviços de Apoio a Famílias em Risco"	Reforço das funções do Governo da RAEM e dos serviços de apoio à família das instituições particulares de solidariedade social; face às diversas causas de crises nas famílias, planear-se-ão os serviços relacionados e melhorar-se-á o fluxo de trabalho, com vista a elaborar uma rede de apoio eficaz.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2017
34.	Aumento das vagas nas creches	Criação e ampliação das creches, com vista a aumentar o seu número de vagas para mais de 10.000.	1.º trimestre de 2015	4.º trimestre de 2016
35.	Implementação do "Plano decenal de acção para o desenvolvimento dos serviços de apoio a idosos"	Criar-se-á o "Grupo Director Interdepartamental do Mecanismo de Protecção dos Idosos de Macau" para uma boa implementação do "Plano decenal de acção para o desenvolvimento dos serviços de apoio a idosos"; realizar-se-ão várias acções de sensibilização para reforçar o conhecimento do público em geral sobre o respectivo Plano.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
36.	Realização do "Plano decenal de acção para o desenvolvimento dos serviços de reabilitação"	Será implementado o "Plano decenal de acção para o desenvolvimento dos serviços de reabilitação", estabelecida a coordenação interdepartamental e mecanismos relacionados e realizado o plano de trabalhos a curto, médio e longo prazo.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
37.	Acompanhamento da revisão do "Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão"	Implementar-se-ão os trabalhos relacionados com a nova redacção dos regulamentos, avaliação do fluxo de trabalho, formação do pessoal, utilização dos dados, garantia da qualidade dos serviços, etc.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
38.	Acompanhamento contínuo dos trabalhos de instalação do "Espaço de Educação para uma Vida Sadia"	Acompanhar-se-ão as funções dos equipamentos no Espaço de Educação para uma Vida Sadia e proceder-se-á ao exame das 3 salas de educação de vida sadia, dos aparelhos existentes na zona de simulação, bem como à preparação da cerimónia de inauguração. Simultaneamente, cooperar-se-á com as associações particulares com vista ao lançamento dos serviços de prevenção do abuso de droga no Espaço de Educação para uma Vida Sadia.	1.º trimestre de 2016	3.º trimestre de 2016
39.	Melhoria contínua dos trabalhos educativos dos encarregados de educação em relação ao combate à droga	Na continuidade do "Plano de Promessa do Combate à droga pelos Encarregados de Educação", lançado em 2015, cooperar-se-á com as associações particulares para a concepção de uma proposta adequada para os alunos da educação pré-primária e primária, e para a divulgação de formação aos encarregados de educação participantes, permitindo que possam transmitir aos seus filhos o conceito da prevenção do abuso de droga em casa.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
40.	Estudo do "Inquérito Referente à Prática do Jogo por Residentes da RAEM"	Através de estudos e pesquisas, procurar-se-á compreender a situação da participação dos residentes de Macau no jogo e os distúrbios causados pelo vício do jogo.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
41.	Diversas instalações acrescentadas em 2016	Em resposta às necessidades dos serviços, serão criadas em 2016, 8 instalações de diversos tipos que incluem serviços de apoio às crianças e jovens, de reabilitação, de desintoxicação e de tratamento do vício do jogo.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
42.	Regime de credenciação e inscrição para o exercício de funções de assistente social	Serão acompanhados os trabalhos de produção legislativa do "Regime de credenciação e inscrição para o exercício de funções de assistente social", incluindo para a criação do Conselho Profissional dos Assistentes Sociais e o início dos trabalhos sobre os diplomas legais complementares, em colaboração com os serviços competentes.	1.º trimestre de 2016	Trabalho com continuidade
No domínio da Segurança Social				
43.	Constituição do regime de previdência central não obrigatório	Acompanhamento do trabalho de produção jurídica sobre o Regime de Previdência Central não Obrigatório.	Realização contínua desde o 4.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2016

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>Em resposta ao processo legislativo do Regime de Previdência Central não Obrigatório, iniciar-se-á a elaboração dos regulamentos administrativos complementares.</p> <p>Em resposta ao processo legislativo do Regime de Previdência Central não Obrigatório, será reforçado o trabalho de promoção do referido regime através de uma série de actividades promocionais junto dos residentes, incentivando os empregadores, trabalhadores e indivíduos a acederem ao regime.</p>	<p>Realização contínua desde o 1.º trimestre de 2015</p> <p>1.º trimestre de 2016</p>	<p>4.º trimestre de 2016</p> <p>Realização contínua</p>
44.	Prestação contínua de serviços de alta qualidade	<p>Maior aperfeiçoamento dos serviços electrónicos, incluindo a declaração <i>online</i> de dados de contribuições do regime obrigatório, a criação de mais formas electrónicas para o pagamento de contribuições e da taxa de contratação de trabalhadores não residentes, assim como a instalação de serviços de requerimento ou consulta <i>online</i>.</p>	Realização contínua	Realização contínua
45.	Promoção de ensino de gestão financeira	<p>Através de diversas actividades, introdução do conceito de gestão financeira para o futuro junto dos residentes de diferentes faixas etárias, incentivando uma preparação atempada dos residentes para uma vida pós-aposentação ideal.</p>	Realização contínua	Realização contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio do Turismo				
46.	Início do "Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau"	Definição das políticas e estratégias específicas e planos de actuação para se atinja o objectivo de Centro Mundial de Turismo e Lazer.	Todo o ano	2017
47.	Preparação dos trabalhos para a construção das futuras instalações da DST	Reforço da cooperação com o grupo de coordenação interdepartamental para acompanhar os referidos trabalhos, recrutar uma equipa de consultadoria para realizar uma análise pormenorizada às condições do projecto, para se iniciar o <i>design</i> destas instalações.	Todo o ano	2021
48.	Início do estudo e da investigação especializada sobre o desenvolvimento da indústria turística	Início da avaliação dos resultados da "Parada de Celebração do Ano Novo Chinês" e do "Estudo e investigação dos visitantes a Macau".	Todo o ano	2016
49.	Lançamento da "Plataforma dos Dados de Turismo"	Continuação da actualização o conteúdo da plataforma e aumento das funções.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
50.	Melhoramento do enquadramento jurídico na área do turismo	Acompanhamento da revisão do diploma regulador dos estabelecimentos hoteleiros e de restauração, bem como colaboração na elaboração do diploma que regula a actividade das agências de viagens e dos guias turísticos.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
51.	Melhoramento do procedimento de licenciamento	Melhoramento dos procedimentos de renovação e emissão de segunda via dos cartões de guia turístico, reduzindo o tempo de resposta aos pedidos. A fim de se articular com a inauguração de vários estabelecimentos hoteleiros de grande dimensão, manter-se-á cooperação estreita com o sector no sentido de impulsionar a concretização de projectos turísticos.	Todo o ano	Todo o ano
52.	Impulso à concretização do turismo de qualidade	Realização, nos termos da lei, de fiscalizações e inspecções aos estabelecimentos e actividades sujeitos ao licenciamento da DST e através da disponibilização de orientações e recomendações, reforço da consciência da importância da legalidade.	Todo o ano	Todo o ano
53.	Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade	Prosseguimento do "Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade", tendo como segmentos alvo a indústria de bebidas e restauração, e alargamento do seu âmbito para agências de viagem e aos guias turísticos. Apoio às indústrias relacionadas com o sector do turismo criando um padrão da qualidade unificado de serviço da indústria. Continuação da promoção de uma cultura de gestão de excelência e reconhecimento das empresas e dos agentes da indústria de turismo que prestam serviços de qualidade.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
54.	Formação no sector de turismo	A DST organizará cursos de formação, oficinas e seminários em diversas áreas, de acordo com o plano anual de formação definido e as tendências de desenvolvimento do mercado e continuará a encorajar os agentes do sector do turismo a reforçarem e a aperfeiçoarem as suas aptidões na plataforma <i>e-learning</i> .	Todo o ano	Todo o ano
55.	Cooperação Internacional	Continuação da assistência aos Países de Língua Portuguesa, proporcionando oportunidades de formação aos funcionários governamentais desses países.	Todo o ano	Todo o ano
56.	Plano de desenvolvimento do Turismo Comunitário	Através da cooperação entre os serviços interdepartamentais e associações, continuação da promoção do "Plano de Desenvolvimento do Turismo Comunitário", exploração dos recursos turísticos com as características particulares de Macau, bem como lançamento de roteiros turísticos com diversos temas, actividades e sinalizações turísticas.	Todo o ano	Todo o ano
57.	"Sentir Macau passo-a-passo" roteiros a pé	Continuação da promoção, junto dos turistas, dos diversos "Sentir Macau-passo-a-passo", roteiros a pé, incluindo actividades complementares e circundantes, e instalações turísticas. Melhoria das condições dos diversos roteiros turísticos. Atracção de mais turistas para exploração da cidade de Macau.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
58.	Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau	Através da cooperação com diversas associações, organização e realização de diversas actividades de incentivo educacional, interactivas e promocionais para a sensibilização do turismo de Macau.	Todo o ano	Todo o ano
59.	Eventos e festividades de grande escala	Continuação da organização e co-organização de vários eventos e festividades, em especial a Parada de celebração do Ano Novo Lunar, o Concurso Internacional de Fogo-de-artifício, espectáculos de fogo-de-artifício, actividades relacionadas com o Dia Mundial do Turismo, de forma a aumentar a oferta de produtos turísticos aos visitantes e residentes. Reforço dos laços estreitos de cooperação com a área da cultura e do desporto, potenciando e conjugando sinergias e transformando Macau numa cidade de festividades.	Todo o ano	Todo o ano
60.	Museu temático do Grande Prémio	Novo planeamento das obras do Centro de Actividades Turísticas, que será convertido em Museu Temático do Grande Prémio.	2016	2018
61.	Desenvolvimento do projecto cultural relativo à construção de barcos de pesca	Proceder-se-á aos estudos sobre a criação de passeios de barco, a revitalização das palafitas de Coloane e das instalações dos antigos estaleiros de juncos de Lai Chi Yuen, para desenvolver o projecto cultural relativo à construção de barcos de pesca.	2016	2018

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
62.	Criação de esplanadas junto ao Lago Nam Van e de restaurantes e bares nas Casas Museus da Taipa com elementos turísticos adequados	Considerando a criação de esplanadas e de instalações culturais e criativas junto ao Lago Nam Van, bem como de restaurantes e bares nas Casas Museus da Taipa, serão adicionados elementos turísticos adequados, a fim de criar um ambiente agradável e de lazer.	2016	2016
63.	Lançamento de novos vídeos promocionais	Divulgação de novos vídeos promocionais, em todo o mundo, sob o tema "Sentir Macau", de forma a aumentar e a consolidar a imagem turística de Macau a nível internacional.	Janeiro de 2016	Todo o ano
64.	Promoção dos produtos turísticos "multi-destinos" na região	No âmbito do quadro da cooperação turística da zona do Pan-Delta do Rio das Pérolas, Hong Kong-Macau, Guangdong-Hong Kong-Macau, Guangdong-Macau e Fujian-Macau, entre outros, e através de cooperação estreita com os serviços de turismo dessas regiões, procurar-se-á realizar reuniões de trabalho em tempo oportuno, explorando, em conjunto, os itinerários multi-destinos. Organizar-se-ão sessões de promoção turística e de negociação nas cidades localizadas ao longo da linha ferroviária de alta velocidade, bem como se lançarão produtos turísticos de temas diferentes no âmbito dos itinerários "multi-destinos". Participação em feiras turísticas e organização dos parceiros regionais para realizar actividades promocionais turísticas nos mercados-alvo, bem como lançamento de publicidades através da plataforma na <i>Internet</i> e da plataforma social.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
65.	Colaboração com os parceiros turísticos para promoção conjunta, de forma a consolidar os mercados existentes	Colaboração com as companhias aéreas e marítimas que, actualmente, prestam serviços, para promoção conjunta, com o intuito de aumentar o número de turistas provenientes dos mercados internacionais de curta distância.	Todo o ano	Todo o ano
66.	Impulso ao turismo inteligente	Lançamento das versões electrónicas das informações turísticas de Macau em diversas línguas, optimizando as aplicações para telemóvel e as funções de visitas áudio-guiadas. Promoção das aplicações e identificação da DST em várias plataformas sociais através da plataforma mais popular na <i>Internet</i> e aplicações para telemóvel. Também a promoção do turismo de Macau através de um anúncio interativo, jogos e motor de busca na <i>Internet</i> .	Todo o ano	Todo o ano
67.	Optimização dos balcões de informações turísticas	Remodelação do balcão de informações turísticas no Shun Tak Centre de Hong Kong durante o primeiro semestre de 2016. Planeia-se instalar um balcão de informações turísticas no Novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a partir de Março de 2016. A conclusão das obras está prevista para Junho de 2016 (a data de início das obras dependerá da autorização, prevista para o fim de Fevereiro de 2016.)	Janeiro a Junho de 2016	Junho de 2016
			Março de 2016	Junho de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
68.	Reforço da comunicação com o exterior	Planeamento de uma "Plataforma de informações da DST para órgãos de comunicação social" para uso da comunicação social local e estrangeira, de forma a facilitar a obtenção de informações turísticas (Primeira Fase).	Todo o ano	Todo o ano
No domínio da Cultura				
69.	Divulgação e promoção da Lei de Salvaguarda do Património Cultural	Continuação das actividades ligadas à divulgação, popularização, promoção e sensibilização sobre a Lei de Salvaguarda do Património Cultural.	2014	Execução contínua
70.	Início da 2.ª fase da consulta pública sobre o "Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau"	Com base na 1.ª consulta pública sobre o enquadramento do "Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau", iniciar-se-á a 2.ª fase da consulta pública e proceder-se-á à elaboração do texto do Plano.	3.º trimestre de 2015	3.º trimestre de 2016
71.	Início de forma faseada, da classificação dos imóveis de interesse cultural; continuidade do recenseamento dos imóveis culturais e manifestações do património imaterial existentes em Macau	Descobrir-se-ão e organizar-se-ão os recursos locais do património cultural, iniciando, de forma faseada, a classificação dos imóveis de interesse cultural, fazendo o recenseamento dos imóveis e das manifestações do património imaterial existentes em Macau, permitindo um equilíbrio, por consenso social, entre o desenvolvimento da cidade e a salvaguarda do património cultural.	1.º trimestre de 2015	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
72.	"Locais do Património Cultural – plano de exposições e actuações nos sítios do Património Mundial"	Em harmonia com diferentes festividades e celebrações, serão programados espectáculos de dança, música e teatro nos sítios do Património Mundial, para aí atraindo a população, reforçando a sua paixão pelas obras artísticas locais, bem como o seu conhecimento sobre a cultura e história locais.	2013	Execução contínua
73.	"Palestras sobre Temas Culturais"	São plataformas de educação cultural para os alunos locais, com palestras temáticas de diferentes áreas, como cultura tradicional chinesa, património cultural, artes visuais, artes performativas, artes comunitárias, literatura chinesa e estética. Estes temas serão, em cada ano, mais enriquecidos, elevando assim o sentido de pertença a Macau e à Pátria e o reconhecimento da identidade dos estudantes.	2013	Execução contínua
74.	Plano "Sementes de Artes"	Organização de cursos artístico-culturais para docentes dos ensinos primário e secundário de Macau, o que, além de lhes dar a conhecer diversos temas culturais, também lhes permite levar tópicos interessantes aos seus alunos, a fim de despertar o seu interesse pela museologia, literatura, artes visuais e performativas e aumentar o seu conhecimento cultural.	2013	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
75.	"Programa de Especialização na Área Cultural"	Através de cursos de formação estimulam-se os jovens em risco para participarem em trabalhos práticos de restauro de edifícios, de arqueologia e de produção de espectáculos, apoiando-os no restabelecimento dos seus valores de vida e na sua reintegração social, ampliando a influência da educação artística cultural na sociedade.	2013	Execução contínua
76.	"Programa de Formação de Recursos Humanos na Gestão das Artes"	Apoio ao desenvolvimento das artes e cultura de Macau, promovendo a criação das condições para o desenvolvimento estável e sustentável das respectivas associações privadas, formando profissionais na área de gestão artística e cultural, estabelecendo uma reserva de recursos humanos de gestão nesta área, a fim de otimizar o ambiente favorável ao desenvolvimento saudável da cultura e das artes locais.	Primeira aceitação de pedido de subsídio regular para plano anual em 2011	Execução contínua
77.	"Programa de Concessão de Subsídios para Realização de Estudos Artísticos e Culturais"	Incentivo aos jovens estudantes com potencial na área artístico-cultural para se inscreverem em cursos de licenciatura e mestrado em artes, cultura e indústrias culturais e criativas, ministrados no exterior; de modo a melhorar as suas competências profissionais, culturais e artísticas, alargando os seus horizontes e adquirindo experiência que permita estabelecer uma boa base para o desenvolvimento cultural de Macau.	Primeira aceitação de pedido de subsídio regular para plano anual em 2013	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
78.	“Programa de Subsídios à Criação de Curtas-metragens de Animação” (1.ª edição)	Formação de recursos humanos locais na área de animação e incentivo aos profissionais locais para se dedicarem à criação de mais obras originais e criativas. Mais informações serão publicadas ainda em 2015, sendo o programa oficialmente lançado em 2016 com a aceitação de candidaturas.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
79.	“Programa de Subsídios à Criação de Amostras de Design de Moda” (4.ª edição)	Promoção da criação e concepção de vestuário de moda, estimulando os designers de moda locais a definir planos de <i>marketing</i> viáveis e adequados, permitindo-lhes envolver-se em actividades comerciais ou exposições de moda no Interior da China e no estrangeiro, a fim de aumentar o seu prestígio e competitividade e, assim, impulsionarem o desenvolvimento da indústria do <i>design</i> de moda de Macau.	1.º trimestre de 2016	3.º trimestre de 2016
80.	“Programa de Subsídios à Produção de Álbuns de Canções Originais” (3.ª edição)	Concessão, às pessoas envolvidas na área musical, de subsídios para a produção de álbuns, incentivando a formação dos recursos humanos locais nas áreas da criação e produção musical, para que possam lançar mais obras de qualidade.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
81.	"C ² Revista", uma revista electrónica	Aborda a evolução das indústrias culturais e criativas de Macau e a sua situação actual, reunindo informações sobre estas indústrias no exterior, incentivando a troca de informações em Macau, promovendo as marcas culturais e criativas locais, de forma a enriquecer a atmosfera cultural e criativa e reforçar o conhecimento e a atenção do público sobre estas indústrias.	1.º trimestre de 2015	Execução contínua
82.	"Cinemateca · Paixão" na Travessa da Paixão	No âmbito da melhoria de espaços, serviços e equipamentos culturais, promover-se-á a "Cinemateca · Paixão", para permitir uma atmosfera de criação cinematográfica e a existência de um acervo de filmes e vídeos locais, impulsionar o intercâmbio entre as indústrias cinematográficas de Macau e do exterior e estabelecer uma rede internacional. A Cinemateca entrou em funcionamento, a título experimental, em Setembro de 2015 e prevê-se a sua abertura oficial no 1.º trimestre de 2016.	2012	1.º trimestre de 2016
83.	Obras de restauro e manutenção das Oficinas Navais	Para os dois edifícios de valor histórico das Oficinas Navais, localizados na Barra, estão a ser planeadas obras de restauro e manutenção e a sua conversão num espaço de espectáculos e exposições de arte contemporânea, permitindo condições para o crescimento da arte contemporânea de Macau, servindo como uma plataforma de intercâmbio artístico entre os artistas locais e do exterior e um espaço de venda dos produtos das indústrias culturais e criativas locais.	2012	4.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
84.	Criação da Casa Memorial de Xian Xing Hai	Criação e estudo para a localização da "Casa Memorial de Xian Xing Hai", atendendo ao contexto histórico-cultural do bairro de Mong Ha, com vista a enriquecer a distribuição das instalações culturais e turísticas em Macau e desenvolver gradualmente uma zona de cultura, com museus e de exposições com charme cultural e turístico.	1.º trimestre de 2016	Execução contínua
85.	Realização de eventos culturais anuais para enriquecer a atmosfera cultural da Cidade	Com a realização contínua de eventos culturais anuais como o Festival de Artes de Macau, o Festival Internacional de Música de Macau, o 17.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China, o "Desfile por Macau, Cidade Latina", é enriquecida constantemente a atmosfera artístico-cultural de Macau mostrando o cariz humanista e multicultural de Macau.	1.º trimestre de 2016	4.º trimestre de 2016
86.	Transferência de atribuições e competências	Concretização da transferência das atribuições e competências do IACM e alterações ao respectivo diploma legal, incluindo o acolhimento de 257 trabalhadores e 32 instalações públicas como o Centro Cultural, o Museu de Arte, bibliotecas municipais, etc.	2013	1.º trimestre de 2016
87.	Promoção de estudos estatísticos	Os serviços competentes desenvolverão em conjunto os "Indicadores estatísticos e de avaliação para as indústrias culturais", promovendo os trabalhos da segunda fase neste domínio.	2016	Execução contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
88.	Continuação do tratamento das candidaturas ao Fundo das Indústrias Culturais	O Fundo das Indústrias Culturais continua a aceitar candidaturas a apoio financeiro, bem como procede aos trabalhos subsequentes, como atribuição de verbas, fiscalização financeira, acompanhamento do progresso do projecto, verificação <i>in loco</i> do evento, entre outros, no âmbito do desenvolvimento dos projectos aprovados em 2014 e 2015.	2015	Execução contínua
89.	Estudos e elaboração do Regime de Prémios das Indústrias Culturais	A fim de estabelecer um modelo de incentivos às indústrias culturais e criativas locais e estimular mais empresas e indivíduos a dedicarem-se a estas indústrias, o Fundo das Indústrias Culturais estudará e elaborará o Regime de Prémios das Indústrias Culturais, para reconhecer empresas, indivíduos ou associações que dêem grandes contributos nesta área.	4.º trimestre de 2015	4.º trimestre de 2016
90.	Criação de plataformas de informação para as indústrias culturais	Mediante a análise das informações das empresas apoiadas e a organização dos dados sobre os serviços das indústrias, serão criadas plataformas de informação das indústrias culturais. Desta forma, o público em geral e o sector cultural e criativo em particular, pode fazer uma busca rápida dos serviços pretendidos através destas plataformas, promovendo a cooperação entre as diferentes áreas das indústrias culturais e preparando-se para a actualização e transformação das indústrias culturais.	3.º trimestre de 2015	1.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
91.	Aperfeiçoamento do sistema de gestão geral do Fundo das Indústrias Culturais	O Fundo das Indústrias Culturais aperfeiçoará o sistema de gestão interna e equipamentos de <i>software</i> e <i>hardware</i> , otimizando procedimentos das candidaturas a apoio financeiro, avaliação de projectos, concessão de apoio financeiro e fiscalização de projectos, no sentido de elevar a eficiência.	2.º trimestre de 2015	4.º trimestre de 2016
92.	Análise das situações dos projectos das indústrias culturais e estudo do seu rumo e estratégia	Proceder-se-á à análise científica sobre o estado de desenvolvimento das indústrias locais e das regiões vizinhas, ao apuramento das áreas das indústrias a serem objecto de apoio prioritário, de forma faseada, em conformidade com a tendência de desenvolvimento da economia de Macau, estabelecendo alicerces sólidos tanto para o desenvolvimento económico sustentável de Macau, como para a criação de indústrias mais diversificadas e postos de emprego.	4.º trimestre de 2015	Execução contínua
No domínio do Desporto				
93.	Prestação de apoio às associações desportivas para a implementação dos planos de desenvolvimento a médio e longo prazo	1. Elaboração dos planos preparatórios e de formação dos atletas para os grandes eventos desportivos abaixo indicados: 1.1 13.ª Jogos Nacionais de Inverno da China 2016 1.2 50.ª Jogos Internacionais das Crianças 2016 1.3 10.ª Jogos Nacionais Universitários da China 2016 1.4 15.ª Jogos Paralímpicos de Verão 2016 1.5 5.ª Jogos Asiáticos de Praia 2016.	Janeiro de 2016	Outubro de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>2. Organização de um conjunto de acções de formação sistemática e contínua para agentes desportivos, com vista a actualizar os seus conhecimentos e técnicas no âmbito do desporto de alto rendimento, desenvolvendo assim o seu nível de especialização.</p> <p>3. Intensificação da cooperação com as associações desportivas para o estabelecimento de um quadro de jovens atletas e de indicadores para a avaliação de formação e promoção do desenvolvimento contínuo do desporto de alto rendimento através da criação de um sistema de formação eficaz.</p>	Implementação contínua	Implementação contínua
94.	Promoção do projecto de apoio financeiro para a formação dos atletas de elite e do projecto de apoio financeiro para formação desses atletas após o fim da carreira desportiva	<p>1. Segundo o ponto de execução dos planos de formação das seleções e a análise do plano concreto de formação, proceder-se-á à optimização e promoção do projecto de apoio financeiro para a formação dos atletas de elite e do projecto de apoio financeiro para formação desses atletas após o fim da carreira desportiva, melhorando o seu nível de especialização.</p> <p>2. Criação de uma base de dados sobre a formação desportiva dos atletas e recolha de informação relacionada com treinos, aptidão física e competições, com vista à preparação de formação especializada de atletas e para a entrada em funcionamento do Centro de Formação e Estágio de Atletas.</p>	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
95.	Promoção da formação dos jovens desportistas	<p>1. Organização de mais escolas juvenis das diversas modalidades desportivas, cativando novos talentos do desporto para participar na formação e proporcionar reservas suficientes às seleções.</p> <p>2. Avaliação da eficácia das escolas juvenis das modalidades desportivas e optimização da sua gestão.</p> <p>3. Com base no "Acordo de Cooperação e do Intercâmbio Desportivos entre Guangdong, Hong Kong e Macau", já celebrado, proceder-se-á ao desenvolvimento de intercâmbio desportivo juvenil e da formação de jovens talentos do desporto das três regiões.</p> <p>4. Com base na "Carta de Intenções de Cooperação e de Intercâmbio Desportivos entre Pequim e Macau", na "Carta de Intenções de Cooperação e de Intercâmbio Desportivos entre Sichuan e Macau" e na "Carta de Intenções de Cooperação e de Intercâmbio Desportivos entre Fujian e Macau", proceder-se-á à coordenação com os Departamentos do Desporto das respectivas províncias e cidades no Interior da China para organização de acções de intercâmbio desportivo para os jovens.</p>	Implementação contínua	Implementação contínua
96.	Prestação de apoio às entidades da sociedade civil para o desenvolvimento das actividades do desporto para todos	Organização conjunta das actividades do desporto para todos com as entidades da sociedade civil, apoiando-as financeiramente para organizarem, por sua iniciativa, as referidas actividades.	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
97.	Melhoria das classes de recreação e manutenção do desporto para todos	Continuação da criação de condições para a organização de novas classes de recreação e manutenção do desporto para todos. Anualmente, as classes de recreação e manutenção são organizadas em 6 fases, com a duração de dois meses cada. As classes de recreação e manutenção de cada fase visam proporcionar aos cidadãos oportunidades para a prática do exercício físico sob a orientação de monitores qualificados e num ambiente seguro. Proceder-se-á à orientação gradual da população no âmbito da criação de uma vida saudável através da prática desportiva ao longo da vida.	Implementação contínua	Implementação contínua
98.	Incentivo à participação dos jovens nas actividades desportivas	Disponibilizar-se-ão diferentes actividades desportivas, no intuito de estabelecer um bom ambiente de desporto, criar nos jovens e na população hábitos saudáveis através da prática desportiva, melhorar a qualidade de vida, estabelecer uma plataforma de vida saudável, organizar diferentes actividades do Desporto para Todos adequadas aos jovens, proporcionando-lhes mais oportunidade para a sua prática. Incentivar-se-ão os encarregados de educação a levar as suas crianças para praticar desporto, sensibilizando-as para o aproveitamento dos tempos livres, com vista à criação de estilos de vida saudáveis através da prática desportiva ao longo da vida.	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
99.	3. ^a Avaliação da Condição Física da População de Macau	Em 2016, proceder-se-á à análise dos dados recolhidos e à elaboração do relatório de estudos, para além de acompanhar a subsequente apresentação geral dos dados.	Janeiro de 2015	Implementação contínua
100.	Divulgação do conceito da aplicação dos dados científicos à prática desportiva	1. Será dada continuidade à prestação de serviços de avaliação da condição física através do "Baicão de informação de saúde desportiva" e do "Plano de avaliação da condição física dos participantes das classes de recreação e manutenção do desporto para todos"; proceder-se-á à divulgação dos conceitos de saúde e de desporto junto de diferentes estratos da população, dando-lhes assim a conhecer as técnicas e métodos correctos para a prática desportiva e, deste modo, procurar aumentar a eficácia dos exercícios físicos. 2. Actualização do conteúdo dos <i>websites</i> "Condição física e saúde da população de Macau" e "Informações do desporto e nutrição" e realização de actividades de educação e sensibilização para a ciência desportiva através da organização de palestras e da distribuição de folhetos, entre outros meios.	Janeiro de 2016	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
101.	Reconstrução do Pavilhão de Mong-Há (Em articulação com o GDI)	Será dada continuidade à empreitada da cave, desenvolvida em 2011. De acordo com as informações fornecidas pelo GDI em Maio de 2015, registaram-se graves atrasos na execução das obras, pelo que o GDI está a negociar com o empreiteiro visando rescindir o contrato de empreitada; se ambas as partes não chegarem a acordo, o Governo designará um representante legal para proceder à negociação ou aguardar a decisão judicial. O Instituto do Desporto continuará a manter estreitos contactos com o GDI para acompanhar o andamento dessas obras.	2011	Acompanhamento contínuo
102.	Construção do Centro de Formação e Estágio de Atletas	1. Será dada continuidade à elaboração dos projectos iniciados em 2012. 2. Lançamento do processo do concurso público da empreitada e obras de construção.	2012 4.º Trimestre de 2016	2.º Trimestre de 2016 2019
103.	Promoção das medidas de protecção ambiental e de poupança de energia em simultâneo com o reconhecimento da "gestão verde" das instalações desportivas	Continuar-se-á a promover, a título experimental, o reconhecimento da "gestão verde" das instalações desportivas do Centro Desportivo Olímpico. Concluída a melhoria das instalações do Centro, para corresponder aos requisitos exigidos, solicitar-se-á <i>BCA International</i> , organismo internacional de certificação de Singapura, que proceda à verificação <i>in loco</i> , prevendo-se a obtenção da certificação verde no início de 2016.	Setembro de 2012	1.º Trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
104.	Expansão contínua da Rede das Instalações Desportivas Públicas	Por ocasião da transferência das instalações desportivas do IACM, após a recepção, proceder-se-á à reorganização e ajuste dos equipamentos e instalações, reestruturando o seu funcionamento, de modo a proporcionar à população estabelecimentos apropriados para a realização das actividades desportivas.	2014	2016

Calendário das principais acções governativas da área dos Transportes e Obras Públicas para o ano de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I. Planeamento Urbanístico				
1.	Plano Director	Início da elaboração do Plano Director após a conclusão dos estudos estratégicos para o desenvolvimento urbano e dos respectivos trabalhos preparatórios.	2016	Em curso
2.	Estudo do planeamento dos pequenos bairros da Zona A dos Novos Aterros	Planeamento e concepção aprofundada da disposição do espaço, do aproveitamento de terrenos, do tráfego interno e externo, das instalações e infra-estruturas públicas da Zona A dos Novos Aterros.	2016	2018
3.	Planeamento das infra-estruturas públicas da Zona B dos Novos Aterros	Planeamento das infra-estruturas públicas da zona B dos Novos Aterros, de forma a definir claramente a disposição das vias e instalações públicas.	2016	2018
4.	Estudo do planeamento dos pequenos bairros da Zona E1 dos Novos Aterros	Definição da localização concreta dos diversos equipamentos de tráfego e infra-estruturas, detalhando a finalidade dos terrenos, com vista a aperfeiçoar a ligação entre as instalações de transportes terrestres, marítimos e aéreos.	2016	2018
5.	Plano do desenvolvimento articulado da Zona Leste de Macau	Análise das diversas instalações projectadas e existentes nas zonas circundantes da Zona A dos Novos Aterros, da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau,	2015	2017

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		das imediações do reservatório, do Terminal Marítimo do Porto Exterior e dos Novos Aterros da Areia Preta (NATAP), apresentando projectos de construção viáveis, bem como o seu conteúdo.		
6.	Elaboração dos diplomas complementares da Lei de Terras	Acelerar a conclusão da revisão dos diplomas complementares da Lei de Terras e proceder ao adequado ajustamento dos procedimentos administrativos vigentes.	Já iniciado	2016
7.	Quarta ligação Macau-Taipa	Realizar o estudo de viabilidade sobre a construção da quarta ligação Macau-Taipa e proceder, de seguida, aos trabalhos de concepção.	2016	2017
II. Infra-estruturas				
8.	Construção do aterro da Zona A	Dar continuidade às obras de construção do aterro e do dique.	2013	2016
9.	Construção dos aterros das Zonas C e D	Concluir os trabalhos relativos à elaboração do projecto de execução dos aterros das zonas C e D e proceder-se-á seguidamente à construção dos mesmos.	2015	2020
10.	Construção do aterro da Zona E1	Dar continuidade às obras de construção do aterro.	2015	2017
11.	Nova fronteira entre Macau e Guangdong	Construção de um novo posto fronteiriço para aliviar o fluxo de entradas e saídas do posto fronteiriço das Portas do Cerco.	2016	2019

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
12.	Ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau – posto fronteiriço de Macau	Iniciar os trabalhos de concepção, proceder de seguida à construção.	2015	Concluir em simultâneo com as estruturas principais da Ponte da HongKong-Zhuhai-Macau
13.	Construção civil da estrutura principal do Metro Ligeiro	Promover gradualmente as obras de construção civil da Linha da Taipa.	Já iniciado	2016
14.	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	Construir a estrutura principal do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico, do Edifício Residencial para trabalhadores, do Instituto de Enfermagem, do Edifício de Administração e Multi-Serviços e do Edifício do Laboratório Central.	2015	2019
15.	Trabalhos preparatórios para o funcionamento experimental do Terminal Marítimo da Taipa	Após a recepção definitiva do novo Terminal Marítimo da Taipa, serão realizados de imediato todos os trabalhos preparatórios para a entrada em funcionamento em meados de 2016.	2016	2016
16.	Avanço de obras hídricas	1. Nova estação de água na área do Reservatório de Seac Pai Van (1.ª fase). Tendo em conta o aumento do consumo de água principalmente nas Ilhas e a saturação da	2016	2019

Área de Transportes e Obras Públicas

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		capacidade de produção das estações de água de Macau, será planeada a construção faseada de uma nova estação na área do Reservatório de Seac Pai Van.		
		2. Quarta conduta de abastecimento de água a Macau. Obra promovida através da cooperação Guangdong-Macau, com o objectivo de elevar a estabilidade do abastecimento de água de Macau.	4.º trimestre de 2015	2017
		3. Através da cooperação regional, promover a obra que garante o fornecimento de água bruta nas estações elevatórias de Pinggang-Guangchang.	4.º trimestre de 2015	2018
17.	Obras de expansão e aperfeiçoamento do serviço "WiFi-GO"	Instalar mais pontos de serviço nos principais pontos e roteiros turísticos de Macau e proceder aos trabalhos de actualização e substituição de uma parte dos equipamentos dos pontos de acesso.	2016	2016
III. Transporte				
18.	Revisão intercalar da "Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)"	Finalizar os trabalhos da revisão intercalar e apresentar ideias para as estratégias a implementar nos próximos cinco anos.	Já iniciado	2.º trimestre de 2016
19.	Medidas de controlo de veículos	1. Implementar o aumento das taxas de matrícula e de inspeção de veículos.	Já iniciado	1.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>2. Introduzir em 25 parques de estacionamento público as modalidades de pagamento de tarifas devidas pela utilização de lugares de estacionamento em diferentes horários.</p> <p>3. Avaliar os resultados da utilização, a título experimental, dos parquímetros de curta duração.</p> <p>4. Promover a implementação do encurtamento do prazo de inspecção obrigatória dos veículos em circulação.</p> <p>5. Transferência e ampliação do Centro de Inspecção de Veículos Automóveis.</p>	<p>Já iniciado</p> <p>1.º trimestre de 2016</p> <p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p>	<p>4.º trimestre de 2016</p> <p>2.º trimestre de 2016</p> <p>2017</p> <p>2.º trimestre de 2016</p>
20.	Melhoramento dos serviços de autocarros	<p>1. Iniciar o estudo sobre os futuros serviços de autocarros.</p> <p>2. Aprofundar e implementar as vias exclusivas para transportes públicos em determinados períodos do dia.</p>	<p>2016</p> <p>2016</p>	<p>2016</p> <p>2016</p>
21.	Licenças de táxis	<p>1. Concluir o processo da adjudicação das licenças especiais de táxis e entrada em funcionamento.</p> <p>2. Estudar e analisar a procura de táxis.</p>	Já iniciado	1.º trimestre de 2017
IV. Habitação				
22.	Revisão do Regime Jurídico de Habitação Social	Concluir o relatório final da consulta e iniciar os respectivos trabalhos de revisão da legislação.	2016	2017
23.	Lei da Habitação Económica	Iniciar os trabalhos de revisão integral da lei e respectivos trabalhos de revisão da legislação.	2016	2017

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
24.	Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios	Iniciar os trabalhos legislativos com base no resultado das opiniões recolhidas.	2015	2017
V. Protecção ambiental				
25.	Limitação do uso de sacos de plástico	Iniciar os trabalhos de consulta.	2016	2016
26.	Constituição do regime de gestão dos resíduos da construção civil	Iniciar os trabalhos de consulta.	2016	2016
27.	Cooperação regional no domínio do tratamento de materiais inertes resultantes da demolição de construções	1. Promover os trabalhos destinados à construção das instalações de selecção de materiais inertes resultantes da demolição de construções em Macau.	2015	2016
		2. Criar um sistema de monitorização do respectivo processo.	2016	2016
28.	Cooperação regional no domínio do tratamento de veículos abatidos	3. Proceder à construção das instalações na zona de recepção dos materiais na Província de Guangdong.	2016	2017
		1. Criar um sistema de operação e gestão para a transferência dos veículos abatidos, implementar os métodos de execução e proceder ao funcionamento experimental, a fim de preencher os requisitos dos serviços competentes do Interior da China.	2015	2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Criar instalações destinadas ao pré-tratamento de veículos abatidos antes da sua transferência inter-regional, a fim de assegurar que os veículos correspondam às exigências de dimensão e segurança para o seu transporte.	2016	2017
29.	Regime de Avaliação do Impacto Ambiental	1. Promover a consulta pública e concluir o relatório final de consulta. 2. Iniciar os trabalhos legislativos.	2016	2016
30.	Instalação de pontos de carregamento de veículos eléctricos	Promover a utilização de veículos eléctricos, instalação de 60 pontos de carregamento nos parques de estacionamento públicos.	2016	2016
VI. Modernização e simplificação administrativa				
31.	Reestruturação dos conselhos consultivos	Introduzir alterações nas atribuições e competências dos conselhos consultivos desta tutela, de modo a conferir-lhes um carácter mais técnico.	2015	Em curso
32.	Promoção do uso das novas tecnologias para melhorar a comunicação inter-serviços.	Desenvolver os serviços electrónicos para agilizar o funcionamento interno da tutela e a resposta às necessidades dos residentes.	2016	Em curso
33.	Promoção da racionalização de recursos	Controlar o número de funcionários, manter ou idealmente reduzir o número de veículos dos serviços e diminuir o número de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos. Aquando da substituição de veículos nos serviços desta tutela, será privilegiada a aquisição de veículos ecológicos.	2016	Em curso

**Linhas de Acção Governativa
para o ano financeiro de 2016
do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

Balanço da Execução das Linhas de Acção Governativa do Ano 2015

De acordo com o plano traçado nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2015, na área da Administração e Justiça, sob a égide dos princípios “ter por base a população” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”, procedemos a uma série de acções intrínsecas à reorganização da estrutura administrativa, ao ordenamento das funções dos serviços públicos, à elevação do nível dos serviços públicos prestados, ao aperfeiçoamento da edificação do sistema jurídico e à elevação da qualidade dos serviços municipais.

1. No domínio da Administração Pública

Ajustamento da estrutura administrativa

Accionámos a fase inicial dos trabalhos de ajustamento e de reestruturação funcional dos serviços, na prossecução do plano delineado de reorganização das funções de 15 serviços públicos a decorrer em 2 anos e de extinção de 6 desses serviços públicos. Em 2015, empenhamos na conclusão da reorganização das funções de 13 serviços e a extinção de 5. Além disso, foram concluídos os trabalhos de reestruturação do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia e de transferência das funções relacionadas com a cultura e o desporto, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para o Instituto Cultural e o Instituto do Desporto.

O Governo da RAEM criou um grupo de estudo constituído por dirigentes e juristas de vários serviços, tendo feito um estudo preliminar sobre as competências, atribuições e composição para a criação de órgãos municipais sem poder político e as formas de constituição dos seus membros, em observância das disposições da Lei Básica sobre a matéria.

Foi feita uma revisão geral das funções dos 46 organismos consultivos existentes com a apresentação de sugestões para o aperfeiçoamento dos organismos das diversas áreas de políticas. Em 2015, em articulação com a reorganização das funções dos serviços da área de justiça, foi feita a reestruturação do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica; foi também feita a reestruturação do Conselho do Planeamento Urbanístico, do Conselho de Ciência e Tecnologia e do Conselho para o Desenvolvimento Económico; e conforme as regras definidas pelo Governo da RAEM sobre a duração de mandato e a acumulação de funções dos membros dos organismos consultivos, foram elaboradas as respectivas normas para efeitos de optimização do regime.

Criação do sistema de Governo Electrónico

Tendo em consideração as opiniões da sociedade e as resultantes das consultas internas realizadas, foi elaborado o Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM 2015-

2019, orientado para a prestação de serviços e apoio, para o desenvolvimento de diferentes plataformas electrónicas e para a elevação da qualidade dos serviços públicos, beneficiando assim este Planeamento ao mesmo tempo os serviços públicos, seus trabalhadores e cidadãos. A “Plataforma de gestão e serviços para funcionários e agentes públicos” dispõe actualmente, de entre as principais funções, as respeitantes à gestão de recursos humanos e à gestão financeira e está a ser experimentada em vários serviços públicos. Prevê-se que, no final do ano, a Plataforma servirá 6.700 trabalhadores de 10 serviços públicos. Foram lançados serviços para facilitar a população, nomeadamente: vários serviços *online* no âmbito dos serviços de registos e notariado; serviços automáticos para o tratamento de pedidos do Título de Viagem da RAEM e do Título de Visita de Residentes de Macau à Região Administrativa Especial de Hong Kong; a versão de autenticação electrónica do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau; a simplificação do pedido e do processamento do Certificado de Dados Pessoais e do Certificado Comprovativo de que Não Tem Filhos em Macau. Além disso, os projectos de melhoria na área do documento de identificação apresentados pelo grupo de trabalho *Lean Management* foram postos em prática.

Foram alargados ordenadamente os serviços públicos a serem prestados no Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, relacionados com a vida quotidiana dos cidadãos e em diferentes áreas, até aos Centros de Prestação de Serviços ao Público. A funcionalidade dos quiosques de serviços automáticos continuou a ser alargada através de colaboração interdepartamental. Existem 49 quiosques automáticos instalados em 33 locais espalhados por Macau (incluindo 19 serviços públicos, 9 hospitais e centros de saúde, 3 centros de actividades da tutela do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e 2 postos fronteiriços), proporcionando um total de 15 serviços automáticos prestados por 7 serviços públicos.

Com o grande apoio do Governo Popular Central e a colaboração empenhada do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau, o âmbito de isenção de visto para os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau foi alargado continuamente. Até ao final de Setembro de 2015, 117 países e regiões concordaram em conceder isenção de visto ou visto à chegada aos titulares de passaporte da RAEM, mais 5 em relação ao ano passado.

Promoção da reforma do regime da função pública

Concluiu-se em 2015 as consultas sobre os “regimes de recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos”. O regime de recrutamento centralizado irá articular-se com a reforma administrativa geral, sendo o recrutamento orientado por aptidões e efectuado tendo em conta os requisitos comuns e específicos exigidos pelas várias carreiras e funções. Introduzir-se-á a “prova de avaliação de competências integradas” e, para uma melhor correspondência e eficiência no recrutamento,

poderão os candidatos aprovados nesta prova optar por se candidatar nos serviços em que pretendem ingressar.

Foi iniciada a avaliação geral das 20 carreiras especiais e realizadas consultas junto dos serviços públicos, trabalhadores da Administração Pública e respectivas associações. Ficou também concluído o estudo preliminar sobre o “regime de actualização das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública por escalas salariais”.

Reforço da capacidade de governar segundo a lei

Foi aprofundado o conteúdo da formação dos projectos de formação sobre a realidade do Estado destinados aos trabalhadores da Administração Pública de diversos níveis e reforçado pontualmente os conhecimentos dos trabalhadores da Administração Pública sobre o sistema político e o desenvolvimento social do Estado, tendo sido incluído nos cursos de formação aspecto da política estatal “Uma Faixa e Uma Rota”. Foi efectuada uma revisão da configuração curricular do curso de mestrado em Administração Pública (MPA). Foi dada continuidade à realização, em conjunto com a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia, do Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa.

De acordo com as características funcionais e o desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública de diversos níveis, procedeu-se à reformulação de todo o enquadramento e conteúdo da formação sobre conhecimentos jurídicos, e ao alargamento dos destinatários dos cursos sobre a Lei Básica aos funcionários públicos de nível médio; está previsto um plano para reforçar o conteúdo sobre a Lei Básica nas acções de formação de ingresso e para efeitos de acesso destinadas aos trabalhadores da Administração Pública.

Foi dada continuidade à organização, para os trabalhadores da Administração Pública de diversos níveis, acções de formação jurídica, bem como diversos cursos de formação pontual para os juristas dos serviços públicos e ao Curso Aprofundado na Área do Direito Internacional realizado em Pequim, organizado em colaboração com o Departamento de Tratados e Leis do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC. Organizámos para os assessores jurídicos e trabalhadores da Administração Pública especializados na área jurídica, seminários e cursos jurídicos temáticos realizados no Instituto Nacional de Administração da China. Além disso, para se articular com os trabalhos da reforma jurídica da Administração Pública, organizámos acções de formação sobre diferentes temas.

Aperfeiçoamento do regime de avaliação do desempenho

Em 2015, o Governo introduziu como projecto piloto um mecanismo em que se atribui a uma terceira entidade científica a responsabilidade de aferir a qualidade dos serviços prestados por três serviços públicos e estudar a forma de utilizar as informações obtidas através da avaliação do desempenho como fundamento de referência na apreciação do desempenho do pessoal de direcção. Simultaneamente, foram desenvolvidos trabalhos

de estudo relativos ao indicador e ao mecanismo para avaliação da qualidade de serviços públicos, prevendo-se que esses trabalhos estejam concluídos no final de 2015.

Para elevar o sentido de responsabilidade das acções governativas e para aumentar a transparência das informações sobre o desempenho dos serviços, foram publicados na Página Electrónica Temática sobre a Optimização dos Serviços Públicos da Região Administrativa Especial de Macau, de forma gradual, os dados e resultados sobre os serviços públicos. Continuou-se com a organização das acções “Prémio de Serviço de Alta Qualidade” para promover a cultura administrativa baseada nos princípios de “orientação para os resultados” e de “poder equivale a responsabilidade”.

Construção da rede de comunicação diversificada

Concluimos um estudo sobre a criação de um mecanismo de comunicação e diálogo multifacetado. Simultaneamente, através da melhoria da organização e do funcionamento dos organismos consultivos, aperfeiçoámos e alargámos a utilização da plataforma e meios de consulta electrónica, reforçámos a divulgação das informações da Administração e da capacidade de esclarecimento sobre as políticas, tem sido criado, de forma gradual, o mecanismo de comunicação e intercâmbio diversificado e facilitador da participação activa. Além disso, foi criada uma página electrónica dos Gabinetes dos Secretários e uma conta no *WeChat*, com destaque para a presença dos membros do Governo em programas da rádio e da televisão, no sentido de promover uma interacção positiva entre o Governo e a sociedade.

Aperfeiçoamento das medidas de atenção e assistência

Para concretizar a política de apoio aos trabalhadores da Administração Pública com baixo rendimento, foram lançadas, em 2015, para além das medidas de apoio financeiro existentes, três novas medidas de apoio financeiro. Foram realizadas consultas internas sobre a criação de um “Mecanismo de tratamento das queixas apresentadas pelos trabalhadores dos serviços públicos” sobre o qual será elaborado o respectivo projecto legislativo. Foi dada continuidade à promoção dos trabalhos dos “grupos de apoio” para os trabalhadores da Administração Pública, tendo-se apelado à participação dos trabalhadores da Administração Pública efectivos e aposentados nas diversas actividades de apoio.

2. No Domínio da Justiça

Criação do mecanismo de coordenação legislativa

Em 2015, o Governo definiu um plano concreto sobre os objectivos estratégicos e respectivas medidas tendentes à criação e ao aperfeiçoamento do mecanismo de coordenação centralizada de produção legislativa, tendo ainda definido as “Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa”, para, em 2016, se concretizar, gradualmente, a coordenação de produção legislativa.

Reforço contínuo na edificação do sistema jurídico

Das 6 propostas de lei constantes do plano legislativo do ano de 2015, a “Lei da habitação económica” foi já aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, as propostas de lei do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo” e do “Regime jurídico da administração das partes comuns do condomínio” encontram-se em discussão na especialidade na Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, o “Regime jurídico relativo ao transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer (táxis)”, a “Lei de cooperação judiciária inter-regional em matéria penal”, e a “Alteração à Lei n.º 17/2009 (Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas)” já estão em fase de discussão e revisão final.

No primeiro semestre de 2015, o Governo apresentou o relatório final da consulta pública sobre a revisão da legislação relativa à protecção dos direitos e interesses dos consumidores e concluiu a análise e o estudo das opiniões e sugestões recolhidas. Criou um grupo de trabalho interdepartamental, tendo procedido a uma revisão sistemática sobre os regimes jurídicos vigentes relacionados com as tradicionais áreas marítimas sob a jurisdição da RAEM, assim como foram efectuados estudos sobre o trabalho legislativo de delimitação das áreas marítimas. Simultaneamente foram efectuados trabalhos de consulta junto dos diversos sectores sobre a alteração do Código de Processo Civil e consulta pública sobre a revisão das disposições relativas aos crimes sexuais do Código Penal.

Para acelerar o impulso do trabalho de recensão e adaptação da legislação previamente vigente, os serviços da área de justiça e a assessoria da Assembleia Legislativa formaram um grupo de trabalho conjunto destinado a proceder a uma análise profunda, do ponto de vista técnico, dos procedimentos e dos respectivos objectivos legislativos que devem ser observados. O mesmo grupo de trabalho destina-se igualmente para, em concreto, acordar as soluções para resolver os métodos de resolução das diferentes categorias de leis e dos decretos-leis.

Para dar resposta às exigências quanto à abertura de curso de formação de notários privados, os serviços da área de justiça fizeram uma revisão sobre as normas relativas aos requisitos de admissão de notários privados, a possibilidade de estabelecimento de um limite máximo de profissionais para o exercício desta função, e encontra-se actualmente a auscultar a Associação dos Advogados de Macau sobre a revisão da respectiva legislação.

Para promover de forma eficaz o planeamento da conciliação familiar, o Governo deu início aos trabalhos preparatórios através de uma série de actividades que permitiu aprofundar o conhecimento sobre o regime de conciliação pelos assistentes sociais locais e elevar a sua capacidade de conciliação e técnicas de operação. O Governo irá igualmente ponderar a construção de um regime jurídico baseado no enquadramento de “primeiro, conciliação, e depois, processo judicial” para as partes envolvidas.

Em conformidade com o Regime geral de apoio judiciário, os serviços da área de justiça prestaram assistência técnica e administrativa à Comissão de Apoio Judiciário, nos termos

da lei. Até ao momento, mais de 80% dos pedidos foram concedidos apoio judiciário pela Comissão.

Reestruturação dos serviços da área de justiça

O Governo da RAEM procedeu à fusão de dois serviços da área de justiça, permitindo que após a respectiva fusão a nova estrutura orgânica criada por regulamento administrativo melhor execute as suas competências jurídicas e fomente uma base estrutural firme para continuar a promover a reforma jurídica.

Divulgação sistemática da Lei Básica

Em 2015, o Governo da RAEM tem vindo a dar continuidade aos trabalhos de generalização do Direito, dando especial ênfase à difusão da Constituição e da Lei Básica. Para tanto, definimos um plano de trabalho sistemático de longo prazo, segundo o qual, atendendo à especialidade dos diferentes destinatários de divulgação, organizámos actividades de difusão e apresentação com carácter específico, por forma a elevar os reais resultados.

Foram organizadas palestras sobre a Lei Básica nas escolas secundárias e primárias; o Centro Juvenil de Divulgação Jurídica, através de jogos de experiência e palestras, dá a conhecer aos estudantes a Lei Básica e demais legislação. Relativamente à equipa de jovens voluntários “Forças de Divulgação Jurídica”, foi reforçada a formação relativamente à Constituição e à lei Básica.

Foram realizados em instituições do ensino superior pequenos debates intitulados “Chá-Convívio sobre a Nação”. Especialistas do Interior da China e de Macau foram convidados para realizarem colóquios temáticos sobre a relação entre a Constituição e a Lei Básica e o desenvolvimento do sistema político da RAEM. Simultaneamente, foi realizada a Semana de Intercâmbio Jurídico entre Jovens de Macau e do Interior da China, tendo sido alargados os horizontes profissionais dos jovens locais.

Foi criado o *website* temático sobre a Constituição da República Popular da China e a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, procurando torná-lo numa principal base de dados local para a divulgação, generalização e estudo específico da Constituição e da Lei Básica. Além disso, foram publicados em diferentes jornais artigos da autoria dos especialistas, com vista a reforçar a divulgação da teoria jurídica.

O Governo da RAEM deu continuidade à cooperação com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, enviando pessoal às escolas secundárias, universidades e associações para realizar palestras temáticas para apresentar uma noção geral sobre a Lei da Nacionalidade, a protecção consular e os serviços consulares. Por outro lado, foi lançado em 2015 um *website* temático sobre “os direitos e deveres fundamentais dos residentes, a protecção consular e os serviços consulares” e foram criados pequenos jogos, e em conjugação com a publicidade feita na televisão e rádio, difundimos junto dos residentes de Macau as respectivas informações.

Estudo sobre a revisão das leis eleitorais

O Governo da RAEM analisou os relatórios apresentados pelas duas comissões de assuntos eleitorais, tendo estudado profundamente a relação de competitividade da eleição de sufrágio indirecto entre a fixação do limite máximo de propositura e a diminuição dos requisitos para a propositura e, procedido ao estudo, em conjunto com o Comissariado Contra a Corrupção, das questões detectadas durante as eleições, tendo definido preliminarmente uma orientação para o aperfeiçoamento das leis eleitorais. Ao mesmo tempo, criou o Centro de Informações sobre Assuntos Eleitorais, com vista a divulgar e promover as informações sobre o sistema eleitoral e o desenvolvimento do sistema político da RAEM, e incentivou os jovens a empenharem-se no recenseamento.

Aperfeiçoamento dos serviços no âmbito da reinserção social

Os serviços da área de justiça reforçaram, em 2015, a colaboração com os serviços e organismos competentes, tendo disponibilizado vários serviços complementares à reinserção social, incluindo a plataforma de “prestação de cuidados à reinserção social”. Foi iniciado o trabalho de aconselhamento de “apoio mútuo na adversidade” para os pais de jovens sujeitos a assistência e foram realizadas várias palestras e sessões de aconselhamento em grupo.

De acordo com o Relatório do Estudo sobre o Resultado do Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores, o Instituto de menores realizou um curso de aconselhamento com base na teoria da psicologia positiva, ajudando os internados femininos a conhecer como construir uma vida feliz e aplicar a técnica do pensamento positivo na vida real, tendo obtido resultados satisfatórios.

Intensificação das acções de formação judiciária

Em função das necessidades de recursos humanos dos órgãos judiciais, concluiu-se o processo de concurso de admissão do “Quinto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público”, tendo sido iniciado o respectivo curso de formação de dois anos, e além disso, foram realizadas várias palestras temáticas da área jurídica destinadas aos magistrados efectivos tendo em vista a elevação do seu nível de conhecimentos profissionais. A par disso, foi dado também um apoio activo às acções de formação para efeitos de acesso dos oficiais de justiça e procedeu-se antecipadamente ao planeamento dos trabalhos relativos à abertura de concursos para admissão ao curso de formação para ingresso de funcionários de justiça tendo em conta as necessidades destes recursos humanos nos próximos cinco anos.

Promoção da cooperação internacional e inter-regional

O Governo da RAEM tem-se empenhado em alargar a cooperação com o exterior e organizar seminários internacionais e reuniões de cooperação e intercâmbio inter-regional, tendo intensificado a cooperação e o intercâmbio entre a RAEM e outros países e regiões. Além disso, tem assegurado o cumprimento das obrigações decorrentes dos acordos

internacionais, tendo apresentado os relatórios periódicos sobre a execução na RAEM das convenções dos direitos humanos ao Comité dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e foi iniciado o estudo sobre a criação de um novo mecanismo permanente de recolha de informações e dados.

Foram realizadas várias rondas de negociações com o Interior da China relativas ao Acordo sobre a Entrega Mútua de Infractores em Fuga, e também com a RAEHK relativas ao Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal. O andamento é bom, tendo as partes chegado ao consenso sobre os assuntos principais.

Para aprofundar a implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau no âmbito da cooperação da área jurídica e notarial, o Governo da RAEM e os departamentos competentes da Província de Guangdong estabeleceram um mecanismo de ligação para manter a comunicação sobre o investimento comercial, conflitos civis e demais assuntos da área jurídica e notarial.

3. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

Reforço dos serviços relativos aos assuntos cívicos e municipais e qualidade de vida da população

O Governo da RAEM, em conjugação com as funções dos Centros de Prestação de Serviços ao Público por Zonas e dos Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários, tem auscultado as opiniões dos cidadãos das diversas zonas sobre os assuntos cívicos e municipais e a qualidade de vida da população, e estabeleceu um sistema de apresentação de sugestões *online* para facilitar aos cidadãos a apresentação de opiniões e a consulta do andamento dos pedidos através da *internet*.

Em finais de 2015, foi lançado o sistema informático de gestão destinado à prestação dos serviços “*one stop*” para o licenciamento dos estabelecimentos de comidas e bebidas, sistema esse que pode facilitar o requerente a conhecer de forma rápida a situação do seu pedido através da *internet*, assim como permitir ao público em geral conhecer a legitimidade da exploração dos estabelecimentos, reforçando a interacção entre o público e a Administração.

No que respeita às instalações municipais, foram iniciadas em Setembro de 2015 as obras de reconstrução do antigo Mercado da Ribeira do Patane, cuja conclusão está prevista após 3 anos, nessa altura, poderá disponibilizar a essa zona um equipamento comunitário polivalente. Foram acrescentados equipamentos de climatização no piso rés-do-chão do Mercado Municipal de S. Lourenço e além disso, foram também iniciadas ordenadamente as obras de melhoramento da temperatura do interior do Mercado da Horta e Mitra e as obras de remodelação do piso rés-do-chão e da cave do Mercado de S. Domingos.

Foi concluída a construção do edifício para ossários e depósitos de cinzas do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, disponibilizando o arrendamento pelos cidadãos mais de 700 lugares para ossários e depósitos de cinzas, e está também disponível no Cemitério Sa Kong da Taipa o serviço de sepultura verde no sentido de promover o conceito de sepultura ecológica em Macau.

Reforço da segurança alimentar

Para além de defender bem a prevenção através de duas formas, acções de exame e inspecção bem como de fiscalização do mercado, têm sido desenvolvidas, paralelamente, acções educativas e de sensibilização junto do sector e dos cidadãos, promovendo a cooperação entre o Governo, os operadores do sector e os cidadãos de modo a minimizar os riscos de segurança alimentar em Macau.

Através da colaboração interdepartamental foram levadas a cabo várias acções para o combate aos estabelecimentos ou indivíduos que violaram as disposições da Lei de Segurança Alimentar, prevenindo os incidentes de segurança alimentar e advertindo sobre situações de infracção. A par disso, foram efectuadas continuamente vistorias aos estabelecimentos de comidas e bebidas, restaurantes, estabelecimentos de transformação de produtos alimentares, estabelecimentos de *take away*, supermercados e entre outros, proporcionando-lhes orientações para melhorar a segurança alimentar. Em 2015, foram recolhidas do mercado cerca de 2.000 amostras de géneros alimentícios para análise e tendo em conta o grau de risco dos alimentos, tem-se alargado gradualmente a monitorização e a inspecção aleatória a uma maior variedade dos géneros alimentícios comercializados no mercado.

Foram definidos os novos critérios relativos ao “Limite de microrganismos patogénicos em fórmulas infantis para lactentes” e ao “Limite de microrganismos patogénicos nos produtos alimentícios lácteos”, e actualizada a “Lista de substâncias proibidas de usar nos géneros alimentícios”, tendo sido emitidas também, junto do sector, 12 instruções de tratamento relativas à segurança alimentar e organizados cursos de formação de supervisores de higiene alimentar que visam formar profissionais do sector que estejam especializados em matérias de segurança alimentar.

Foi lançado, junto dos operadores do sector, o serviço de alerta com aviso por mensagens para telemóveis e foram optimizadas também a página electrónica “Informação sobre Segurança Alimentar” e a aplicação para telemóveis, facilitando deste modo aos cidadãos a consulta das respectivas informações mais actualizadas. Por outro lado, tem-se prosseguido com a divulgação dos conhecimentos sobre a segurança alimentar junto do sector e dos cidadãos através dos diversos meios, no sentido de levar toda a sociedade a ter uma maior consciência sobre a segurança alimentar.

No domínio da cooperação regional, foi assinado em 2015 o “Acordo-quadro de cooperação em situações de emergência relativas à segurança dos géneros alimentícios e de medicamentos da ‘Zona de Cooperação em situações de emergência’ do Grande

Delta do Rio das Pérolas”, tendo as partes, através das plataformas de cooperação regional Guangdong–Macau e Hong Kong–Macau, reforçado os resultados obtidos na troca de informações e na elevação e intercâmbio de técnicas relativas a esta área. A nível internacional, o Governo da RAEM celebrou acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura e do Mar do Governo da República Portuguesa e, enviou representantes para participar nas reuniões e cursos organizados pelas organizações internacionais, nomeadamente, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a Organização Mundial do Comércio e a Comissão do *Codex Alimentarius*, a fim de elevar as nossas capacidades profissionais.

Política de abate concentrado de aves de capoeira

Com vista a assegurar a saúde e a segurança públicas e fazer interromper a cadeia de transmissão do vírus da gripe aviária, foi concluída, no primeiro semestre do ano de 2015, a consulta sobre a política de “substituição do abastecimento de aves de capoeira vivas por aves refrigeradas” junto de académicos, especialistas, operadores do sector e algumas associações em Macau, tendo a respectiva consulta pública iniciada em Novembro de 2015 que vai decorrer durante dois meses, cujo relatório de conclusão será publicado no próximo ano para o conhecimento de toda a população de Macau.

Embelezamento contínuo do ambiente urbano

Houve um empenhamento no desenvolvimento das acções de melhoramento de arruamentos, de enverdecimento urbano e de aperfeiçoamento das instalações de lazer, nomeadamente, tendo sido reordenados a Travessa de António da Silva, o Beco da Cana e a Travessa do Pastor, iniciadas as obras de arruamento da zona de aterros da Areia Preta e da nova zona urbana da Taipa e as obras de construção de uma nova zona de lazer e de um espaço de passeio para os cães ao lado do silo para veículos pesados da Areia Preta, alargados a zona de lazer junto da Avenida Marginal do Lam Mau e o Campo Polivalente com Anfiteatro da Guia, aperfeiçoados os arranjos e as instalações de arborização do Jardim Central da Taipa; tem-se prosseguido com o enverdecimento tridimensional para proceder à plantação em locais disponíveis nem que sejam umas fissuras e também com a plantação de árvores do mangal para melhorar o ambiente ecológico ao longo da beira-mar; a par disso, foram realizadas exposições de flores dedicadas a temas diferentes de modo a proporcionar locais aos cidadãos para gozar a apreciação de paisagens e de flores.

Protecção dos pandas oferecidos à RAEM

A propósito da oferta de um novo par de pandas gigantes à RAEM por parte do Governo Central, o Governo da RAEM criou um grupo de trabalho para acompanhar o assunto. Após feita a selecção, os dois pandas escolhidos chegaram a Macau a 30 de Abril de 2015, usando os mesmos nomes de “Hoi Hoi” e “Sam Sam”. Depois de decorrido o período de quarentena e isolamento, Hoi Hoi e Sam Sam já começaram a ser visitados pelos cidadãos a partir do dia 1 de Junho de 2015 e actualmente, encontram-se de boa saúde e já estão adaptados ao habitat e aos costumes de alimentação em Macau.

Acompanhamento da legislação sobre a protecção de animais

A Lei de Protecção dos Animais foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa no ano passado, cuja proposta de lei foi revista pelo Governo após várias discussões com a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa. Prevê-se que os respectivos trabalhos legislativos possam estar concluídos ainda em 2015.

Melhoramento das condições higiénicas urbanas

Continuação do aperfeiçoamento do sistema de drenagem urbana, tendo sido dado início, sobretudo, às obras de melhoramento das rede de drenagem na zona norte da cidade de Macau e na zona urbana da Taipa, a fim de aumentar a capacidade de drenagem de águas pluviais. Deu-se início também à obra de construção da nova estação elevatória de águas residuais na Taipa que visa reforçar a respectiva capacidade de drenagem de águas residuais. Por outro lado, existe em Macau, até 2015, um total de 137 depósitos de lixo fechados e 56 contentores de compressão de lixo, tendo sido dada também continuidade à ampliação dos diversos planos de recolha selectiva do lixo e, no que respeita à prevenção da transmissão da febre de dengue, procedeu-se, conforme o planeado, à limpeza nos cerca de 160 “pontos negros” de insalubridade nas diversas zonas da cidade de Macau, nomeadamente nos terrenos e prédios devolutos com vista a prevenir doenças transmissíveis por mosquitos.

Empenho na construção de uma comunidade harmoniosa

O Governo tem-se empenhado na promoção de educação sobre o amor pela Pátria e por Macau e na divulgação da Lei Básica, reforçando o conhecimento dos cidadãos sobre a Lei Básica. Foi implementado o programa de “Passeata pelas Ruas de Macau” com vista a aprofundar o sentido de reconhecimento e de pertença dos cidadãos em relação à sua terra. Temos incentivado também o dever cívico dos cidadãos salientando os valores de moralidade cívica e a estima pelo ambiente, apoio e solidariedade mútua e em especial com as pessoas com deficiências, e realizámos ao longo do ano mais de 300 actividades de educação cívica tendo o número total de participantes atingido os 40 mil. A par disso, foram promovidas acções para dar a conhecer mais aspectos de energia positiva existente em Macau, demonstrando o ambiente de carinho e de solidariedade mútua entre as pessoas na nossa sociedade.

Linhas de acção governativa para o ano financeiro de 2016

Em 2016, na área da Administração e Justiça, as acções governativas estarão intrinsecamente orientadas para a simplificação administrativa e racionalização de quadros, aperfeiçoamento do sistema jurídico e elevação da eficácia governativa, em articulação com o desenvolvimento do posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo

e de Lazer; e Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa, e em face da nova tendência de ajustamento da economia, serão aprofundados e melhorados os diversos planos de acção governativa e os projectos de trabalho, para satisfazer o desenvolvimento social sustentado e as expectativas e exigências da população.

1. No domínio da Administração Pública

Concretização da reorganização de funções

O Governo da RAEM prosseguirá com os trabalhos da 1.ª fase relativamente à reorganização das estruturas, concluirá o resto do projecto de reestruturação e fusão. Continuará a aperfeiçoar, de uma forma ordenada, todas as estruturas orgânicas da Administração Pública, desenvolver a reordenação das funções do IACM e dos serviços no âmbito das obras públicas. Elaborar-se-á o plano de trabalho da 2.ª fase de reestruturação orgânica e da revisão plena das funções e estrutura orgânica da DSI.

Prosseguir-se-á com os trabalhos de preparação para a criação de órgãos municipais sem poder político, estando prevista a formação, no segundo semestre de 2016, de uma sugestão preliminar que será objecto de uma consulta pública com vista a ser auscultadas amplamente as opiniões dos diversos sectores da sociedade, opiniões recolhidas estas que serão consideradas para a fundamentação na elaboração de propostas.

Proceder-se-á à optimização das funções dos organismos de consulta para o impulso gradual dos trabalhos relativos à integração e simplificação destes organismos de consulta nas diferentes áreas políticas, reestruturando-os ou integrando-os, de uma forma ordenada, nos diversos âmbitos, nomeadamente administração pública, justiça, indústrias comerciais, trânsito, cultura, serviços sociais e cuidados médicos. Iremos realizar o regulamento sobre o mandato e a acumulação de funções dos membros dos organismos de consulta e a revisão do funcionamento dos organismos de consulta e do mecanismo de consulta pública visando aprofundar a optimização da eficácia global dos mecanismos de consulta.

Impulso activo dos serviços electrónicos

O Governo da RAEM proceder-se-á à execução rigorosa dos projectos e a calendarização dos trabalhos previstos no Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM 2015-2019. Aperfeiçoar-se-ão, através da construção da Plataforma de Uniformização da Gestão e de Troca de Documentos Electrónicos ou em suporte de Papel e de uma Plataforma de Gestão dos Serviços Públicos, os serviços públicos e os procedimentos de trabalho. Efectuar-se-á a análise e a optimização gradual de cerca de 45 procedimentos interdepartamentais relativamente a licenciamentos/licenças. Numa fase inicial, serão aperfeiçoados 18 circuitos interdepartamentais em 2016. Proceder-se-á também ao aperfeiçoamento das infra-estruturas em rede dos serviços electrónicos e da respectiva legislação e segurança. Prosseguir-se-á com os trabalhos de promoção de “Livraria

electrónica da RAEM". Serão acrescentadas as funções de marcação prévia *online* para diversos serviços da Conservatória do Registo Predial, da Conservatória do Registo Civil e da Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis. Para além disso, será alargado o leque dos destinatários dos serviços para o pedido de registo de casamento, para que mais pessoas possam efectuar *online* o pedido de registo de casamento; o serviço de consulta ao andamento do processo de assinatura das escrituras públicas nos três cartórios notariais poderá ser efectuado *online*; o sistema de pagamento electrónico relativamente a pedidos de informação por escrito no âmbito do registo comercial pela *internet* será estendido ao pedido de informação por escrito no âmbito do registo predial ("buscas").

Desenvolver-se-ão, de uma forma activa, as funcionalidades dos quiosques automáticos com o aumento do número de locais de instalação. Ao mesmo tempo, será lançado o serviço automático para pedido de certificado de dados pessoais através dos quiosques automáticos.

Prosseguir-se-á com a concretização dos projectos das propostas de aperfeiçoamento apresentadas pelo grupo de trabalho Lean Management no âmbito das actividades dos serviços de identificação. Para além disso, aos requerentes do certificado de registo criminal e do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, por meio de correio no estrangeiro, serão disponibilizados os serviços de consulta ao andamento dos pedidos e serviços de pagamento *online*, aumentando, deste modo, a eficiência nos serviços prestados.

Com o forte apoio do Governo Popular Central e com a colaboração do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau, será dada continuidade à obtenção da isenção de visto para os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. Em 2016 serão encetadas negociações com a Bielorrússia e a Arménia, relativamente à isenção do visto de entrada para os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

Intensificação do aperfeiçoamento do regime da função pública

A reforma da Administração Pública da RAEM será orientada de acordo com as características do regime jurídico da função pública, escolhendo em primeiro lugar os conteúdos com uma maior autonomia para serem actualizados. Formar-se-á da forma de duas vias um planeamento integrado e ordenado, cuja apresentação faseada da proposta de reforma está prevista entre 2016 e 2018.

O regime de recrutamento centralizado prossegue "a orientação das capacidades" no recrutamento adequado de funcionários para trabalhar no lugar apropriado, conforme as necessidades dos serviços que pretendem contratar pessoal. Realizar-se-ão em 2016 três provas de avaliação de competências integradas. Quanto à formação para efeitos de acesso e ao concurso de acesso, estabelecer-se-ão cursos de formação de acesso de acordo com as funções e as características dos trabalhos dos trabalhadores dos serviços públicos. Por outro lado, através de meios electrónicos, será simplificado o processo de fiscalização do concurso de acesso.

Relativamente à revisão total do regime das carreiras, proceder-se-á à análise e ordenação dos resultados obtidos na consulta sobre as 20 carreiras especiais regulamentadas pelo Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, com a apresentação de propostas de leis de revisão e, nessa base, serão desenvolvidos estudos sobre a carreira geral em coordenação com a futura reforma do regime de recrutamento e de promoção. Ao mesmo tempo, serão revistas as disposições relativas às férias, faltas, horário de trabalho, entre outros, do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau vigente, apresentando propostas de melhoramento. Para além disso, será objecto de estudo e discussão o aperfeiçoamento do regime de promoção dos trabalhadores dos serviços públicos, e dado início às acções de revisão sobre o actual regime de avaliação dos trabalhadores.

Elevação contínua do nível de governação

O Governo da RAEM continuará a organizar diversos cursos de formação para os trabalhadores dos serviços públicos de diversas categorias, por forma a elevar a consciência sobre o Estado de Direito e a capacidade profissional dos funcionários públicos.

Continuarão a ser organizados seminários sobre a Lei Básica e cursos de formação sobre a realidade nacional, destinados ao pessoal de direcção e chefia e aos funcionários públicos de nível intermédio, sendo alargado o leque de destinatários da formação sobre a realidade nacional ao pessoal técnico de apoio. Haverá um novo planeamento dos cursos de formação dirigidos ao pessoal de direcção e chefia. Posteriormente, será faseadamente analisado e revisto o planeamento da formação dos funcionários públicos em geral. Será concluída a reestruturação do Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa realizado em conjunto com a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia (DG-SCIC).

No que respeita à consolidação activa da formação jurídica dos funcionários públicos, realizar-se-á, de acordo com o novo quadro de formação de conhecimentos jurídicos, cursos de formação sobre a aplicação do direito dirigidos a funcionários públicos de diferentes categorias. Proceder-se-á a estudos sobre a abertura do curso avançado de aperfeiçoamento de linguagem jurídica, sendo lançados, ao mesmo tempo, o Programa de Aperfeiçoamento de Língua Portuguesa na Área Jurídica e o curso especializado de conhecimentos jurídicos em articulação com a reforma jurídica e as acções de revisão. Continuaremos com o trabalho de divulgação e promoção jurídica e judiciária, bem como de publicações e estudos.

Racionalização geral da avaliação de desempenho

Será efectivamente considerada a apreciação feita por uma terceira entidade na avaliação do desempenho do pessoal de direcção, a qual posteriormente será estendida a todos os níveis e âmbitos dos serviços públicos. E iremos proceder à revisão total do regime de reconhecimento da "Carta de Qualidade" e do Prémio de Serviço de Alta Qualidade, apresentando propostas de melhoramento. Através da Página Electrónica Temática sobre

a Optimização dos Serviços Públicos da Região Administrativa Especial de Macau, iremos continuar a publicar os respectivos dados e resultados dos serviços públicos, de forma a aumentar a transparência das informações sobre o desempenho dos serviços.

Iniciativa ao desenvolvimento de comunicação interactiva

Será criada uma plataforma de serviços de consulta que permite publicar as informações da consulta política através de um modo sistemático e integrado, a qual também disponibiliza as páginas electrónicas especializadas e inquéritos de consulta para o uso dos serviços no apoio às acções de consulta. Serão desenvolvidos estudos sobre a introdução dos meios de comunicação social como propostas políticas e técnicas de divulgação de informações do Governo. Iremos, ao mesmo tempo, continuar a melhorar o Portal do Governo e concluir a primeira fase dos trabalhos de reconfiguração, lançando o programa de aplicações móveis de divulgação unificada das informações do Governo. E será realizado o curso de formação sobre capacidade de explicação das políticas adoptadas ao pessoal da direcção e chefias.

Reforço dos cuidados humanos

Serão promovidas diversas actividades de suporte dos grupos de apoio, daremos continuidade à realização das actividades culturais e recreativas, à prestação de serviços de aconselhamento psicológico aos funcionários públicos bem como à prestação de apoio complementar financeiro aos funcionários em caso de necessidade. Procederemos a estudos e apresentar projectos sobre a construção das residências para funcionários públicos e seu regulamento de afectação. Iremos promover o mecanismo de tratamentos das queixas dos funcionários públicos, para coordenar a resolução de contradições internos, fortalecendo a confiança mútua entre os serviços e os funcionários.

2. No domínio da Justiça

Concretização gradual da coordenação da produção legislativa

Em 2016, O Governo da RAEM irá instituir uma estrutura orgânica de coordenação legislativa que reúne a política, coordenação, produção legislativa e consulta. Será alargada progressivamente o âmbito e a força de participação dos serviços da área de justiça. Na primeira fase, será constituído, um grupo de trabalho de produção de diplomas composto pelo pessoal dos serviços da área de justiça e dos serviços de implementação de políticas, para a elaboração conjunta dos projectos legislativos com uma forte natureza política e com um elevado nível técnico.

O Governo da RAEM irá estabelecer o planeamento legislativo de médio e longo prazo prospectivo, científico e operacional, atendendo às exigências do posicionamento do desenvolvimento da RAEM, da importância das acções governativas dos serviços, da reforma jurídica e da tendência do desenvolvimento da sociedade e do nível de cumprimento dos deveres internacionais. Em simultâneo, irá fiscalizar com rigor a situação da implementação

dos projectos legislativos, manter uma comunicação estreita com a Assembleia Legislativa, aperfeiçoar as orientações técnicas legislativas. Irá, de acordo com as necessidades dos trabalhos, reforçar a formação da equipa do pessoal de produção jurídica e elevar o nível profissional da produção legislativa.

Reforço contínuo na construção do sistema jurídico

O Governo da RAEM irá continuar o reforço da construção do sistema jurídico, no desempenho dos trabalhos legislativos sobre os assuntos relacionados com a vida da população, e na importância do aperfeiçoamento das leis fundamentais. Continuaremos a acompanhar a alteração do Código do Processo Civil e iremos dar prioridade à revisão da parte sobre os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais previstos no Código Penal. Com base nas consultas públicas, serão desenvolvidos os respectivos trabalhos de produção jurídica. Está prevista para 2016 a conclusão do projecto de lei relativo à alteração do regime dos notários privados, dando lugar aos respectivos procedimentos legislativos após uma ampla auscultação das opiniões do sector. Irá proceder à revisão do actual regime das carreiras de conservador e de notário, bem como a elaboração dum projecto, de modo a elevar em geral a qualidade dos serviços na área de registos e de notariado, serão recrutados mais conservadores e notários, preparando-se para a formação de quadros para a procura futura dos respectivos serviços. Para assegurar a necessidade de funcionamento dos órgãos judiciais, o Governo da RAEM tem planos para proceder à revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária. Tendo em consideração os objectivos das políticas, a nível nacional, relativas às áreas marítimas de Macau e as necessidades concretas do desenvolvimento económico de Macau, iremos proceder à revisão dos diplomas legais relativos às áreas marítimas.

No âmbito de recensão e adaptação da legislação anteriormente vigente, o grupo de trabalho conjunto constituído por juristas dos serviços da área de justiça e da Assembleia Legislativa chegou a um consenso sobre a confirmação e forma de processamento dos diplomas revogados tacitamente ou caducados. Em 2016, irá continuar a discutir esta matéria para efeitos de definição de uma solução definitiva para esta questão e, desenvolver as tarefas de confirmação das leis e dos decretos-leis que se encontram vigentes segundo os procedimentos definidos, redigindo os respectivos projectos legislativos de forma organizada.

Para preparar o lançamento do programa “conciliação familiar”, em 2016 iremos continuar a promover a formação do pessoal técnico necessário e as medidas legislativas para a criação do regime de reconciliação e concretizar este programa, com base na revisão do Código do Processo Civil.

Dado ao incremento, nos últimos anos, de pedidos de esclarecimento e requerimentos de apoio judiciário, será desenvolvido um sistema que englobe o circuito de procedimentos para a atribuição do apoio judiciário, reduzindo as operações manuais e acelerando mais o processamento dos pedidos.

Promoção activa da legislação constitucional

O Governo da RAEM continuará a colaborar com os organismos da sociedade para lançar um conjunto de actividades de divulgação, com vista a promover a Constituição e a Lei Básica.

Iremos alargar o universo dos participantes nas palestras subordinadas à temática da Constituição e da Lei Básica e organizar concursos de conhecimentos destinados a diferentes grupos etários. Iremos continuar a publicar nos principais jornais textos de peritos para abordar a Constituição e a Lei Básica numa perspectiva teórica e especializada.

Iremos continuar a colaborar entre os serviços da área de justiça e as associações de jovens para organizar em conjunto as actividades de divulgação jurídica destinadas à juventude, incluindo “Alegria e entusiasmo na generalização do Direito” e a realização de mini-colóquios “Chá-Convívio sobre a Nação” nas instituições do ensino superior. Em simultâneo, irá reforçar os trabalhos da equipa de jovens voluntários “Forças de Divulgação Jurídica”, incentivar as escolas que já participaram no curso “Valores éticos e cidadania” a tirarem proveito da Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau como uma segunda instituição de ensino, com vista a permitir aos estudantes de Macau adquirirem um melhor conhecimento da Lei Básica e da história da sua terra.

Em 2016, o Governo da RAEM irá continuar a divulgar conhecimentos relacionados com os direitos e deveres fundamentais dos residentes de Macau, a Lei da Nacionalidade, a protecção consular e serviços consulares, e colaborar com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sediado na Região Administrativa Especial de Macau para realizarem em conjunto palestras temáticas sobre os mesmos.

Aperfeiçoamento das acções de divulgação da legislação eleitoral

Atendendo à realidade da situação de Macau, iremos dar início aos estudos sobre a revisão da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa. Planeámos a realização de uma campanha de auscultação da opinião pública no primeiro trimestre de 2016.

Em articulação com as eleições para a Assembleia Legislativa que terão lugar em 2017, iremos reforçar a promoção do recenseamento eleitoral, iremos convidar as escolas e as associações a visitar o Centro de Informações sobre Assuntos Eleitorais. Iremos também instalar mais postos de recenseamento eleitoral em todo o território de Macau, incentivando os residentes a recorrer aos serviços automatizados para efectuarem o recenseamento ou actualizarem os dados pessoais.

Investir esforços para melhorar a formação judiciária

Para aumentar a eficiência judicial e elevar os conhecimentos profissionais do pessoal dos órgãos judiciais, iremos continuar a responder activamente às solicitações desses órgãos em matéria de formação, dando prioridade à formação para efeitos de ingresso

na magistratura, bem como à formação contínua e acções de formação fundamentais de ingresso e acesso para oficiais de justiça.

Promoção de intercâmbio na esfera internacional de forma organizada

O Governo da RAEM irá incrementar a cooperação com o exterior para efeitos de reforço do intercâmbio com outros países e regiões, participar nas actividades promovidas por organizações internacionais, continuar a cumprir as obrigações decorrentes das várias convenções internacionais e estimular a construção do mecanismo permanente para a recolha periódica de informações e dados.

Iremos continuar, de forma activa, a promover as medidas necessárias para a celebração com o Governo da RAEHK do Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga e o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal e envidar todos os esforços para celebrar com o Interior da China, em 2016, o Acordo sobre a Entrega Mútua de Infractores em Fuga. Em simultâneo, com o apoio e a autorização do Governo Central, iremos encetar negociações com outros países sobre o acordo-tipo sobre a transferência de pessoas condenadas e a cooperação judiciária em matéria cível e comercial, dando prioridade às consultas com os países lusófonos.

Reforço contínuo da cooperação entre a província de Guangdong e Macau

Os serviços da área de justiça e o Departamento de Justiça da província de Guangdong irão criar um grupo de trabalho responsável pela negociação para a criação de um mecanismo de supervisão do uso de instrumentos notariais. Iremos intensificar ainda o intercâmbio e visita mútua das duas partes no âmbito da actividade notarial, com vista a contribuir para o desenvolvimento social e económico através da prestação de serviços notariais.

3. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

Elevação da qualidade dos serviços municipais

Em 2016, iremos instalar um posto de prestação de serviços no Fai Chi Kei e um centro de actividades para residentes em Seak Pai Van; o Centro de Serviços da RAEM e os centros de prestação de serviços irão consolidar e aprofundar o modelo de prestação de serviços "one stop", alargando gradualmente os serviços das diversas áreas que são prestados no Centro de Serviços da RAEM mas através do IACM, até aos diversos centros de prestação de serviços situados nas diversas zonas da cidade. Para além disso, os serviços de licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas irão ser transferidos para o 2.º andar do edifício "China Plaza" e iremos também lançar o serviço de declaração dos preços cobrados "online".

Iremos otimizar as infra-estruturas dos mercados municipais, para além de acelerar as obras de reconstrução do Mercado da Ribeira do Patane, iremos proceder à optimização das condições do Mercado de S. Domingos, do Mercado Vermelho e do Mercado da Horta e

Mitra. No intuito de acompanhar o ritmo do desenvolvimento da sociedade, iremos elaborar um novo regulamento da gestão dos mercados. As obras de construção do novo mercado de abastecimento localizado na área de Macau do parque de cooperação transfronteiriço Zhuhai-Macau estarão previsivelmente concluídas em 2016 e irá dispor de mais espaço comercial e melhores condições de funcionamento.

Reforço das garantias de segurança alimentar

Em 2016, continuaremos a considerar a prevenção como o objectivo prioritário das acções de segurança alimentar. Iremos desenvolver acções de inspecção e testagem regulares, e aperfeiçoar os padrões e orientações. O Centro de Segurança Alimentar irá continuar a aperfeiçoar as acções relativas à inspecção, ao exame e análise e à execução da lei, irá ainda, adquirir aparelhos de monitorização portáteis para poderem ser realizadas, durante a inspecção, certas análises imediatas das condições higiénico-sanitárias dos estabelecimentos de géneros alimentícios e da qualidade alimentar; a definição de quatro critérios estará também concluída; por outro lado, iremos continuar a desenvolver acções pedagógicas que têm como destinatários os operadores deste sector de actividade e a população em geral sobre a segurança alimentar; dar instruções aos respectivos sectores e realizar curso de formação de supervisores de higiene alimentar; com o intuito de apoiar os sectores na criação de uma melhor gestão interna de segurança alimentar; desenvolvendo a sua actividade sempre em cumprimento da lei. Em simultâneo, iremos promover a cooperação entre o Governo, os sectores e os cidadãos no sentido de os conhecimentos e o conceito de segurança alimentar serem concretizados na vida quotidiana. Iremos ainda, reforçar as técnicas e garantias de segurança alimentar através, designadamente, da cooperação regional, comunicação de notícias e intercâmbio de meios técnicos.

Aperfeiçoamento do regime de protecção dos animais

Em articulação com a publicação da lei de protecção de animais, irão ser definidos diplomas complementares de acordo com a matéria regulada pela mesma lei, no sentido de assegurar a execução eficaz da lei.

Planeamento da política de abate de aves de capoeira

A fim de proteger a saúde e a segurança do público e para cercear os meios de transmissão da gripe das aves, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou a política de “substituição do fornecimento de aves de capoeira vivas por aves refrigeradas”. Concluído a consulta pública, iremos elaborar um relatório final de consulta e publicar o resultado desse relatório junto dos cidadãos de Macau em 2016. O Governo da RAEM irá determinar a política final e o respectivo plano de trabalho com base no resultado de consulta.

Optimização das instalações de arborização da cidade

Em articulação com o posicionamento de Macau, enquanto centro de turismo e lazer a nível mundial, daremos continuidade à realização de embelezamento da cidade com vista a

consolidar a imagem de Macau como cidade turística. Planeamos efectuar a repavimentação da Rua de Sanches de Miranda, da Estrada do Cemitério e do Caminho dos Artilheiros com o intuito de aumentar o seu valor de contemplação e atracção; planeamos também reordenar a zona de lazer da Rua Quatro do Bairro Iao Hon e instalar mais equipamentos recreativos e desportivos; iremos promover o enverdecimento tridimensional nos espaços com condições limitadas e decorar a cidade com flores de grande envergadura.

Iremos melhorar as instalações complementares do Parque de Seac Pai Van, designadamente construir um parque de estacionamento, introduzir pandas pequenos e outros animais de tamanho pequeno, dispor de mais instalações no parque bem como elevar a qualidade de gestão; iremos desenvolver o planeamento de exploração de zona para jardim botânico de plantas medicinais, construir trilhas ao longo de córregos e melhor utilizar os recursos hídricos, entre outros.

Melhoramento das condições higiénicas urbanas

Planeamos construir uma casa de bombas de águas pluviais no Porto Interior de Macau, no sentido de atenuar o problema de inundações ocorridas no Porto Interior durante situações de marés meteorológicas e chuvas fortes ou o período de tufões e chuvas intensas; iremos iniciar a obra de melhoramento das condutas e dos esgotos em determinadas ruas situadas na Zona Norte. Na Taipa, iremos prosseguir as obras relativas à construção de novas estações elevatórias para águas residuais na Rotunda do Ouvidor Arriaga e à substituição de esgotos da zona urbana.

Iremos adicionar de forma gradual, até 54 sanitários públicos abertos durante 24 horas e colocar mais indicações dos locais de sanitários públicos. Iremos instalar contentores de compressão de lixo e de depósitos de lixo nas diversas zonas de Macau, planeamos introduzir o sistema de monitorização da quantidade de lixo para proceder ao ajustamento atempado da frequência de recolha, de forma a melhorar as condições higiénicas das comunidades.

Promoção da educação cívica nas comunidades

Iremos promover, de forma activa, as acções de sensibilização sobre o amor à Pátria e por Macau e desenvolver a divulgação da Lei Básica a fim de consolidar o conhecimento dos cidadãos sobre a história da sua terra. Iremos incentivar os cidadãos a respeitar os “Princípios de Vida com Cortesia” que tem por finalidade divulgar o espírito de vizinhança e elevar as qualidades humanas da população. Ao mesmo tempo, iremos organizar um conjunto de actividades recreativas e convívios para fomentar a comunicação e o intercâmbio entre os cidadãos, criando, em conjunto, um ambiente de vida harmonioso e de amizade.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2015

Em 2015, embora a economia de Macau tenha vindo a apresentar um ajustamento relativamente significativo, as bases de direcção e de ritmo do desenvolvimento da economia permanecem estáveis e sólidas, com as finanças públicas e o mercado financeiro em estado saudável e estável, e o mercado de emprego continuamente estável. Têm sido desencadeados, na área da economia e finanças, trabalhos principalmente focados nas três vertentes, como o impulsionamento da diversificação adequada do desenvolvimento industrial, a prestação de apoio às micro, pequenas e médias empresas e a garantia de emprego dos residentes locais, com as seguintes principais acções:

1. Impulsionamento do desenvolvimento industrial e promoção da diversificação adequada da economia

Atenção redobrada à situação de ajustamento da indústria do jogo e promoção do desenvolvimento saudável da indústria predominante. Está prevista, até ao final de 2015, a conclusão do estudo sobre a revisão intercalar da indústria do jogo. Procedeu-se à apreciação rigorosa dos pedidos referentes à atribuição de novas mesas de jogo, de acordo com as condições do mercado e a situação dos componentes não jogo introduzidos pelas operadoras do jogo. Foi criado o mecanismo de recolha de dados e de fiscalização das operadoras do jogo, sendo emitidas orientações internas e de gestão, optimizando a supervisão às operações dos promotores do jogo. Dois empreendimentos não jogo pertencentes a empresas operadoras do jogo foram concluídos e entraram em funcionamento no corrente ano. Foi impulsionada com sucesso a aquisição preferencial de produtos e serviços locais por parte das operadoras de jogo, promovendo o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e velhas lojas com características próprias. Foram concretizadas as medidas das operadoras de jogo relativas à disponibilização de transporte aos seus trabalhadores na ida e saída do serviço e à sua responsabilidade pelo transporte dos operários de construção ao serviço dos seus projectos de obras de construção.

Impulso ao desenvolvimento da indústria de convenções e exposições em todas as vertentes. Procedeu-se a alterações ao “Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais” e ao “Plano de Estímulo às Convenções e Exposições”, em relação ao prolongamento do prazo de candidatura. Foram realizados os eventos locais de marca, nomeadamente o “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF)”, a “Feira Internacional de Macau (MIF)”, entre outros, bem como outros grandes projectos de convenções e exposições introduzidos em Macau, tais como o “6º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas”, dando apoio à realização da “Semana Dinâmica de Macau” em três cidades. Empenhou-se em reforço do intercâmbio e da cooperação regional no sector em causa, integrando mais componentes dos Países de Língua Portuguesa e do empreendedorismo juvenil, sendo aumentada

incessantemente a eficácia dos eventos. Deu-se início aos estudos sobre o desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Foi co-organizado o “Curso de Formação de Talentos de Convenções e Exposições de Macau” com o Ministério do Comércio do Estado. Procedeu-se ao processamento rápido dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes, apresentados pelas empresas de convenções e exposições, especialmente por empresas que exploram actividades de feiras e exposições de curta duração.

Promoção do desenvolvimento e crescimento da indústria de medicina tradicional chinesa. Foram promovidas a captação de investimento e a construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Cooperação entre Guangdong e Macau, tendo sido assinados acordos de cooperação com duas empresas de renome do Interior da China, realizado o “Fórum de Cooperação Internacional em Medicina Tradicional – 2015 • Guangdong-Macao Traditional Chinese Medicine Technology Industrial Park Development Co., Ltd. (GMTCM)” e criado o “Centre of International Co-operation and Exchange Platform (CICEP)”. Foi criado o “National Veteran Traditional Chinese Medicine Physicians Inherited Workshop”, sendo recrutados jovens mestres da medicina chinesa de Macau para participarem nos trabalhos do Parque Industrial em causa e introduzido o Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa, dando apoio e colaboração no estabelecimento do Centro de Cooperação da Medicina Tradicional da Organização Mundial da Saúde em Macau.

Promoção da reconversão e valorização industrial e apoio no desenvolvimento das marcas de qualidade de Macau. Foi lançado o estudo sobre o reposicionamento da indústria de Macau. Empenhou-se na promoção da reconversão e valorização do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, para com o foco de desenvolvimento centrado principalmente em actividades de serviços comerciais. Encorajou-se ao sector empresarial no aproveitamento das medidas preferenciais do Acordo CEPA no âmbito da isenção de direitos aduaneiros de mercadorias, sendo introduzidos mais itens de mercadorias a serem contempladas no código tarifário do Interior da China. Foi apresentado um relatório de análise sobre o apoio à criação e divulgação de marcas de qualidade de Macau, com destaque para “Fabricados em Macau”, “Criados em Macau”, entre outras, valorizando as funções de plataforma do “Macao Ideas”, organizando actividades de intercâmbio e bolsas de contacto. Deu-se continuidade à prestação dos “Serviços de envio de produtos ao exterior para testes e análises” e do “Programa de incentivos para a certificação de produtos”.

Apoio ao desenvolvimento do sector financeiro e da indústria de protecção ambiental. Foi concretizada a criação do “sistema electrónico de liquidação de títulos” e do “ficheiro de dados de crédito”, tendo-se procurado que fosse iniciado, no final do corrente ano, o funcionamento simulado do sistema de liquidação imediata em tempo real em Renminbis em Macau. Deu-se início à revisão do regime de pagamentos através da rede internet. Prestou-se apoio ao sector financeiro na cooperação regional, tendo sido impulsionada a celebração de acordos entre alguns bancos chineses e portugueses instalados em Macau, para reforçar a cooperação no desenvolvimento de actividades no mercado da China e dos Países de Língua Portuguesa. A realização do “Fórum e Exposição

Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF)” tem proporcionado uma plataforma de cooperação para o sector de protecção ambiental.

2. Apoio a pequenas e médias empresas e ao empreendedorismo juvenil

Tomada de medidas para atenuação da pressão das PME e das microempresas decorrente da operação dos seus negócios. Em 2015, o valor isento do Imposto Complementar de Rendimentos foi aumentado de 300 mil patacas para 600 mil patacas, traduzindo uma descida significativa de contribuintes, passando de 44.819 para 1.911. Foram lançados os trabalhos para o aumento do limite máximo do montante do crédito ao abrigo do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, tendo sido isentas as taxas anual, mensal e de instalação de software das empresas utentes dos serviços de declaração alfandegária electrónica. Deu-se prioridade aos pedidos de importação de trabalhadores não residentes apresentados por empresas dos sectores de restauração, de venda a retalho, de convenções e exposições e da área cultural e criativa, entre outros.

Apoio às empresas na exploração de mercados e aumento da sua competitividade. Foi elevado o limite máximo de incentivo, de 5.000 patacas para 6.000 patacas (por evento), ao abrigo do “Incentivo Financeiro para Participação em Feiras”, mobilizando operadores sectoriais para participarem em feiras e exposições organizadas no território e no exterior. Foi aumentado o montante do apoio financeiro sob as “Medidas de Incentivo para a Promoção do Comércio Electrónico”, de 20.000 patacas para 30.000 patacas. Foi criado o “Grupo de trabalho interdepartamental para a promoção do comércio electrónico” constituído por membros da Direcção dos Serviços de Economia (DSE), da Autoridade Monetária de Macau (AMCM) e do IPIM. Foi concluído um estudo sobre a medida quanto à aquisição preferencial de bens e serviços produzidos localmente pelo Governo.

Apoio à elevação do nível de operação e gestão empresarial e da sua competitividade. Foram organizadas várias actividades de formação e intercâmbio com temas diversificados. Foi implementado o “Programa de incentivos para a certificação/reconhecimento de sistemas internacionais de gestão”, atribuindo, incentivo financeiro a 25 candidatos. Foram concluídos antes do final do ano os estudos sobre o regime do seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias.

Concretização e aperfeiçoamento das políticas e medidas para a criação de negócios por jovens. Foi criado o Centro de Incubação de Negócios para os Jovens (CINJ) e dado início aos preparativos para a criação da plataforma da rede do Centro, providenciando serviços de apoio *one-stop*, abrangendo os âmbitos de formação, consultoria, escritório provisório gratuito, bolsas de contacto, informações do mercado, etc. Até 30 de Setembro p.p., recebeu-se um de 295 pedidos de informações, dos quais 272 foram acompanhados, sendo ainda recebidos 36 pedidos de escritórios provisórios gratuitos, dos quais 11 foram aprovados e começaram a instalara-se sucessivamente no Centro, a partir de Agosto último. Foram convidados fundadores do Fundo de Investimento *Angel* do Interior da China para partilharem as suas experiências. Foram organizadas visitas de estudo às áreas de Hengqin

e Nansha da Zona-piloto de Comércio Livre, com a participação de jovens empresários, empreendedores e representantes associativos do território.

Promoção do desenvolvimento da economia comunitária. Foi criado um “Grupo de Estudo do Desenvolvimento da Economia Comunitária” subordinado ao Conselho para o Desenvolvimento Económico e lançado o plano “Entrada nas pequenas e médias empresas”, tomando a iniciativa na prestação de serviços e dando apoio às câmaras comerciais de zonas comunitárias na implementação de projectos com vista ao fomento da economia comunitária.

3. Protecção do direito ao emprego e melhoria efectiva da qualidade da vida da população

Fiscalização estrita da situação do mercado de trabalho, proporcionando serviços de apoio “one-stop” para integração laboral. Foi constituído pelo Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças um grupo interdepartamental de acompanhamento composto por elementos da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) e Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia (CPTTM), no sentido de coordenar acções e acompanhar os problemas de emprego. Foram reforçadas acções de formação profissional e serviços de conjugação de emprego.

Empenho na conciliação para casos de conflitos laborais, reforçando a divulgação da legislação e prestando serviço informativo in-loco sobre direitos e interesses laborais. Relativamente à ocorrência, em Macau, em meados do corrente ano, de vários casos em que trabalhadores não residentes envolvidos em projectos de construção de empresas do sector do jogo estiveram em conflito com os empregadores sobre os seus direitos laborais, foi dado acompanhamento em momento oportuno nos locais. A “prestação de serviços in-loco” proporciona o serviço de consultadoria em matéria de direitos laborais.

Organização de acções de formação inicial e prestação de serviço de colocação profissional aos indivíduos com baixos rendimentos ou desempregados. Foram lançados novos cursos de formação, nomeadamente o “Curso de formação profissional de *croupier*” e o “Curso de formação de trabalhadores de limpeza”. Foi prestado apoio aos indivíduos de meia-idade com baixa escolaridade na integração e reintegração laboral, proporcionando, aos indivíduos com deficiência e aos reabilitados, cursos de formação profissional e oportunidades de estágio, serviços de aconselhamento de emprego e de colocação profissional.

Empenho na criação de condições para apoiar a ascensão profissional ou mobilidade horizontal dos trabalhadores residentes. A apreciação dos pedidos de importação ou renovação de trabalhadores não residentes das empresas de grande dimensão (particularmente empresas do sector do jogo) é efectuada em articulação com a situação de promoção dos trabalhadores residentes. Foram envidados esforços para exortar as empresas do jogo a concretizarem a contratação e promoção prioritária de trabalhadores

residentes para os diferentes cargos de chefia, tendo sido registado um crescimento contínuo do número de trabalhadores residentes de base, do nível médio e do nível superior, para um total de 24.518 pessoas no final de Agosto de 2015, mais 1.960 pessoas em comparação com o número verificado no final do ano 2014.

Organização de cursos de formação profissional diversificados e reforço da fiscalização dos cursos e acompanhamento da sua eficácia. Deu-se continuidade à organização de cursos de formação profissional diversificados para diferentes sectores e cursos de formação profissional com certificação, estando em fase de preparação a criação de um mecanismo de acompanhamento da eficácia da formação profissional. Tem sido organizado o “Curso de Formação de Condutores de Veículos Pesados de Passageiros”, sendo planeados cursos de formação conforme as necessidades de empresas ou instituições com a “prestação de serviços *in-loco*”. Têm sido encorajados os residentes de Macau a participarem nos testes de técnicas segundo o modelo “1 teste 2 certificados”, sendo implementado o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações”, realizados cursos de formação destinados aos trabalhadores residentes da construção civil para aumento da capacidade técnica e de técnicas diversificadas e lançado o “Plano de formação de conhecimentos básicos para guardas de segurança de edifícios”.

Reforço da fiscalização sobre a importação e gestão dos trabalhadores não residentes (TNRs). Procedeu-se à apreciação rigorosa dos pedidos de contratação de TNRs, bem como à supervisão da situação de contratação de TNRs em obras públicas mediante a cooperação interdepartamental com a Secretaria para os Transportes e Obras Públicas. Procedeu-se à supervisão do funcionamento das agências de emprego, aperfeiçoando a fiscalização do mercado de empregadas domésticas. Foi criado o “Centro dos serviços de cooperação laboral entre o Interior da China e Macau”, regulamentando a formação dos trabalhadores não residentes antes do início do trabalho.

Criação de melhores condições para o emprego juvenil. Procedeu-se ao desenvolvimento contínuo das actividades destinadas aos jovens, no âmbito do planeamento da carreira profissional e de aconselhamento sobre o emprego, prestando apoio na organização de actividades concernentes ao emprego juvenil e intensificando a formação vocacional para os jovens.

Reforço da supervisão e da legislação. Foram concluídos os projectos de produção legislativa das propostas de lei sobre o “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial”, a “Alteração ao regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais”, a alteração da Lei n.º 7/2008 (“Lei das relações de trabalho”) relativa ao montante máximo da indemnização do despedimento e o “Regime de garantia de créditos laborais”. Reforçaram-se a promoção, execução da lei e gestão no âmbito da segurança e saúde ocupacional, protegendo a segurança nos trabalhos dos trabalhadores.

Aperfeiçoamento da qualidade da vida da população mediante uma variedade de medidas. Foram aplicadas as medidas provisórias do subsídio complementar aos

rendimentos do trabalho, os planos de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica a favor das unidades habitacionais, o Plano de Participação Pecuniária, bem como as demais medidas anuais de benefícios fiscais. Reforçou-se a fiscalização de preços, tendo sido reposto o regime de licenciamento da importação dos produtos petrolíferos. Empenhou-se na exploração de novas fontes de abastecimento, tendo promovido a celebração de contratos sobre abastecimento de legumes entre o sector do território e empresas do Interior da China. A protecção dos direitos e interesses dos consumidores está a ser concretizada mediante a cooperação transfronteiriça.

4. Desempenho das funções de plataforma e aprofundamento da cooperação regional

Promoção da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. No mês de Abril deste ano, foi inaugurado o “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Durante a 20ª edição da MIF, foi realizada pela primeira vez a “Exposição de Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa”. Foram organizadas delegações de operadores sectoriais de Macau para visitas de estudos e participação em feiras e exposições nos Países de Língua Portuguesa, dando, por outro lado, apoio às empresas dos Países de Língua Portuguesa na realização de actividades de promoção do comércio e investimento em Macau e no Interior da China.

Aprofundamento da Cooperação Guangdong-Macau em todas as vertentes. Foi dado seguimento contínuo à implementação dos 33 projectos recomendados para o “Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau”, sendo providenciados apoios. Procedeu-se ao impulso dos trabalhos de construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito de Cooperação Guangdong-Macau. Foram apresentadas às empresas locais a panorama de investimento e informações respeitantes da Zona-piloto de Comércio Livre de Guangdong, sendo organizadas visitas de estudos àquela zona. Realizaram-se a “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau”, a “Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou”, a “Feira de Produtos de Qualidade de Macau e de Zhongshan”, entre outras. Foram organizadas, para as PME's de Macau, visitas de estudo aos Municípios de Yangjiang, Maoming e Zhanjiang. Formularam-se esforços conjuntos de Guangdong e Macau para captação do investimento do exterior. Através do mecanismo de cooperação regional, foram celebrados vários acordos, nomeadamente “Realização de um estudo sobre o desenvolvimento da cooperação entre Guangzhou e Macau no sector de convenções e exposições”, “Promoção conjunta do emprego e empreendedorismo dos jovens de Guangzhou e de Macau”, “Acordo-quadro sobre o incentivo à participação dos fundos públicos de Macau em projectos específicos de construção no âmbito da cooperação Guangdong-Macau”, “Acordo de cooperação do grupo específico para assuntos laborais e garantias sociais entre Guangdong e Macau”, “Carta de intenções sobre a promoção de colaboração bilateral entre o Governo do Município de Jiangmen da Província de Guangdong e o Governo da RAEM”, “Plano de trabalho marítimo para a implementação do projecto-piloto de viagens individuais em barcos de recreio”,

“Acordo suplementar sobre a construção conjunta da nova zona de Cuiheng em Zhongshan entre o Governo da RAEM e o Governo Popular de Zhongshan” e “Memorando sobre o reforço da cooperação financeira entre Jiangmen e Macau”, entre outros.

Fomento do avanço da cooperação Guangdong-Macau nas áreas financeira, de propriedade intelectual, de comércio electrónico, entre outras. A Sucursal do Banco Popular da China em Guangzhou emitiu a “Regulamentação provisória para o programa piloto de administração das operações transfronteiriças de concessão de empréstimos em RMB em Nansha e na nova zona de Hengqin, em Guangdong”. Foram co-organizadas, com a parte de Guangdong, actividades de intercâmbio e visitas de estudo, relativas ao comércio electrónico transfronteiriço, à propriedade intelectual, entre outros aspectos.

Aprofundamento da implementação do Acordo CEPA, com vista à promoção da liberalização do comércio de serviços entre o Interior da China e Macau. Em harmonia com a entrada em vigor em Março p.p. do Acordo entre o Interior da China e Macau sobre a Concretização Básica da Liberalização do Comércio de Serviços em Guangdong, no âmbito do «Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau», foram organizadas, em conjunto com ministérios e comissões estatais e a Província de Guangdong, em Macau, actividades de divulgação e esclarecimento. Procedeu-se à promoção do desenvolvimento das actividades de agenciamento de marcas no Interior da China por parte dos prestadores de serviços de Macau.

Impulso contínuo à cooperação económica com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e com outras províncias e municípios do Interior da China. Tem-se procedido à cooperação com a Província de Fujian e com Hong Kong. Foram convidados organismos e empresas das províncias da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas para participarem no MIECF 2015, sendo mobilizados, por outro lado, os empresários de Macau para participarem nas conferências e feiras das províncias da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, bem como nas actividades económicas e comerciais realizadas em Fujian.

Manutenção das ligações e da cooperação com a ASEAN, Taiwan, a União Europeia e as organizações económicas e comerciais internacionais. Em articulação com a iniciativa nacional de “Uma Faixa e Uma Rota”, procedeu-se ao impulsionamento do intercâmbio entre os empresários de Macau e as empresas dos países membros da ASEAN e de outros países. Foram convocados os empresários de Macau para participarem, em Taiwan, nas feiras e exposições e convidadas empresas e palestrantes da Europa para participarem no MIECF 2015 e na 20ª MIF.

5. Manutenção da estabilidade e salubridade do sector financeiro e aperfeiçoamento da sua administração

Supervisão contínua dos riscos financeiros. Aos bancos foi exigido que procedessem à boa execução dos trabalhos de fiscalização, avaliação e controlo de riscos, nas suas actividades de concessão de empréstimos hipotecários no âmbito da alienação de fracções autónomas e à qualidade dos activos, tendo sido reforçado o combate ao

branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (*AML/CFT*) e dada a continuidade ao acompanhamento dos trabalhos de avaliação de riscos da RAEM (NRA). Foi celebrado o “Memorando de Entendimento em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e das actividades do financiamento do terrorismo” com o Banco Popular da China (BPC), acelerando o processo de revisão da Lei de Prevenção e Repressão do Branqueamento de Capitais (Lei *AML*).

Aperfeiçoamento da constituição do regime de supervisão financeira e aperfeiçoamento contínuo dos diplomas e directivas sobre supervisão. Foram lançadas as “Directrizes sobre a Nomeação de Auditores Externos para Instituições de Crédito, Deveres e Responsabilidades de Auditores Externos e o Relacionamento com a AMCM” e concluída a elaboração da “Directiva sobre classificação de activos e cálculo das provisões”, sendo aplicados em Macau, em fases, os novos padrões e requisitos do Basileia II/III.

Aperfeiçoamento da gestão da Reserva Financeira. Foi obtida a aprovação dos serviços competentes do Estado relativamente ao aumento dos limites de investimento nos âmbitos de “Qualified Foreign Institutional Investor” (QFII) e do “Mercado interbancário de títulos do Interior da China”. Foram lançados estudos sobre a aplicação eficaz dos investimentos da Reserva Financeira, nos projectos com garantia de capital e de juros, com o Banco de Desenvolvimento da China e os Governos das Províncias de Guangdong e Fujian. Foi concluído o “Relatório de avaliação interna do Fundo para o Desenvolvimento e Investimento da RAEM”.

Aperfeiçoamento da administração financeira pública e optimização do trabalho orçamental. Procedeu-se à promoção contínua da poupança nas despesas da Administração Pública, tendo sido aplicadas, em Setembro do corrente ano, as medidas de contenção das despesas públicas, não pondo porém em causa as despesas relacionadas com o bem-estar da população, bem como com o Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA). Foi concluída a consulta pública sobre a nova “Lei do Enquadramento Orçamental”.

6. Aperfeiçoamento da construção de regimes e sistemas e elevação do nível de governação

Promoção do estudo e análise científicos. Foram lançados os trabalhos concernentes à criação do “Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau”, tendo sido realizados os estudos sobre o desenvolvimento económico de Macau a longo prazo, a diversificação adequada dos sectores industriais, o sistema de previsões macroeconómicos, etc., numa acção de cooperação com a Comissão Nacional do Desenvolvimento e de Reforma. Procedeu-se à preparação do Inquérito de Conjuntura ao Comércio a Retalho e à Restauração.

Optimização dos serviços em prol da população e do sector empresarial mediante formalidades administrativas mais simplificadas. Foi lançado, em acção conjunta, o “Serviço de recepção de expediente no âmbito dos Serviços da Secretaria para a Economia e Finanças” pelos serviços públicos, nomeadamente a Direcção dos Serviços de Economia

(DSE), a Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) e o Gabinete para os Recursos Humanos (GRH). Está-se a preparar para criação de “assistente de ligação empresarial”. Procede-se à utilização adequada de meios científicos e tecnológicos para a prestação de serviços facilitados em prol da população, sendo aumentados pela DSF serviços de auto-atendimento permanente de 24 horas e respectivos programas de aplicação, e lançado pela DSAL o sistema *online* de registo de oferta de emprego e o sistema *online* de registo de pedidos de emprego.

Optimização da constituição da equipa de trabalho e concretização da política sobre a simplificação da estrutura administrativa e o reajustamento do pessoal. Cabe ao IPIM coordenar as acções ligadas ao impulso ao desenvolvimento da indústria de convenções e exposições. Iniciou-se um estudo sobre a integração do GRH na DSAL, sendo optimizados as funções e o funcionamento do Conselho para o Desenvolvimento Económico, dando continuidade à optimização da construção de uma administração íntegra.

Aperfeiçoamento de leis e diplomas legais. Foi concluída a elaboração de regulamentos administrativos em matéria da “Utilização e Funcionamento dos Casinos” e do “Regime de Licenciamento dos Principais Empregados com Funções Relevantes nos Casinos”, sendo emitidos, no ano presente, os “Critérios Técnicos do Sistema de Monitorização Centralizada das Máquinas de Jogo em Macau” e “Critérios Técnicos do Sistema de Prémios Acumulados nas Máquinas de Jogo em Macau”. Foi concluída a produção legislativa sobre o “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial”, a “Alteração ao regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais”, acabando-se os trabalhos de produção legislativa sobre a “Alteração à Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho)”, na parte referente ao montante máximo de indemnização por despedimento, bem como o trabalho de alteração da proposta de lei sobre o “Regime de garantia de créditos laborais”. Deu-se início à implementação das “Foram lançadas as “Directrizes sobre a Nomeação de Auditores Externos para Instituições de Crédito, Deveres e Responsabilidades de Auditores Externos e o Relacionamento”.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2016

Relativamente à situação económica de Macau, 2016 será um ano de grandes desafios e um importante ano para a definição da direcção do desenvolvimento futuro do território. Assim, o Governo da RAEM irá proceder à adopção, proactivamente, de políticas e medidas adequadas para, em conjunto com o sector empresarial e a população locais, de mãos dadas, fazer frente aos desafios derivados do ajustamento económico. Contudo, estamos perante desafios e oportunidades, estamos crenes de que o ajustamento económico poderá também gerar boas e singulares oportunidades para a optimização da estrutura sectorial do território.

Linhas gerais de orientação da acção governativa na área da economia e finanças para o ano de 2016: Consolidação do alicerce, estabilização do desenvolvimento, promoção do emprego, esforços para assegurar o bem-estar da população, ajustamento da estrutura, aceleração da diversificação, desenvolvimento inovador e aumento do dinamismo

Consolidação do alicerce e estabilização do desenvolvimento. Estabilização da economia e garantia do bem-estar da população e elevação da sua confiança representam os trabalhos prioritários desta área de governação. O jogo representa o sector predominante da economia de Macau, cuja estabilidade do seu desenvolvimento ordenado tem um significado muito importante para o desenvolvimento sustentado do território, a nível sócio-económico, pelo que há necessidade de supervisionar e controlar as actividades do jogo e os sectores conexos respectivos, nos termos da lei, resolvendo atempadamente os problemas existentes durante a exploração das suas actividades para a estabilização do desenvolvimento saudável das indústrias predominantes.

O Governo irá continuar a reforçar os trabalhos de aperfeiçoamento da supervisão e do controlo das empresas operadoras do jogo, dos promotores do jogo e seus colaboradores, esforçando-se na elevação da qualidade global, respectivas imagem e capacidade concorrencial a nível internacional do sector. Para o efeito, os trabalhos concretos a desenvolver abrangem o seguinte: introdução de novos critérios técnicos e reforço dos trabalhos de promoção do jogo responsável através da adopção de medidas e da revisão atempada das leis e diplomas legais vigentes, e aperfeiçoamento dos critérios de avaliação da situação do cumprimento da lei relativa aos promotores do jogo, etc., para que seja promovida uma exploração de actividades do jogo regulamentada e de confiança e estabilidade do seu desenvolvimento. Mediante ajustamento é promovido o desenvolvimento para assegurar a estabilidade.

O desenvolvimento saudável das micro, pequenas e médias empresas tem uma relação íntima com a estabilidade do desenvolvimento sócio-económico de Macau, afectando a estabilidade do emprego dos residentes locais e a sustentabilidade do dinamismo comunitário. Devido ao impacto do ajustamento económico sobre as micro, pequenas e médias empresas, o Governo da RAEM irá continuar a manter uma comunicação estreita com as entidades associativas e empresariais de todos os sectores comerciais e industriais, monitorizando a evolução do ambiente de negócio local; tomando conhecimento da situação de exploração de actividades dos diferentes sectores de actividade económica; promovendo, por iniciativa própria, a prestação de serviços públicos *in-loco*; prestando serviços direccionados ou adoptando medidas atempadas; mantendo e melhorando os diversos planos de apoio às micro, pequenas e médias empresas, ajudando-as na resolução dos seus problemas em relação à escassez de recursos humanos e promovendo a aquisição prioritária de bens e serviços de Macau pela Administração local. Por outro lado, com base nos trabalhos já anteriormente realizados neste ano, irá ser dada continuidade aos trabalhos de encorajamento e promoção para que as empresas operadoras do jogo façam as suas aquisições direccionadas para o reforço do apoio às micro, pequenas e médias empresas

locais, criando assim mais e melhores condições para o fomento da modalidade “grandes empresas para impulsionar as pequenas”, para que seja concretizado o desenvolvimento conjunto e harmonioso das operadoras do jogo com as micro, pequenas e médias empresas.

Promoção do emprego e esforços para assegurar o bem-estar da população. Muito embora as taxas de desemprego geral e dos residentes locais estejam em nível relativamente baixo, o Governo da RAEM irá ainda adoptar medidas de prevenção adequadas, esforçando-se na manutenção da estabilidade do emprego dos residentes de Macau e na protecção, de forma proactiva, dos legítimos direitos e interesses laborais da população.

“Segurança no emprego gera confiança na alma”. Assim, os serviços competentes das áreas laboral e de supervisão das actividades do jogo irão continuar, mediante os actuais mecanismos, a reforçar a comunicação com as empresas operadoras do jogo e as diferentes entidades associativas da área laboral, promovendo acções de sensibilização junto das operadoras do jogo, para que assumam maiores responsabilidades sociais, não só devido à sua acumulação de melhores e mais fortes capacidades económicas ao longo dos anos, mas também tendo em consideração os globais interesses de toda a sociedade local, envidando maiores esforços para a manutenção da estabilidade do emprego dos seus trabalhadores residentes, cultivando ainda as potencialidades dos recursos humanos locais, criando ainda mais condições para o reforço da ascensão profissional e da mudança horizontal dos trabalhadores residentes de Macau. Os serviços competentes da área laboral irão acompanhar de perto e procurar assegurar os legítimos direitos e interesses laborais dos trabalhadores do sector do jogo, prestando, proactivamente, apoio à população empregada na defesa dos seus legítimos direitos. Além disso, o Governo da RAEM irá continuar a lançar, por iniciativa própria ou em colaboração com as empresas operadoras do jogo ou entidades associativas da área laboral, mais acções de formação profissional direccionadas, procurando promover ainda mais a elevação das técnicas profissionais dos trabalhadores do sector do jogo, para que possam melhor aproveitar eventuais oportunidades para a sua ascensão profissional ou mudança horizontal de emprego.

Além disso, o Governo da RAEM irá reforçar ainda mais, de acordo com a situação económica e a realidade local no que diz respeito à situação de procura e oferta de recursos humanos nos diferentes sectores de actividade económica, os trabalhos de apreciação dos pedidos de importação e de renovação de trabalhadores não residentes, executando-os de forma rigorosa, implementando o mecanismo da sua retirada e ajustando/controlando o respectivo número. Através do reforço da cooperação interdepartamental, irão ser executados, da melhor forma, os trabalhos de coordenação conjunta relativos à retirada de trabalhadores não residentes, proporcionando-lhes protecção dos seus legítimos direitos e interesses, nos termos da lei, por forma a minimizar eventuais impactos sobre a estabilidade da sociedade local. Os serviços competentes da área laboral irão também proceder, proactivamente e com propósito preventivo, à fiscalização prévia de natureza laboral, monitorizando de forma rigorosa a situação de cumprimento legal das empresas locais em relação às condições e responsabilidades inerentes à autorização de contratação

da mão-de-obra não residente. Ao mesmo tempo, será ainda dada continuidade ao reforço da fiscalização de actividades ilegais, intensificando os trabalhos de aplicação da lei em colaboração com os serviços de segurança pública, assegurando assim uma protecção eficaz do direito ao emprego da população local. O Governo irá continuar a desencadear esforços, numa visão de desenvolvimento sustentado, para encorajar as partes laboral e patronal na ultrapassagem, em conjunto, do período de dificuldades, construindo assim uma harmoniosa relação laboral.

Nos últimos dez anos, o Governo da RAEM tem acumulado uma capacidade bastante robusta de recursos financeiros. Até finais de Agosto do corrente ano, a reserva básica e a reserva extraordinária da Reserva Financeira do Governo da RAEM, bem como o saldo orçamental positivo do ano económico de 2014 atingiram, no seu total, um valor de 431,8 mil milhões de Patacas, pelo que o Governo tem determinação e capacidade para responder, proactivamente, a eventuais impactos sobre a vida da população derivados de flutuações cíclicas económicas, representando ainda uma estrutura muito resistente para a defesa da estabilidade cambial da Pataca, em caso de necessidade, com as cerca de 145 mil milhões de Patacas da Reserva Cambial.

Promovendo embora uma gestão prudente das finanças públicas, exigindo poupança nas despesas administrativas realizadas pelos serviços públicos, o Governo já declarou publicamente que as despesas relacionadas com o bem-estar da população não irão ser afectadas. No futuro, o Governo da RAEM irá continuar a reforçar a aplicação de recursos, implementando, de forma proactiva, as diversas medidas de melhoramento em prol da população, promovendo o emprego, assegurando o abastecimento de produtos no mercado, esforçando-se para a estabilização dos respectivos preços para o melhoramento efectivo da vida da população local.

O desenvolvimento sustentado comunitário tem muito a ver com os seguintes três aspectos conjugados dinamicamente: embelezamento do seu ambiente físico, elevação do dinamismo económico respectivo e da qualidade de vida integrada da população. Iremos ter como ponto de partida o desenvolvimento da economia comunitária para que seja promovido o desenvolvimento sustentado comunitário através dos aspectos supracitados, em articulação com a construção do Centro de Turismo e Lazer Mundial, explorando e aproveitando os recursos característicos da cidade, procurando apoiar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e elevar a qualidade de vida integrada da população, constituindo estas as políticas futuras de longo prazo para a promoção do desenvolvimento sustentado da cidade de Macau.

Ajustamento da estrutura e aceleração da diversificação. 2016 será o ano fulcral para o aproveitamento das oportunidades internas e externas, promovendo a alteração do rumo do desenvolvimento económico de Macau a caminho do ajustamento da sua estrutura sectorial, reconvertendo e elevando o seu nível, e desenvolvendo a diversificação adequada respectiva.

O próximo ano dá início à implementação do 13.º Plano Quinquenal Estatal, com o lançamento de uma série de novos projectos relacionados com o desenvolvimento e reforma do País, destinados à mudança do modelo de desenvolvimento económico respectivo,

contribuindo assim para o aparecimento de novas oportunidades de desenvolvimento a favor da economia local.

A estratégia do desenvolvimento “Uma Faixa e Uma Rota” da iniciativa do País irá facultar a Macau novas oportunidades no desenvolvimento da parceria económica com o exterior, permitindo-lhe ainda mais espaços de desenvolvimento.

O aprofundamento da cooperação regional e a criação de Zonas-Piloto de Comércio Livre no Interior da China irão proporcionar novas oportunidades para o desenvolvimento do território. Através da cooperação regional, poderão ser valorizadas as vantagens próprias de Macau, participando, proactivamente, a construção das Zonas de Comércio Livre, identificando e aproveitando as novas oportunidades de desenvolvimento de negócios.

Na sequência do aparecimento de uma nova conjuntura industrial e da integração das tecnologias de informação com as indústrias tradicionais, irá dar origem à forma de produção e modelo comercial novas, e tendo em conta as necessidades cada vez mais prementes dos consumidores em relação aos produtos e serviços personalizados e diferenciados, constituindo uma nova oportunidade para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas de Macau.

Por outro lado, o ajustamento profundo do sector do jogo dá também origem, de forma indirecta, ao abaixamento das despesas de exploração do sector empresarial, aliviando a pressão da escassez de recursos humanos, contribuindo para a criação de condições e oportunidades favoráveis ao desenvolvimento dos sectores que não sejam o jogo. Ao mesmo tempo, a sucessiva entrada em funcionamento dos projectos integrados de turismo de grande dimensão tem proporcionado uma maior capacidade para organizar reuniões e exposições internacionais de grande envergadura, representando o efeito de aglomeração produzido pela concentração de “resorts” integrados, uma nova singularidade para o território, assumindo um papel impulsionador do desenvolvimento dos sectores de turismo, convenções e exposições e demais actividades, a par da expansão das micro, pequenas e médias empresas, proporcionando espaços de desenvolvimento para o turismo integrado e os demais sectores conexos.

O Governo da RAEM, assente na direcção do desenvolvimento orientado pela criação do Centro de Turismo e Lazer Mundial e da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Macau irá prosseguir e insistir na sua estratégia de desenvolvimento económico de “andar com as duas pernas”.

A nível interno, promovendo a “gestão regulamentada e desenvolvimento ordenado” do sector do jogo, controlando adequadamente a dimensão do seu desenvolvimento, cumprindo rigorosamente o princípio de manter uma taxa média anual não superior aos 3% em relação ao crescimento do número de mesas de jogo nos próximos dez anos contados a partir de 2013, e em articulação com demais medidas, o sector do jogo será encaminhado para o desenvolvimento segundo o modelo de “requinte e robusto” e “com qualidade e de confiança”.

Aliando a revisão intercalar da indústria do jogo com a consolidação e estabilização do desenvolvimento do sector do jogo, será promovida, de forma proactiva, a diversificação adequada da economia. Em relação à diversificação vertical, será dada continuidade ao impulso do desenvolvimento dos componentes não jogo integrados no sector do jogo; elevando o seu peso nas receitas globais das empresas operadoras do jogo; enriquecendo gradualmente os conteúdos de turismo, através de projectos integrados de turismo de grande dimensão; promovendo a criação de uma cadeia industrial extensiva, com efeitos de aglomeração, constituída pela indústria do jogo, a montante, em conjugação com outros sectores, a jusante. No que toca à diversificação horizontal, irá empenhar-se principalmente na promoção activa da reconversão e elevação de nível das indústrias tradicionais, e fomento e cultivo das indústrias emergentes consideradas adequadas à realidade concreta local, tais como sectores das convenções e exposições, financeiro, da medicina tradicional chinesa, da cultura criativa e do comércio electrónico, etc... Mediante os processos de ajustamento da estrutura e de promoção da diversificação, será gradualmente alterada a situação de monolitismo do sector predominante, explorando novos focos de crescimento económico e concretizando o desenvolvimento assente num modelo de crescimento da economia multipilar.

A nível externo, assente na posição e nas políticas de desenvolvimento definidas pela Pátria em relação a Macau, será aprofundada a cooperação económica regional; participada, proactivamente, a criação das Zonas-Piloto de Comércio Livre no Interior da China; valorizado o estatuto de Macau em relação a “Um País, Dois Sistemas” e o papel de porto franco; valorizada a vantagem em termos da existência de estreitas relações com os Países da Língua Portuguesa e de uma quantidade considerável de chineses ultramarinos vindos dos Países do Sudeste Asiático; participada e prestando apoio, de forma proactiva, na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”; promovida a construção do “Centro de Turismo e Lazer Mundial” e de “Uma Plataforma, Três Centros”. Através da cooperação regional alargada, serão criadas condições favoráveis para ultrapassar as limitações de pequena dimensão do mercado interno do território, proporcionando espaços de desenvolvimento a favor do sector empresarial e da população locais.

No que se refere ao aprofundamento da cooperação regional, deverão ser bem aproveitadas as diferentes políticas e medidas preferenciais concedidas pelo Governo Central e por diversas províncias e cidades do Interior da China a favor do território, serão mantidas apoios e assistências dirigidos ao sector empresarial para manutenção da sua base de actividade económica em Macau, valorizando a função de ponte e plataforma de ligação, explorando mercados do Interior da China, procurando “conquistar mercado externo” e “captar investimento externo”. Por outro lado, será valorizada a vantagem de que Macau dota em termos da existência de tradicionais relações de longa data com os Países da Língua Portuguesa, promovendo ainda a sua conjugação dinâmica com a construção de “Uma Plataforma, Três Centros” e de “Uma Faixa e Uma Rota”. O IPIM irá criar uma subunidade a nível de departamento com funções dedicadas à realização dos trabalhos de natureza

económica e comercial no âmbito da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Além disso, a fim de criar ainda mais condições para a implementação gradual dos planos estratégicos de desenvolvimento económico traçados pelo Governo, este ano irá ser dada continuidade aos trabalhos de negociação contínua com a Comissão Estatal de Desenvolvimento e Reforma para a definição e elaboração do mecanismo de cooperação e respectivos pormenores no âmbito da prestação de apoio e assistência a Macau na preparação do plano de desenvolvimento sectorial a médio e longo prazo da RAEM, esforçando-se para a concretização da definição dos trabalhos de elaboração do plano respectivos em 2016. O plano de desenvolvimento sectorial a médio e longo prazo favorece a sua integração na estratégia de desenvolvimento regional e da Pátria, com coordenação de políticas e de medidas e aplicação de recursos do Governo no apoio a diferentes sectores de actividade económica, encaminhando o sector industrial de Macau em direcção ao desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável.

Desenvolvimento inovador e aumento do dinamismo. Reforma e inovação constituem duas forças motrizes importantes para o desenvolvimento e progresso da sociedade. O desenvolvimento económico do território registado na fase passada recente deve-se, em grande parte, à inovação e dinamismo proporcionados pelas vantagens inerentes à implementação do regime de “Um País, Dois Sistemas”, por exemplo, a concorrência leal do mercado e reforma e inovação derivadas da abertura adequada da exploração exclusiva das actividades do sector do jogo. Para ultrapassar a fase de ajustamento económico a caminho de uma nova ronda de desenvolvimento, o Governo terá ainda que reformar e inovar, incrementando continuamente o seu dinamismo.

Assim, os serviços da área de governação da economia e finanças irão ter que accionar, por iniciativa própria, os mecanismos da reforma dos respectivos serviços públicos prestados, bem como dos seus pensamentos e conteúdos no que diz respeito ao funcionamento administrativo, elevando constantemente o nível dos serviços prestados. Através da versão aperfeiçoada do plano de “prestação de serviços in loco”, serão acelerados o planeamento do desenvolvimento; reforçadas as medidas de coordenação; intensificada a formação e aprendizagem; encorajados os funcionários dos serviços públicos para apresentar, por iniciativa própria, sugestões para a promoção do desenvolvimento económico e da melhoria de serviços prestados; intensificado o dinamismo interactivo com as diferentes forças sociais, envidando esforços para que seja criado um ambiente de negócios caracterizado pela “elevada eficácia, com regulamentação e medidas facilitadas em prol da população e do comércio”, promovendo continuamente o dinamismo dos próprios serviços públicos e da sociedade civil de Macau.

Criação e lançamento, em conjunto com os diferentes sectores da sociedade, de ideias inovadoras para estimularem o dinamismo do mercado. Neste sentido, os jovens são sem dúvida os principais actores da reforma e inovação. No último ano, muitos jovens

empresários, por iniciativa própria e com coragem, perante um ambiente de nova realidade, demonstraram ser responsáveis, capazes e com espírito inovador, cujo valor foi amplamente reconhecido pelo Governo e pela sociedade locais. No futuro, o Governo da RAEM irá agregar o espírito de luta com incessantes esforços dos jovens, encorajando-os ainda mais e prestando-lhes apoio na criação e desenvolvimento de negócios com espírito inovador, elevando a sua capacidade competitiva repleta de dinamismo. De acordo com a realidade local, além de serem proporcionados recursos financeiros e materiais de determinada quantidade, o mais importante é proporcionar-lhes o know-how, facultando continuamente as necessárias acções de formação direccionadas sobre conhecimentos e técnicas de gestão de negócios; serviços de consultadoria e informações do mercado, promovendo o espírito inovador, espírito de empresário, sensibilidade do mercado e capacidade de prestação de serviços especializados dos jovens. Ao mesmo tempo, será fortalecida a cooperação com entidades associativas do sector comercial e empresarial, e instituições do ensino superior, no sentido de elevar a probabilidade de sucesso em termos da criação de negócios ou da obtenção de emprego.

Inovação e autovalorização não se restringem apenas à camada jovem e empresas recém-criadas, o Governo da RAEM irá reforçar os trabalhos de recolha e avaliação global das informações sobre experiências de sucesso de muitas operadoras do jogo e lojas tradicionais com características próprias, que no actual ambiente da nova realidade têm vindo a inovar e a renovar com o evoluir do tempo, integrando ainda as experiências de empresas do exterior e do Interior da China em matéria de reconversão e elevação de nível, para reforçar políticas e medidas em matérias de apoio, no sentido de encorajar as empresas na inovação do seu desenvolvimento com recurso à nova tecnologia, na realização da reconversão e elevação de nível, na criação de marcas e no aumento da capacidade competitiva própria. Empenhar-se ainda em incentivar um maior número de pequenas e médias empresas, em geral, para reunir o espírito de determinação, luta e autovalorização, valorizando amplamente as suas características próprias, agregando as vantagens derivadas da nova era industrial e do ambiente genuíno comunitário, aproveitando integralmente as políticas estatais da Pátria tais como a estratégia de “Uma Faixa e Uma Rota”, o Acordo CEPA e demais acordos suplementares respectivos, e as Zonas-Piloto do Comércio Livre das províncias de Guangdong e de Fujian, bem como a oportunidade derivada do abaixamento dos encargos de exploração de actividades registado nos últimos tempos, para que as empresas supramencionadas possam encaminhar-se em direcção ao desenvolvimento segundo o modelo “pequenas mas especializadas, pequenas mas requintadas, pequenas mas rápidas e pequenas mas com qualidade”, tornando-as mais robustas e com ofertas mais requintadas. Ao mesmo tempo, será prestado assistência aos trabalhadores na elevação do seu nível de serviços especializados prestados e da qualidade respectiva, esforçando-se ainda no aumento da sua capacidade competitiva e nova força de desenvolvimento subsequente, trazendo benefícios efectivos tanto para as empresas empregadoras como para os trabalhadores ao seu serviço. Assim, esforçaremos, em conjunto, para a efectiva ascensão profissional dos cidadãos de Macau.

Divulgação alargada das “lojas de confiança” e reforço das marcas de Macau. Confiança é uma virtude tradicional do comércio de Macau, representando como um elemento fulcral na criação de marca local e ainda uma componente da elevada capacidade concorrencial do território. Assim, para incentivar e apoiar o sector empresarial de Macau a adoptar o modelo de “lojas de confiança”, o Governo irá continuar a reforçar a cooperação com os sectores comercial e industrial, intensificando a promoção do regime das “Lojas Certificadas”, etc... louvando os serviços de confiança prestados por empresas e seus trabalhadores, impulsionando a concretização do objectivo de lançamento do processo legislativo da proposta de lei do “Regime Jurídico da Defesa dos Direitos e Interesses dos Consumidores” no primeiro trimestre do próximo ano.

O Governo procedeu à reestruturação do Conselho para o Desenvolvimento Económico, criando uma plataforma no seio do seu mecanismo, proporcionando ao Governo, sectores de actividade económica e sociedade civil, uma via para promover o desenvolvimento eficaz da economia comunitária, através de comunicação directa, de intercâmbio e coordenação, reunindo as inteligências da sociedade e recolhendo opiniões e sugestões de todos, para o desenvolvimento da inovação. Assim, a partir de 2016 o Conselho para o Desenvolvimento Económico irá proceder, faseadamente, através da cooperação com as entidades associativas civis e de natureza comercial das diferentes zonas comunitárias, estudos e investigações direccionadas sobre as principais zonas comunitárias do território, procurando tomar conhecimento das características e potenciais vantagens das diferentes zonas comunitárias de Macau, bem como os problemas e obstáculos encontrados para o respectivo desenvolvimento, para posterior apresentação de propostas de políticas e medidas concretas para consideração do Governo. Ao mesmo tempo, os serviços competentes envolvidos na mesma matéria irão também continuar a realizar outros trabalhos destinados ao apoio do desenvolvimento económico comunitário.

Prioridades da acção governativa na área da economia e finanças para o ano de 2016

I. Promoção do requinte e da robustez da indústria do jogo e fomento da estabilidade económica e financeira

1. Promoção do desenvolvimento saudável do sector do jogo em conformidade com a política de “gestão regulamentada e desenvolvimento ordenado”

Acompanhamento rigoroso do desenvolvimento do sector do jogo, bem como da situação evolucionária das suas receitas brutas, tomando atempadamente medidas para resolver eventuais problemas e dificuldades que possam surgir durante o processo de seu ajustamento, procurando, desta forma, atenuar as implicações do ajustamento sobre outros sectores e ainda eventuais problemas de desemprego daí resultantes.

Ajustamento e controlo adequado da dimensão de desenvolvimento do sector do jogo. Aplicar-se-á, de forma rigorosa, o princípio de manutenção de uma taxa média anual não superior aos 3% em relação ao crescimento do número total das mesas de jogo nos

próximos dez anos contados a partir de 2013, apreciando rigorosamente os pedidos das concessionárias do jogo respeitantes à atribuição de mesas de jogo, procedendo ainda à monitorização e ao controlo da taxa de crescimento das máquinas de jogo, incentivando as empresas para encaminhar-se em direcção ao desenvolvimento, através do modelo de crescimento “requintado e robusto”.

Reforço da monitorização do desenvolvimento do sector do jogo e das actividades envolvidas, promovendo a exploração de actividades regulamentada e com confiança. Dar-se-á prosseguimento aos trabalhos de revisão e aperfeiçoamento dos diplomas e regulamentos legais relacionados com a indústria do jogo, dando prioridade ao acompanhamento dos respectivos trabalhos incididos sobre o regime da fiscalização dos promotores de jogo, com vista a regulamentar a exploração dessas actividades, intensificando a monitorização sobre as operações dos promotores de jogo e seu funcionamento, e aperfeiçoando ainda a base dos dados dos mesmos.

Exortação às operadoras do jogo para aumento dos componentes não-jogo e prestação de apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas locais. Através do mecanismo de monitorização dos componentes não-jogo já estabelecido, proceder-se-á à monitorização da tendência de desenvolvimento dos sectores além do jogo sob o impulso das empresas de jogo, continuando a encorajar e apoiar as operadoras de jogo na organização de actividades respeitantes à aquisição de produtos e serviços locais, com fins de fomentar o desenvolvimento dos componentes não-jogo bem como a expansão das empresas de micro, pequena e média dimensão.

Fomento do desenvolvimento ordenado da indústria do jogo mediante estudos científicos. Continuar-se-á a desencadear estudos sobre o desenvolvimento do sector do jogo, procurando propor políticas e medidas favoráveis ao fomento da competitividade da indústria do jogo local, com vista a impulsionar o seu desenvolvimento são e ordenado.

Continuidade no fomento do jogo responsável. Melhorar, de forma contínua, as formalidades e procedimentos dos pedidos de “auto-exclusão” e de “exclusão a pedido de terceiros”, e introduzir uma nova função para apresentação do pedido de “auto-exclusão” por indivíduos não residentes do território. Proceder à avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelas operadoras do jogo no âmbito da promoção do jogo responsável e efectuar estudo sobre a criação de um “Posto informativo do jogo responsável”, estando previsto o seu lançamento em 2016.

Aperfeiçoamento das leis, diplomas legais e instruções relacionados com o sector do jogo. Estudar a optimização do “Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino”; aperfeiçoar o conteúdo referente à proibição da prática de jogo por parte dos trabalhadores das operadoras de jogo, constante na lei que regula o “Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos”; dar início à revisão do conteúdo do regulamento administrativo que “regula as condições de acesso e de exercício da actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino”; iniciar a revisão do regulamento

administrativo que define o “Regime de fornecimento e requisitos das máquinas, equipamentos e sistemas de jogo”; alterar a instrução relativa aos “Requisitos Mínimos de Controlo Interno” e a instrução sobre as “Medidas de natureza preventiva dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo”, e elaborar a instrução sobre os “Critérios técnicos das máquinas de jogo electrónico de mesa (ETG).

2. Manutenção da estabilidade do ambiente de negócios e atenuação das pressões sentidas pelas empresas de micro, pequena e média dimensão no desenvolvimento das suas actividades

Apoio ao sector para ultrapassar as dificuldades e os desafios derivados do ajustamento da economia. Será mantida estrita comunicação com as instituições industrial e comercial e empresas do sector, de modo a lançar, por iniciativa própria e em tempo oportuno, serviços ou medidas de apoio direccionados, a fim de apoiar as empresas locais a ultrapassarem as dificuldades derivadas do ajustamento da economia.

Prosseguimento da implementação e aperfeiçoamento dos planos de apoio a pequenas e médias empresas e valorização eficaz das funções do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC). Proceder-se-á à implementação do “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projectos Específicos”, da “Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial”, dos “Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial”, entre outras medidas, aperfeiçoando o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, procurando proporcionar às empresas beneficiadas que tenham reembolsado integralmente os subsídios anteriormente recebidos, oportunidade de acesso, pela 2.^a vez, ao mesmo plano de apoio e procedendo à revisão e ao melhoramento dos trabalhos de apreciação e autorização dos pedidos apresentados ao FDIC, como forma de apoio ao desenvolvimento das empresas de micro, pequena e média dimensão.

Prestação de apoio às microempresas e PMEs na resolução do problema de escassez de recursos humanos. Sem prejuízo das oportunidades de emprego dos trabalhadores residentes e dos respectivos direitos e interesses laborais, irá ser acelerado o tratamento dos pedidos de importação dos trabalhadores não residentes (TNRs) apresentados pelas microempresas e PMEs e através da integração de determinados tipos de trabalho nos sectores como da construção civil, de venda por grosso e a retalho, etc., será reduzido o volume de mão-de-obra e o número de trabalhadores não residentes (TNRs), procurando elevar a flexibilidade de alocação de recursos humanos.

3. Empenho na manutenção da estabilidade do mercado de trabalho e na protecção dos direitos e interesses laborais dos residentes

Acompanhamento estrito e coordenação no tratamento de eventuais problemas no emprego e incidentes imprevistos. Fiscalização estrita da evolução do mercado de trabalho por parte do grupo de acompanhamento interdepartamental liderado pelo Gabinete do

Secretário para a Economia e Finanças, respondendo por iniciativa própria e atempadamente a diversos problemas e incidentes imprevistos, especialmente em relação à questão do desemprego, empenhando-se na redução da baixa taxa de desemprego, fomentando o desenvolvimento pleno do papel do Conselho Permanente de Concertação Social na promoção de relações laborais harmoniosas e reforçando a divulgação da legislação, proporcionando serviços de consultadoria sobre direitos e interesses laborais através do plano de “serviço prestado in-loco” e continuando a exigir às empresas do sector do jogo e aos promotores do jogo para comunicar, atempadamente e nos termos legais, a situação de emprego dos seus trabalhadores.

Apoio aos trabalhadores residentes para ultrapassarem a fase de ajustamento económico. Tomar a iniciativa no contacto com empresas para prestação de apoio atempado no tratamento dos problemas surgidos no mercado de trabalho, proporcionando aos trabalhadores residentes do serviço integrado de “One-stop service” que consiste o seguinte: acompanhamento das queixas sobre direitos e interesses laborais, conjugação de emprego, colocação profissional, organização de cursos de formação profissional conforme as necessidades, promoção de cursos conforme as necessidades para elevação de técnicas, designadamente organização de formação destinada aos trabalhadores do sector do jogo para apoio na sua mobilidade para sectores não jogo e continuação da organização de cursos de formação subsidiados destinados aos pescadores durante o período de defeso da pesca.

Reforço da gestão, nos termos legais, dos trabalhadores não residentes. Apreciação rigorosa dos pedidos de importação de TNRs e concretizando o mecanismo da sua saída, promovendo, por iniciativa própria, a realização de acções de fiscalização de natureza preventiva, inspeccionando rigorosamente a situação de cumprimento das condições e encargos previstos no despacho de autorização da contratação, aplicando, nos termos legais, as sanções aos casos de infracção, combatendo eficazmente, aperfeiçoando continuamente a base de dados dos TNRs, e regulando a formação profissional dos TNRs antes do início das suas funções.

4. Manutenção da estabilidade da Reserva Financeira e do sistema financeiro

Garantia da segurança e estabilidade da Reserva Financeira, valorizando a sua função de estabilizador financeiro e económico. Serão adoptadas estratégias de investimento mais seguras na gestão da Reserva Financeira, com vista a concretizar o objectivo da segurança e da protecção do capital, reforçando a confiança dos investidores e das empresas de “rating” a nível internacional no que respeita às previsões sobre a economia de Macau, garantindo a dotação de reservas suficientes em recursos para responder a acontecimentos inesperados ou a factores de instabilidade que possam ocorrer, para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento socio-económico do território.

Fortalecimento da supervisão às instituições financeiras, procedendo a uma monitorização rigorosa dos riscos. Será concluída a inspecção temática no âmbito da gestão contínua das actividades dos bancos no 4º trimestre de 2016. Irá ainda fortalecer

a monitorização da qualidade de activos, do nível de concentração e da liquidez, dando maior importância na supervisão da gestão dos riscos do mercado, de juros, de crédito e de operação.

5. Incentivo e promoção do investimento no sentido de estimular o desenvolvimento económico

Serão envidados esforços para apoiar as empresas locais, nacionais e estrangeiras na implementação dos seus projectos de investimento em Macau, prestando apoio e coordenação para facilitar a realização atempada dos diferentes investimentos privados em Macau de acordo com a calendarização pré-definida, exortando eficazmente para a execução efectiva do orçamento de investimento em obras públicas, mantendo o investimento público de dimensão adequada e criando mais oportunidades de emprego através do estímulo ao desenvolvimento económico.

II. Força precisa para promover o desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias

1. Promoção do desenvolvimento de convenções e exposições, com prioridade nas conferências

Integração de recursos interdepartamentais, coordenação e promoção do desenvolvimento de convenções e exposições. A partir de Novembro do corrente ano, o IPIM passará a coordenar e promover todos os trabalhos de desenvolvimento de convenções e exposições, reforçando continuamente a interacção com o sector, definindo políticas e medidas visando à aceleração do respectivo desenvolvimento, de modo a promover a indústria de convenções e exposições como um novo motor de crescimento económico local, com capacidade para fomentar o desenvolvimento cooperativo das indústrias de convenções e exposições e do jogo.

Implementação e aperfeiçoamento efectivo dos diversos planos de apoio e serviços ao sector de convenções e exposições, tendo por objectivo “apoio efectivo e preciso”. Será optimizado, por um lado, o mecanismo de apreciação de pedidos, utilizando os recursos de forma cautelosa, reforçando, por outro, projectos de convenções e exposições que contribuam para o desenvolvimento e a elevação da rentabilidade do sector. Serão implementados o Plano de Estímulo às Convenções e Exposições, o Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais, o Plano de Estímulo ao Turismo de Negócios, e o Plano de Apoio à Formação de Talentos Profissionais de Convenções e Exposições.

Empenho em impulsionar o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições, reforço do Serviço de “Agência Única” para Licitação e Apoio em Macau das Actividades MICE. Com base na introdução, mediante concursos bem sucedidos, de várias conferências de grande dimensão com milhares de participantes em cada uma, procura-se atrair a vinda e realização de mais conferências profissionais de renome internacional ou regional no território, divulgando junto de diferentes países e regiões, as

vantagens de realização de convenções e exposições em Macau e o Serviço de “Agência Única” para Licitação e Apoio, para que sejam concretizados mais eventos de convenções e exposições em Macau, organizados por entidades estrangeiras.

Reforço dos trabalhos de cultivo de feiras e conferências de marca de Macau. Serão introduzidos novos elementos nas actividades, tais como a “Feira Internacional de Macau (MIF)”, o “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIÉCF)”, a “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau” e a “Exposição de Franquia de Macau (MFE)”, convidando, em 2016, Portugal e Pequim para serem entidades parceiras no âmbito da MIF, prestando apoio às instituições e associações locais na realização de eventos de convenções e exposições, tais como a “Feira Internacional de Automóveis da China (Macau)”, a “Feira Internacional de Importação e Exportação de lates da China (Macau)” e a “Exposição sobre Aviação Comercial”, entre outros, realizando, em conjunto, o “Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas” para que seja prestado apoio activo na construção de “Uma Faixa e Uma Rota” e da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Apoio aos operadores do sector de Macau na realização de convenções e exposições no exterior. Será mantido o apoio à realização e à elevação dos resultados da “Semana Dinâmica de Macau”, planeando realizar eventos anuais respectiva e prioritariamente em Guangdong, Fujian e as cidades capitais de outras províncias e regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas, destacando os componentes da estratégia “Uma Faixa e Uma Rota” e dos Países de Língua Portuguesa. No ano de 2016, a “Semana Dinâmica de Macau” irá ter lugar em Jiangmen de Guangdong, Xiamen de Fujian e Kunming de Yunan.

Consolidação da imagem de “Convenções e Exposições de Honestidade”. Serão destacados os funcionários dos serviços competentes nas feiras realizadas pelo Governo da RAEM, para prestar ajuda aos consumidores em casos de disputa e exortar os expositores para o cumprimento da lei na exploração das suas actividades nos termos do mecanismo estabelecido para salvaguardar a imagem internacional da indústria de convenções e exposições de Macau.

Promoção de estudos científicos sobre o desenvolvimento do sector de convenções e exposições. O “Estudo sobre o Plano de Desenvolvimento de Convenções e Exposições de Macau” servirá de elemento de referência para a definição das políticas e do rumo do desenvolvimento futuro do supramencionado sector.

Reforço da cooperação e do intercâmbio externos do sector de convenções e exposições. Apoio e organização de delegações de operadores do sector de convenções e exposições nas visitas de estudo ao Interior da China e aos países e regiões famosos no âmbito das convenções e exposições, para efeitos de introdução de mais entidades parceiras, tecnologias e equipamentos.

Apoio ao desenvolvimento de convenções e exposições mediante políticas de recursos humanos. Será dada continuidade à promoção da formação de talentos

profissionais de convenções e exposições de vários níveis, desencadeando trabalhos de apreciação rápida de pedidos ou adoptando medidas de facilitação no âmbito de importação de trabalhadores não residentes para execução de trabalhos em eventos de exposição de curto prazo.

Implementação, com eficácia, de políticas e medidas do Governo Central no âmbito do apoio ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições de Macau. Serão executados, da melhor forma, os trabalhos respeitantes a entrega, ao Ministério do Comércio, das listas de feiras e exposições que pretendem beneficiar do programa de visto especial nos termos do Acordo CEPA, implementando o “Acordo sobre o Reforço da Cooperação no Sector de Convenções e Exposições entre o Ministério do Comércio e o Governo da RAEM”, promovendo, de forma activa, a cooperação na indústria de convenções e exposições entre Macau e o Interior da China.

2. Desenvolvimento de um sector financeiro com características próprias de Macau

Conjugação das vantagens de Macau para desenvolvimento de um sector financeiro com características próprias. Promoção do desenvolvimento do sector financeiro, valorizando o seu papel na iniciativa nacional de “Uma Faixa e Uma Rota”. E, em articulação com o posicionamento de desenvolvimento traçado para Macau como uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, será empenhado em participar mais efectivamente no planeamento global do desenvolvimento do Estado, fomentando a diversificação adequada das indústrias locais. Será impulsionado a interligação entre as instituições bancárias de capitais chineses e as de capitais portugueses, promovendo a entrada dos bancos de capitais portugueses no mercado do Interior da China e a plataforma de liquidação de Macau em Renminbi, com vista a fomentar a utilização de Macau, por parte dos bancos e empresas da lusofonia, para proceder à liquidação de transacções em Renminbi e às operações de investimento e de financiamento também na mesma moeda, construindo assim a Plataforma de Serviços Financeiros entre a China e os Países da Língua Portuguesa.

Empenho na prestação de apoio aos operadores do sector financeiro no aproveitamento das oportunidades derivadas da cooperação com o Interior da China. Através do “Acordo CEPA” ou do mecanismo de cooperação regional, continuar-se-á a procurar reduzir os requisitos de acesso ao mercado do Interior da China, estabelecidos para as instituições financeiras de Macau, e eliminar as limitações definidas para o desenvolvimento das operações em Renminbi, para alargar o espaço de desenvolvimento das actividades das instituições financeiras locais. Irá ainda ser dado apoio ao sector financeiro quanto ao desenvolvimento de actividades de financiamento transfronteiriço em Renminbi, dirigidas às empresas da Ilha de Hengqin e de Nansha. Será fomentada a concretização das políticas da cooperação financeira entre Guangdong e Macau, nomeadamente no âmbito da criação de instituições transfronteiriças, das operações de empréstimo e crédito transfronteiriços em Renminbis, do empréstimo interbancário, da facilitação das operações de movimentação de capitais transfronteiriços e do uso facilitado da Pataca na Ilha de Hengqin.

Fomento da construção das infra-estruturas financeiras. Serão envidados todos os esforços para que a entrada em funcionamento do Sistema de Liquidação Imediata em Tempo Real em Renminbi de Macau (RMB RTGS) possa ser realizada no primeiro semestre de 2016 e do Sistema Electrónico de Liquidação de Macau no terceiro trimestre de 2017, procurando ainda criar a Base Central de Dados de Créditos.

Incorajamento aos bancos autorizados a operar em Macau no reforço do seu capital. Proceder-se-á a estudos sobre a redução ou eliminação do imposto de selo e outras taxas relacionadas com o aumento de capital do sector bancário, com vista a estimular os bancos autorizados a operar em Macau a fortalecerem o seu capital, reforçando a capacidade de desenvolvimento das suas actividades e as capacidades de prevenção de risco.

Continuidade no desenvolvimento de estudos e estatísticas sistematizados sobre o desenvolvimento financeiro. Iniciar estudos regulares e temáticos relacionados com a protecção da estabilidade monetária e financeira da RAEM, a aplicação dos investimentos da Reserva Financeira e o desenvolvimento da economia; promover projectos de cooperação com as organizações internacionais, coordenando, com as organizações e as instituições de avaliação internacionais, os trabalhos de avaliação contínua sobre a macroeconomia e o sistema financeiro da RAEM, dando particular importância à articulação com as medidas estratégicas internacionais lançadas pela Pátria na promoção de investimento em infra-estruturas transfronteiriças, proporcionando consultas políticas e avaliações de resultados; e intensificar a monitorização e avaliação da estabilidade financeira de Macau, procedendo, periodicamente, à publicação de relatórios quanto à avaliação da estabilidade monetária e financeira.

Aceleração da formação de talentos na área financeira. Irá valorizar as funções do Instituto de Formação Financeira no âmbito da formação de talentos, proporcionando acções de formação profissional e exames de qualificação amplamente reconhecidos ou com reconhecimento internacional, no sentido de elevar a capacidade de trabalho, aptidão e nível profissionais dos trabalhadores do sector financeiro de Macau.

3. Fomento do desenvolvimento da indústria de Medicina Tradicional Chinesa

Reforço da cooperação com os Laboratórios de referência do Estado funcionados junto das instituições de ensino superior de Macau, bem como com o Centro de Cooperação dos Medicamentos Tradicionais da Organização Mundial da Saúde, no sentido de formar uma força coesiva para o desenvolvimento da indústria da Medicina Tradicional Chinesa, definindo, em conjunto, um critério internacional em medicina tradicional chinesa, criando uma plataforma modernizada e internacionalizada da medicina tradicional chinesa, lançando estudo de viabilidade de criação do "*Chinese Medicine Futures Trading Center*" em Macau. Será lançado o "modelo da promoção da herança cultural relacionada com a medicina tradicional chinesa para dinamizar o desenvolvimento da indústria de saúde (em sentido lato)", a fim de impulsionar o progresso da medicina preventiva e dos cuidados de saúde. Dar-se-á início ao lançamento do "modelo de construção de uma plataforma funcional para

dinamizar o desenvolvimento industrial”, a fim de impulsionar a investigação e divulgação de novos medicamentos e de produtos saudáveis. Serão desenvolvidos, de forma plena, negócios e captação de investimentos, procurando o estabelecimento de um número mais elevado de projectos de maior relevância no Parque, promovendo à concretização das obras de construção para os projectos das PME's admitidas no Parque, aprofundando a promoção e planeamento do “*National Veteran Traditional Chinese Medicine Physicians Inherited Workshop*”, desencadeando actividades de formação de quadros qualificados em medicina chinesa e de consultas sobre cuidados de saúde, acelerando as obras de construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Cooperação Guangdong-Macau em *Hengqin*, construindo equipamento com função de incubadora, adequado para o desenvolvimento e a investigação de novos fármacos e de produtos saudáveis, procurando, até finais de 2016, ser concluída a construção de instalações adequadas às “Boas Práticas de Fabricação” (GMP), com funções de produção, inspecção/exame e investigação, equipadas de equipamentos respectivos, procedendo ainda à preparação e ao planeamento da segunda fase do desenvolvimento respectivo.

4. Promoção do desenvolvimento da nova indústria do comércio electrónico, cultivando uma nova força motriz para o crescimento económico

Valorização contínua das funções do Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Promoção do Comércio Electrónico. Liderado pela DSE e com a participação da AMCM e do IPIM, entre outros serviços públicos, o Grupo irá esforçar-se pela promoção do desenvolvimento da indústria do comércio electrónico, ajudando as empresas a explorar oportunidades comerciais e aumentar a sua competitividade, cultivando uma nova força motriz para o desenvolvimento económico local.

Cooperação estreita com o sector empresarial no sentido de definir, de forma científica, estratégias e medidas. Continuar-se-á a manter uma estreita interactividade com os operadores sectoriais, promovendo estudo para a apresentação de medidas e políticas específicas.

Constituição de uma estrutura jurídica do comércio electrónico segura e confiável. Será aperfeiçoado o ambiente de protecção legal para o desenvolvimento do comércio electrónico de Macau.

Estabelecimento de um sistema de pagamento online relativamente aperfeiçoado, incentivando, o mais rapidamente possível, o sector empresarial ou introduzindo eventualmente as principais entidades de pagamento da terceira parte da região em Macau para exploração das suas actividades. Serão tomadas medidas de facilitação para prestar apoio ao sector empresarial de Macau a desenvolver actividades de pagamento da terceira parte e obter a respectiva licença, encorajando o sector empresarial a promover o desenvolvimento diversificado dos modelos de pagamento.

Apoio às micro, pequenas e médias empresas na aplicação do comércio electrónico, com vista a promover o crescimento do sector. Através de uma série de actividades

formativas e promocionais, medidas de incentivos financeiros e serviços de apoio prestados no local do requerente, entre outras, serão encorajadas as micro, pequenas e médias empresas a aplicarem o comércio electrónico para aumentar a sua competitividade, fomentando o desenvolvimento das actividades económicas relacionadas com o comércio electrónico.

Reforço da cooperação Guangdong-Macau na área do comércio electrónico transfronteiriço. Proceder-se-á ao estudo da viabilidade de promover, em grandes plataformas do comércio electrónico da Província de Guangdong, os produtos fabricados em Macau, produtos culturais e criativos de Macau e serviços de Macau. Procurar-se-á a criação de uma plataforma de intercâmbio com carácter extensivo para actividades de comércio electrónico entre os dois territórios, estando planeada a assinatura com o Departamento do Comércio da Província de Guangdong, de um acordo de parceria relativa a esta matéria.

5. Promoção da reconversão e valorização industrial

Está prevista a apresentação do estudo de reposicionamento da indústria de Macau no início de 2016, encorajando, de forma contínua, o sector empresarial para o aproveitamento das medidas preferenciais do Acordo CEPA no âmbito da isenção de direitos aduaneiros de mercadorias, e estudando, em colaboração com as autoridades da China Continental, a viabilidade de os produtos provenientes dos países lusófonos, após utilizados como matéria-prima e sujeitos a um processo de transformação simples em Macau, poderem ser considerados como produtos de Macau e exportados para o Interior da China com benefício da isenção dos direitos aduaneiros ao abrigo do Acordo.

III. Construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

1. Colaboração empenhada na organização da 5ª. Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Em conjugação com a estratégia “Uma Faixa e Uma Rota” e com o 13º. Plano Quinquenal, serão lançados estudos para a promoção de novos objectivos, novas medidas e novos horizontes da Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa, em articulação com os trabalhos sob o enquadramento do Fórum de Macau, para melhor desempenhar o papel de Macau enquanto plataforma.

2. Construção de “Uma Plataforma e Três Centros” através dos serviços on-line e off-line em paralelo, acompanhamento dos trabalhos relacionados com os Países de Língua Portuguesa por uma equipa especializada

Dinamização, de forma programada, da construção de “Uma Plataforma e Três Centros” no âmbito da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A sala de exposições do

Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa foi localizada no Centro Comercial da Praça do Tap Seac (mais conhecido por Casa de Vidro), cuja entrada em funcionamento está prevista para até ao terceiro trimestre de 2016; serão instalados uma Zona de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa no Cais de Pac On, um Centro de Exposição de Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa no Gabinete de Ligação do IPIM em Guangdong e outro em Fujian. Promover-se-á ao aperfeiçoamento da “Plataforma de partilha de informação para promover o intercâmbio de bilingues qualificados e a cooperação empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, com vista a elevar a sua função de concretização de projectos de cooperação comercial. Será ainda criada uma unidade especializada, a nível de departamento, para acompanhar os trabalhos relacionados com os Países de Língua Portuguesa, esforçando-se por estabelecer pontos de serviços económicos e comerciais em Portugal e no Brasil no primeiro semestre de 2016, no sentido de prestação de serviços de consultoria profissional nas áreas jurídica e de contabilidade às empresas de Macau e do Interior da China, estudando a viabilidade de instalação de pontos de serviços da mesma natureza atrás referida nos Países de Língua Portuguesa na África, procurando assim promover as ligações económicas e comerciais entre Macau, a União Europeia e a América Latina.

Enriquecimento contínuo dos componentes dos Países Lusófonos nas actividades de convenções e exposições de Macau. Estudar-se-á a realização de actividades de convenções e exposições de alto nível sob o tema de cooperação financeira entre a China e os Países Lusófonos em 2017, promovendo o estudo de viabilidade para a realização do importante evento anual “Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” em Macau, realizado com sucesso há vários anos e de grande importância na área de cooperação empresarial.

3. Fortalecimento da cooperação em dois sentidos entre as empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, na área económica, comercial e de captação do investimento.

Apoio às empresas e instituições dos Países de Língua Portuguesa na realização de actividades promocionais do comércio e investimento em Macau e no Interior da China, dando continuidade à organização da comunidade empresarial de Macau e dos congéneres do Interior da China para realizarem actividades promocionais do comércio e investimento nos Países de Língua Portuguesa, construindo uma plataforma de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa, promovendo o reforço da cooperação na área financeira entre o sector bancário local e entidades bancárias de capital português, fomentando a plataforma de serviços de liquidação em Renmimbi (RMB) de Macau, incentivando ainda os bancos e as empresas dos Países de Língua Portuguesa a realizarem, através de Macau, actividades de liquidação das transacções em RMB e ainda operações de investimentos e financiamentos também na mesma moeda.

4. Lançamento de um regime de seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias

Será lançado, em 2016, o regime do seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias, diminuindo os riscos das actividades do sector empresarial de Macau, reforçando as vantagens e atracções do território como intermediário entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no âmbito da importação, exportação e trânsito de mercadorias.

5. Elevação da qualidade dos serviços económico e comercial prestados no âmbito da cooperação sino-lusófona

Será dado apoio à constituição de empresas dedicadas à prestação de serviços profissionais de intermediação em línguas chinesa e portuguesa, na área económica e comercial, incentivando e impulsionando um maior número de jovens e profissionais para se transformarem em profissionais de prestação de serviços económicos e comerciais em línguas chinesa e portuguesa, facultando também acções de formação de alto nível aos trabalhadores efectivos.

IV. Apoio no crescimento das micro, pequenas e médias empresas, incentivo aos diferentes sectores sociais na inovação e criação de negócios

1. Apoio no desenvolvimento inovador das empresas e na honestidade de negócios

Apoio às empresas na participação em conferências feiras e promoção de negócios. Prestação de incentivo financeiro, medidas de apoio e planos preferenciais para a participação das PME's em feiras e exposições de grande dimensão e visitas de estudo no Interior da China e no exterior, reforçando a estratégia de desenvolvimento de "investir fora e atrair investidores", apoiando as PME's na exploração de mercados nacionais e ultramarinos, elevando os resultados mediante revisão periódica, continuando a prestar apoio para a promoção dos produtos e serviços "Fabricados em Macau" e "Criativos de Macau" através do "Macao Ideas" e das plataformas do Interior da China e do exterior, assistindo as empresas na exploração de oportunidades de negócio.

Incentivo às micro, pequenas e médias empresas no desenvolvimento do comércio electrónico e elevação da sua competitividade. Prestação de apoio e incentivo às micro, pequenas e médias empresas no uso do comércio electrónico para expandir os seus negócios, mediante a realização de workshops temáticos e cursos de formação, fomentando a aplicação do "Cloud Platform" e proporcionando serviços de formação. Serão ainda organizadas delegações empresariais para a participação em feiras e visitas de estudo, promovendo o plano da experiência electrónica junto dos operadores do sector da restauração, prestando ainda serviços à medida dos seus utilizadores in loco, com o intuito de encorajar o uso do comércio electrónico para a expansão dos negócios das micro, pequenas e médias empresas.

Criação de uma plataforma online com informações das PME. Apresentação dos produtos e serviços de marca de Macau, criando uma plataforma para bolsas de contacto e informação geral a favor das entidades compradoras e fornecedoras, ajudando-os na identificação de oportunidades de negócios, recolhendo informações sobre listas de compras de empresas privadas e do Governo destinadas a PMEs para efeitos de participação em concursos.

Apoio às empresas na inovação e elevação do modelo de gestão e da qualidade dos produtos fabricados. De acordo com as necessidades, serão reforçados os serviços de consultadoria e de mediação para as pequenas e médias empresas (PMEs), proporcionando o “serviço prestado *in-loco*”, realizando acções de formação no âmbito da exploração de negócios, elevando o nível operacional e de gestão das empresas, prestando suporte às PMEs locais no desenvolvimento e inovação de produtos, fortalecendo marcas com características locais, apoiando as empresas na optimização do sistema de gestão e na obtenção de certificação internacional e facultando aos produtores qualificados subsídios para a certificação, pela 1.ª vez, dos seus produtos, mediante o “Programa de subsídios para a certificação de produtos”

Consolidação e optimização do projecto do símbolo de qualidade das Lojas Certificadas e promoção da cultura de venda com credibilidade. Planear a cooperação com as associações comunitárias para promover e encorajar os estabelecimentos comerciais dos bairros a aderirem ao sistema de Lojas Certificadas, revendo, de forma global, a situação de implementação dos códigos de práticas, para garantir a credibilidade do símbolo de qualidade das Lojas Certificadas, criando ainda os serviços de inscrição *online* para a adesão ao sistema de Lojas Aderentes e os respectivos requerimentos.

Empenho no acompanhamento do processo da definição de instruções quanto à aquisição e uso prioritários dos bens e serviços de Macau pelo Governo, esforçando-se pela sua implementação, a título experimental no ano de 2016.

Valorização plena das funções das câmaras comerciais e organismos associativos na prestação de apoio às micro, pequenas e médias empresas. Será reforçada a ligação e cooperação com as câmaras comerciais e organismos associativos e prestados ajuda e apoio no desenvolvimento de projectos e actividades favoráveis à expansão das microempresas e das PMEs, por exemplo promover junto de associações comerciais ou empresas operadoras de jogo para a organização de sessões de aquisição colectiva de produtos, etc....

2. Apoio à criação de negócios e à exploração comercial assentes essencialmente na criatividade e inovação e valorização do espírito inovador

Promoção de ideias e culturas inovadoras. Formulação de convites a empresários e empreendedores prestigiados, locais e estrangeiros, bem como aos fundadores do Fundo de Investimento *Angel*, para partilharem informações e experiências sobre inovação e criação de negócios; organização de competições na área de inovação do modelo de exploração, dirigidas às micro, pequenas e médias empresas (incluindo lojas tradicionais

com características próprias), bem como às empresas criadas por jovens empreendedores para reforçar as ideias inovadoras dos jovens e cidadãos de todos os sectores locais.

Disponibilização, mediante diversos canais, de actividades almejadas em incentivar a inspiração empreendedora dos jovens, e de acções de aconselhamento e formação respectivas e acompanhamento de perto do processo de criação de empresas por jovens empreendedores, tirando conclusões sobre experiências adquiridas e eficácia de medidas adoptadas. Com base nos actuais “Cursos Gerais para Criação de Negócios (42 horas)”, serão reforçados os conhecimentos relativos à operação sectorial, estratégias de *marketing*, gestão financeira, práticas jurídicas e, ainda, a cultura e práticas chinesas no âmbito de exploração de negócios e de gestão. Lançamento do Plano de Orientadores-Amigos, proporcionando oportunidades de intercâmbio diversificado aos jovens que pretendem criar o seu negócio, planeando ser organizados cursos de formação empresarial em 2016. Serão ainda promovidas, de forma proactiva, acções de diagnóstico junto de empresas com dificuldades de exploração das suas actividades realizadas por uma equipa de consultores especializados, prestando-lhes ajuda na elevação da sua capacidade de operação sustentada.

Prestação de esforços redobrados na exploração de ideias excelentes de empreendedorismo juvenil, apoiando a sua incubação com sucesso. Através da realização do concurso “Internet Plus” dirigido a jovens empreendedores, será prestado aos premiados apoio financeiro; oportunidade de entrada no Centro de Incubação de Negócios para Jovens; serviço de aconselhamento personalizado proporcionado por uma equipa de consultores profissionais, etc., com vista a ajudar os jovens a encontrar financiamento para a transformação das suas ideias de criação de negócios em empresas reais.

Implementação e optimização do Plano de apoio a jovens empreendedores. Será revisto o Plano, passando a ser um requisito indispensável para a candidatura a este apoio, a conclusão, por parte dos candidatos, de cursos de formação reconhecidos pelo Governo em matéria de criação de negócios e de *marketing*, procedendo-se ainda à simplificação das formalidades respectivas e ao aperfeiçoamento da definição de “Jovens de Macau que criam o seu primeiro negócio”, entre outros aspectos. Será ainda prestado apoio aos jovens no desenvolvimento de plataformas de criação de negócios mediante a cooperação regional.

3. Optimização do ambiente dos bairros comunitários, reforçando a sua vitalidade económica e fomentando a sustentabilidade do seu desenvolvimento

Valorização plena das funções do Grupo de estudo do desenvolvimento da economia comunitária do Conselho para o Desenvolvimento Económico. Em cooperação com organismos comerciais e associações civis dos bairros comunitários, irá, no próximo ano, ser seleccionado nas zonas Norte, Central e das Ilhas, um bairro comunitário de cada uma das zonas para proceder ao estudo para o melhoramento do ambiente físico. Com as acções desenvolvidas pelo grupo especializado interdepartamental, serão acelerados

os trabalhos relacionados com o embelezamento dos bairros comunitários antigos, proporcionando melhores condições para a exploração de actividades económicas.

Implementação plena do projecto “Entrar nas PME’s”. Os serviços competentes da área de economia e finanças irão enviar pessoal para efectuar visitas periódicas às empresas dos bairros, apresentando às mesmas os diversos serviços e medidas de apoio proporcionados a PME’s, procedimentos administrativos, actividades de promoção económica e comercial, promovendo acompanhamento e encaminhamento, e prestando apoios viáveis.

Apoio contínuo à realização de actividades de consumo nos bairros comunitários. Valorizando os efeitos sinérgicos entre as diversas actividades, atraindo a vinda dos visitantes para consumir em Macau, promovendo o consumo doméstico, aumentando o dinamismo da economia comunitária, e, através da plataforma de informação *online* das PME’s de Macau recém-criada, são apresentadas as lojas características em cada zona, com cupões disponíveis para serem descarregados pelos residentes e visitantes a usar naquelas lojas, de modo a promover o consumo dos bairros comunitários.

V. Aumento da competitividade de emprego dos trabalhadores e protecção dos seus direitos e interesses na segurança no trabalho

1. Aumento da competitividade dos trabalhadores residentes e apoio na sua ascensão profissional e mobilidade horizontal

Exortação às empresas do sector do jogo para prestação de formação aos trabalhadores residentes em serviço, de modo a elevar a capacidade de ascensão profissional e mobilidade horizontal dos mesmos. Lançamento dos cursos de diploma de gestão e dos do ensino recorrente para diferentes áreas, em colaboração com as instituições do ensino superior e escolas secundárias de Macau, disponibilizando actividades específicas e a nível interno em treinos de técnicas profissionais e formação de técnicas da sua gestão, exortando às empresas do sector do jogo para oferecerem aos seus trabalhadores oportunidades de promoção profissional e de mudança de trabalho para sectores além do jogo, e negociando com as operadoras do jogo para a organização de actividades de formação remunerada e em serviço sobre técnicas em áreas de jogo e não jogo, destinada exclusivamente aos trabalhadores do respectivo sector.

Organização de cursos de formação profissional diversificados e específicos conforme as necessidades, e aumento da eficácia da formação. Organização de cursos de formação profissional destinados aos indivíduos com baixos rendimentos ou desempregados e prestação do serviço de colocação após conclusão da formação; promovendo cursos com certificação de aptidão profissional, de forma a elevar a competitividade dos formandos, aumentando desse modo a sua escolha de emprego e o espaço de desenvolvimento da sua carreira profissional; intensificando o empenho na organização de mais cursos de formação de técnicas práticas para o sector do turismo, a fim

de dar resposta às necessidades de recursos humanos nos sectores de hotelaria, comércio a retalho, restauração e serviços, entre outros; organizando cursos de formação destinados aos trabalhadores residentes dos sectores de jogo, hoteleiro, de serviços, entre outros, sobre línguas, conhecimentos profissionais e técnicas de gestão do sector; e continuando a introdução em Macau de exames profissionais/públicos internacionais (e acções de apoio para preparação de exames) nas áreas de tecnologia informática, comercialização e gestão, técnicas profissionais sectoriais e linguagem.

Reforço da optimização da formação de técnicas profissionais, testes e trabalho de certificação Continuação da optimização dos diferentes tipos de formação de técnicas e modalidades de testes de técnicas organizadas para os diversos sectores, designadamente os sectores de transportes, restauração, comércio a retalho, hotelaria, reparação de obras, cuidados pessoais e serviços, tendo como modelo de desenvolvimento a “formação conjugada com testes de certificação”, a “ligação estreita com o emprego” ou a “formação remunerada em serviço”, a fim de aumentar a competitividade no emprego e de mudança do trabalho dos residentes; organizando continuamente em Macau de exames de qualificação profissional nacionais, assim como aulas de apoio para preparação dos mesmos, lançando mais testes de técnicas profissionais para diferentes tipos de trabalho ou cursos de formação com testes de certificação; continuando a realizar testes de técnicas profissionais para diferentes tipos de trabalho e diferentes níveis, alargando gradualmente o âmbito dos testes de técnicas segundo o modelo “1 teste 2 certificados” para mais profissões; empenhando na coorganização com entidades do Interior da China e outras regiões de projectos segundo o modelo “1 teste 3 certificados”, proporcionando aos candidatos, através da aprovação num único teste, a obtenção simultânea de certificados de (qualificação) de técnicas profissionais do Interior da China e de Macau, e com reconhecimento a nível internacional; promovendo estudo de viabilidade de alargamento do âmbito da certificação segundo o modelo “1 teste 2 certificados” para os residentes do Interior da China; fomentando e optimizando continuamente o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” segundo o modelo de formação remunerada em serviço, prevendo-se que, entre 2016 e 2018, possam ser disponibilizadas anualmente 400 vagas de formação; e reforçando a divulgação da certificação de técnicas profissionais, procurando incentivar os residentes locais a participarem em testes para certificação de técnicas.

Impulso às empresas de grande dimensão para procederem à concretização dos planos de ascensão profissional e mobilidade horizontal dos trabalhadores residentes. Criação gradual do mecanismo de fiscalização da promoção dos trabalhadores residentes das empresas do jogo, continuando a exigir às empresas do jogo a apresentação periódica do plano de trabalho sobre a formação e a promoção dos trabalhadores dos diferentes níveis e a respectiva calendarização; controlando e ajustando o número de TNRs das empresas de maior dimensão, nomeadamente das empresas do jogo, conforme a situação de promoção dos trabalhadores residentes por parte dessas empresas e a situação socio-económica, aquando da apreciação dos seus pedidos de importação e renovação de mão-de-obra estrangeira.

Reforço da fiscalização dos cursos de formação e acompanhamento da sua eficácia. Será criado um mecanismo de avaliação da eficácia da formação profissional, continuando a analisar e acompanhar a sua eficácia, com atenção focada essencialmente na recolha de informações sobre a mobilidade profissional dos trabalhadores residentes das empresas do jogo após a sua formação, avaliando a sua eficácia.

2. Apoio ao emprego dos jovens e ao seu sucesso

Prestação de plenas orientações e apoio aos jovens em matéria de emprego, reforçando os trabalhos de sensibilização dos jovens sobre o “Planeamento da carreira profissional” e do serviço de aconselhamento profissional, organizando acções de formação específica para jovens; implementando plano de formação para alunos excelentes; organizando “Formação em Aprendizagem” para os jovens, ligando a teoria à prática, podendo os jovens, através dos conhecimentos adquiridos nas aulas e no estágio realizado nas empresas, obterem as técnicas profissionais necessárias no trabalho e ganharem experiência, aumentando, desse modo, as suas técnicas de comunicação interpessoal e de cooperação; prestando apoio e incentivo a associações sociais para realização de actividades e prestação de serviços, procurando criar uma plataforma sobre informações dos serviços de emprego para os jovens; realizando diversas competições de técnicas profissionais para os jovens; e organizando visitas de estudo às províncias e cidades participantes na cooperação regional para aumentar a sua sensibilidade para o emprego diversificado e transfronteiriço.

3. Apoio aos indivíduos desfavorecidos para aumento da sua capacidade de emprego

Continuação da prestação de serviço específico, nomeadamente organização de seminários sobre o emprego e *workshops* de simulação de entrevistas, para os candidatos com baixa escolaridade, da classe de base ou desfavorecidos, e também para os que participaram no “Projecto de serviço sobre vida positiva” do Instituto de Acção Social; promovendo o estudo do lançamento de medidas de incentivos fiscais para os empregadores que contratem indivíduos com deficiência, e da viabilidade da implementação do subsídio complementar de rendimentos do trabalho para indivíduos com deficiência; realizando a actividade “Experiência de trabalho durante as férias escolares de Verão” destinada aos alunos com deficiência, e o “Projecto sobre prémios de excelência para os melhores empregados deficientes”; destacando pessoal, através do “serviço prestado *in-loco*”, para ajudar os indivíduos com deficiência a efectuar o registo de pedido de emprego na rede e fazer, nesses mesmos locais, aconselhamento profissional; e lançando o “Plano de formação profissional para idosos”, em articulação com a política demográfica da RAEM e o “Plano decenal de acção para o mecanismo de protecção dos idosos da RAEM”, com a organização de cursos de formação profissional dirigidos exclusivamente aos idosos, no intuito de aumentar a sua empregabilidade e/ou as suas técnicas profissionais.

4. Reforço da promoção e execução da lei sobre a segurança e saúde ocupacional, assegurando a segurança nos trabalhos dos trabalhadores

Para dar resposta ao “Regulamento sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil” que, neste momento, se encontra em via de revisão, proceder-se-á, em colaboração com as associações, à elaboração de orientações e organização de cursos de formação; continuando a organizar e a promover o plano subsidiado de “Gestão da prática de segurança e saúde ocupacional em estaleiros de obras de pequena e média dimensão”; elogiando e atribuindo prémios às empresas e trabalhadores com bom desempenho para encorajar as empresas na aplicação do conceito de trabalho seguro; promovendo o lançamento contínuo de mais planos subsidiados para dispositivos de segurança a favor das empresas de construção civil de pequena e média dimensão, administração predial, decoração, obras de reparação, etc.; empenhando-se na apresentação de uma proposta aos serviços de obras públicas para a integração do “Plano de pagamento para a segurança em estaleiros de obras” nos cadernos de encargos dos concursos de obras públicas de Macau, incentivando os empreiteiros a tomar medidas de segurança eficazes; lançando “Concurso de criatividade sobre segurança e saúde ocupacional” para prosseguir o objectivo de prevenir e reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais; realizando “Actividades de promoção da segurança e saúde ocupacional em estaleiros de obras”, etc.; continuando a divulgar e a promover, junto do sector respectivo e no seio do público, o conteúdo e as disposições legais do “Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil”; continuando a reforçar as acções de execução da lei, em particular, focadas no sector da construção, aplicando medidas de “punição e suspensão imediata de trabalho” sempre que nas acções de fiscalização se verificar a existência de infracções susceptíveis de causar graves riscos à saúde e à vida dos trabalhadores.

5. Continuação do aperfeiçoamento das leis e diplomas legais sobre o trabalho

Revisão e aperfeiçoamento de uma série de diplomas legais sobre o trabalho, designadamente a “Lei das relações de trabalho” e a “Lei da Contratação de trabalhadores não residentes”; acelerando a elaboração da proposta de “Lei das relações de trabalho a tempo parcial”, com a realização da respectiva consulta pública prevista em 2016; promovida a aceleração da elaboração do projecto do regulamento administrativo sobre as “Regras de gestão do pessoal de estaleiros de construção civil em obras de empreitada ou de locais onde se realizam obras”, diligenciando-se para que a sua entrada em processo legislativo seja concretizada com a maior brevidade possível; continuando a dar acompanhamento aos trabalhos de alteração da legislação sobre o “Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil” e o “Quadro legal sancionatório das infracções aos preceitos regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil”; e desencadeando trabalhos de acompanhamento da produção legislativa sobre a plena implementação do salário mínimo; da alteração da proposta de lei sobre o “Regime de licenciamento de agências de emprego e do seu funcionamento”; e do estudo da elaboração da lei e diplomas legais relevantes sobre o “Fundo de apoio aos desempregados”.

VI. Aprofundamento da cooperação económica regional

1. Participação e apoio na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”

Valorização da vantagem de Macau para participação e prestação de apoio na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”. Valorização plena da vantagem institucional de “Um País, Dois Sistemas” de Macau, com os familiares de chineses ultramarinos a desempenharem um papel de intermediário entre a China e o exterior para prestar apoio aos chineses ultramarinos regressados do exterior e à comunidade empresarial na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”. Ao mesmo tempo, serão envidados esforços para desempenhar a função de ponte de ligação e de plataforma de serviços para as transacções económicas e comerciais a favor das empresas do Interior da China, Macau e os países e regiões situados ao longo do percurso da “Rota da Seda Marítima do Século XXI”. Concomitantemente, irá tirar melhor proveito das oportunidades proporcionadas pelo Governo Central relativamente à política de definição da área marítima sob a jurisdição da RAEM, intensificando as acções no desenvolvimento da economia do mar, servindo-o de um ponto de partida para a participação de Macau na iniciativa nacional de “Uma Faixa e Uma Rota”.

Integração orgânica da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa na iniciativa estatal de “Uma Faixa e Uma Rota”. Será empenhado em privilegiar a valorização das funções deste território enquanto uma plataforma de liquidação em Renmimbi (RMB) entre a China e os Países de Língua Portuguesa, promovendo a cooperação financeira entre Macau, o Interior da China e os países lusófonos, em articulação com a política de internacionalização da moeda RMB. Concomitantemente, será efectuado estudo de medidas de incentivos fiscais inerentes, particularmente sobre a viabilidade da redução/isenção nas receitas fiscais de Macau, do montante de imposto correspondente ao valor entretanto pago pelos residentes de Macau (pessoas singulares ou colectivas) nos países lusófonos que ainda não tenham celebrado convenção para evitar a dupla tributação com o Governo da RAEM; aproveitando de acordo com o princípio de “segurança, eficácia, regulamentação e credibilidade”, os mecanismos de cooperação estabelecidos com Guangdong, Fujian e o Banco de Desenvolvimento da China, para que uma parte da Reserva Financeira da RAEM possa ser aplicada em projectos de construção e de investimento de “Uma Faixa e Uma Rota”.

2. Apoio aos diversos sectores no seu aproveitamento das oportunidades de negócio derivadas da Zona Piloto de Comércio Livre

Reforço dos serviços de apoio administrativo dirigidos às empresas, profissionais especializados e jovens na aplicação do seu investimento no Zona do Comércio Livre e na exploração das respectivas actividades, promovendo com o Gabinete da Província de Guangdong para os Assuntos da Zona Piloto/Experimental de Comércio Livre, estudos sobre eventual efeito aditivo gerado pela criação da Zona Piloto de Comércio Livre de Guangdong e pela construção de “Uma Plataforma, Um Centro” na RAEM. Serão valorizadas

as vantagens dos conterrâneos de Fujian em Macau, apoiando-se o sector para participar activamente na construção da Zona de Comércio Livre de Fujian, proporcionando apoio conjunto para a construção de “Uma Faixa e Uma Rota”.

3. Aproveitamento pleno das políticas do Acordo CEPA e das respectivas medidas de liberalização

Concretização da valorização geral do CEPA, implementando, de forma eficaz, a liberalização do comércio de serviços entre o Interior da China e Macau, reforçando a divulgação e promoção das informações do CEPA, e promovendo o aprofundamento dos trabalhos relativos ao comércio de mercadorias do CEPA.

4. Consolidação da cooperação Guangdong-Macau e Fujian-Macau em todos os níveis

Promoção da construção das importantes plataformas de cooperação Guangdong-Macau, privilegiando a construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau e do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, ambos em Hengqin, intensificando a cooperação Guangdong-Macau nas áreas económica e comercial, de convenções e exposições, financeira e da propriedade intelectual e valorizando plenamente o papel do Gabinete de Ligação do IPIM em Guangdong e o das instituições de Guangdong sediadas em Macau. Além disso, será reforçada a cooperação Fujian-Macau nas áreas económica e comercial, financeira, de protecção ambiental, de tecnologia e de medicina tradicional chinesa, promovendo ainda esforços conjuntos para a conquista de mercados dos Países de Língua Portuguesa.

5. Impulso progressivo à cooperação económica com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e com outras localidades e organizações do interior e exterior do País

Aperfeiçoamento das funções e redes dos Gabinetes de Ligação do IPIM no Interior da China, reforçando a cooperação e intercâmbio com as províncias e municípios do Continente Chinês, valorizando o papel de plataforma do “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF)” e promovendo as trocas comerciais entre as províncias e regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas e os Países de Língua Portuguesa. Serão, por outro lado, mantidas as negociações sobre a celebração do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre Hong Kong e Macau, no sentido de promover a liberalização do comércio e investimento entre as duas partes, aprofundada a cooperação respectiva nas áreas financeira, do emprego, de criação de negócios por jovens, da propriedade intelectual, entre outras. Além disso, será fomentada a cooperação económica e comercial entre Macau e Taiwan e alargada a cooperação e intercâmbio com a União Europeia e as organizações internacionais de cariz económico e comercial.

VII. Continuidade no melhoramento da qualidade da vida da população, assegurando os direitos e interesses dos consumidores

Será acompanhado rigorosamente a evolução da taxa de câmbio de Renminbi, entre outros factores, bem como eventuais repercussões sobre os preços de produtos praticados em Macau, aperfeiçoando o mecanismo de acompanhamento da evolução dos preços de venda retalhista de produtos, aumentando a transparência dos respectivos mercados, dando continuidade à fiscalização contínua sobre os preços de produtos petrolíferos e de alimentos derivados como arroz, óleos, sal, açúcar, etc., privilegiando-se a monitorização da existência ou não de situações anormais e de aumentos irrazoáveis de preços de produtos, procurando, desta forma, assegurar o respectivo abastecimento, procedendo ainda ao aperfeiçoamento da base de dados de entidades fornecedoras e grossistas.

Exploração de novos canais de abastecimento de produtos, aumentando o respectivo fornecimento, reforçando a segurança e fiscalização de produtos alimentares, aperfeiçoando a qualidade dos serviços do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo e sua eficiência, promovendo a cooperação inter-regional na área de divulgação e protecção dos direitos e interesses dos consumidores, e aperfeiçoando as leis e diplomas legais sobre a defesa dos direitos e interesses dos consumidores.

VIII. Aperfeiçoamento da supervisão financeira e melhoramento da administração das finanças públicas

Reforço da fiscalização sobre o mercado financeiro e das acções de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Serão lançadas, de forma global, avaliações e análises no âmbito de potenciais riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo existentes no sector financeiro, adoptando medidas correspondentes com vista a reforçar a vigilância e gestão dos riscos inerentes por parte do sistema financeiro. Ao mesmo tempo, serão aperfeiçoados, de forma contínua, os diplomas e as directivas de supervisão respectivas, esforçando-se por concluir, com a maior brevidade possível, os trabalhos de revisão das leis sobre a “Prevenção e repressão do crime de branqueamento de capitais” e a “Prevenção e repressão dos crimes de terrorismo”, coordenando e acompanhando os trabalhos legislativos relativos à lei do “regime de implementação de congelamento de activos” e do regulamento administrativo sobre o “regime de supervisão de autorização do transporte numerário e de títulos de crédito ao portador ou de títulos negociáveis”, dando continuidade ao acompanhamento dos trabalhos de alteração ao “regime jurídico do sistema financeiro”, procurando apresentar a proposta da alteração da lei para o aperfeiçoamento do regime de garantia de depósitos e acompanhando os trabalhos de alteração ao “Regime jurídico das actividades de seguros e re-seguros” e de produção legislativa do “Regime jurídico das actividades de mediação de seguros”.

Aperfeiçoamento da gestão da Reserva Financeira. Serão envidados esforços para a elevação da rentabilidade dos investimentos da Reserva Financeira em conformidade com o princípio “seguro e efectivo”, dando continuidade à promoção e concretização

da participação nos projectos de investimento, com garantia dada pelo Banco de Desenvolvimento da China e pelos Governos Provinciais de Guangdong e de Fujian. Além disso, com base no “Relatório de avaliação interna do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento da RAEM”, serão lançados trabalhos subsequentes de consulta, de negociação, de avaliação aprofundada, de produção legislativa e da criação da entidade institucional, entre outros.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas. Fiscalização rigorosa da utilização do erário público, nos termos definidos nas respectivas competências próprias, procurando que, em estreita colaboração com a Assembleia Legislativa, seja concluído, com a maior brevidade, o processo legislativo da nova «Lei do Enquadramento Orçamental», com vista a elevar o rigor na execução orçamental da RAEM e aumentar a transparência do funcionamento das finanças públicas. Ao mesmo tempo, serão melhoradas as leis e diplomas legais relativos às finanças públicas, continuando a acompanhar os trabalhos legislativos de elaboração/alteração do “Código Tributário”, da “Troca de informações Fiscais”, da legislação sobre a aquisição de bens e serviços, do “Estatuto dos Contabilistas”, do “Regulamento da Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas” e do “Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados”. Será lançada uma nova ronda de concurso público, para proceder à atribuição de habitação da Administração, em regime de arrendamento, aos funcionários públicos de nomeação definitiva.

IX. Optimização da constituição de equipas e elevação da qualidade de serviços prestados

Aprofundamento dos trabalhos de estudo e análise e melhoramento do nível da governação científica. Promoção dos trabalhos de estudo do desenvolvimento económico em colaboração com a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional para alcançar os respectivos resultados o mais brevemente possível, procurando concluir a criação do “Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau” em 2016, apresentando relatórios anuais respectivos, intensificando esforços no âmbito de investigação e estudos dos serviços públicos, elevando o respectivo nível, ajustando, em primeiro lugar, as atribuições cometidas à DSE, elaborando e enriquecendo dados estatísticos sobre trocas económicas e comerciais entre Macau e as cidades e províncias do Interior da China e lançando os InterCensos 2016.

Elevação da qualidade dos serviços prestados e simplificação das formalidades administrativas em prol dos cidadãos e do sector empresarial. Aproveitamento adequado dos meios informáticos para a promoção de um maior número de serviços electrónicos em prol dos cidadãos, dando continuidade à elevação da eficácia dos serviços prestados através da cooperação interdepartamental. Lançamento de uma versão mais aperfeiçoada do plano de “prestação de serviços *in-loco*”, criando ainda “assistentes de ligação empresarial”.

Reforço da constituição de equipas e implementação da política de “simplificação da estrutura administrativa e reajustamento do respectivo pessoal”. Além da integração do Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) na Direcção dos Serviços para os Assuntos

Laborais (DSAL) e da conclusão do processo de transferência para o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), da competência de coordenação até então atribuída à DSE, relativamente à indústria de convenções e exposições, irá continuar a proceder à avaliação e integração de serviços funcionais, procurando elevar a criatividade, a capacidade profissional e o sentido de iniciativa na aprendizagem contínua dos trabalhadores, reforçando assim a construção de uma máquina administrativa íntegra.

Área da Segurança

Prefácio

Aproximamo-nos do termo do meu primeiro ano de governação da área de segurança, que baseei nos novos conceitos de políticas públicas gerais e nas orientações governativas concretas do novo Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Assim, articulando as atribuições de cada um dos serviços, procedemos a um planeamento minucioso, sem esquecer a implementação das medidas adoptadas de pretérito, reforçando a intensidade da noção de risco, servindo melhor a população, desenvolvendo a criatividade e reforçando de uma forma geral os trabalhos de execução à lei.

Podemos prever que no próximo ano Macau continuará o seu rápido desenvolvimento, e o ambiente social tornar-se-á cada vez mais complexo, para além de que, tomando por ponto de partida a nova estratégia de desenvolvimento da China “Uma faixa, uma rota”, Macau prosseguirá o seu objectivo da criação de uma cidade de reputação mundial, de turismo e de lazer. Influenciado pela entrada em vigor desde finais do ano 2014, de medidas de prolongamento do horário de funcionamento dos postos fronteiriços, é de perspectivar um fluxo contínuo de turistas, enquanto a economia de Macau se manterá em ajustamento, e continuarão a verificar-se factores de instabilidade, admitindo-se que a situação de segurança se tornará mais complexa, o que exige das Forças e Serviços de Segurança maior empenho para enfrentar cada vez mais, e mais novos, desafios.

Neste momento, embora a situação de segurança de Macau se mantenha estável, e não haja indícios de que o ajustamento da economia traga perturbações, iremos elevar a nossa atenção, fiscalizar arduamente todas as situações nas diversas camadas da sociedade, bem como continuar a avaliar a situação de segurança e a preparar bem os nossos trabalhos, a fim de enfrentar os novos desafios.

As autoridades de segurança de Macau procederão a uma avaliação prudente às situações de segurança interna e externa da RAEM, tomando como base o trabalho que vem sendo desenvolvido. Para responder às necessidades do desenvolvimento da sociedade, bem como enfrentar os desafios e as oportunidades, iremos estabelecer linhas de acção governativa para o novo ano, baseando-nos na implementação das políticas públicas do governo da RAEM, bem como reforçando as práticas tendentes a melhor implementar, o conceito de policiamento activo, o policiamento comunitário e policiamento de proximidade, continuando a prosseguir uma cultura de responsabilidade activa para a segurança e a estabilidade de Macau.

SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO 2015, NO ÂMBITO DE SEGURANÇA

No ano de 2015, as Forças e Serviços de Segurança, sob a tutela da secretaria para a segurança, seguiram as orientações das linhas de acção governativa do 4.º Governo da

RAEM e o respectivo conceito de governação. Implementamos e incrementamos de uma forma séria o projecto das linhas de acção governativa do ano 2015, da área de segurança, criando uma estreita comunhão de vontades e estabelecendo uma cooperação entre polícia e cidadão, bem como, concluímos os objectivos das linhas de acção governativa e obtivemos resultados previstos no trabalho de execução.

I. REDUÇÃO NOTÁVEL DOS CRIMES GRAVES, PELO REFORÇO DAS PRINCIPAIS ACÇÕES DE COMBATE

As autoridades de segurança continuam a reforçar o combate às diversas actividades criminosas, principalmente as relacionadas com crimes graves, indo aplicar medidas eficazes para reduzir a taxa de criminalidade e elevar a taxa de sucesso da investigação. A situação da segurança de Macau em geral mantém a sua estabilidade. Não houve nenhum caso ou, então, uma casuística muito baixa relativa aos casos de criminalidade grave e violenta, sendo que os crimes de “furto”, “roubo” e “extorsão” registaram na 1.ª metade do ano, uma descida de entre 15% e 75%, comparativamente ao mesmo período do ano transacto, e entre Janeiro e Junho registou-se cerca de 90 % na conclusão dos processos de crime de “fogo posto”. No crime de droga registou-se uma descida significativa de 25% relativamente ao período homólogo do ano passado. A PJ e o CPSP desmantelaram vários casos de rede criminosa de controlo de exploração de prostituição e através da criação do mecanismo regular de comunicação, veio a resultar um combate eficaz aos crimes de controlo de exploração de prostituição e de tráfico de pessoas. A ordem social se mantém estável.

II. CONSOLIDAÇÃO GRADUAL DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA SEGURANÇA, ATRAVÉS DA OPTIMIZAÇÃO DO TRABALHO DE PREVENÇÃO TOTAL

As autoridades de segurança têm plena consciência de que a prevenção criminal e a consolidação do sistema de controlo da segurança são importantes para a paz e tranquilidade sociais, razão porque as autoridades continuam a interiorizar a noção de risco, a precaver-se, antecipando a “tempestade” e a projectar as suas decisões numa perspectiva de futuro, mormente quando elas implicam uma execução material, nunca perdendo as experiências do passado. Tomando como referências as recentes situações mais complexas, procuramos intervir na prevenção ambiental e proporcionar a participação da população no desenho das medidas de prevenção mais eficazes, tudo isto a fim de consolidar o sistema de controlo de segurança, onde a cooperação dos cidadãos, das associações, dos serviços públicos com a polícia assume inquestionável sentido.

Atendendo aos recentes incidentes de explosão de substâncias químicas no interior da China e noutros países estrangeiros, aos acidentes que aconteceram devido ao grande número de pessoas concentradas num determinado sítio e aos atentados terroristas com explosões dirigidas a multidões, o Secretário para a Segurança, em meados de Agosto do corrente ano, pediu ao Corpo de Bombeiros, para fazer uma avaliação e um estudo sobre a probabilidade das insuficiências no âmbito de segurança do sistema de controlo de

segurança da importação, transporte, armazenagem e abandono de substâncias químicas, bem como o mecanismo de coordenação para a comunicação de informações entre diferentes serviços. Ao mesmo tempo, indicou os Serviços de Polícia Unitários, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Judiciária para fazer uma avaliação geral sobre as medidas de segurança aplicadas em pontos turísticos e outros locais públicos e estudar o risco de ocorrências de sinistros.

O CPSP alocará um Grupo de Patrulha Especial às diversas zonas turísticas a fim de reforçar o patrulhamento normal, bem como melhor prevenir e combater o crime. A PJ e o CPSP através dos projectos “Amigos da Prevenção Criminal na Área de Residenciais” e “Responsável de comunicação de policiamento comunitário”, aproximam-se às comunidades, realizando seminário sobre a prevenção criminal e divulgando informações policiais, a fim de incrementar a consciência de prevenção criminal dos residentes e trabalhadores de gestão de segurança dos edifícios, bem como colmatar atempadamente os lapsos de segurança, prevenir e combater conjuntamente a criminalidade.

Para a prevenção da delinquência juvenil, a PJ e o CPSP criaram, respectivamente, “Rede de Comunicação com as Escolas” e “Mecanismo de ligação entre as Escolas e a PSP”, continuando a incrementar a cooperação de comunicação entre ambas as partes, a fim de prevenir antecipadamente o problema da delinquência juvenil. Neste ano, a PJ continua a desenvolver a “Guia Juvenil de combate ao crime”, no qual os formandos participam activamente nas actividades de divulgação de prevenção criminal da PJ, o que tem mostrado bom resultado.

No decorrer das festividades do ano novo lunar, Páscoa, Ching Ming (dia dos finados), dia dos trabalhadores, entre outras, o CPSP vai aplicar medidas de controlo de multidões na Avenida de Almeida Ribeiro e no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. Em sintonia com os demais departamentos, procuraremos garantir a normalidade do fluxo de pessoas e de veículos, bem como a cooperar com a DSAT, através da aplicação dos telemóveis, televisão, *media*, entre outros meios de comunicação com finalidade de difundir informações sobre a situação real, por forma a que os cidadãos e turistas possam conhecer a situação real da aplicação de medidas de controlo de multidões.

Além disso, os demais planos de governação para a protecção da ordem social e da ordem pública, bem como estratégias de controlo de segurança também foram implementados e concretizados eficazmente.

III. NOTÓRIO INCREMENTO DA CAPACIDADE DE EXECUÇÃO, POR EFEITO DO MELHORAMENTO DAS TÉCNICAS POLICIAIS

As Forças e Serviços de Segurança continuam a implementar um moderno conceito de policiamento que passa por colocar “a tecnologia ao serviço do trabalho policial” e pela “investigação criminal orientada pelas informações”, metodologia da qual se evidencia um redobrado esforço na aplicação e actualização das tecnologias e outros equipamentos

avançados, e na optimização dos apoios logísticos, convictos de que só aliando estes aspectos a uma vontade esforçada na aplicação da capacidade de execução e na melhoria da gestão, se concretiza um eficaz combate à criminalidade.

As autoridades de segurança e os Serviços das Obras Públicas e dos Transportes, em comunhão de esforços puseram em marcha o projecto «Sistema de Monitorização Digital da Cidade», coordenado pelos SPU. O projecto divide-se em 4 fases, sendo que no total vão ser instaladas 1620 dispositivos de CCTV. Na 1.^a fase, que está em curso, procede-se a obras de instalação da rede de fibras ópticas e de 219 câmaras de vídeo, decorrendo, entretanto, o concurso público e a aquisição relativa às 2.^a e 3.^a fases, estando já concluídos os trabalhos de selecção de locais para a instalação das 800 câmaras de vídeo da 4.^a fase.

Em Setembro deste ano, o CPSP criou o sistema de apresentação de denúncia por mensagens telefónica, destinadas às pessoas com deficiência auditiva e da fala, e àqueles que por motivos justificados não o podem fazer verbalmente. Em Outubro, irá também actualizar o sistema de autuação electrónica, com o objectivo de actualizar em permanência o registo de autuações na base de dados, bem como para que o infractor possa, de imediato, conhecer a situação de infracção e proceder ao pagamento.

Este ano a PJ iniciou os procedimentos com vista à aquisição de novos programas de sistema de análise de informações, racionalizando os actuais sistemas de base de dados, reduzindo o tempo de pesquisa e tratamento de informações e de empenho de recursos humanos, a fim de elevar a capacidade e a eficiência de análise das informações criminais. Além disso, a PJ continua a melhorar os outros sistemas, tecnologias e equipamentos, com o objectivo de elevar a eficiência de investigação e do combate aos crimes graves.

Os Serviços de Alfândega vão actualizar o *firewall* da rede do sistema de avaliação do risco para os postos fronteiriços, visando elevar a segurança de informações.

O Estabelecimento Prisional de Macau já começou os trabalhos preparativos de estudos e provas sobre a instalação de detectores nas redes periféricas, a fim de reforçar a eficácia de alarme e de prevenir que haja indivíduos a entrarem nas áreas proibidas e monitorizadas, bem como reduzir adequadamente recursos humanos.

IV. AUMENTO EFICAZ DA SEGURANÇA REGIONAL, POR VIA DA PROMOÇÃO DAS ACCÕES DE COOPERAÇÃO POLICIAL

As autoridades de segurança através de uma activa cooperação policial internacional e regional, da qual se destaca a troca de informações, as acções de formação, bem como também várias operações conjuntas entretanto desenvolvidas, alcançaram efeitos positivos na prevenção e combate à criminalidade transfronteiriça, protegendo a segurança regional.

A “operação trovoadas 15”, é uma operação conjunta entre polícias de Macau, Hong Kong e Guangdong, que teve início em Junho e acaba em Setembro do ano corrente. Para salvaguardar a tranquilidade da sociedade, os agentes policiais destas três regiões

desenvolveram uma série de diligências que pretende combater as actividades organizadas transfronteiriças de crimes de tráfico de droga, associação criminosa e entre outras.

Através do mecanismo de cooperação policial entre várias regiões, e valendo-se de uma ligação íntima da Interpol com polícia de outras localidades, conseguiu-se obter bons resultados no que diz respeito ao combate à criminalidade; a PJ, em cooperação com a polícia da China continental e de Taiwan – China, desmantelou, em conjunto, casos de burla informática; em conjunto com polícia de Hong Kong desmantelou casos de crime de tráfico transfronteiriço de droga; em troca de informações com polícia de Coreia resolveu casos de prostituição transfronteiriça; e em cooperação com polícia do Interior da China combateu vários casos de estações emissoras para transmitir mensagens *spam* sobre jogo ilícito *online*. A polícia continuará à procura dos criminosos em fuga, e a investigar os factores que favorecem a actividades criminosas transfronteiriças, no sentido de as dissuadir.

A polícia continua a combater e investigar casamentos fictícios que envolvem residentes do Interior da China, sendo que muitos casos utilizam salvo-conduto individual ou salvo-conduto de viagem fraudulentos para fixar residência em Macau, por isso, através do mecanismo de comunicação de informação com a Direcção dos Serviços de Identificação de Macau e os serviços competentes do Interior da China procurar-se de reprimir a continuidade deste fenómeno.

Dado que a ponte de Hong Kong – Zhuhai – Macau e as obras do estabelecimento do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau já estão em fase de construção, o CB tem apresentado opiniões sobre a cooperação no trabalho de salvamento e de divisão de trabalhos no que se diz respeito a “uma inspecção em duas regiões”, tendo coordenado intimamente a comunicação com os principais serviços públicos nelas envolvidos, de modo a desenvolver o trabalho da melhor forma.

V. IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE POLICIAMENTO MODERNO, GRAÇAS AOS NOVOS CONCEITOS DE POLICIAMENTO

Os diversos serviços subordinados da tutela de segurança implementam dinamicamente novos conceitos da governação da área de segurança, com a implementação das seguintes três linhas conceptuais: “policimento activo”, “policimento comunitário” e “policimento de proximidade”. Propondo-se caminhar no sentido da criação de um novo modelo de trabalho policial, numa atitude proactiva procurando aproximar a população residente, dar sempre resposta às preocupações dos cidadãos a quem serve, desenvolvendo e estendendo os diversos trabalhos de policimento comunitário, obtendo o reconhecimento junto dos cidadãos, o que facilita o surgimento das relações íntimas entre a polícia e os cidadãos nos diversos trabalhos desenvolvidos, promovendo uma relação interactiva entre ambas as partes e incrementando a eficiência no trabalho da prevenção e do combate à criminalidade, bem como da protecção da ordem pública. Novos conceitos de policimento estão em implementação.

VI. MELHORAMENTO CONTÍNUO DO MECANISMO DE MONITORIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA, DO QUE RESULTARAM MELHORES ÍNDICES DE DISCIPLINA E RIGOR DO PESSOAL E DO ESPÍRITO DE EQUIPA

Os serviços e corporações do âmbito de segurança concretizam de forma séria as linhas de acção governativa, visando tornar a equipa policial mais disciplinada, reforçar a gestão policial e estabelecer um regime de monitorização interna e externa aperfeiçoada. As autoridades de segurança procederam à revisão do mecanismo de monitorização interna e o Secretário para a Segurança veio convocando várias reuniões com os dirigentes dos diversos serviços e corporações, bem como emitindo diferentes despachos, salientando a importância da disciplina do pessoal, promovendo o princípio de serviço exemplar junto dos dirigentes e chefias, promovendo o cumprimento da lei e, através de directivas, transmitindo as informações sobre o reforço da monitorização interna, o reforço da conduta do pessoal, em suma, a melhoria da gestão, bem como, chamando à atenção para a imagem individual e do serviço numa narrativa de promoção do profissionalismo e dignidade institucional.

A nível externo, as forças de segurança e os diversos serviços vêm cooperando com o Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado de Auditoria, reforçando a consciência da integridade, de diligência e de ética. Para assegurar o funcionamento do mecanismo de monitorização externa, os diversos serviços têm mantido estreita comunicação com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau (CFD), acompanhado de forma atempada e analisado de forma rigorosa os casos de queixas encaminhados por este órgão e de acordo com as respectivas opiniões e recomendações procurando solucionar incidentes de violação da lei ou da disciplina sempre no sentido de aperfeiçoar a gestão disciplinar das Forças e dos Serviços de segurança.

A página electrónica do GSS entrou em funcionamento no mês de Março do corrente ano e foi adicionado no mês de Junho da secção “Alarme da Polícia sempre Soa”, a fim de divulgar os casos com indícios de violação de lei e violação da disciplina do pessoal dos serviços sob tutela da Secretaria para a Segurança revelados pelas autoridades, pelas entidades fiscalizadoras, pela CFD ou órgãos judiciais, bem como a divulgação das respectivas informações de acompanhamento. Através da divulgação de informações, pretende-se elevar a transparência administrativa, reforçando efeito do mecanismo da monitorização interna e externa.

Relativamente ao processo disciplinar, o Secretário para a Segurança ao exigir aos serviços e corporações sob a sua tutela a apresentação mensal do “mapa de andamento da acção disciplinar” em relação aos processos disciplinares instaurados, dando conta da actualizada da tramitação de cada processo e prestando esclarecimentos em relação às situações especiais, assegurando a legalidade do processo disciplinar e a eficácia da supervisão interna.

VII. EMISSÃO IMINENTE DE LEGISLAÇÃO QUE VISA O APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO

As autoridades de segurança irão continuar a rever os respectivos diplomas legais e de acordo com as necessidades, coordenar com os serviços competentes, fornecendo opiniões sobre a produção e a revisão de leis. As autoridades de segurança criaram no corrente ano um grupo de estudo, coordenado pelo Comandante dos SPU e composto por assessores jurídicos e dirigentes dos respectivos serviços, para rever o Decreto-Lei n.º 66/94/M (ou seja, Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau), com o intuito de criar o mecanismo de promoção, permitindo os trabalhadores de base terem mais oportunidades de promoção.

A partir de Março do corrente ano, o Secretário para a Segurança diligenciou junto dos assessores jurídicos dos serviços sob a sua tutela e do Gabinete para proceder ao estudo sobre a produção de lei para regulamentar a aeronave controlada a distância ou não tripulada, a responsabilidade jurídica da distribuição de panfletos pornográficos e a regulamentação das lacunas jurídicas de casamento fictício, que após a obtenção de opiniões, tendo apresentado opiniões jurídicas sobre a produção e revisão de leis junto da Secretaria para a Administração e Justiça e Secretaria para os Transportes e Obras Públicas em Abril e Setembro do corrente ano.

Em Julho do corrente ano, a Secretaria para a Administração e Justiça e a Secretaria para os Transportes e Obras Públicas desenvolveram conjuntamente a recolha e estudos de dados sobre a Lei do Trânsito Rodoviário, esperando que possam atingir um consenso no âmbito da obrigatoriedade da produção legislativa, da tendência da revisão legislativa e do conteúdo da revisão legislativa.

VIII. AUMENTO NA QUALIDADE DE SERVIÇO NAS FRONTEIRAS, PELA OPTIMIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PASSAGEM FRONTEIRIÇA

Os SA, CPSP e DSFSM continuam a melhorar os serviços dos postos fronteiriços de Macau, promovendo a comodidade na passagem das fronteiras, proporcionando que os visitantes oriundos dos diversos locais do mundo desfrutem de um serviço caracterizado pela segurança, pela comodidade, pela eficácia e pelo acolhimento caloroso e respeitoso.

Proceder a uma nova distribuição de áreas no átrio do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e a um ajustamento nos canais de passagem, a fim de proceder uma utilização mais racional e eficaz do espaço, bem como a evitar uma maior concentração de multidões, facilitando o respectivo controlo.

Para articular as novas medidas de passagem fronteiriça, instalou mais canais de auto-passagem e a respectiva actualização do sistema. Até Junho de 2015, temos, no total 127 canais de auto-passagem no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco (60 canais para a saída e 67 canais para a entrada); 12 canais de auto-passagem no Posto Fronteiriço do Parque

Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau (6 canais para a saída e 6 canais para a entrada); 30 canais de auto-passagem no Posto Fronteiriço do Cotai (14 canais para a saída e 16 canais para a entrada). Na 2.^a metade do ano iremos instalar mais 25 canais de auto-passagem no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco (18 canais para a saída e 7 canais para a entrada) e o Aeroporto Internacional de Macau será beneficiado com mais 4 canais de auto-passagem.

Em 13 de Maio de 2015, a DSFSM concluiu a instalação do sistema de reconhecimento facial nos 23 canais de auto-passagem do átrio do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e começou a fase de testes do sistema, prevê-se que, ainda este ano, se venha a instalar este sistema em todos os canais de auto-passagem dos postos fronteiriços de Macau.

O CPSP e a Direcção dos Serviços de Identificação chegaram ao consenso de autorizar residentes não permanentes de Hong Kong, possuidores de visto de DIVP, a utilizar os canais de auto-passagem, com a contrapartida para os não permanentes de Macau, portador de Título de Visita quanto à utilização dos canais de auto-passagem de Hong Kong; Além disso, estamos a fazer estudos preliminares quanto à extensão do sistema automático para a passagem de portadores de passaportes da Austrália, Tailândia e Singapura, contra idêntico benefício para os cidadãos portadores de passaporte da RAEM, nas fronteiras daqueles países.

Tendo em consideração o modo de funcionamento da passagem fronteiriça no Novo Acesso entre Guangdong e Macau (Posto Fronteiriço Qingmao), o CPSP, a DSFSM, a DSI e os Serviços de Gestão de Migração da RPC alcançaram consensos sobre o novo projecto relativo aos funcionários. O CPSP e a unidade homóloga do Interior da China procederam a estudos sobre canais de auto-passagem, medidas inéditas e de comodidade entre os dois lados da fronteira, “inspecção fronteiriça integral” ou seja, sujeitando-se o passageiro apenas a uma única inspecção no movimento fronteiriço, sendo nossa expectativa concluir o projecto de viabilidade em 2015, bem como planear, também, a aplicação desta medida no Posto Fronteiriço da ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, no Posto Fronteiriço de Qingmao e no Posto Fronteiriço do Cotai.

IX. OPTIMIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE REINserÇÃO SOCIAL, POR VIA DA ESPECIALIZAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM ACONSELHAMENTO DIVERSIFICADO

O Estabelecimento Prisional de Macau (EPM) continua a utilizar diversas formas de acompanhamento e formação para prestar apoio a reinserção social dos reclusos.

O EPM vai continuar a cooperar com a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça na implementação do “Programa de emprego antes de liberdade condicional dos reclusos” e a promover contactos com “empregadores generosos”, por forma a facilitar o acesso ao emprego após o termo do período de reclusão. Na 1.^a metade do ano tem no total de 6 reclusos que já foram contratados através deste programa.

Continuará a organizar cursos de formação para treinar reclusos voluntários para o projecto de serviço “Amar a Sociedade” e providenciar-lhes oportunidades para visitar e prestar serviços às instituições de serviço social, a fim de os mesmos conseguirem saber por experiência própria, o conceito de serviço voluntário, o espírito de cooperação de equipas e conhecer as técnicas para o planeamento de actividades, proporcionando a que os cidadãos assimilem a determinação dos reclusos em corrigir a sua conduta desviante.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2016 E MEDIDAS PRINCIPAIS

Podemos antecipar a previsão de que no ano 2016, na circunstância de o sector do jogo prosseguir uma fase de ajustamento, é possível vir a registar-se aumento de crimes conexos, bem como algumas alterações quanto à tipologia de crimes. Entretanto, com a implementação de nova estratégia de desenvolvimento da China “Uma faixa, uma rota”, a cidade de Macau vai caminhar no sentido da internacionalização e aproximar mais o contacto e a colaboração com o Interior da China, Hong Kong e as zonas adjacentes, enfrentando, provavelmente, mais efeitos e consequências resultantes dos factores de instabilidade externa e interna e criando, conseqüentemente, novos problemas e desafios para as autoridades de segurança. Além disso, o desejo e a exigência dos cidadãos de uma melhor implementação dos trabalhos de acção governativa, requisita o maior empenho da Polícia, quer ao nível de políticas e fiscalização de execução de lei, quer de relações entre a Polícia e os cidadãos.

No próximo ano, a Secretaria para a Segurança, as Forças e os demais Serviços de Segurança continuarão a trabalhar em conjunto, acompanhando de perto o desenvolvimento da sociedade em perspectiva, a nível de consciência e modo de actuação, ouvindo as opiniões da população de forma pró-activa e melhorando continuamente a capacidade de execução da lei, com vista a prevenir e combater eficazmente o crime. Iremos continuar a desenvolver o espírito inovador para sensibilizar a nível de prevenção do crime, bem como persistindo no princípio de “ter por base a população”. Para além disso, com base na boa execução da lei e governação eficaz realizadas em 2015 e com a força das corporações e serviços de segurança e da população, vamos executar as atribuições da lei a vários níveis, nomeadamente reforçar a capacidade da sua execução, aperfeiçoar e inovar sistemas, cumprir rigorosamente a disciplina e melhorar a gestão, promover a cooperação e desenvolver relações, melhorar a passagem nas fronteiras e salvaguardar a imagem de Macau, promover o acompanhamento educativo e colaborar na reinserção social, tudo isto para manter a segurança local e nacional, proteger a segurança das pessoas e seus patrimónios, prevenir e investigar o crime, manter a ordem das fronteiras, garantir a estabilidade do desenvolvimento da sociedade, bem como a segurança e a liberdade de cidadãos e visitantes.

CAPÍTULO I COMPETÊNCIA E EXECUÇÃO DA LEI

A qualidade e a eficiência da execução da lei não são apenas os principais indicadores para avaliar o efeito do trabalho na área dos serviços de segurança e policiais, como também constituem uma prioridade daqueles órgãos na salvaguarda da estabilidade da sociedade e na garantia do bem estar da população. A qualidade e a capacidade dos funcionários são os elementos indispensáveis para uma boa execução da lei, enquanto que os equipamentos técnicos de última geração e correspondentes às necessidades do trabalho policial são as garantias fundamentais para incrementar a eficiência nesse âmbito.

I. MELHORAR O COMBATE PARA INVESTIGAR COM EFICÁCIA OS CRIMES MAIS GRAVES

No primeiro semestre do corrente ano, registou-se uma diminuição ligeira do crime, isto é, houve uma descida significativa de vários crimes que perturbam cidadãos e turistas, nomeadamente furto, roubo, extorsão e tráfico de droga, enquanto que a taxa de ocorrência dos crimes graves, particularmente homicídio, rapto ou ofensas graves à integridade física, manteve-se a níveis muito baixos o que revela que a ordem social se mantém estável, porém, devido ao grande desenvolvimento de Macau nos últimos anos, os crimes relacionados com o jogo, droga, branqueamento de capitais e crime informático aumentaram. Por outro lado, o *modus operandi* do crime, especialmente, na burla telefónica e no crime informático, é muito diversificado e as actividades criminosas são realizadas de forma dissimulada e complexa, com recurso à inteligência e modo transterritorial, assim, cidadãos e turistas podem tornar-se mais facilmente vítimas, bem como a investigação do crime, a detenção dos criminosos e a recuperação dos bens em causa tornam-se cada vez mais difíceis, portanto, a investigação eficaz dos crimes graves é ainda uma das principais tarefas das autoridades de segurança no combate ao crime e na salvaguarda da ordem social.

Continuaremos a focar-nos no combate ao crime organizado a nível transfronteiriço, nomeadamente burla em telecomunicações, burla cibernética e crime relacionado com droga, bem como no reforço do trabalho contra o terrorismo. Continuaremos igualmente a ter em atenção eventuais factores de instabilidade na fase de ajustamento do sector do jogo, efectuando uma monitorização constante das sociedades secretas e redes criminosas, por forma a prevenir e combater o crime relacionado com o jogo.

II. INTENSIFICAÇÃO DA PREVENÇÃO E MELHORAMENTO CONTÍNUO DA ORDEM PÚBLICA

Mesmo que a investigação eficaz dos crimes graves seja a principal tarefa das autoridades de segurança na salvaguarda da estabilidade da sociedade, a realização de um eficiente, integral e específico trabalho de prevenção, constitui a estratégia fundamental para combater eficazmente o crime, portanto, as autoridades de segurança, por um lado, continuam a melhorar a investigação e o combate aos crimes graves, estudando as causas do crime a nível social, económico e cultural de acordo com as novas circunstâncias e

tendências da criminalidade e da segurança, eliminando ou reduzindo todos os factores resultantes da criminalidade a partir da sua origem, melhorando as forças policiais, juntando a capacidade das instituições e da comunidade através de uma prevenção específica e da participação da população, desta forma as forças policiais podem estar presentes em cada canto da sociedade e a criminalidade pode, em maior medida, ser controlada na fase inicial ou no momento em que os prejuízos ainda são reduzidos. Em termos de segurança, através da criação de um mecanismo de trabalho em perspectiva, da elaboração de leis e políticas úteis, bem como da execução da lei e da fiscalização, as autoridades de segurança ou os respectivos serviços pedem ou obrigam os sectores dessa área a assumir as responsabilidades relativas à segurança, para diminuir ou eliminar eventuais riscos, por forma a evitar ou impedir a ocorrência de acidentes.

III. ACTUALIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO DE LEI, SALVAGUARDANDO COM RIGOR A ORDEM PÚBLICA

Macau é um território pequeno mas com uma alta densidade populacional. Nos últimos anos, começaram a construir-se grandes infra-estruturas e, nas ilhas, vários *resorts* também estão a ser construídos ou ampliados, portanto, prevê-se que os *shuttle bus*, autocarros de turismo e veículos pesados que circulam entre as Portas do Cerco e o Cotai aumentem ainda, desta forma o trânsito nas ilhas irá ficar ainda mais intenso e fluxo do trânsito entre a península de Macau e as ilhas aumentará. Devido ao incremento contínuo de veículos motorizados e à falta de lugares permanentes de estacionamento, há cada vez mais infracções, provocando assim cada vez mais congestionamentos no tráfego. Para além disso, recentemente, há também muitas infracções relacionadas com taxistas. Todas essas situações vão perturbar a ordem e a estabilidade da sociedade de Macau, pelo que a polícia vai enfrentar grandes desafios no âmbito do tráfego rodoviário e da gestão da ordem pública.

Em articulação com o trabalho da RAEM no âmbito do planeamento do trânsito e da optimização de instalações acessórias, o serviço policial na área de tráfego vai colaborar activamente com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e outros serviços competentes, com vista a melhorar a rede rodoviária. Relativamente ao reordenamento do trânsito, vai dar opiniões para encontrar projectos mais eficazes de melhoramento do trânsito rodoviário, reforçando patrulhamentos nas principais estradas de acordo com a situação real do trânsito, colocando agentes policiais nas vias públicas nas horas de ponta para manter a ordem e ter um trânsito mais fluente.

Com o intuito de fazer com que Macau seja um centro internacional de turismo e de lazer e promover o desenvolvimento sustentável do território, as autoridades de segurança tem dado muita atenção à situação do congestionamento dos postos fronteiriços e dos pontos turísticos, efectuando observações e analisando os respectivos dados, por forma a aliviar as concentrações excessivas nas grandes festivais ou aquelas não previsíveis. Criaram-se também mecanismos de comunicação estreita com os órgãos homólogos da China continental, através dos quais é possível trocar informações e colaborar quando aparecem

situações imprevistas e de emergência, quando existem problemas relativos a entrada ou saída de turistas, congestionamentos dos postos fronteiriços ou outras situações especiais, isto serve para manter a ordem das fronteiras e efectuar uma gestão eficaz. Quando necessário, são tomadas medidas para controlar o fluxo de pessoas em diferentes graus de acordo com a situação pontual.

Para responder às novas circunstâncias da ordem pública, o CPSP, no âmbito do trabalho policial, vai elaborar planos específicos e efectuar ajustamentos adequados. Depois de ter criado a “Grupo de Patrulha Especial” que serve para garantir o apoio imediato às patrulhas normais, em 2016 irá ser criada a “Polícia Turística”, com vista a facilitar o acesso aos visitantes, incrementar a capacidade de acolhimento turístico e garantir a segurança.

IV. PROMOVER O MELHORAMENTO DO TRABALHO POLICIAL COM A INTRODUÇÃO DA TECNOLOGIA

O crime e os problemas relacionados com a segurança recorrem a tecnologias avançadas e têm características dissimuladas, por isso, os métodos para resolver problemas tornam-se complicados e necessitam de utilizar tecnologias de última geração. Os serviços policiais devem usar, de forma ampla, diversos meios tecnológicos, aperfeiçoando equipamentos técnicos no âmbito do combate ao crime, de prevenção e controlo de problemas relacionados com a segurança e de regulação da ordem pública, organizando, de forma contínua, acções de formação técnica e melhorando o fluxo de trabalho a nível técnico, por forma a que as equipas de segurança tenham uma boa preparação técnica e capacidade para responder e controlar situações complicadas a nível de segurança.

V. MELHORAR A FORMAÇÃO POLICIAL PARA FORTALECER A TÉCNICA

O conhecimento e as capacidades técnicas são elementos essenciais para melhorar a força policial, considerando-se também elementos importantes para melhorar a eficiência da execução da lei e a capacidade de investigação de crimes complicados, bem como para manter a segurança. Por conseguinte, a formação profissional científica é necessária para um eficaz e moderno policiamento. Face às novas realidades, a Secretaria para a Segurança irá supervisionar as instituições educativas e de formação sob a sua tutela para que seja melhorado, de forma contínua, o regime da formação. Para que seja possível melhorar a capacidade de formação de uma forma mais pró-activa, e de acordo com a necessidade do trabalho policial, a formação tradicional irá continuar a ser essencial na prática, a conjugar com formação profissional e técnica especializada. Pretende-se, deste modo, que cada agente adquira conhecimentos e técnica policial essenciais e que possa também aprender novos conceitos e técnicas específicas de policiamento para acompanhar a actualidade.

VI. APERFEIÇOAR OS MECANISMOS DE SEGURANÇA E AUMENTAR A CAPACIDADE DE PREVENÇÃO DE CALAMIDADES E DE SALVAMENTO

Em 2016, o trabalho dos bombeiros vai tornar-se ainda mais difícil e complicado devido, por um lado, ao desenvolvimento constante nos vários sectores em Macau, por outro, aos

inúmeros projectos que se encontram em curso, independentemente da fase em que se encontram, tais como vários empreendimentos de grande dimensão em Macau que servem para melhorar as condições de vida da população. Por seu turno, no Cotai existem muitas instalações de entretenimento de grande escala, edifícios públicas, arranha-céus etc. Isto tudo colocará, indubitavelmente, mais exigências no trabalho de salvamento e protecção em caso de incêndio, por conseguinte, o CB apresentou um planeamento para os futuros cinco anos, respeitante aos postos operacionais das ilhas que se pretende melhorar. Iremos continuar, relativamente à prevenção de incêndios, melhorar o trabalho de análise, focando a segurança em caso de incêndio, nos projectos dos terrenos de construção, edificações ou estabelecimentos, também iremos realizar em determinados locais testes aos sistemas de combate a incêndio e patrulhamentos, de harmonia com as políticas do desenvolvimento sustentável da RAEM.

Quanto à capacidade de intervenção em situações de emergência, é necessário aprender com as experiências dos países e regiões vizinhos onde, recentemente, aconteceram grandes desastres e desafios para a segurança. São de realçar as várias situações que se apresentam nos grandes eventos públicos, em que são essenciais medidas de prevenção, tais como a intervenção em situações de emergência e o controlo do fluxo de pessoas. Desde a instituição das regras até ao nível da execução, a autocrítica, a avaliação oportuna, o melhoramento contínuo do regime, o ajustamento das estratégias e o melhoramento do funcionamento são, na prática, essenciais para a polícia poder reforçar a sua capacidade de prevenção, controlo e responder aos eventos que envolvem a segurança.

CAPÍTULO II REGIME E REFORMA

O trabalho policial das forças e dos serviços de segurança enfrenta problemas complexos resultantes da realidade da sociedade e respectiva resolução levanta conflitos intermináveis na sociedade, mas o trabalho policial deve cumprir imprescindivelmente os regimes, as leis e a protecção, por isso, é inevitável que haja contradições e conflitos com as mudanças constantes da sociedade e dos regimes estabelecidos, levando a que haja situações de carência de legislação ou existência de lacunas, o que provoca vazios legislativos ou situações em que a lei, nalguns casos, não se adapta à realidade. Assim, é necessário que os departamentos das forças e dos serviços de segurança acompanhem de muito perto o desenvolvimento da sociedade, procurando detectar os problemas atempadamente e resolvê-los com eficácia, bem como estudar e definir, sempre que possível, novos regimes, desenvolvendo reformas da estrutura da administração e do funcionamento do trabalho policial, implementando reformas, apenas desta forma, os departamentos das forças e dos serviços de segurança poderão resolver os problemas eficazmente e trabalhar de forma segura sobre novos problemas e novas dificuldades que possam surgir.

I. PREPARAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Com o desenvolvimento rápido e a vulgarização do uso da *internet* e da tecnologia de comunicação, seja o governo seja o público, dependem cada vez mais destes meios,

mas como existem lacunas nas tecnologias e há uma escassa consciência de prevenção, os problemas relacionados com os sistemas informáticos estão cada vez mais evidentes, a segurança da *internet* e das informações na área pública ou privada enfrentam agora desafios enormes. As variações na tipologia do crime cibernético e os acidentes de segurança cibernética surgem a níveis sem precedentes, especialmente no que diz respeito a escala, gravidade e complexidade. O terrorismo cibernético, furto ou desvio de dados através da *internet*, entre outras novas ameaças da segurança, têm vindo a aumentar, o seu carácter transfronteiriço e oculto têm trazido muitas dificuldades para o trabalho policial. Os actos ilícitos na área cibernética prejudicam gravemente a segurança do sector privado, do sector comercial e até a própria segurança regional e nacional, se o governo e a sociedade não resolvem e lidam com este problema, através de meios adequados, poderão resultar consequências desastrosas e imprevisíveis quanto aos efeitos.

O mundo inteiro reconhece a importância da segurança cibernética e a interligação entre esta e a segurança pública, por isso, estão agora a apetrechar-se para dar resposta a essa nova realidade da segurança. Os nossos vizinhos têm estabelecido regimes e criado departamentos específicos nesta área, reforçando ao máximo a segurança da informação e o funcionamento da *internet* das suas infra-estruturas, tudo para prevenir e combater os ataques e problemas cibernéticos caracterizados por más intenções que acontecem dentro e fora da cidade.

Por isso, na participação no desenvolvimento, precisamos de reconhecer claramente a importância, sensibilidade e vulnerabilidade do espaço virtual cibernético, temos que resolver a segurança cibernética partindo da segurança pessoal, segurança dos departamentos e ir até à segurança regional e nacional, gradualmente estabelecer um sistema de segurança cibernética a partir do topo de Macau, sobretudo planear a linha de rumo do desenvolvimento, de modo a aumentar a capacidade de resposta da segurança cibernética e da informação, para combater eficazmente o crime cibernético e garantir a segurança cibernética e da informação.

Para isso, as autoridades de segurança começarão a desenvolver o trabalho de criação do “Núcleo da Segurança Cibernética da Polícia Judiciária”, que visa efectuar a avaliação dos risco e gestão da segurança cibernética de Macau, garantir a segurança dos sistemas informáticos dos principais infra-estruturas locais, reforçar a capacidade de colaboração entre os departamentos e o sector das telecomunicações de Macau e estrangeiras contra os ataques cibernéticos, melhorar o apoio jurídico e combater com eficácia este tipo de crime, para construir uma base sólida de defesa.

II. DESENVOLVER ESTUDOS SOBRE O REGIME E DEFINIR NOVOS MODELOS DE ACESSO

Tendo em conta que alguns dos regimes jurídicos que regulam as forças e os serviços de segurança já não se adaptam às necessidades reais, as autoridades de segurança criaram, em meados de 2015, um grupo de trabalho específico responsável para estudar os regimes

específicos em vigor relativos às Forças e dos Serviços de Segurança, e decidiram fazer a revisão dos regimes do pessoal da área de segurança, especialmente através da definição de novas formas de promoção, introduzir regimes de acesso vertical, com objectivos de fazer com que os regimes serem mais adequados, oferecendo incentivos para encorajar a mobilidade ascendente e aumentar o entusiasmo do pessoal. Além disso, consoante as mudanças na sociedade e de acordo com as necessidades da execução do trabalho policial, criar de forma adequada novos regimes de pessoal dos quadros de especialistas, racionalizar a estrutura, de forma a construir um sistema de carreira que corresponde com a distribuição das funções, melhorando estes regimes para poder adaptar-se o mais possível ao desenvolvimento e às mudanças da sociedade, assim como garantir a estabilidade e desenvolvimento em geral do pessoal das forças de segurança.

III. HARMONIZAR E REVER A LEGISLAÇÃO, PROMOVER A REFORMA JURÍDICA

Em conformidade com os novos fenómenos ou as novas questões surgidas durante o trabalho policial, especialmente os que têm a ver com o crime, segurança e ordem, as autoridades de segurança continuarão a recolher as opiniões do público e dos serviços relacionados, colaborando plenamente com a administração na definição ou revisão dos regulamentos. A par disso, procuramos também reflectir as nossas opiniões e formular propostas aos serviços governamentais correspondentes e à Assembleia Legislativa por diferentes meios e mecanismos, promovendo assim a realização do processo legislativo e do procedimento de revisão, no sentido de proteger eficazmente a segurança pública.

As autoridades de segurança irão, consoante as necessidades dos vários serviços, tomar parte oportunamente em discussões ou colaborar em estudos especializados. Irão também dar sugestões de acordo com as necessidades do trabalho policial para promover melhorias no sistema jurídico, simplificação de procedimentos e implementação de metas no âmbito legislativo.

IV. EM ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS DA RAEM E IMPLEMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DE RACIONALIZAÇÃO DE QUADROS E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

As autoridades de segurança cooperam com o Governo da RAEM envidando esforços numa série de medidas de optimização e melhoramentos, efectuadas na estrutura orgânica e na administração. De acordo com as últimas atribuições conferidas no âmbito da área da segurança, iniciar-se-á uma reestruturação dos serviços sob sua tutela para impulsionar a melhor articulação entre serviços no contexto das respectivas atribuições e relações de competência, fazendo com que os recursos administrativos sejam adequados ao perfil de competências, visando o aumento da eficiência, tanto na execução da lei como na sua gestão.

Atendendo à ampliação das áreas sob nossa tutela e às mudanças constantes da conjuntura da ordem social e da segurança nacional, é necessário realizar um reajuste adequado do regime organizacional da segurança interna em Macau. As autoridades de

segurança irão rever a estrutura interna de alguns serviços, garantindo a implementação das políticas respeitantes à fusão, cisão, acerto e reestruturação das suas subunidades.

CAPÍTULO III DISCIPLINA E GESTÃO

A rigorosa disciplina policial e boa gestão policial são pressupostos e garantias para as Forças e Serviços de Segurança desencadeiam a execução da lei com alta eficiência. Estabelecer o novo e moderno modelo de policiamento, aperfeiçoar os mecanismos de supervisão interna e externa, e cumprir rigorosamente um sistema de gestão de policiamento rígido e introduzir adequadamente a cultura organizacional flexível baseada em policiamento, são métodos de gestão policial vulgarmente usados nas instituições policiais de todos os países do mundo, e são também a prioridade de política da gestão policial das autoridades de segurança no próximo ano.

I. CONCRETIZAR O CONCEITO DE POLICIAMENTO, PROMOVEDO NOVOS MODELOS DE TRABALHO POLICIAL

No ano passado, as autoridades de segurança orientaram-se sob 3 conceitos: “policiamento activo”, “policiamento comunitário” e “policiamento de proximidade”, o que reflectiu uma nova atitude de trabalho e um novo modelo de execução da lei por parte das forças de segurança e das entidades policiais através de vários meios e medias, tendo-se obtido bons resultados no âmbito da eficácia e da execução da lei, publicidade e educação, gestão de equipas e aumento da transparência das acções governativas. O aumento da atenção e do grau de importância que os cidadãos prestam aos trabalhos e políticas da área de segurança, significa que, durante o processo de construção do sistema de prevenção e controlo de segurança de toda a sociedade e no processo de decisão e execução sobre determinados casos, é necessário aumentar continuamente a transparência das acções governativas, verificando e conhecendo as questões através da interacção entre polícia e cidadãos, para estabelecer medidas e estratégias que mereçam o consenso máximo da sociedade e respondam com a maior capacidade às exigências da sociedade, concretizando com sucesso o conceito policial acima referido.

No futuro iremos concentrar-nos na reforma e inovação do modelo de policiamento, criando condições otimizar a interacção positiva entre os cidadãos e as Forças e Serviços de Segurança, promovendo eficazmente a formação de um novo modelo de trabalho, para obter o maior grau de reconhecimento, apoio e coordenação nas políticas de segurança e medidas de execução.

II. O ALARME DE POLÍCIA SEMPRE SOA, GARANTE A COESÃO PERMANENTE E A DISCIPLINA DE EQUIPA

Relativamente aos fenómenos de violação da disciplina e da lei de certo pessoal individual dos serviços subordinados, afirmamos que não os vamos tolerar e trataremos severamente. Para isso na página electrónica do GSS foi introduzido um campo “Alarme da

Polícia sempre Soa” em Junho de 2015, publicando oportunamente os casos que forem revelados pelas autoridades respectivas, entidades de supervisão, CFD ou instituições judiciais, e que sinalizem violação da disciplina e da lei, aumentando o grau de transparência da gestão disciplinar do pessoal, com vista a manter a sociedade a continuar a prestar atenção e ajudar a fiscalizar as condutas do pessoal da área de segurança, proporcionando ainda as Forças e Serviços de Segurança e ao seu pessoal um padrão de conduta e constante auto-controlo e auto-aperfeiçoamento.

Para qualquer serviço, estes casos de violação da disciplina e da lei não é algo digno de se mostrar, mas devemos aprender com estes casos e conhecer as deficiências e omissões dos trabalhos de gestão policial, por isso, através da divulgação desses casos, como “o alarme sempre soa”, pretendemos que se mantenha presente que não podemos, em absoluto, relaxar ou abrandar a atitude no que à gestão da conduta disciplinar diz respeito.

III. APERFEIÇOAR O MECANISMO DA SUPERVISÃO, E EXECUTAR COM SERIEDADE O SISTEMA DE GESTÃO RÍGIDA

A gestão legítima e eficiente permite a alocação óptima de recursos administrativos para servir melhor as acções governativas. No entanto, para assegurar a legitimidade e a eficiência da gestão, temos que confiar num mecanismo perfeito de supervisão interna e externa a funcionar de forma eficaz e constante e corrigir oportunamente os erros, para que os trabalhos da execução da lei sejam mais legais, rigorosos e imparciais.

No próximo ano, as autoridades de segurança manterão a cooperação com o Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria, obedecendo e coordenando com a fiscalização da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, para garantir a legalidade, o rigor e a imparcialidade dos trabalhos e procedimentos administrativos.

Além disso, as autoridades de segurança continuarão a reforçar a supervisão do funcionamento dos regimes, incluindo a gestão disciplinar do pessoal, e com base nos resultados operacionais reais, ajustarão ou melhorarão os equipamentos de apoio, fazendo reflectir os eficazes efeitos do mecanismo de supervisão das entidades públicas externas, bem como a supervisão da hierarquia interna; também o maior esforço de melhorar o nível de gestão interna, exigindo ao pessoal de direcção e chefias que se assumam como um exemplo para todos, adoptar uma gestão rigorosa, colaborar a alcançar os benefícios das políticas públicas e optimizar as equipas.

IV. VALORIZAR A POLÍTICA DE “LIDERANÇA ORIENTADA PARA A POLÍCIA” E INTRODUIZIR A CULTURA FLEXÍVEL ORGANIZACIONAL

No que diz respeito ao sistema de gestão rígida, uma cultura organizacional flexível pode promover melhor o reconhecimento do serviço prestado pelo pessoal e o amor à sua carreira, por isso, a cultura organizacional flexível baseia-se no conceito de polícia perfeita, inserido no moderno sistema de gestão policial.

Este tipo de cultura, travejada no cumprimento da disciplina rígida dos subordinados e na preservação da dignidade de função por parte dos dirigentes, bem como numa permanente atenção da direcção e das chefias dos serviços às necessidades normais dos subordinados quanto às condições de desenvolvimento das carreiras, conhecendo activamente e resolvendo efectivamente as dificuldades concretas encontradas nos seus trabalhos, promovendo a confiança, o respeito e o reconhecimento mútuos entre superiores e subordinados, criando um ambiente de trabalho saudável, harmonioso e activo, para promover o espírito de trabalho em grupo e o funcionamento eficaz do grupo. Todavia, esta cultura organizacional flexível, de certeza, não pode constituir uma adaptação mútua que contrarie as relações de trabalho entre os superiores e os subordinados, nem o prejuízo ao interesse público ou direitos e interesse legítimos de terceiros para satisfazer as necessidades pessoais.

CAPÍTULO IV COOPERAÇÃO E RELAÇÕES

O trabalho de execução dos serviços de segurança e de polícia é um trabalho de equipa, sendo necessária, nesse sentido, uma colaboração de alta eficiência entre todos os membros da equipa. Por isso, a existência de harmonia interna e de relação amigável externa entre os serviços de segurança e de polícia são pressupostos indispensáveis para atingir esse objectivo de alta eficiência interna e externa de equipa.

I. CRIAR NOVO MODELO DE COOPERAÇÃO DE POLICIAMENTO E COLABORAR PARA A SALVAGUARDA DA SEGURANÇA INTER-REGIONAL

As autoridades de segurança esforçam-se sempre no âmbito da execução, de troca de informações de natureza criminal, das actividades de socorro, da gestão de segurança e dos serviços alfandegários, bem como nas acções de formação técnica, tendendo a reforçar as relações de cooperação externa com os serviços homólogos dos países e regiões vizinhos e associações internacionais, alargando e renovando sempre o conteúdo e o modelo de cooperação, no intuito de juntar todos os esforços policiais regionais e internacionais para promoção de uma boa segurança regional.

Com a implementação de estratégia “Uma faixa, uma rota” do Estado em prol de plataforma de Macau no decurso do desenvolvimento da mesma, está previsto que os contactos entre Macau com os respectivos países e regiões serão mais frequentes, por isso, para estar em articulação com a participação activa de Macau em projectos de desenvolvimento integrado regional e internacional, as autoridades de segurança têm de considerar a situação no seu conjunto, actualizar a sua forma de pensamento e de visão, tomar a iniciativa para estabelecer um mecanismo de cooperação policial regional e internacional eficiente, bem como promover as relações de cooperação com os países posicionados na zona de “uma faixa, uma rota” no âmbito da segurança e de ordem pública, das redes de comunicação e da segurança regional.

Por outro lado, tendo em consideração a tendência do alargamento contínuo das áreas de jurisdição de Macau e do reforço na cooperação no desenvolvimento regional integrado, as autoridades de segurança irão, à base dos bons resultados obtidos, promover a criação dum novo modelo de cooperação, para que os respectivos mecanismos de cooperação regional e internacional estejam em harmonia com a legislação e acordos, bem como facilitem o aumento de eficiência de defesa de segurança em todos os aspectos de execução de lei.

II. PROMOVER O CONCEITO DE “POLÍCIA E CIDADÃO, A MESMA MISSÃO” E DENSIFICAR COM EFICIÊNCIA AS SINERGIAS DAS AUTORIDADES POLICIAIS E DOS CIDADÃOS

Com um novo modelo de serviço policial, o policiamento de proximidade pretende-se, através de mudanças do conceito de trabalho e das técnicas de trabalho, por um lado, melhorar e promover as relações externas de cooperação entre a Polícia e os cidadãos, exigir à Polícia que aumente o nível de transparência do seu trabalho, prestar mais atenção à eficácia e à qualidade de notícias transmitidas e, por outro lado, proporcionar igualmente meios próprios e suficientes às instituições de comunicação social, aos cidadãos e diferentes sectores de sociedade para conhecerem e compreenderem o resultado dos nossos serviços, bem como, ainda, promover a interacção positiva entre a Polícia e os cidadãos. Portanto, a par do aumento contínuo dos meios de divulgação de notícias policiais, começámos, também, neste ano, a trabalhar com uma instituição de comunicação digital para a produção do programa sintético televisivo intitulado “Polícia e Cidadão, a mesma missão”. Desejamos que com o lançamento deste programa, sejam transmitidas aos cidadãos mais informações policiais, reforçado o âmbito de divulgação e educação, bem como intensificado as interacções entre a Polícia e os cidadãos.

Conforme as análises feitas sobre a percentagem de espectadores e o número de visitantes depois de primeira emissão do programa até agora, obtivemos um resultado positivo no âmbito de policiamento de proximidade. No entanto, é de referir que a vontade dos cidadãos na recepção dessas informações, as quais facilitam o aumento da sua consciência de defesa e de segurança, reforça as relações de cooperação com a Polícia e a sua divulgação em toda a comunidade, promove que trabalhos desenvolvidos pelas autoridades de segurança obtenha o reconhecimento e o apoio geral, o que constitui, inquestionavelmente, o critério principal para justificar a eficácia do trabalho do policiamento de proximidade.

As autoridades de segurança irão mobilizar todos os serviços sob a sua tutela para colaborar com a unidade de produção de programa, e conforme as opiniões dos espectadores e a situação de segurança, demonstrar por meios diferentes as informações policiais, renovar e densificar o seu conteúdo, proporcionar mais oportunidades para o intercâmbio e interacção entre a Polícia e os cidadãos, esforçar-se por apelar a uma maior atenção dos cidadãos sobre a situação de segurança e a execução do nosso trabalho, aproveitar a ampliação da cobertura do programa e o efeito de sensibilização, bem

como desenvolver ao máximo o conjunto dos esforços da Polícia e dos cidadãos, para salvaguardar em conjunto a ordem pública e a segurança do território.

III. DESENVOLVER ACÇÃO DE DIVULGAÇÃO DIVERSIFICADA E INCENTIVAR A PROMOÇÃO DE UM INTERCÂMBIO ENTRE POLÍCIA E CIDADÃO

Face a vulgarização de comunicação por via das redes sociais e de tecnologia de multimédia, as autoridades de segurança irão, a par de consolidar a política do policiamento comunitário tradicional, aproveitar também todas as novas aplicações de comunicação, os sites que transmitem vídeos e a multimédia, bem como os demais media diversificados e de grande impacto para divulgar e sensibilizar os utentes de redes as informações de segurança, a fim de concretizar, o intercâmbio a tempo real das informações sobre o policiamento comunitário, desenvolver ao máximo as funções de interacção do novo modelo de policiamento e aumentar ininterruptamente a eficácia de execução e de prevenção.

IV. PROMOVER A COMPREENSÃO ENTRE A POLÍCIA E A IMPRENSA E ELEVAR COM EFICIÊNCIA A COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES

As autoridades de segurança irão igualmente aprofundar as relações de cooperação com a comunicação social, rever continuamente e otimizar o mecanismo de divulgação de informações e de comunicação com o sector de comunicação social, para que todas as informações relativas à segurança sejam divulgadas oportunamente aos cidadãos e que as funções de ligação e de intermediação com sector de comunicação social sejam melhor desenvolvidas. Além disso, irão aproveitar os diferentes meios e ocasiões para ouvir as opiniões acerca do trabalho de execução das linhas de acção governativa, divulgar informações dos serviços, assegurar o desenvolvimento da função fiscalizadora do sector de comunicação social, promover que as autoridades de segurança procedam a uma auto-correcção e optimização de procedimentos oportuna e reforcem a confiança e a cooperação mútuas entre si e a comunicação social. Isto, para além de um bom empenho na realização efectiva de todas as políticas governativas.

CAPÍTULO V PASSAGEM FRONTEIRIÇA E IMAGEM

Tendo como objectivo tornar Macau num centro de turismo e lazer de nível mundial, a eficácia e qualidade do serviço da passagem fronteiriça é uma prioridade para o respectivo desenvolvimento. Nessa conformidade, o aumento da eficácia na passagem fronteiriça, a melhoria da qualidade do serviço e a boa imagem da cidade turística que os agentes policiais transmitam na sua acção de fiscalização, de forma civilizada, constituem trabalhos importantes das Forças e Serviços de Segurança para o ano de 2016.

I. OPTIMIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PASSAGEM FRONTEIRIÇA, CRIAÇÃO DUM CENTRO DE TURISMO E LAZER

Actualmente, a pressão do fluxo de entrada e saída nas fronteiras de Macau, concentra-se, principalmente, nas Portas do Cerco, o que se deve às limitações da área e respectivas

instalações, razão por que a aceleração na construção do Posto Fronteiriço Qingmao, bem como a triagem de passageiros no posto fronteiriço do COTAL irão tornar-se um dos trabalhos mais importantes relativos à migração. Em 2015, através dos contactos entre o Governo da RAEM e os demais sectores, alguns autocarros turísticos e de transporte de trabalhadores, designadamente os que trabalham naquela zona passam a entrar e sair do território através do posto fronteiriço do COTAL. O serviço de migração da Polícia está a estudar com os respectivos serviços sobre a ampliação das faixas de rodagem da saída e chegada no posto fronteiriço do COTAL, e estudar com os respectivos serviços públicos do Interior da China sobre o novo modelo da passagem fronteiriça.

O CPSP e os SA irão aperfeiçoar e reforçar o modo de funcionamento e de gestão, continuando a otimizar os serviços de passagem fronteiriça nos diversos postos fronteiriços, adoptando várias medidas de elevada eficiência e qualidade para a prestação de serviço na migração, tais como aceleração da passagem fronteiriça e alívio da pressão das multidões.

II. LIBERTAR MAIS AGENTES POLICIAIS, INTENSIFICANDO O SERVIÇO DE PASSAGEM FRONTEIRIÇA COM ELEVADA EFICIÊNCIA

O CPSP e a DSFSM irão libertar mais agentes policiais, através de medidas concretas, tais como o reforço da racionalização da gestão, recrutamento de mais pessoal administrativo e de segurança, simplificação dos procedimentos internos, criação de serviço de auto-atendimento, aplicação da certificação electrónica, estabelecimento do governo electrónico em cooperação com os parceiros, entre outras medidas. Assim, para além de se assegurar o cumprimento das tarefas administrativas gerais e manter um serviço de elevada qualidade, os agentes policiais desonerados de funções administrativas irão amenizar a questão da insuficiência do pessoal da linha da frente, assegurando-se o serviço de passagem fronteiriça com a mais elevada eficiência.

III. DESENVOLVER A FORMAÇÃO NA ÁREA DO PROTOCOLO, ASSEGURAR A IMAGEM TURÍSTICA DA CIDADE

A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau irá cooperar com o Instituto de Formação Turística e o Instituto Português do Oriente, para iniciar acções de formação de protocolo e de serviços de qualidade, em 2016. A frequência da formação para os elementos é organizada apropriadamente pelos serviços a que pertençam, conforme a necessidade da Polícia nos postos dos elementos. A formação serve principalmente para os agentes policiais da linha da frente, sendo prestada especialmente aos elementos do Serviço de Migração nos postos da primeira linha e aos agentes policiais da linha da frente colocados nas zonas turísticas. Serão leccionadas por instrutores profissionais, com relevo para o método de ensino diversificado e interactivo. O curso é dividido em três grandes partes, sendo a linguagem prática, as técnicas de atendimento ao público e a gestão emocional, bem como os conhecimentos gerais e colectivos.

A criação do curso tem por fim responder ao desenvolvimento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, além de visar formação profissional principalmente para os agentes policiais da linha da frente de acordo com o desenvolvimento social e o meio ambiente de Macau, e tem por objectivo reduzir a pressão causada pelos cidadãos e turistas, bem como tratar com eficiência as consultas dos visitantes e dar-lhes apoio. Mais, espera-se ainda que com a intensificação da formação específica de protocolo e técnicas de atendimento ao público, o trabalho policial quotidiano se torne mais regulamentado e apropriado à necessidade do desenvolvimento social e que, através disso, será formado um sentido de identidade próprio da profissão, em prol do estabelecimento de modo contínuo de uma imagem positiva e activa para a Polícia de Macau.

IV. BOA PREPARAÇÃO, RESPOSTA À GESTÃO DO TERRITÓRIO MARÍTIMO AFECTO A MACAU

Na futura jurisdição exclusiva do território marítimo, os SA irão estabelecer novas orientações de trabalho segundo as disposições legais, transferir agentes policiais suficientes, acompanhar com todo o empenho a segurança marítima, patrulhamento, fiscalização policial e aduaneira, o combate à imigração ilegal, contrabando e às demais actividades ilícitas, bem como prestar socorro aos navios em perigo. Irão exercer plenamente as funções de prevenção e supervisão na jurisdição exclusiva do território marítimo de Macau, bem como executar os trabalhos relativos às instalações e construções novas no futuro.

A fim de definir o trabalho de vigilância plena nas áreas marítimas sob jurisdição de Macau, os SA irão tomar diversas medidas de gestão quanto aos objectivos da futura jurisdição exclusiva do território marítimo, incluindo o suplemento do pessoal necessário, aquisição dos correspondentes navios e equipamentos, estabelecimento das bases marítimas de funcionamento necessárias nos extremos leste e sul de Macau, aceleração da resposta dos navios de serviço público e das lanchas da fiscalização perante incidentes imprevistos a ocorrer dentro de todo o território marítimo sob a jurisdição de Macau, cooperação com os serviços marítimos das zonas adjacentes, partilha conjunta da informação relativa ao controlo de tráfego de navios e à infracção cometida pelos navios, partilha dos resultados de investigação a acidentes marítimos, intensificação da troca de informações e mensagens com os órgãos de autoridade do Interior da China, bem como reforço na capacidade de resposta comum de Zhuhai e Macau à imigração ilegal e contrabando.

CAPÍTULO VI RECUPERAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL

Impulsionar a recuperação e apoiar a reinserção social são atribuições principais do EPM. Para cumprir, com eficácia, as atribuições conferidas, o EPM tem aperfeiçoado constantemente a qualidade dos equipamentos de *software* e *hardware* e tem intensificado, de forma contínua, a capacidade de formação e de integridade do seu pessoal, isto tudo são prioridades das linhas de acção governativa do ano 2016 da EPM.

I. PROMOVER UMA COOPERAÇÃO MULTILATERAL, PROMOVEDO A CONSTRUÇÃO DO NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Apesar de se ter procedido à reorganização e ampliação das celas nos últimos anos para atenuar a insuficiência da lotação prisional, segundo a actual tendência crescente do número de reclusos, o espaço de acolhimento existente apresenta-se como bastante insuficiente. Assim, é necessário continuar a diligenciar o aceleramento da execução das obras de construção do novo estabelecimento prisional. No entanto, as exigências rígidas em termos de segurança e de qualidade para com a construção de prisão, somadas às normas inflexíveis verificadas no procedimento administrativo quanto às obras públicas, constituem factores de atraso imprevistos no decurso da execução dessas obras, as quais registaram atraso muito significativo logo no seu início. Daí que promover a cooperação multilateral para reforçar a comunicação e coordenação, bem como encontrar e excluir o mais cedo possível os diversos obstáculos que afectem o prosseguimento das obras, constitui a tarefa-chave para a implementação da construção do novo estabelecimento prisional.

II. IMPLEMENTAR UM ACONSELHAMENTO DIVERSIFICADO DE APOIO À REINserÇÃO SOCIAL

O EPM irá constantemente elevar a qualidade demonstrada nas tarefas de segurança e vigilância e de reinserção social, por meio de prestação de apoio pelos assistentes sociais, realização de seminários, *workshops* e actividades públicas, bem como por via da organização de curso de formação profissional, como forma de implementação dum aconselhamento diversificado de apoio à reinserção social dos reclusos.

III. REUNIR AS FORÇAS MULTILATERAIS PARA PROMOVER O ACOMPANHAMENTO EDUCATIVO DE MENORES

Sob a coordenação e planeamento geral do Governo da RAEM, as áreas de Segurança e de Administração e Justiça mantêm uma interacção activa relativamente ao processo de avaliação e coordenação da integração do Instituto de Menores (IM) no EPM.

A integração do IM no EPM permite a concentração de recursos, a redução de custo e a elevação da eficiência na execução de pena e das tarefas educativas, sendo uma das medidas relevantes para a política "Elite e Simplificação" empreendida pelo Governo da RAEM. Como esta acção inclui a fusão de serviços e a reestruturação do organismo e como existe uma grande diferença entre a função de serviços correcionais do estabelecimento prisional e a função tutelar educativa e de medida de internamento aplicada aos jovens infractores pelo tribunal, com execução pelo IM, torna-se necessário fazer face aos obstáculos da legislação, ter em conta o ajustamento da estrutura, discutir o funcionamento concreto, assim como evitar os conflitos recíprocos entre as duas diferentes funções que podem provocar confusão em termos de gestão.

O mais importante é a existência de conexão entre a disposição e planeamento global das futuras tarefas do EPM e a promoção da acção do acompanhamento educativo dos

menores. Não se pode ignorar o normal desenvolvimento do acompanhamento educativo dos menores devido à fusão de departamentos e com o decorrer dos seus procedimentos, o que implica a coordenação de forças das diferentes partes envolvidas fim de satisfazer, o melhor possível, as necessidades concretas de equipamentos do futuro IM.

IV. SUPERINTENDÊNCIA INTERNA REFORÇADA PARA ELEVAR A CAPACIDADE DE CONTROLO SOBRE O ESTABELECIMENTO PRISIONAL

A pressão de supervisão e o risco de gestão pelo espaço insuficiente provenientes da subida contínua do número de reclusos, bem como o aumento do risco de segurança no trabalho do estabelecimento prisional devido à integração da função do acompanhamento educativo de menores, fazem com que o estabelecimento prisional tenha de tomar medidas de segurança com maior eficiência e efectuar preparativos para a gestão de crises no sentido de prover, o melhor possível, à segurança e à disciplina interna da prisão, superintender e distinguir bem as diferenças entre serviços correcionais e acompanhamento educativo de menores para que estas duas atribuições possam ser cumpridas efectivamente.

Tendo ocorrido casos de infracção por parte de elementos do estabelecimento prisional, torna-se necessário rever as orientações para conduta íntegra desse organismo, incutir, de forma reforçada, a consciência de integridade no pessoal de guarda prisional através dos cursos de formação de ingresso, de formação em exercício e de formação para promoção profissional, bem como organizar actividades gerais associadas à educação anti-corrupção por parte do Comissariado Contra a Corrupção. Por outro lado, serão aperfeiçoadas as orientações internas no sentido de reforçar a superintendência de disciplina, efectuando-se as investigações à luz da lei.

CONCLUSÃO

Todo o pessoal da área de segurança irá, sob liderança do Chefe do Executivo e do Governo da RAEM, empenhar-se com todos os esforços para o cumprimento das linhas de acção governativas, acabar com eficiência todos os trabalhos, bem como promover, de modo gradual e seguro, os trabalhos de execução. Além disso, irá também fazer ajustamentos e actuar com plasticidade perante os novos problemas que surgirão durante a realização do nosso trabalho, para a salvaguarda da segurança e do desenvolvimento do território.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Em 2015, na área dos assuntos sociais e cultura, tem-se assegurado o espírito de “progresso através da inovação, empenho na exploração e dedicação com pragmatismo”, em torno dos seis aspectos da sua acção, nomeadamente “reforma do que está ultrapassado, boas políticas e governação adequada, preocupação e prestação de apoio, prosperidade de Macau através da educação, inovação através de sinergias e ambiente de felicidade”, tendo sido plenamente desenvolvida a meta governativa de “aspirações comuns para o futuro e partilha da prosperidade” determinada pelo Chefe do Executivo.

Em 2016, na área dos assuntos sociais e cultura, a acção governativa será desenvolvida sob o tema “Impulsionar a economia, promover o bem-estar da população, consolidar o desenvolvimento”, definido pelo Chefe do Executivo, designadamente, através de uma auscultação mais ampla das opiniões da população, conhecendo a sua situação, do fomento da reforma dos cuidados de saúde, do firme desenvolvimento da “prosperidade de Macau através da educação”, do apoio sem reservas e preocupação prestados aos grupos em situação vulnerável, da aceleração do desenvolvimento do sistema de segurança social de dois níveis e do aprofundamento da constituição do mecanismo permanente, especialmente do da formação dos quadros qualificados; simultaneamente, alargar-se-á o mercado turístico, encontrar-se-ão novas fontes de turistas, oferecer-se-ão produtos diversificados e promover-se-á a cooperação entre as áreas turística, cultural e desportiva, no intuito de produzir maiores sinergias, de forma a concretizar o objectivo estratégico de posicionar Macau como um “Centro mundial de turismo e lazer”.

No domínio da Saúde

Em 2015, o novo Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) seguiu os princípios “um tratamento eficaz privilegia a prevenção” e “desempenho centrado no bem-estar dos utentes”, tendo adoptado novas medidas de prestação de cuidados de saúde, procurado concretizar todas as políticas na área de saúde, envidando todos os esforços para proteger a vida e a saúde dos cidadãos.

Face à ocorrência da Síndrome Respiratória do Médio Oriente e à ameaça de outras doenças transmissíveis nas regiões vizinhas, em cumprimento das orientações emanadas da Organização Mundial de Saúde (OMS), manteve-se o nível elevado de alerta e foram rapidamente adoptadas medidas rigorosas de prevenção e controlo. Até ao presente, Macau tem obtido sucesso no combate às ameaças decorrentes de diversas doenças transmissíveis graves. Encarando a ocorrência frequente de desastres naturais ou acidentes imprevisíveis provocados pelo homem, foi realizado, com sucesso, o maior simulacro de socorro conjunto após a transferência de soberania, melhorando a capacidade de contingência e de resgate face a incidentes de emergência de grande escala.

Devido à crescente procura dos serviços médicos, com base na cooperação existente, foi aumentado o número de beneficiários dos serviços de consulta externa e de urgência atendidos por instituições de saúde sem fins lucrativos bem como o valor de financiamento. Foram lançadas aplicações móveis e linhas telefónicas abertas para facilitar aos utentes

a escolha do local adequado para consulta médica. Foi, ainda, prolongado o horário de funcionamento das especialidades do Centro Hospitalar Conde de São Januário e dos centros de saúde e foi acrescentado o serviço médico nocturno. Foram melhorados o mecanismo de triagem da primeira consulta e a gestão da mobilidade recíproca entre o Centro Hospitalar Conde de São Januário e os centros de saúde, foi inovado o sistema de saúde, foi racionalizado o uso dos recursos de saúde e encurtado o tempo de espera dos utentes.

Os projectos de construção inerentes ao Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde estão a ser ordenadamente desenvolvidos. As plantas arquitectónicas e o plano do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas foram basicamente concluídos e algumas obras têm-se desenvolvido progressivamente. O Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo-Lago e o Alojamento dos Trabalhadores de Emergência de Saúde Pública entraram já em funcionamento.

Além de consolidar os serviços médicos existentes destinados aos idosos, o Governo da RAEM implementou o novo programa “Linha Aberta de Apoio na Saúde para idosos” e o programa relativamente aos idosos. Por outro lado, foram convidados especialistas para procederem a um planeamento, de longo prazo, do desenvolvimento da especialidade de geriatria no Centro Hospitalar Conde de São Januário, em coordenação com os trabalhos já desenvolvidos no âmbito do Programa de Alta Hospitalar e o Centro de Recursos para Doentes, que alargou, de forma abrangente, o âmbito e a intensidade da prestação de apoio aos idosos.

No âmbito de prevenção e controlo para a defesa da saúde pública, foi, nos termos legais, elaborado o relatório de acompanhamento e avaliação do Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo, e apresentadas várias sugestões de alteração à lei; concretizaram-se com eficácia os trabalhos de terceira fase - proibição total de fumar nos bares, salas de dança, estabelecimentos de saunas e de massagens, promovendo, assim, o progresso contínuo dos trabalhos de controlo do tabagismo. Foram implementados dois programas pilotos, um sobre o rastreio da saúde da população e outro sobre o rastreio de cancro colorrectal, procedendo-se à análise dos dados recolhidos através do rastreio do cancro de colo do útero e ao balanço dos resultados; foi alargado o rastreio auditivo a todos os bebés, de modo a proteger efectivamente a saúde dos residentes.

O Governo da RAEM dá grande importância ao aumento da qualidade dos serviços de prestação de cuidados de saúde e, neste âmbito, procedeu, gradualmente, à implementação do mecanismo permanente de audiência médica e criou a equipa preparatória da Academia de Medicina de Macau para promover o desenvolvimento profissional contínuo dos profissionais de saúde. Concomitantemente, foram iniciados e concretizados ordenadamente os procedimentos de recrutamento e formação de profissionais de saúde. Os diplomas legais referentes ao erro médico, formação de médicos, inscrição dos profissionais de saúde e assuntos farmacêuticos estão também na fase de elaboração e revisão, com vista ao aperfeiçoamento do sistema de saúde.

Em coordenação com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” promovida pelo País, foi criado o Centro de Cooperação de Medicina Tradicional da Organização Mundial de Saúde em Macau que impulsionou o desenvolvimento e a aplicação da medicina tradicional chinesa. A par disso, foi reforçada a cooperação com as instituições de saúde internacionais, do Interior da China e das regiões vizinhas, de forma a aumentar o nível geral dos serviços de prestação de cuidados de saúde de Macau.

Em 2016, o Governo da RAEM continuará a promover a linha de orientação “um tratamento eficaz privilegia a prevenção”, a melhorar e inovar o sistema de gestão médica e procurará continuar a melhorar a qualidade dos serviços médicos.

A prevenção e o tratamento das doenças infecciosas graves e a resposta emergente a desastres em grande escala constituem tarefas prioritárias do Governo da RAEM. Com base nas experiências bem sucedidas dos trabalhos de prevenção e controlo que têm sido efectuados ao longo dos anos, através da monitorização estreita, do acompanhamento de medicamentos, da definição de directrizes e do melhoramento dos mecanismos de notificação interregional, envidará todos os esforços para a prevenção e controlo de surtos de doenças infecciosas. Irá também acelerar a construção do Edifício de Especialidade Médica (doenças infecciosas) do Centro Hospitalar Conde de São Januário e reintegrar e racionalizar a utilização dos recursos de prevenção e controlo dessas doenças, reforçar a realização periódica de simulacros de resposta a desastres, melhorar a capacidade de gestão de crises e a qualidade dos serviços prestados, a fim de proteger a vida e segurança dos cidadãos.

Face ao envelhecimento da população de Macau, o Governo da RAEM introduziu o conceito da iniciativa da Organização Mundial de Saúde “idosos com vitalidade”, minimizando o impacto de doenças crónicas neste grupo etário. Através de diversas medidas, tais como promoção de cursos de formação para a autogestão das doenças crónicas, expansão gradual, na unidade associada de cuidados continuados situada nas Ilhas, da enfermaria de idosos, reforço das funções do Centro de Recursos para Doentes, prestação de serviços de apoio na comunidade aos idosos portadores de cancro, diabetes, entre outras doenças crónicas, empenhando-se no melhoramento dos serviços médicos prestados aos idosos e na construção de uma sociedade saudável e com longevidade.

Serão atingidos os objectivos de promoção da saúde e de fornecimento de serviços facilitadores aos cidadãos, por meio do reforço do serviço da autoavaliação da saúde nos centros de saúde, da construção de uma plataforma de comunicação interactiva com os cidadãos recorrendo aos meios de comunicação e da criação do Centro de Recursos para o Controlo do Tabaco; Por outro lado, de acordo com as orientações da OMS, será criado um mecanismo conjunto de “prevenção conjunta de quatro níveis, ligados intimamente aos tetracíclicos”, de forma a dar resposta às necessidades da população nos cuidados de saúde mental.

Empenhar-se-á na ampliação dos serviços nocturnos do Centro Hospitalar Conde de São Januário e pretende-se, através do regime permanente de audiência da saúde e do

mecanismo de avaliação da eficácia, promover um desenvolvimento focado em serviços hospitalares diferenciados. Tendo em vista aumentar o grau de satisfação dos cidadãos relativamente aos serviços médicos do sector público, será reforçada a cultura organizacional hospitalar e aperfeiçoado o fluxograma de atendimento dos utentes, para melhorar a relação entre profissionais de saúde e utentes. Juntamente com a nova avaliação, no âmbito da acreditação hospitalar e a acreditação do sistema da qualidade laboratorial, reforçar-se-á a gestão do sistema. Aliás, desenvolver-se-á a construção do Sistema Electrónico de Processos Clínicos e o teste de simulação, reforçando a protecção da privacidade dos pacientes; continuará a manter-se estreita colaboração com instituições de saúde sem fins lucrativos, bem como a atribuir vales de saúde, de forma a proporcionar aos residentes assistência médica mais conveniente.

Continuar-se-á a realizar o inquérito sobre o estado de saúde da população de Macau e o programa relativo ao rastreio do cancro colorrectal, concretizando, assim, uma recolha constante de dados e análises, bem como se continuará o estudo da viabilidade da realização de investigação sobre tratamento individualizado do cancro, que contribuirão para avaliar o estado de saúde da população de Macau e servirão também de fundamento à definição futura de uma política de saúde.

Empenhar-se-á em concretizar o “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde”. O Centro Clínico de Saúde Pública e o Posto de Saúde de Coloane, após a sua remodelação, entrarão em funcionamento e as obras de acabamentos interiores no Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde serão também iniciadas. Acompanhará de um modo planeado o andamento da construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, dos edifícios do Hospital de Reabilitação em Ká-Hó, de Coloane, do Centro de Saúde de Praia do Manduco e do Centro de Saúde de Seac Pai Van, reforçando a construção de *hardware* e aumentando a capacidade de disponibilização de serviços.

O Governo da RAEM realizará acções de formação do pessoal de acordo com um plano definido e iniciará os trabalhos preparatórios para a criação da Academia de Medicina de Macau. Através da criação da Comissão Especializada de Saúde, será introduzido o regime de inscrição dos profissionais de saúde em diferentes áreas, melhorando a qualidade dos serviços prestados. Será ainda promovida a revisão contínua dos diplomas legais sobre erro médico, profissionais de saúde, controlo do tabagismo e medicamentos. Aliás, com a criação do “Centro de Colaboração da OMS para a Medicina Tradicional” em Macau, concede apoio ao desenvolvimento da medicina tradicional chinesa. Será ainda aprofundada a cooperação com a Organização Mundial de Saúde, com a Comissão Nacional de Saúde e Planeamento Familiar e com diversas instituições médicas das regiões vizinhas, promovendo, em conjunto, o desenvolvimento regional contínuo dos cuidados de saúde.

No domínio da Educação

Em 2015, o Governo da RAEM continuou a impulsionar o processo legislativo do “Regime do Ensino Superior”, aperfeiçoando, ainda, as propostas de lei dos respectivos

diplomas legais complementares. Iniciou-se, de forma ordenada, a elaboração do plano de desenvolvimento a médio e longo prazo, na área do ensino superior. Deu-se continuidade à estruturação do Regime de Avaliação do Ensino Superior para promover o aumento consistente da qualidade do ensino.

Continuou-se a atribuir o “Subsídio para aquisição de material escolar aos estudantes do ensino superior”. Foi acrescentado um novo tipo de bolsa de mérito para estudos pós-graduados, estudando-se a criação de uma plataforma de serviços para a apresentação da candidatura às bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo, concedidas pelos diversos serviços públicos. Coordenaram-se e promoveram as acções do “Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau (sobre as disciplinas de línguas e de matemática)”.

Para além disso, reforçou-se o papel do “Balcão da prestação de serviços polivalentes” do “Centro dos Estudantes do Ensino Superior”. Prosseguiu-se a optimização da página electrónica do “*Blog para os Estudantes do Ensino Superior*”, lançando-se, ainda, a versão actualizada de aplicações para telemóvel, de modo a intensificar a ligação entre os estudantes de Macau, que estudam em Macau e no exterior. Organizaram-se actividades diversificadas sobre a continuação dos estudos e o emprego, tendo-se, também, prosseguido a optimização da “Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior”, no sentido de dar apoio aos estudantes para planearem melhor a sua carreira profissional. Promoveram-se medidas diversificadas, tais como, o plano de financiamento, o lançamento de actividades e a oferta de estágios para os estudantes terem diferentes experiências de aprendizagem, alargando os seus horizontes, promovendo o seu sentimento de “amar a Pátria e Macau” e o seu desenvolvimento global.

As instituições de ensino superior continuaram a acompanhar os trabalhos de revisão dos seus estatutos, reforçando, de forma activa, as suas qualidades de ensino. Em paralelo, estas prosseguiram a formação dos quadros qualificados necessários ao desenvolvimento sustentável de Macau, de acordo com o seu próprio posicionamento do desenvolvimento.

Em 2016, o Governo da RAEM continuará a implementar as linhas orientadoras “Promover a prosperidade de Macau através da Educação” e “Construir Macau através da formação de talentos”, promovendo o processo legislativo do “Regime do Ensino Superior” e dos respectivos diplomas legais. Elaborar-se-ão os projectos preliminares do plano de desenvolvimento a médio e longo prazo, realizando, ainda, uma melhor preparação para a implementação do Regime de Avaliação do Ensino Superior.

Será melhorada a “Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior”, desenvolvendo o papel do “Balcão da prestação de serviços polivalentes” do “Centro dos Estudantes do Ensino Superior”. Através da organização de várias actividades, dar-se-ão informações diversificadas ao público, para que estas ajudem os estudantes a preparar bem o planeamento da sua carreira profissional. Dar-se-á continuidade à optimização da página electrónica do “*Blog para os Estudantes do Ensino Superior*”, no sentido de dar mais atenção aos estudantes e reforçar a sua comunicação, através de várias plataformas na *internet*.

Continuar-se-á a atribuir o “Subsídio para aquisição de material escolar aos estudantes do ensino superior”, serão revistos o número e montante das bolsas de mérito para os estudos pós-graduados, fazendo-se os ajustamentos, eventualmente, adequados. Para além disso, prosseguir-se-á a organização das informações sobre as bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo, oferecidas pelos vários serviços públicos, para criar condições favoráveis à construção de uma plataforma conjunta, relativa à apresentação de candidaturas. Promover-se-ão e apoiar-se-ão, de forma activa, os estudantes para realizarem as suas actividades, sob a forma de auto-organização, a fim de enriquecer as suas experiências de aprendizagem. Dar-se-á continuidade ao melhoramento dos serviços de aconselhamento aos estudantes do ensino superior.

Em simultâneo, através do investimento dos recursos, ajudar-se-ão as instituições do ensino superior na optimização do ambiente pedagógico e da investigação científica, com o propósito de promover o desenvolvimento do respectivo pessoal na sua área profissional. Para corresponder a situação de desenvolvimento do Governo da RAEM, coordenar-se-á e promover-se-á a realização de projectos de cooperação entre as instituições de ensino superior; criando em Macau, o “Centro Global para a Educação e Formação em Turismo”, procedendo-se ao estudo da criação de um plano especial de financiamento para promover a formação de quadros qualificados de língua chinesa e portuguesa, bem como a cooperação do ensino e da investigação.

As instituições de ensino superior, de acordo com o processo legislativo do “Regime do Ensino Superior”, acompanharão, activamente, os trabalhos de revisão dos seus estatutos e regulamentos, desenvolvendo, também, as suas próprias características e vantagens, para satisfazerem as necessidades da sociedade quanto à formação permanente de quadros qualificados dos vários sectores profissionais.

No âmbito do ensino não superior, realizou-se, em 2015, a avaliação intercalar dos trabalhos no âmbito do “Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)”, continuou-se o reforço no investimento de recursos na educação, fortaleceu-se a optimização da escolaridade gratuita de 15 anos, alargando a medida de cálculo do subsídio, por turma de 25 a 35 alunos, ao primeiro ano do ensino secundário complementar. Em articulação com as necessidades de formação de quadros qualificados, lançou-se o plano de intercâmbio dos alunos excelentes do ensino secundário para a aprendizagem no exterior e adoptaram-se novas medidas para apoiar os alunos de famílias carenciadas na participação em actividades de aprendizagem no exterior, alargando a sua visão internacional. Reforçou-se o investimento no ensino especial, bem como se potenciaram as funções de diversas bolsas de estudo e mérito para o ensino superior e outros subsídios, assegurando efectivamente a equidade do ensino. Intensificaram-se as cooperações e intercâmbios, no âmbito da educação, com o Interior da China, regiões vizinhas e países lusófonos, promovendo, de forma empenhada, o desenvolvimento e a internacionalização do sistema educativo.

A educação moral foi considerada prioritária, tendo sido reforçada a formação da consciência do amor pela Pátria e por Macau dos alunos; actualizaram-se os materiais

didáticos de “Educação Moral e Cívica” do ensino primário, assim como se realizou a revisão sistemática das “exigências das competências académicas básicas” relacionadas com o ensino da História da China. Aprofundou-se a reforma curricular, com a implementação global das “exigências das competências académicas básicas” do ensino infantil, bem como foram publicados os materiais didáticos complementares de Literatura e de Geografia de Macau. Continuou-se a participação no “Programa Internacional de Avaliação de Alunos” (PISA 2015), foi lançado o plano de jovens escritores na escola e prepararam-se os alunos do ensino primário para a participação no teste internacional de leitura e literacia.

Redobram-se os esforços para o desenvolvimento do ensino técnico-profissional e da educação contínua, de modo a responder à diversificação adequada da economia, tendo sido adoptadas novas medidas para incentivar os alunos a submeterem-se a exame para obterem a credenciação de competência profissional e promoveu-se, gradualmente, a construção do “centro prático de ensino técnico-profissional” e do “centro de formação de línguas”. Continuou-se a implementação da segunda fase do “Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo”, tendo sido iniciada a avaliação intercalar e incentivada a promoção da educação contínua. Reforçou-se a construção de um corpo docente de excelência e foi atribuída, pela primeira vez, a menção de “Professor Distinto” do ano lectivo de 2014/2015. Foi lançado o programa “Plataforma de aprendizagem para encarregados de educação”, com o qual se estabeleceu uma rede de apoio mútuo entre os encarregados de educação.

No âmbito da juventude, desenvolveu-se, de forma contínua, a função de coordenação do grupo de acompanhamento interdepartamental e implementaram-se diversas medidas relativas à “Política de Juventude de Macau (2012–2020)”. Realizou-se uma série de actividades relativas à Comemoração do 70.º aniversário da vitória do povo chinês na guerra de resistência contra a agressão japonesa, reforçando nos jovens alunos a sua identidade nacional. Alargou-se e aprofundou-se o intercâmbio com o Interior da China, tendo sido desenvolvidas, plenamente, as funções do acampamento militar de Verão, da jornada de educação da defesa nacional, das actividades educativas ao ar livre e das actividades de experiência para a vida, no âmbito da educação de amor pela Pátria e por Macau e do crescimento dos jovens.

Tendo em conta a utilização da *internet* na vida contemporânea, utilizaram-se plataformas de multimédia, divulgação de informações e meios adequados, a fim de reforçar o intercâmbio e comunicação com os jovens. Reforçou-se a transmissão da excelente cultura tradicional chinesa, tendo sido alargada a cobertura do plano educativo de generalização das artes, abrangendo os alunos desde o sexto ano do ensino primário ao ensino secundário. Desenvolveram-se as funções de várias partes, com vista a criar um ambiente de equidade e saudável para o crescimento dos jovens.

No âmbito do ensino não superior, em 2016, ao desenvolvimento da educação será dado todo o apoio, procurando-se aumentar a proporção das despesas públicas destinada ao financiamento da educação. Estudar-se-á o lançamento da primeira fase das “obras de

melhoria nas escolas” de modo a resolver a questão do seu funcionamento nos pódios dos prédios, melhorando o sistema educativo não superior, em termos de regimes e instalações. Realizar-se-á, também, uma série de actividades alusivas ao 10.º aniversário de promulgação da “Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior”, revendo as novas exigências relativas à cooperação regional da nova era e ao desenvolvimento da sociedade de Macau em relação ao ensino não superior, bem como duplicar-se-á o esforço na concretização do “Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)”. Reforçar-se-á a fiscalização da utilização do financiamento na área da educação, envidando esforços para a criação de um sistema de garantia de qualidade da educação.

Adoptar-se-ão novas medidas para melhorar a capacidade linguística em mandarim dos docentes de língua chinesa, reforçar-se-á a formação de docentes de língua portuguesa, bem como serão organizados alunos para participarem, durante o Verão, em acções lectivas de línguas no exterior, no sentido de preparar, de forma sistemática e específica, quadros qualificados das línguas chinesa, portuguesa e inglesa. Em paralelo, os alunos do 4.º ano do ensino primário irão participar no “Progresso no Estudo Internacional de Leitura e Literacia” (PIRLS), com vista a melhorar a sua literacia de leitura. Actualizar-se-á o número das diversas bolsas de estudo para o ensino superior, de forma a cobrir todas as necessidades dos alunos graduados do ensino secundário complementar. Será lançada a “Medida do Registo Central para Acesso Escolar dos Alunos do Ensino Infantil pela Primeira Vez”, facilitando o requerimento dos encarregados de educação para o acesso escolar dos seus educandos.

Serão publicados os materiais didácticos de “Educação Moral e Cívica” revistos para o ensino primário, reforçando a educação moral e cívica. Considerar-se-á importante o enriquecimento do percurso de aprendizagem dos alunos, estimulando o desenvolvimento da sua inteligência diversificada. Em paralelo, serão acelerados os trabalhos de revisão dos diplomas legais sobre o regime educativo especial, lançando uma nova forma de financiamento para o ensino inclusivo e desenvolvendo a educação de alunos sobredotados. Concretizar-se-á o plano para o desenvolvimento do ensino técnico-profissional e actualizar-se-á o regime deste ensino, desenvolvendo, de forma gradual, o sistema educativo, de modo a responder às necessidades de uma diversificação adequada da economia. Promulgar-se-ão as “Exigências das competências académicas básicas” do ensino primário e dar-se-á importância à elaboração de materiais didácticos, promovendo, com todo o empenho, a reforma curricular. Partindo da síntese das experiências de implementação da segunda fase do “Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo”, será estudada a elaboração das políticas da próxima fase.

No âmbito da juventude, de acordo com as exigências da “Política de Juventude de Macau”, será feita uma revisão intercalar da sua execução, com vista a acumular experiências, de modo a garantir a plena concretização de todas as medidas. Reforçar-se-á, também, a comunicação com os serviços nacionais responsáveis pelos trabalhos juvenis, promovendo-se a cooperação com a Federação da Juventude *All-China* e a Federação dos Estudantes *All-China*. Através da criação de um mecanismo regular de comunicação entre os jovens de

diferentes sectores e membros do Governo e individualidades da sociedade, encorajar-se-á o envolvimento dos jovens nos assuntos sociais. Lançar-se-ão novas medidas para ajudar os jovens a conhecerem melhor a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”; realizar-se-á o “Festival Juvenil Internacional de Dança 2016”, bem como se aproveitarão plenamente as condições oferecidas no âmbito da cooperação Guangdong-Macau, permitindo criar um palco para o seu crescimento e desenvolvimento.

Alargar-se-á a eficácia das actividades de acampamento no âmbito da educação para o amor pela Pátria e por Macau, proporcionando mais oportunidades para que os jovens conheçam melhor a excelente cultura tradicional chinesa e a “Lei Básica”, criando-lhes um sentimento de pertença nacional. Será explorada uma plataforma de análise da condição física dos alunos e de orientações desportivas, bem como serão expandidos diversos serviços prestados à juventude. Conjugar-se-ão os esforços da sociedade para formar uma geração jovem que cumpra o estado de direito, ame e contribua para a Pátria, possua boa saúde física e mental, seja auto-suficiente e possua coragem para inovar, aumentando também a sua capacidade de raciocínio e de pensamento independente.

No domínio da Acção Social

Em 2015, o Governo da RAEM continuou a otimizar os diversos apoios sociais e medidas de bem-estar, envidando todos os esforços para assegurar a qualidade de vida das famílias em situação vulnerável, bem como, prestando aos residentes com necessidades os adequados serviços de apoio à família e à comunidade, em prol do bom desenvolvimento dos serviços sociais.

Com vista a melhor responder às necessidades dos grupos sociais em situação vulnerável, concluiu-se o estudo sobre a revisão do mecanismo de ajustamento do valor do risco social e manteve-se o actual modelo de ajustamento que permite uma melhor protecção àqueles grupos, tendo sido também aumentados os montantes do subsídio para idosos e do subsídio de invalidez. A fim de que as famílias apoiadas tenham maior probabilidade de sair da situação de carência, foi implementado, a título experimental, o Projecto “A família conta contigo”, visando incentivar os elementos das famílias apoiadas que se encontrem em idade escolar a participar em trabalhos de Verão. Reforçaram-se também os serviços de apoio aos grupos vulneráveis de outras comunidades e criou-se, em parceria com as instituições particulares, uma linha aberta destinada à prestação de aconselhamento aos falantes de inglês.

A fim de responder à futura entrada em vigor da “Lei de prevenção e correcção da violência doméstica”, com base nas reuniões interdepartamentais de cooperação e na rede de serviços criada em conjunto com as instituições particulares, procedeu-se à implementação progressiva das “Estratégias dos três níveis de prevenção” que assentam na educação preventiva comunitária, no apoio à prestação de serviços e no tratamento especializado, tendo-se dado início à elaboração do Projecto intitulado “Sistema de gestão

de apoio social dirigido à família – Tratamento de casos, trabalho realizado por grupos e em sede da comunidade”. Concomitantemente, através de um grupo de colaboração interdepartamental, bem como, de um grupo de acompanhamento constituído por instituições particulares, procedeu-se à revisão da “Lei de Bases da Política Familiar” e da colaboração no desenvolvimento das acções relacionadas com as políticas amigas da família.

A respeito dos serviços de apoio a crianças e jovens, optimizaram-se diversos procedimentos no intuito de facilitar a inscrição das crianças nas creches por parte dos encarregados de educação. Na sequência da revisão do Programa Piloto dos Serviços de Amas Comunitárias, este terminou oficialmente em Agosto de 2015. Entretanto, envidaram-se esforços no desenvolvimento dos trabalhos preparatórios para o lançamento da acção intitulada “Investigação sobre a procura dos serviços das creches e planeamento da respectiva política”. Ainda em Agosto, foram lançados o “Programa Piloto dos Serviços a Prestar aos Jovens Anónimos e com o Vício pela *Internet*” e o programa de financiamento para a organização de actividades subordinadas ao tema “Melhor aproveitamento das tecnologias informáticas e valorização das relações interpessoais”, com a finalidade de sensibilizar os jovens para a importância da segurança na utilização da *internet* e incentivá-los a incrementar o tempo de convivência familiar.

No que se refere aos serviços de apoio a idosos, concluiu-se a consulta pública sobre o “Mecanismo de protecção dos idosos da RAEM”, prevendo-se a divulgação do seu relatório de análise no 1.º trimestre de 2016. Concluiu-se a revisão da proposta de lei do “Regime jurídico dos direitos e garantias dos idosos”. Implementou-se o “Programa de avaliação da segurança domiciliária dos idosos e de financiamento para a aquisição de equipamentos”, o que procedeu à avaliação da segurança domiciliária dos idosos isolados e dos casais idosos, num total de 1.800 fogos, bem como, procedeu à colocação de corrimãos e adquirir equipamentos de casa de banho para os idosos necessitados. Realizaram-se acções de formação e de sensibilização para o estabelecimento do “Embaixador amigo dos idosos que acompanha de perto a situação de demência” e será lançado um *website* específico, o “*Website* temático para a informação sobre os idosos da RAEM”.

No que concerne aos serviços de reabilitação, promoveu-se em permanência o Plano Decenal de Acção. Em sede dos três grupos especializados, foram discutidas, em várias reuniões interdepartamentais, as respectivas matérias específicas. Procedeu-se à realização da “Investigação da situação de vida das pessoas portadoras de deficiência”. Prestaram-se apoios às associações de famílias de deficientes mentais e reabilitados mentais e às instituições de reabilitação para portadores de deficiência auditiva no reforço dos serviços de tradução de língua gestual e das acções de divulgação educativa. Foram incentivadas as organizações para as pessoas com deficiência visual a prestar apoio às práticas para uma vida independente e de orientação para essas pessoas. Aumentou-se o número de vagas disponíveis nos serviços dos lares, de desenvolvimento vocacional, de treino ocupacional e de apoio às respectivas famílias. Os Serviços pertinentes chegaram a um consenso sobre a

solução a longo prazo relativa ao subsídio provisório de invalidez e, em seguida, procederão ao acompanhamento do estudo sobre a viabilidade da revisão da respectiva lei. Por outro lado, foi alargado o Programa de Benefícios do Cartão de Registo de Avaliação de Deficiência em termos dos benefícios oferecidos aos seus titulares. Será concluído ainda este ano o “Estudo do planeamento do serviço de autocarros do sector de reabilitação de Macau”.

A respeito da prevenção e tratamento da toxicod dependência e do vício do jogo, ampliou-se a rede comunitária para o tratamento do vício do jogo e reforçaram-se as funções dos quiosques informativos sobre o jogo responsável. Com vista à implementação eficaz da respectiva política, produziu-se um pacote pedagógico adaptado à situação de Macau para ser utilizado na formação sobre o jogo responsável. Concluir-se-á no final do ano a obra de remodelação do “Espaço de Educação para uma Vida Sadia”. Espera-se que através da ampliação dessas instalações e da conjugação dos esforços da sociedade civil, seja promovida de modo contínuo a participação dos encarregados de educação nas acções educativas destinadas às famílias e assim reforçada a consciência da população sobre o combate à droga. Com vista à revisão global da Lei n.º 17/2009 (Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas), o “Relatório da avaliação sobre a revisão da Lei de Combate à Droga” foi submetido aos serviços de assuntos de justiça para acompanhamento. Através da optimização da aplicação para telemóveis “Posto de informações sobre o combate à droga” com a inclusão das funcionalidades de “Dicas para a desintoxicação” e “Encarregados de educação dos consumidores de droga”, foram aprofundadas de modo integral as acções de combate à droga.

A fim de que o actual regime de financiamento acompanhe a evolução social, foi implementado o novo regime de apoio financeiro a instituições particulares. Entretanto, foi concluída a segunda consulta sobre o “Regime de credenciação e inscrição para o exercício de funções de assistente social” e publicado o seu relatório final, estando prevista ainda durante o corrente ano a conclusão da proposta de lei referente ao regime em causa.

Lançou-se a “Base de dados sobre a população feminina de Macau”, para acesso público. Com vista a prestar maior atenção aos direitos e interesses das crianças, deu-se início no final do ano ao trabalho relacionado com a elaboração da proposta do regulamento administrativo que define a criação da Comissão dos Assuntos das Mulheres e das Crianças. Além disso, dar-se-á início à elaboração dos planos de estudo, bem como, à definição das respectivas estratégias e medidas em relação às “Metas do Desenvolvimento das Mulheres”.

Em 2016, o Governo da RAEM continuará a envidar todos os esforços para assegurar a qualidade de vida das famílias em situação vulnerável. O Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo terá carácter permanente. Assegurar-se-á melhor a protecção das famílias no limiar da pobreza e dos grupos sociais carenciados e reforçar-se-á a rede de serviços de apoio comunitário, no intuito de proporcionar programas de participação comunitária mais adequados aos beneficiários de apoio económico. Dar-se-á continuidade à atribuição do

subsídio para idosos, subsídio de invalidez e do subsídio provisório de invalidez, a fim de prestar carinho à população sénior e aos portadores de deficiência.

Em articulação com as “Estratégias dos três níveis de prevenção” e com as disposições da “Lei de prevenção e correcção da violência doméstica” que em breve entrará em vigor, promover-se-á a rede de colaboração e um mecanismo de comunicação entre o Governo e a sociedade civil, com vista à execução eficaz das diversas medidas de prevenção e correcção da violência doméstica. Será aprofundado o mecanismo de tratamento de casos de família em risco e constituída a “Rede de Serviços de Apoio a Família em Risco”, em conjunto com as instituições particulares que actuam em diversas áreas. Além disso, acompanhar-se-á, em parceria com os serviços competentes envolvidos, a revisão da “Lei de Bases da Política Familiar” e, em simultâneo, implementar-se-á, a título experimental, o programa de serviços de mediação familiar.

Quanto aos serviços de apoio a crianças e jovens, ir-se-ão adoptar diversas medidas para aumentar o número de vagas nas creches, que em 2016 será aumentado para mais de 10.000. Definir-se-á o Plano de Desenvolvimento dos Serviços das Creches de 2018 a 2022 e continuar-se-á a desenvolver o Plano de Avaliação dos Serviços das Creches para impulsionar a realização da auto-avaliação das creches subsidiadas. Além disso, será organizado e criado um pavilhão para a família, no sentido de promover uma boa interacção entre pais e filhos. Continuar-se-á a acompanhar o desenvolvimento do “Programa Piloto dos Serviços a Prestar aos Jovens Anónimos e com o Vício pela *Internet*”. Através da plataforma de colaboração profissional com as equipas de intervenção comunitária para jovens, procurar-se-á detectar o mais cedo possível os destinatários do serviço. Entretanto, no intuito de reforçar o conhecimento e a compreensão por parte da população quanto aos direitos da criança, continuar-se-á a promover o plano de sensibilização e divulgação relativo à Convenção sobre os Direitos da Criança.

No que toca aos serviços de apoio a idosos, criar-se-á, de acordo com o respectivo planeamento, um grupo interdepartamental de orientação destinado a coordenar e organizar os trabalhos de curto, médio e longo prazo, bem como, implementar-se-á de modo ordenado o Plano Decenal de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos de 2016 a 2025. Concomitantemente, será reforçado o carinho prestado aos idosos débeis moradores em prédios antigos, prevendo-se que nos próximos 2 anos, irá prestar a 2.400 fogos onde residem idosos isolados ou casais idosos o “Programa de avaliação da segurança domiciliária e de financiamento para a aquisição de equipamentos”. Impulsionar-se-á a prestação de serviços pelos jovens às pessoas com demência. Optimizar-se-á o Plano de Apoio Pecuniário a Monitores Idosos, bem como as acções para galardoar e formar os idosos voluntários.

Relativamente aos serviços de reabilitação, com vista à implementação do Plano Decenal para os Serviços de Reabilitação, criar-se-á um mecanismo interdepartamental de coordenação. Estabelecer-se-á uma cooperação activa com as entidades sociais dos serviços de creche e de reabilitação, realizando-se as actividades educativas e de sensibilização

comunitária relacionadas com os serviços de apoio ao desenvolvimento infantil e os de tratamento precoce. Paralelamente, será realizado um estudo específico sobre a área de tratamento precoce. Serão apoiadas as instituições particulares, no sentido de intensificar a terapia da fala, sobretudo o tratamento de intervenção na função de deglutição, dando assim resposta efectiva às necessidades quanto aos cuidados das pessoas portadoras de deficiência mental de grau igual ou superior a moderado. Além disso, será organizado e criado um internamento para essas pessoas e proceder-se-á à mudança das instalações de um centro de reabilitação diurno para os deficientes auditivos. Entretanto, serão desenvolvidos o serviço de transporte por autocarro de reabilitação e o serviço do transporte não urgente para fins médicos e de tratamento, estabelecendo-se os critérios do desempenho e o mecanismo de avaliação. Será dado apoio aos terapeutas de diferentes áreas, no sentido de elevar a sua capacidade na prestação de serviços. Aprofundar-se-ão os conhecimentos dos trabalhadores das entidades sociais sobre a problemática da saúde mental e as respectivas técnicas para lidar com a mesma.

No que se refere à prevenção e tratamento dos vícios da droga e do jogo, promover-se-á de modo contínuo o desenvolvimento profissional dos serviços de prevenção e tratamento de distúrbios do jogo; realizar-se-ão acções de “Formação de Formadores do Jogo Responsável” e um “Inquérito Referente à Prática do Jogo por Residentes da RAEM do Ano de 2016”. Com a construção das instalações do “Espaço de Educação para uma Vida Sadia” e a conjugação de esforços da sociedade civil, desenvolver-se-ão meios audiovisuais baseados no tema do combate à droga e projectos de aconselhamento (*Adventure Based Counseling Program*). Continuar-se-á a elevar o nível profissional dos serviços de desintoxicação e procurar-se-á responder às necessidades futuras dos serviços.

Com vista ao aprofundamento do novo regime de apoio financeiro, concretizar-se-á a atribuição de subsídios no âmbito da “Auditoria Financeira” e das “Contribuições do Regime de Previdência”, atenuando desta forma os problemas relativos a recursos financeiros limitados. Promover-se-á activamente o trabalho legislativo do “Regime de credenciação e inscrição para o exercício de funções de assistente social” e iniciar-se-ão de forma ordenada os trabalhos sobre os diplomas legais complementares, impulsionando desta forma um desenvolvimento sustentável da área profissional de Serviço Social e assegurando os direitos e interesses dos utentes dos respectivos serviços.

Em 2016, o Departamento de Reinserção Social, até agora subordinado à Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, passará a estar integrado na estrutura orgânica do Instituto de Acção Social, o que irá alargar o âmbito dos serviços sociais. Prevê-se a introdução do instrumento “Escala de avaliação do desempenho do serviço relativo à gestão de casos”, com vista à definição de programas correcionais que correspondam às necessidades dos reabilitados apoiados. Para prevenir a repetição de crimes por parte dos jovens, será criado o “Grupo de intervenção em casos de alto risco”, que funcionará 24 horas como mecanismo de comunicação. Desenvolver-se-á ainda o trabalho de acompanhamento comunitário, que se iniciará após a conclusão de diligências judiciais, numa tentativa de forma mais eficaz, se puder apoiar a integração social dos reabilitados.

Proceder-se-á ao acompanhamento da elaboração do relatório das “Metas do Desenvolvimento das Mulheres de Macau”, apresentando o plano de desenvolvimento, as metas, as estratégias e as medidas necessárias, favoráveis à participação das mulheres na sociedade e no desenvolvimento económico. Por outro lado, otimizar-se-ão as funções da “Base de Dados sobre a População Feminina de Macau” e estabelecer-se-á uma “Base de Dados sobre a População Infantil de Macau”.

No domínio da Segurança Social

Em 2015, o Fundo de Segurança Social promoveu a constituição do regime de segurança social de dois níveis. Ouvidas as opiniões do Conselho Permanente de Concertação Social sobre a proposta de lei do Regime de Previdência Central não Obrigatório, o Fundo de Segurança Social (FSS) procedeu imediatamente ao trabalho de produção jurídica. Em simultâneo, foi apresentada novamente uma proposta de aumento do montante de contribuições ao Conselho Permanente de Concertação Social. As partes laboral e patronal concordaram basicamente com o aumento de contribuições.

O FSS procederá à análise e ao estudo das opiniões das duas partes, continuando a melhorar a protecção na vida pós-aposentação dos residentes. Com o objectivo de conhecer melhor o actual estado financeiro do regime de segurança social, o FSS efectuou, novamente, um estudo actuarial, cujos resultados serão submetidos aos serviços administrativos da área da economia e finanças para servirem de alicerces para a viabilidade do mecanismo de atribuição com indexação entre o FSS e os saldos financeiros positivos.

No que diz respeito às medidas de benefícios aos residentes, foi aumentado o montante mensal da pensão para idosos e da pensão de invalidez para 3.350 patacas, bem como a actualização do montante das outras prestações, o que representa um acréscimo médio de 5,35% a 5,62%, respectivamente. Em 2015, aos titulares de contas individuais de previdência qualificados, é atribuída uma verba, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, no valor de 7.000 patacas, registavam-se mais de 350 000 beneficiários da verba, envolvendo uma dotação total de cerca de 2,6 mil milhões de patacas.

O FSS continuou a introduzir o regime de segurança social de dois níveis junto dos residentes de diferentes camadas etárias através de divulgação nos meios de comunicação social, actividades comunitárias e seminários profissionais, divulgando uma gestão financeira correcta e incentivando a preparação atempada para a vida pós-aposentação. Com a finalidade de aperfeiçoar os serviços *online* destinados aos residentes, o FSS implementou dois novos serviços electrónicos, de modo a que os residentes possam aí consultar os dados pessoais através de uma plataforma de serviço electrónico com a conta “*ePass*”, podendo ainda receber informações do FSS através da caixa postal electrónica segura (*SEPass*). Adicionou-se mais uma medida nos quiosques automáticos para facilitar a vida dos residentes, ou seja, uma função de impressão de registo de contribuições feitas pelos beneficiários.

Em 2016, o FSS acompanhará o trabalho de produção legislativa do Regime de Previdência Central não Obrigatório e, ao mesmo tempo, procederá à elaboração dos respectivos regulamentos administrativos complementares, o que leva a acelerar o processo de constituição do regime, de modo a que os residentes possam obter uma melhor protecção na vida pós-aposentação. Para além disso, será criada uma plataforma de informações de contas, reforçando o trabalho de promoção do referido regime, através de uma série de actividades de divulgação junto dos residentes, incentivando os empregadores, trabalhadores e indivíduos a acederem ao regime.

O FSS dará mais um passo ao promover e aperfeiçoar os serviços electrónicos, incluindo a implementação da função de introdução *online* dos dados de contribuições do regime obrigatório, explorará mais meios electrónicos para pagamento de contribuições e pagamento de taxa de contratação de trabalhadores não residentes, bem como outros serviços de requerimentos e consultas *online*.

No domínio do Turismo

Tendo em vista a necessidade de acelerar a transformação de Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, a Direcção dos Serviços de Turismo iniciou, em 2015, a elaboração do “Plano Geral do Desenvolvimento Turístico” e vários inquéritos, nomeadamente o estudo dos mercados emissores de visitantes, o grau de satisfação pelos serviços prestados e a eficácia da parada de celebração do Ano Novo Lunar, entre outros, para servirem de fundamentos à elaboração de medidas e estratégias no futuro.

Foram melhorados o enquadramento jurídico na área do Turismo e os procedimentos de licenciamento e reforçada a gestão da indústria, bem como o combate activo à prestação ilegal de alojamento. Foi reforçada a formação no sector do Turismo, lançou-se a “Plataforma de dados estatísticos do Turismo”; continuou a implementação do “Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade”, do “Plano de Desenvolvimento do Turismo Comunitário”, do “Plano de Turismo Cultural” e da “Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau” e, além disso, foram melhorados os roteiros turísticos “Sentir Macau passo-a-passo”, foram lançados produtos turísticos com características particulares; através da cooperação entre os serviços públicos, foi organizada e ou co-organizada uma série de actividades, de eventos e de festividades, incluindo a parada de celebração do Ano Novo Lunar e o concurso de fogo-de-artifício, no intuito de produzir maiores sinergias.

Com o tema promocional “Sentir Macau”, foi produzido um novo vídeo publicitário para reforçar a promoção de Macau nos principais mercados de visitantes, bem como se impulsionou o desenvolvimento do turismo inteligente e participou em actividades e eventos organizados por várias organizações internacionais de turismo; a fim de se articular com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”; intensificou-se a cooperação com a Administração Nacional do Turismo da China e os departamentos de turismo das várias províncias e regiões do Interior da China, a fim de promover os produtos turísticos sobre os “itinerários multi-destinos”.

Em 2016, atento à indústria do turismo, pilar importante para o desenvolvimento da economia de Macau, o Governo da RAEM, na sequência do ajustamento da economia, esforçar-se-á por fomentar um desenvolvimento sustentável e impulsionar a sociedade de Macau para alcançar a sua diversificação adequada. Para acelerar a transformação de Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, promover-se-á o turismo inteligente, fiscalizar-se-á, de forma rigorosa, a indústria, serão criados novos produtos turísticos diversificados, bem como se aumentará a eficiência da promoção e da divulgação e explorar-se-ão mais fontes de visitantes com um perfil de qualidade.

Em termos do planeamento turístico, a DST está, em pleno, entregue ao trabalho de elaboração do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”, realizando consulta pública. Terá início o inquérito da avaliação dos resultados das actividades como a parada de celebração do Ano Novo Lunar, entre outras, bem como será tarefa prioritária o estudo e investigação sobre os mercados geradores de visitantes de Singapura e da Malásia. Além disso, continuarão os trabalhos com vista à construção das futuras instalações da Direcção dos Serviços de Turismo.

Em articulação com o desenvolvimento dos serviços electrónicos do Governo da RAEM, continuar-se-á a promover a informatização dos serviços administrativos, planear-se-á uma “Plataforma de informações da Direcção dos Serviços de Turismo para os órgãos de comunicação social” e serão actualizados o conteúdo e a função da “Plataforma dos dados estatísticos do Turismo”. Continuar-se-á a promover o “Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade”, alargando-se o seu âmbito às agências de viagem e aos guias turísticos, com vista a reconhecer as empresas e os agentes da indústria que prestam serviços de qualidade.

No âmbito da fiscalização na indústria, iniciar-se-á a revisão do diploma regulador dos estabelecimentos hoteleiros e de restauração, assim como a colaboração na produção do diploma que regula a actividade das agências de viagens e guias turísticos; melhorar-se-ão os procedimentos de renovação e emissão da segunda via dos cartões de guia turístico, do licenciamento para a abertura dos estabelecimentos hoteleiros e de alteração de instalações, bem como do licenciamento referente a estabelecimentos de restauração complementares.

Quanto ao desenvolvimento de produtos turísticos diversificados, impulsionar-se-á, com destaque, o turismo inteligente, lançando as versões electrónicas das informações turísticas de Macau em diversas línguas, introduzir-se-ão mais funções interactivas para que os visitantes as possam utilizar durante a viagem. Reforçar-se-á a diversificação dos mercados de visitantes, adoptando o tema promocional “Sentir Macau”, dando importância à exploração dos novos mercados de visitantes, ao desenvolvimento diversificado dos mercados e dos produtos turísticos e atraindo a vinda de visitantes de qualidade, para assim aumentar os benefícios económicos. Promover-se-á, de forma contínua, o turismo de Macau, lançando pacotes de viagens para Macau, com temas diferentes e estratégias de promoção turística; será estabelecido um balcão de informações turísticas no Novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa.

Explorar-se-ão as composições e os elementos turísticos diversificados, divulgando a “Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau”; será reforçada a promoção dos roteiros turísticos “Sentir Macau, passo-a-passo”, promovido o melhoramento das zonas dos roteiros turísticos e, juntamente com outros departamentos governamentais, organizados e co-organizados vários eventos e festividades de grande envergadura, com reforço dos laços de estreita cooperação na área da cultura e do desporto, potenciando sinergias e transformando Macau numa cidade de festividades.

Conceber-se-ão novos produtos turísticos, incluindo um museu temático do Grande Prémio, o aproveitamento de passeios de barco, as palafitas em Coloane e os antigos estaleiros de juncos de Lai Chi Vun para desenvolver o projecto cultural relativo à construção de barcos da pesca. Em conjunto com os serviços competentes, será estudada a criação de esplanadas e de instalações culturais e criativas junto do Lago Nam Van, bem como de restaurantes e bares nas Casas Museus da Taipa, conjugando-as com elementos turísticos apropriados. Será também promovido o desenvolvimento da cultura cinematográfica, com vista a revelar a cidade cosmopolita que é Macau, com as suas características culturais e turísticas únicas e especiais.

No que respeita à cooperação regional e internacional, através da participação activa em reuniões, seminários e actividades organizadas por várias organizações internacionais de turismo, pretende-se reforçar a participação de Macau nos assuntos turísticos internacionais. Em articulação com a iniciativa nacional “Uma Faixa, Uma Rota”, tirando partido das vantagens da participação de Macau nas organizações internacionais e, em cooperação com o Interior da China, aumentar-se-á a influência internacional da marca de turismo cultural da Rota da Seda. Dar-se-á grande importância, no âmbito do quadro da cooperação turística, à zona do Pan-Delta do Rio das Pérolas, Hong Kong-Macau, Guangdong-Hong Kong-Macau, Guangdong-Macau e Fujian-Macau, entre outros; pretende-se alargar os projectos de cooperação turística, explorando os itinerários “multi-destinos” para, assim, criar uma marca característica do turismo regional.

No domínio da Cultura

Em 2015, para prossecução do objectivo estratégico do Governo da RAEM de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, os Serviços Culturais desenvolveram trabalhos relacionados com a salvaguarda do património cultural, a organização de actividades artístico-culturais, a formação de recursos humanos na área cultural, o apoio às indústrias culturais e criativas, entre outros. Simultaneamente, concretizou-se o trabalho da transferência de atribuições e competências do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e foi ajustada a estrutura organizacional dos serviços relevantes.

Em 2015, por ocasião do 10.º Aniversário da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial da UNESCO, os Serviços Culturais colaboraram com

várias entidades na organização de uma série de actividades comemorativas. Em paralelo, desenvolveram acções ao abrigo da Lei de Salvaguarda do Património Cultural. No âmbito de recenseamento de bens imóveis de interesse cultural de Macau, foi seleccionado um conjunto de 10 imóveis que reúnem as condições necessárias para abertura, a curto prazo, do processo de classificação.

Continuou-se a aprofundar a educação artística, usando o Conservatório de Macau como plataforma de promoção das artes e da formação profissional de nível básico, de modo a desenvolver a preparação de recursos humanos locais na área das artes performativas. Além disso, continuou-se a adoptar várias medidas no intuito de dar um forte apoio ao desenvolvimento dos recursos humanos na área das indústrias culturais e criativas.

Continuou-se a promover o desenvolvimento das indústrias culturais, de acordo com as estratégias estabelecidas no “Quadro da Política do Desenvolvimento das Indústrias Culturais de Macau”. O Conselho para as Indústrias Culturais criou o “Grupo de estatística e indicadores de avaliação das indústrias”, para apoiar a definição do âmbito e indicadores da primeira fase do trabalho estatístico relativo a estas indústrias. O Fundo das Indústrias Culturais concluiu neste ano a avaliação e aprovação dos primeiros projectos candidatos a apoio financeiro, dos quais 71 receberam apoio financeiro, tendo sido celebrados acordos com as respectivas empresas.

Começaram a utilizar-se diversas instalações culturais, como o Teatro Temporário Caixa Preta, no edifício do Antigo Tribunal, a Biblioteca da Taipa, a Academia Jao Tsung-I e outras, situadas em imóveis históricos, como a Galeria de Exposições da Carpintaria de Lu Ban e o Posto de Guardas-Nocturnos no Patane. Simultaneamente, procedeu-se à recolha de opiniões públicas sobre as ideias de reaproveitamento do antigo Hotel Estoril e da Piscina Municipal Estoril, tendo em vista aperfeiçoar o projecto.

No âmbito do desenvolvimento de espaços para as indústrias culturais e criativas, foi aberta uma loja temática na *C-Shop* da Praia Grande e a “Cinemateca • Paixão” entrou em funcionamento, a título experimental. Mantiveram-se as medidas de promoção e divulgação, através da revista electrónica “Revista C²” e do Mapa Cultural e Criativo, para promover o desenvolvimento destas indústrias. Além disso, organizaram-se várias acções de intercâmbio para promover a cooperação mais aprofundada entre Macau e o exterior, na área das indústrias culturais e criativas.

Manteve-se o empenho na organização de eventos culturais considerados marcas da cidade e de animação urbana, como, por exemplo, o “Festival de Artes de Macau”, o “Festival Internacional de Música de Macau” e o “Desfile por Macau, Cidade Latina”, entre outros. Através da cooperação em sinergia com outros serviços, foi reforçada a imagem de Macau como uma cidade de cultura e de lazer.

Para aprofundar a cooperação regional e internacional em diferentes áreas culturais e de indústrias criativas, continuaram a ser implementados anualmente os trabalhos mais importantes no âmbito do “Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau” e

desenvolvidas as funções da “Reunião de Cooperação Cultural do Grande Delta do Rio das Pérolas”.

Em 2016, os Serviços Culturais desenvolverão, de forma completa e sistemática, projectos que visam o incremento do nível cultural da sociedade, a concretização da salvaguarda do património cultural e a promoção do desenvolvimento das indústrias culturais. Além disso, graças à transferência das atribuições e competências do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no domínio cultural e recreativo e à reorganização dos recursos existentes e dos acrescidos, criar-se-á uma rede cultural que abranja toda a RAEM.

Para implementar a Lei de Salvaguarda do Património Cultural, continuar-se-á a promover a sua divulgação e a sensibilização junto do público. Além disso, proceder-se-á à elaboração do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau, nos termos da lei, promovendo a conservação e a transmissão da história, da cultura e do património cultural.

Os Serviços Culturais empenhar-se-ão na organização de eventos como o “Festival de Artes de Macau”, o “Festival Internacional de Música de Macau” e o “Desfile por Macau, Cidade Latina”, entre outros, enriquecendo constantemente os conteúdos culturais para a indústria turística de Macau. Em 2016, por ocasião do 30.º aniversário do “Festival Internacional de Música de Macau” será realizada uma série de actividades para fazer uma retrospectiva do seu percurso, bem como uma perspectivação do seu futuro.

Continuarão a cooperar em plena sinergia com os outros serviços, no sentido de realizar um planeamento geral sobre o conjunto de vivendas situadas nos cruzamentos da Avenida do Coronel Mesquita com a Estrada de Coelho do Amaral e com a Rua de Francisco Xavier Pereira, estudando a criação da “Casa Memorial de Xian Xing Hai”, a fim de desenvolver, gradualmente, uma zona de cultura, com museus e de exposições com charme cultural e turístico. Será estudada ainda a criação de esplanadas e instalações culturais e criativas junto do Lago Nam Van. Através de cooperação entre os serviços, promover-se-á a realização de eventos cinematográficos a nível internacional, enriquecendo, de forma constante, os elementos culturais da indústria turística de Macau, no sentido de elevar o prestígio do turismo cultural de Macau e prosseguir o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Na promoção da cultura comunitária, será dada continuidade à optimização e aperfeiçoamento das “Ideias para o reaproveitamento do Antigo Hotel Estoril e Piscina Municipal Estoril”, bem como aos trabalhos de acompanhamento nos termos da lei; continuarão a ser promovidos projectos como o “Programa de Subsídios à Arte da Comunidade” e organizadas apresentações do Conservatório de Macau, da Orquestra de Macau e da Orquestra Chinesa de Macau, espalhando, desta forma, sementes de arte nos cantos da comunidade.

As empresas apoiadas pelo Fundo das Indústrias Culturais darão sucessivamente início aos seus projectos e o Fundo continuará a aceitar candidaturas e a proceder à sua avaliação.

O Conselho para as Indústrias Culturais emitirá pareceres que constituirão referências para o Governo da RAEM na formulação de estratégias de desenvolvimento destas indústrias, de acordo com as suas necessidades.

O Fundo das Indústrias Culturais continuará a acompanhar e a fiscalizar o funcionamento dos projectos apoiados, garantindo a razoabilidade e a aplicação eficiente do erário público. Através das plataformas de informação destas indústrias, o efeito da aglomeração industrial pode desenvolver-se ao máximo, de modo a aumentar gradualmente o potencial global das indústrias culturais de Macau. Após consulta exaustiva à sociedade, será estudado o lançamento, ainda em 2016, do “Regime de Prémios das Indústrias Culturais”.

Os Serviços Culturais continuarão e reforçarão o fomento das indústrias culturais e criativas, promovendo o desenvolvimento da moda, do cinema e de canções originais, entre outros, através da Série de Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau. Lançar-se-á o novo “Programa de Subsídios à Produção de Curtas-Metragens de Animação Originais”, com vista a promover o desenvolvimento da indústria da animação em Macau.

Relativamente aos espaços das indústrias culturais e criativas, a “Cinemateca · Paixão”, localizada na Travessa da Paixão, será oficialmente inaugurada no decurso do ano. Para além de criar um ambiente cinematográfico, a mesma iniciativa contribuirá ainda para a criação de plataformas de intercâmbio e cooperação. Também será dada continuidade às obras de consolidação e reparação dos dois edifícios das Oficinas Navais da Barra, com vista a transformá-los numa plataforma para exposições e apresentação das artes contemporâneas e para comercialização dos produtos culturais e criativos de Macau. Para a divulgação de informações sobre os espaços das indústrias culturais e criativas de Macau, continuar-se-á a recorrer a canais como a revista electrónica “Revista C²” e o Mapa Cultural e Criativo.

Dar-se-á continuidade ao “Programa de Formação de Recursos Humanos na Gestão das Artes”, ao “Programa de Concessão de Subsídios para Realização de Estudos Artísticos e Culturais” e ao Concurso para Jovens Músicos de Macau, entre outras medidas e actividades, promovendo o desenvolvimento dos recursos humanos nas diferentes áreas. Continuarão os projectos de “Palestras sobre Temas Culturais” e “Programa de Especialização na Área Cultural”, entre outros. O Conservatório de Macau iniciará estudo da reforma curricular e da introdução de novas disciplinas, dando igual importância aos cursos de divulgação artística e ao ensino profissional de nível básico, tornando os alunos artistas com conhecimentos técnicos e criativos.

Através da cooperação entre os serviços, serão promovidos os trabalhos preparatórios da construção do Centro de Literatura, da Biblioteca do Patane, da nova Biblioteca Central e da Biblioteca de Seac Pai Van. Em harmonia com a política do Governo da RAEM, será dada continuidade ao processo de transferência de atribuições, competências e instalações culturais do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, realizando-se o ajustamento

das atribuições e competências e o aperfeiçoamento da respectiva estrutura orgânica, a fim de criar uma rede cultural que abranja toda a RAEM.

No domínio do Desporto

Em 2015, o Instituto do Desporto deu continuidade ao desenvolvimento, em simultâneo, do desporto para todos e do desporto de rendimento, ao estímulo na participação no desporto para todos junto dos residentes e à concretização do objectivo de “participação de toda a população no desporto”. Reforçou-se a cooperação com as associações da sociedade civil, aproveitando os seus recursos para organizar diferentes actividades de desporto para todos, incentivando nos cidadãos a criação de hábitos de prática desportiva ao longo da vida. Promoveu-se a imagem de Macau como cidade de turismo e lazer através da combinação dos elementos culturais e turísticos e do aproveitamento das sinergias da organização dos grandes acontecimentos e do renome de eventos internacionais.

Em articulação com a Avaliação da Condição Física dos Nacionais da China, que se realiza em cada cinco anos, organizou-se, em Janeiro de 2015, a Terceira Avaliação da Condição Física da População de Macau, tendo sido recolhidos dados da condição física de mais de 10.000 cidadãos. Neste momento, estão a ser desenvolvidas a análise dos dados recolhidos e a elaboração do respectivo relatório. Envidaram-se esforços na criação de espaços amigos do ambiente para a prática desportiva, promovendo, a título experimental, o reconhecimento internacional da “gestão verde” das instalações desportivas do Centro Desportivo Olímpico.

No âmbito do desporto de rendimento, atendendo às necessidades do actual desenvolvimento do desporto de rendimento, os dois regulamentos dos prémios vigentes serão substituídos pelo “Regulamento de Atribuição dos Prémios Pecuniários de Participação nos Eventos Desportivos”, de forma a atribuir maior apoio e serem dados mais incentivos aos atletas excelentes, aos treinadores e ao pessoal técnico. Continuou-se a promover o Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite, prestar apoio às associações desportivas na organização de delegações desportivas para participarem em estágios, intercâmbios e competições internacionais realizados no exterior, enriquecendo a experiência dos agentes desportivos locais e melhorando o nível técnico dos atletas. Atribuíram-se apoios financeiros e incentivos aos treinadores, no intuito de lhes permitir a participação nas acções de formação e a aquisição do certificado especializado conferido pelas federações internacionais, criando assim condições mais favoráveis para o desenvolvimento especializado do desporto de rendimento.

Em 2016, será dada continuidade à expansão das formas das actividades do desporto para todos, a fim de proporcionar à população das diferentes classes sociais oportunidades de praticar desportos de forma sistemática, criar nos cidadãos o interesse pela prática desportiva, orientar a população na escolha de modalidades desportivas adequadas às suas próprias condições, com vista à formação do hábito de prática permanente do desporto. Além disso, será dada continuidade à cooperação com os Serviços de Educação na

intensificação da promoção de conhecimentos nas escolas, nomeadamente conhecimentos sobre desporto e saúde, incentivando os jovens a criar uma vida saudável.

Promover-se-á a cooperação com as associações da sociedade civil e escolas com vista à integração de mais instalações na rede das instalações desportivas públicas, a fim de enriquecer o conteúdo da rede. Em 2016, as instalações recreativas do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais serão transferidas para o Instituto do Desporto, a fim de gerir uniforme e adequadamente os recursos das instalações desportivas públicas. Procurar-se-á a optimização das instalações desportivas com vista à elevação das condições da sua utilização e o melhoramento da sua gestão. Proceder-se-á ainda ao estudo de viabilidade sobre a extensão gradual do reconhecimento oficial da “gestão verde” a outras instalações desportivas que reúnem os requisitos exigidos.

Acompanhar-se-ão os trabalhos subsequentes da “Avaliação da Condição Física da População de Macau 2015”, procedendo à análise da alteração e dos factores influentes da condição física dos cidadãos, à elaboração do relatório de estudos e à publicação do relatório da avaliação da condição física, com vista a apoiar no estabelecimento de estratégias e medidas adequadas para a melhoria da condição física da população.

No âmbito da promoção do desenvolvimento especializado do desporto de rendimento, através da organização de acções de formação e de prestação de apoio aos agentes desportivos para obtenção de qualificação profissional, será elevado o nível especializado dos trabalhadores administrativos da área desportiva, treinadores e juízes, promovendo assim o desenvolvimento contínuo do desporto de rendimento. Será integralmente revisto o mecanismo de formação de atletas, de acordo com as necessidades reais, prestar-se-á assistência às associações desportivas para a organização de jovens quadros atletas de diferentes categorias, com vista a tornar mais eficaz a preparação dos talentos desportivos. Proceder-se-á à optimização do conteúdo dos treinos das escolas de formação desportiva, a fim de cativar jovens talentos do desporto. Será dada continuidade ao reforço dos contactos e do intercâmbio com os organismos desportivos do exterior, proporcionando aos atletas e agentes desportivos de Macau plataformas de observação, aprendizagem e intercâmbio, de modo a promover a cooperação no âmbito do desporto e a internacionalização do desporto local.

A Comissão do Grande Prémio de Macau será integrada no Instituto do Desporto. No futuro, proceder-se-á à melhoria da gestão e operação do evento, dar-se-ão estímulos e apoios aos pilotos de Macau para aumentar a sua competitividade e reforçar-se-ão a imagem e a posição do evento a nível internacional. Ao mesmo tempo, através da cooperação com outros serviços públicos, proceder-se-á à inclusão dos elementos culturais de Macau nos grandes eventos desportivos internacionais, atraindo a participação da população e dos visitantes, promovendo assim o desenvolvimento do turismo desportivo.

Área de Transportes e Obras Públicas

BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2015

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

O plano director tem por objectivo, no âmbito global do território da RAEM, “estabelecer as orientações estratégicas em matéria de planeamento urbanístico, com base nas linhas orientadoras e nas directivas resultantes dos estudos estratégicos para o desenvolvimento urbano, tendo em consideração a identidade própria da RAEM e a sua inserção a nível regional”. Impõe-se, portanto, a necessidade de se definirem, primeiramente, essas mesmas estratégias. O Governo da RAEM procurará definir, no mais curto espaço de tempo possível, a estratégia para o desenvolvimento urbano.

1.1 NOVOS ATERROS

O Governo da RAEM promoveu, em 2015, a terceira fase da consulta pública sobre o planeamento urbanístico dos Novos Aterros, com a duração de 60 dias, encontrando-se actualmente a proceder à análise das opiniões recolhidas.

1.2 QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA

O Governo da RAEM está a analisar a viabilidade da construção de uma quarta ligação rodoviária entre a península de Macau e a ilha da Taipa. Neste sentido, ficará definido, até ao final do ano, se essa travessia será feita por túnel ou por ponte.

1.3 RENOVAÇÃO URBANA

Vai ser criado o Conselho para a Renovação Urbana, formado por representantes de diversos serviços públicos e personalidades de diferentes áreas.

1.4 GESTÃO DE SOLOS

O Governo continua a acompanhar os casos dos terrenos concedidos por arrendamento, a combater os actos de ocupação ilegal de terrenos e a proceder a acções de despejo dos mesmos.

Relativamente aos terrenos cujo prazo de arrendamento terminou, e que ainda se mantinham como concessões provisórias por arrendamento, o Governo deu início aos processos de declaração da caducidade destas concessões no corrente ano, dando cumprimento ao disposto no artigo 48.º da Lei de Terras.

Quanto aos terrenos cujo prazo de arrendamento ainda não terminou e que ainda não foram aproveitados de acordo com o prazo e as condições estipuladas no contrato de concessão, o Governo tem vindo a acompanhar essas situações e a dar-lhes o tratamento adequado, nos termos da Lei de Terras e da legislação aplicável.

1.5 REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

Em harmonia com o mecanismo de divulgação e exposição dos projectos, bem como de recolha de opiniões, definido na Lei do Planeamento Urbanístico, foram disponibilizadas na Rede de Informação Cadastral as informações relacionadas com as plantas de condições urbanísticas e os projectos. Ainda este ano serão também divulgadas as informações relativas à “Autorização Prévia das Obras de Construção das Fracções Autónomas de Edifícios em Construção”.

1.6 ÁGUAS TERRITORIAIS

Foi criado, este ano, o grupo de trabalho de Macau para integrar o “Grupo de trabalho conjunto para a definição das áreas marítimas sob a jurisdição de Macau e para a definição das fronteiras terrestres” que elaborou um relatório já entregue às autoridades do Interior da China.

2. INFRA-ESTRUTURAS

2.1 NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

O problema de fornecimento de areia impossibilita a conclusão da execução do aterro da Zona A no final deste ano, como previsto. Neste contexto, o Governo da RAEM espera encontrar uma solução para esta situação. Relativamente à Zona E1, a obra foi iniciada este ano.

Concluídas as obras de aterro da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, está a ser elaborado o projecto das instalações da zona de administração do posto fronteiriço da RAEM e, quando estiverem reunidas as condições necessárias, serão iniciadas as respectivas obras de construção. O Governo da RAEM propôs a execução da empreitada através da cooperação regional, pelo que estão a ser negociados os detalhes do plano e a sua execução.

2.2 METRO LIGEIRO

Perante os problemas com que se tem confrontado ao longo da construção do Metro Ligeiro, o Governo da RAEM tem-se esforçado por ultrapassar todas as dificuldades. Deste modo, tem-se procurado adoptar medidas para resolver os problemas existentes nas obras do traçado da Taipa, especialmente o do Parque de Materiais e Oficina. O Governo encontra-se a promover, de forma programada e de acordo com as prioridades, os respectivos trabalhos do traçado de Macau e a estudar a extensão da rede do Metro Ligeiro ao bairro comunitário de Seac Pai Van.

2.3 HABITAÇÃO PÚBLICA

No âmbito da construção de cerca de 19 mil fracções de habitação pública, mais de 17 mil estarão concluídas até ao final deste ano, com o termo das empreitadas de construção

de 1507 fracções, das quais 737 são habitações sociais no Fai Chi Kei e 770 são habitações económicas na Ilha Verde. Ficam, assim, por concluir as fracções no bairro Tamagnini Barbosa e no de Mong-Há para se dar por concluídas as cerca de 19 mil fracções.

Por outro lado, o Governo da RAEM prosseguirá, em 2016, com a construção de mais de 4100 novas fracções de habitação pública, entre as quais cerca de 700 habitações sociais na Taipa e mais de 3400 económicas em Macau e na Taipa.

2.4 NOVA FRONTEIRA ENTRE MACAU E GUANGDONG

Tendo em vista aliviar o actual fluxo de entradas e saídas no posto fronteiriço das Portas do Cerco, será construída uma nova fronteira entre Macau e Guangdong, no terreno onde actualmente está localizado o mercado abastecedor.

O projecto da nova fronteira inclui o edifício do posto transfronteiriço, o reordenamento global do Canal dos Patos, o acesso de ligação Macau-Guangdong e um complexo junto à Avenida do Comendador Ho Yin.

2.5 TERMINAIS MARÍTIMOS

Foi alcançado este ano um acordo com o empreiteiro referente à obra do Terminal Marítimo da Taipa que permitiu acelerar a mesma, prevendo-se a sua conclusão no final do ano para se dar depois início aos trabalhos da sua entrega às entidades utentes.

Na sequência de um acordo de cooperação assinado entre o Governo da RAEM e Guangdong, em Maio de 2015, para a exploração conjunta de um projecto de turismo individual em embarcações de recreio entre Macau e Zhongshan, foram realizados os trabalhos para o estabelecimento de um posto de migração na Ponte-Cais de Coloane, tendo sido criada uma doca provisória no canal Taipa-Coloane com capacidade para 50 embarcações.

2.6 TÚNEL DE KA HO

A obra do túnel de Ka Ho, que fará a ligação entre o Cotai e Coloane e contará com 500 metros de comprimento, já foi iniciada. Uma vez que as obras do túnel de Ka Ho implicam a utilização de explosivos industriais e tendo em conta a segurança pública, as entidades responsáveis pelas obras coordenarão com os serviços competentes a questão da utilização de explosivos, pelo que serão adiadas as obras de dinamitação.

2.7 COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

As empreitadas das fundações do Instituto de Enfermagem e do Edifício Residencial para Trabalhadores foram iniciadas em Junho de 2015 e já foram lançados os concursos para as empreitadas das fundações do Edifício do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico e do Edifício de Administração e Multi-Serviços. Actualmente, estão a ser recolhidos pareceres dos serviços competentes e das empresas concessionárias sobre o projecto de concepção

dos blocos de edifícios. Logo que os projectos de execução estejam concluídos e em condições de serem aprovados, serão iniciados os trabalhos de lançamento dos respectivos processos de concurso.

2.8 NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As obras da primeira fase do novo Estabelecimento Prisional de Macau foram concluídas.

2.9 FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

Com vista a garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de electricidade a Macau, a longo prazo, o Governo da RAEM continua a desenvolver trabalhos em cooperação com a província de Guangdong. Por outro lado, a subestação de alta tensão, na Ilha Verde, também entrou em funcionamento, podendo satisfazer a procura de energia eléctrica derivada do desenvolvimento da zona Norte.

2.10 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em Maio, o Governo Central aprovou o projecto preliminar do Empreendimento Hídrico de Datengxia, financiado pela RAEM, sendo mais um passo importante para garantir, a longo prazo, a segurança no abastecimento de água a Macau. Para além disso, está a ser promovida, em cooperação com Guangdong, a construção da quarta conduta de abastecimento de água a Macau, bem como a obra que garante o fornecimento de água bruta nas estações elevatórias de Pinggang-Guangchang.

A obra da terceira fase de ampliação da Estação de Tratamento de Água junto do Grande Reservatório de Macau foi concluída e entrou em funcionamento em Setembro, aumentando a capacidade total de produção das estações de água de Macau para 390 mil metros cúbicos por dia. Para responder ao aumento do consumo de água nas Ilhas, será concluído, até ao final do ano, o projecto preliminar de ampliação e reordenamento do reservatório de Seac Pai Van.

2.11 SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

A Estação de Correios de Seac Pai Van entrou em funcionamento no corrente ano.

O Governo da RAEM atribuiu quatro licenças de 4G com a validade de oito anos. Prevê-se que as entidades licenciadas possam concluir, até ao final de 2015, a construção de redes que cubram 50% do território, começando a prestar os serviços 4G.

Relativamente à sociedade Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A., procedeu-se, de forma programada, à construção de uma rede regulamentada e à mudança de cabos aéreos para cabos subterrâneos. Tendo em conta que a Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A. foi criada com uma previsão de dois anos, terminando esse prazo em 2016. Já foram

iniciados os trabalhos de transferência das funções desta sociedade para a Teledifusão de Macau, S.A..

2.12 FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Foi concluída 70% da construção da rede de distribuição de gás natural da secção da Taipa e Coloane e foram iniciadas negociações com a concessionária do serviço público de importação e transporte de gás natural na RAEM, de modo a garantir o fornecimento de gás natural a longo prazo.

3. TRANSPORTES

Em 2015, foram iniciados os trabalhos de revisão da tabela de taxas e preços, nomeadamente da taxa de matrícula e de inspecção, bem como de actualização das tarifas dos parques de estacionamento públicos, tendo ainda sido implementado o estacionamento tarifado de curta duração.

3.1 AUTOCARROS

Este ano foi iniciada a negociação da revisão do contrato de serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros com as respectivas companhias para que todas operem ao abrigo de contratos de concessão, tendo-se chegado a acordo com uma das companhias, estando a desenvolver-se negociações com a outra.

O Governo da RAEM acordou com as operadoras de jogo, que, a partir de Maio, começaram a garantir o transporte dos respectivos trabalhadores não-residentes entre a fronteira Flor de Lótus e os seus locais de trabalho, no Cotai. A medida está a surtir efeitos, tendo melhorado a situação de acessibilidade aos autocarros de turistas e aos autocarros das concessionárias junto do posto fronteiriço das Portas do Cerco.

3.2 TÁXIS

Tendo em consideração as exigências da sociedade em relação aos serviços de táxi, o Governo da RAEM iniciou a revisão do Regime Jurídico relativo ao Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (táxis), tendo em vista a melhoria da qualidade destes serviços.

Uma vez que, entre 2015 e 2016, expiram 230 alvarás de táxi, foi lançado um concurso público para a atribuição de 200 novas licenças com um prazo de oito anos.

Foi também lançado o concurso para a atribuição de 100 licenças de rádio-táxis, incluindo, pelo menos, dez adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

3.3 ESTACIONAMENTO

A par da desactualização que se verifica das tarifas do estacionamento nos parques públicos de Macau, o Governo da RAEM já iniciou os trabalhos de ajustamento do tarifário

nos parques de estacionamento. Neste contexto, as tarifas dos parques públicos começarão a ser actualizadas, projecto que será implementado em quatro fases e em diferentes zonas da cidade. Simultaneamente foram criados, a título experimental, lugares de estacionamento tarifado de curta duração em zonas da cidade mais movimentadas.

Até ao final do ano haverá mais de 1000 novos lugares de estacionamento para veículos e ciclomotores, em edifícios de habitação pública no Fai Chi Kei e na Ilha Verde. Foi também iniciada a elaboração de uma proposta de revisão do regime de reserva de áreas de estacionamento nos edifícios em construção, com vista a aumentar a oferta de lugares.

3.4 OBRAS VIÁRIAS

A coordenação efectuada pelo Grupo de Coordenação de Obras Viárias contribuiu para que, este ano, se conseguisse uma redução do número de obras viárias na cidade.

Ao mesmo tempo, encontra-se finalizada a actualização do Sistema de Informação Geográfica para Tráfego, de modo a aumentar a eficácia dos respectivos trabalhos de coordenação.

3.5 AVIAÇÃO

As obras de expansão da zona Norte do terminal de passageiros foram entretanto iniciadas para aumentar a capacidade anual do Aeroporto Internacional de Macau, de seis para 7,5 milhões de passageiros, e permitir a ligação do terminal ao Metro Ligeiro.

4. HABITAÇÃO

4.1 NOVO TIPO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Tendo em consideração os residentes sem capacidade para adquirir habitação no mercado privado e que, simultaneamente, não reúnem os requisitos para candidatura à habitação social, foi iniciado um estudo pela Universidade de Macau sobre a viabilidade de criação de um novo tipo de habitação pública para ir ao encontro das necessidades desses residentes. A Universidade de Macau vai, neste sentido, concluir, até ao final do ano, um estudo sobre esta matéria e efectuar uma análise mais aprofundada que permita apoiar o processo de tomada de decisão do Executivo.

4.2 PLANEAMENTO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Actualmente, o Governo da RAEM pretende construir habitações públicas nos seguintes terrenos:

- Lote de terreno onde está actualmente localizada a Central Térmica da CEM, na Avenida de Venceslau de Moraes, cujos trabalhos de elaboração do projecto só serão iniciados após a avaliação ambiental e a emissão da planta de condições urbanísticas (PCU), pelo que a CEM encontra-se a proceder às obras de despejo e aos respectivos trabalhos preparatórios para a avaliação ambiental;

- Dois lotes de terrenos localizados no Lam Mau, o lote A, que já foi revertido e encontra-se numa fase de obras de perfuração e de trabalhos preparatórios para o concurso de concepção; e o lote F, relativamente ao qual estão a ser realizados os trabalhos de despejo;

- Um terreno situado no lao Hon, onde se situava a Delegação Provisória do então Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau. Está a ser resolvida a questão da titularidade do terreno e a ser elaborada a PCU;

- Terreno situado no leste da Piscina Olímpica da Taipa, cujo desenvolvimento implica a saída dos respectivos serviços públicos e a elaboração da PCU;

- Um terreno situado no oeste do Cotai, estando a ser resolvido o problema da concessão;

- Um terreno situado no centro da Taipa, cujo desenvolvimento implica a saída dos respectivos serviços públicos e a elaboração da PCU.

4.3 DISTRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Habitações sociais: Até Setembro de 2015, foram seleccionados 1600 agregados familiares da lista de espera aos quais já foram atribuídas 1000 habitações com a outorga dos respectivos contratos de arrendamento.

Habitações económicas: O Governo concluiu os trâmites de apreciação preliminar das candidaturas, de 2013, à aquisição de habitação económica de diferentes tipologias, e realizou, no dia 5 de Outubro, o sorteio informático, dando início à apreciação substancial das candidaturas admitidas.

Em 2015, o Governo alargou o âmbito de financiamento do Fundo de Reparação Predial aos edifícios industriais e propôs a alteração do Regulamento do Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais.

4.4 APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO

Foi iniciada uma consulta pública sobre a revisão do regime jurídico da habitação social. Por outro lado, o Governo iniciou os trabalhos de revisão do regime relativo à atribuição, arrendamento e cedência gratuita dos espaços adequados ao exercício de actividades comerciais em edifícios destinados a habitação social e concluiu e publicou o relatório de consulta pública sobre a Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios, tendo procedido à elaboração do projecto de lei e à apresentação da proposta legislativa.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

O Governo iniciará, no final deste ano, uma revisão intercalar do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020) para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos,

estando a elaborar um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau, razão pela qual se pretende realizar uma consulta pública sobre o Sistema de Gestão dos Materiais Inertes resultantes das Construções e a Limitação do Uso de Sacos Plásticos. Por outro lado, entrou em vigor, no corrente ano, a Lei de Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental.

5.1 GESTÃO DE RESÍDUOS

Central de incineração: O Governo vai dar início ao estudo de viabilidade da ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e ao estudo sobre a gestão de resíduos alimentares e electrónicos.

Águas Residuais: Será preparado um novo concurso para a adjudicação da sua operação e iniciar-se-á a elaboração de um projecto de optimização da infra-estrutura.

Veículos abatidos: Segundo o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, o Governo da RAEM encontra-se em negociação com o Interior da China sobre a resolução do problema dos veículos abatidos de Macau, através da cooperação regional, para que esses veículos sejam enviados para zonas indicadas na Província de Guangdong para se proceder ao seu tratamento não nocivo. A primeira fase deste projecto arrancará até ao final do ano.

Materiais inertes resultantes de demolições e construções: Só em 2014, o volume de resíduos a serem transportados para a zona de aterros atingiu 4,36 milhões metros cúbicos. Para resolver este problema, foi estabelecida uma cooperação com os Serviços de Administração Oceânica do Interior da China. O Governo da RAEM está a empenhar-se nos trabalhos preparatórios para a construção de instalações para separação dos referidos materiais no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção.

5.2 MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

Com o objectivo de reduzir a poluição atmosférica e de melhorar a qualidade do ar foram elaboradas propostas de diplomas legislativos referentes à definição das normas relativas aos valores-limite das emissões de gases de escape poluentes dos veículos, à gasolina sem chumbo e ao gasóleo leve para veículos.

Será implementado, no corrente ano, o Plano de Apoio Financeiro para o Abate de Motociclos Altamente Poluentes. Simultaneamente, serão adoptadas medidas para a promoção de veículos ecológicos, prevendo-se, neste sentido, a conclusão, este ano, do respectivo estudo. Foram ainda elaboradas normas orientadoras para a instalação de equipamentos para carregamento de veículos eléctricos.

Ainda este ano será concluída a elaboração da proposta de regulamento administrativo para regular os níveis de emissão das principais fontes fixas de poluição do ar, nomeadamente de depósitos de combustíveis.

6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Os serviços desta tutela apresentavam carências ao nível de quadros de direcção e chefia, que foram preenchidos, tendo-se conseguido, por agora, estabilizar a equipa.

Por outro lado, foram extintos os secretariados do Conselho do Planeamento Urbanístico e do Conselho de Ciência e Tecnologia, passando, no primeiro caso, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transporte (DSSOPT) e, no segundo, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e Tecnologia a prestarem o necessário apoio administrativo.

Também se avançou com a fusão da Comissão de Segurança de Combustíveis com os serviços públicos com competências semelhantes e foram iniciados os trabalhos preparatórios, com vista também à fusão da Direcção dos Serviços de Correios e da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2016

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

O Governo da RAEM vai desenvolver os trabalhos relativos aos estudos estratégicos para o desenvolvimento urbano, conforme a Lei do Planeamento Urbanístico. Neste sentido, quando estiverem reunidas as condições prévias, serão iniciados os trabalhos preparatórios para a elaboração do Plano Director, prevendo-se que tal seja possível em 2016.

1.1 NOVOS ATERROS

O Governo da RAEM vai concluir a análise das opiniões recolhidas na terceira fase da consulta pública sobre o planeamento urbanístico dos Novos Aterros e elaborar o respectivo relatório no primeiro trimestre de 2016. Após a publicação deste relatório, serão lançados os concursos para os planos das zonas A, B e E1 dos Novos Aterros.

1.2 QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA

O Governo da RAEM vai adjudicar e iniciar, em 2016, o projecto de uma quarta ligação rodoviária, tendo com objectivo facilitar o acesso entre Macau e a Taipa.

1.3 RENOVAÇÃO URBANA

Com o objectivo de promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável, iniciaremos, em 2016, os trabalhos para a definição de medidas viáveis que possam ser implementadas com base no conceito de “renovação urbana”.

1.4 GESTÃO DE SOLOS

Quanto aos Novos Aterros, dar-se-á continuidade à sua execução e ao planeamento do aproveitamento de cada um deles.

Por outro lado, o Governo da RAEM continuará a desenvolver actividades de combate à ocupação ilegal de terrenos da RAEM.

Em relação aos terrenos que ainda não terminaram o prazo de arrendamento, mas que não tenham sido desenvolvidos no prazo de aproveitamento e nas condições contratualmente estipuladas, o Governo da RAEM irá acompanhar e intensificar o acompanhamento desses casos, bem como dos relativos a permutas de terrenos.

Os terrenos que venham a reverter serão alvo de um estudo sobre o seu destino final, em função da sua localização, do planeamento urbanístico, das políticas públicas e das necessidades socioeconómicas, sendo que será ponderado o seu aproveitamento para a construção de habitação pública nos casos com condições para tal.

1.5 REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

A base de dados da Rede de Informação Cadastral continuará a ser aperfeiçoada, tornando-se uma base bastante completa com os dados relacionados com o procedimento de classificação e inventariação do património cultural, bem como com os do planeamento dos Novos Aterros.

1.6 ÁGUAS TERRITORIAIS

Relativamente aos trabalhos de definição das áreas marítimas sob a jurisdição da RAEM, o Governo vai reforçar prioritariamente, em 2016, os trabalhos relacionados com a gestão marítima, nomeadamente garantir a segurança marítima, coordenar os assuntos portuários, otimizar as instalações dos canais de navegação, aumentar a capacidade das operações de salvamento e busca, fiscalizar o tráfego marítimo de embarcações e reforçar a formação do pessoal.

2. INFRA-ESTRUTURAS

Em 2016, o Governo da RAEM vai concluir algumas empreitadas públicas, procurará acelerar a construção de outras e lançar novos projectos.

2.1 NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

O Governo da RAEM espera resolver o problema da suspensão do fornecimento de areia o mais rapidamente possível para que seja possível acelerar os trabalhos da Zona A. Em relação aos trabalhos de construção da Zona E1, as obras continuarão a ser realizadas e prevê-se que os projectos das obras de aterro das Zonas C e D sejam iniciados.

A construção do posto fronteiriço e dos dois grandes parques de estacionamento para a entrada e saída da zona de administração do posto fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau ficará a cargo do Interior da China e será realizada, de modo a que esteja concluída aquando da abertura ao trânsito das principais estruturas da

travessia. Quanto à concepção da ligação entre a península de Macau e a ilha artificial, esta será iniciada em 2016.

2.2 METRO LIGEIRO

LINHA DA TAIPA

A obra da Linha da Taipa do Metro Ligeiro já está numa fase adiantada de construção, tendo sido iniciada, de forma geral, a construção da estrutura de todas as estações da Linha da Taipa, estando também a ser construído o viaduto. Com a resolução da situação da super-estrutura do Parque de Materiais e Oficina, será adjudicada novamente a obra, esperando que a mesma possa ser retomada em 2016. Por outro lado, a construção do Centro Intermodal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira será concluída em 2016.

LIGAÇÃO ENTRE A TAIPA E MACAU

O Governo procurará estender o serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra em 2016. No que respeita à empreitada de construção do Centro Intermodal de Transportes da Barra, esta continuará a ser executada no próximo ano.

LINHA DE SEAC PAI VAN

Após concluídos os trabalhos de organização e análise das opiniões sobre a Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro e o respectivo estudo de viabilidade, dar-se-á início à elaboração do projecto. A proposta da Linha de Seac Pai Van prevê a criação de três estações, a Estação do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus, do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e da habitação pública de Seac Pai Van.

LINHA DA PENÍNSULA DE MACAU

Estão a ser realizadas alterações ao projecto do Segmento Sul, prevendo-se que sejam gradualmente concluídas durante o próximo ano. No que diz respeito ao Segmento Norte, de entre as três propostas apresentadas durante a consulta pública realizada, o Traçado Marginal foi o que obteve maior apoio da sociedade. O Governo da RAEM irá realizar, em 2016, um estudo técnico com vista a atenuar o impacto da construção no trânsito na via principal que liga as Portas do Cerco e a Ponte da Amizade.

2.3 HABITAÇÃO PÚBLICA

Relativamente à construção de cerca de 19 mil fracções de habitação pública, as obras da habitação pública do bairro Tamagnini Barbosa serão retomadas quando for concluído o estudo de viabilidade da construção de uma cave e depois de introduzidas alterações no projecto. Quanto à segunda fase do projecto de habitação pública de Mong-Há, estão em curso negociações com o empreiteiro para a resolução do contrato.

Para além das 19 mil habitações públicas, o Governo da RAEM prosseguirá com a construção de outras fracções, prevendo concluir, no próximo ano, cerca de 700 habitações sociais, na Taipa. As obras relativas a mais de 3400 habitações económicas continuarão a ser realizadas, prevendo-se a sua conclusão em 2017.

2.4 NOVA FRONTEIRA ENTRE MACAU E GUANGDONG

Em linha com os trabalhos de concepção da nova fronteira entre Macau e Guangdong, que serão iniciados no próximo ano, será promovido o projecto de ordenamento do Canal dos Patos. A construção do novo posto fronteiriço só poderá iniciar-se após a mudança e demolição do mercado abastecedor, que se encontra a funcionar nesse local. As obras de fundações do novo mercado abastecedor serão concluídas em 2016. Está também a proceder-se à elaboração do projecto do posto fronteiriço.

2.5 TERMINAIS MARÍTIMOS

O novo Terminal Marítimo da Taipa é uma infra-estrutura relevante para promover a afirmação de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer, pelo que o Governo da RAEM irá acompanhar de perto os trabalhos preparatórios antes da sua entrada em funcionamento, entregando gradualmente, em 2016, os equipamentos às entidades utilizadoras para a sua utilização experimental.

Em 2016, o Governo da RAEM pretende substituir algumas pontes de embarque do Terminal Marítimo do Porto Exterior e aperfeiçoar as respectivas instalações.

2.6 TÚNEL DE KA HO

Dado que a obra principal do túnel de Ka Ho implica a utilização de explosivos industriais, tendo em conta a segurança pública e a preocupação da sociedade sobre este tipo de obras, é necessário avaliar novamente a questão da segurança da utilização desses explosivos. Deste modo, os serviços encontram-se a coordenar esta questão com as autoridades de segurança pública. No próximo ano será entretanto realizado o concurso público para as obras da zona norte do Túnel.

2.7 COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas ocupa uma área 77 000 metros quadrados e a obra será dividida em duas fases. A primeira compreende as seis edificações, estando prevista a conclusão das obras das fundações do Instituto de Enfermagem e do Edifício Residencial para Trabalhadores para 2016. De seguida, serão lançados os concursos para a construção das caves e das super-estruturas, bem como os trabalhos inerentes. Foram já concluídos os procedimentos dos concursos respeitantes às obras das fundações do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico e do túnel de serviço, cujas obras estão

previstas para o início de 2016. Foram também concluídos os trabalhos respeitantes ao concurso das obras das fundações do Edifício de Administração e Multi-Serviços, estando a ser realizados os trabalhos das fundações. O projecto da fundação do Edifício do Laboratório Central será concluído no final do corrente ano para que as respectivas obras sejam iniciadas em 2016. A entidade responsável pelos projectos irá realizar em simultâneo os projectos da rede viária dos edifícios envolventes, sendo ainda ponderada a questão da interligação em termos de tráfego.

2.8. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As obras da segunda fase do novo estabelecimento prisional serão iniciadas no primeiro semestre de 2016. Neste âmbito, as obras das super-estruturas abrangem a execução do complexo destinado a oficinas e celas.

2.9 FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

Devido à previsão de um aumento do consumo de electricidade nos bairros antigos, o Governo irá procurar espaços públicos adequados para a instalação de postos de transformação.

Por outro lado, o Governo pediu à concessionária o planeamento da rede de distribuição de energia eléctrica, pelo que já se encontraram 11 locais nos bairros antigos onde se verifica um alto consumo de electricidade para instalações de distribuição de electricidade provisórias.

A fim de garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de electricidade a Macau, a médio e longo prazo, será dado início, em 2016, aos trabalhos de construção da terceira interligação de transmissão de energia eléctrica de 220kV.

O Governo da RAEM irá proceder em 2016 a uma revisão intercalar do contrato de concessão do serviço público de fornecimento de energia eléctrica.

2.10 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em cooperação com a província de Guangdong, continuará, em 2016, a construção da quarta conduta de abastecimento de água a Macau. A par disso, o Governo da RAEM dará continuidade às obras para garantir o fornecimento de água bruta entre Pinggang e Guangchang e, em 2016, procederá ao estudo de viabilidade de ampliação da capacidade de reserva de água do Reservatório de Seac Pai Van.

2.11 SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES

A estação de Correios do Campus da Universidade de Macau entrará em funcionamento em 2016.

Tendo em conta que os serviços de 4G entrarão em total funcionamento em 2016, o Governo da RAEM continuará a fiscalizar, com rigor, as práticas comerciais das operadoras. Com base no “estudo de implementação do *Triple Play* em Macau”, o Governo da RAEM irá, em 2016, empenhar-se nos trabalhos preparatórios relativos ao licenciamento das redes de *Triple Play*.

Serão criados mais 20 a 30 novos pontos de serviço “WiFi GO” nos principais pontos e roteiros turísticos, bem como nas paragens de autocarro com maior concentração de passageiros, e o número destes pontos poderá atingir os 200 até final de 2016.

2.12 FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Prevê-se que as obras da rede de distribuição de gás natural na Taipa e em Coloane serão concluídas no próximo ano, seguindo-se a cobertura gradual da Península de Macau.

Com o objectivo de se concluir, em 2018, a construção de estações de abastecimento de gás natural, tendo em conta o aumento previsto do número de autocarros movidos a gás natural, serão encontrados os locais adequados para tal ao longo de 2016.

3. TRANSPORTES

Aquando da conclusão da revisão intercalar da Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010–2020), em 2016, o Governo da RAEM ajustará as políticas de transportes nos próximos cinco anos e implementará as medidas decorrentes do relatório de revisão, de modo a promover a primazia dos transportes públicos, melhorar o ambiente rodoviário e, indirectamente, controlar o aumento do número de veículos particulares. Em simultâneo, o Governo da RAEM irá iniciar os trabalhos preparatórios para a elaboração de uma lei-quadro dos transportes públicos de Macau.

Em 2016 entrará em funcionamento o centro de inspecção de automóveis na zona do COTAI e será criado um centro de inspecção de motociclos na zona da Areia Preta.

Serão ainda tomadas medidas para melhorar o planeamento e a gestão do trânsito e elevar a qualidade dos serviços de transporte público, bem como serão iniciados os trabalhos para a implementação experimental de corredores exclusivos para transportes públicos.

3.1 AUTOCARROS

CONTRATO DOS SERVIÇOS DE AUTOCARROS

Os contratos com as três companhias de autocarros terminam sucessivamente em 2017 e 2018. O Governo da RAEM procurará alcançar um consenso com a última companhia de autocarros quanto à revisão do contrato de serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros para que todas fiquem a operar ao abrigo de contratos de concessão.

MELHORIA DO TERMINAL DAS PORTAS DO CERCO

Em 2016, serão iniciados os trabalhos do plano de reconstrução dos sistemas de ventilação e de melhoria do ambiente do terminal subterrâneo das Portas do Cerco.

Deste modo, proceder-se-á primeiramente a uma obra de ampliação da zona de tomada e largada de passageiros de autocarros de turismo, no lado leste da Praça das Portas do Cerco, de modo a aumentar de 18 para 60 o número de lugares de estacionamento. Assim sendo, os autocarros de turismo que actualmente se encontram no terminal subterrâneo terão que usar a zona supramencionada para a tomada e largada dos passageiros, fazendo com que toda a área do terminal subterrâneo seja utilizada pelas empresas de autocarros, de forma a responder ao aumento constante do fluxo de passageiros e a criar condições para a construção de salas de espera equipadas com ar condicionado, melhorando assim o ambiente para a utilização de transportes públicos naquele local.

3.2 TÁXIS

REGULAMENTAÇÃO DE TÁXIS

Em 2016, o Governo da RAEM irá concluir a revisão do Regime Jurídico relativo ao Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (táxis), que abrange as regras para atribuição de licenças e o reforço da fiscalização.

No que diz respeito ao concurso público realizado em 2015, serão concluídas em breve as formalidades administrativas relativas às 200 novas licenças de táxis normais e os procedimentos de inspecção de veículos, esperando que os mesmos possam prestar serviços em 2016.

Quanto aos rádio-táxis, prevê-se que o procedimento de adjudicação para a atribuição de 100 licenças especiais seja concluído em 2016.

3.3 ESTACIONAMENTO

O Governo da RAEM irá implementar de forma programada novas modalidades de pagamento, com vista a incentivar uma utilização mais racional dos veículos particulares para melhorar a situação do trânsito na cidade e promover a protecção ambiental. Com o lançamento de um novo concurso público para a gestão de parquímetros, em 2016, será feita uma avaliação dos resultados da utilização experimental de tarifas de curta duração e analisada a viabilidade de aumento do custo dos parquímetros, em articulação com o novo tarifário dos parques públicos.

Existem actualmente 12 parques de estacionamento públicos da responsabilidade da DSAT que adoptaram o sistema de cobrança automática. Espera-se, em 2016, que o mesmo sistema entre em funcionamento após a instalação dos respectivos equipamentos.

Serão criados cerca de 600 novos lugares de estacionamento para veículos particulares e motociclos, com a conclusão da habitação pública na Estrada Nordeste da Taipa.

3.4 AVIAÇÃO

De acordo com as previsões do aumento de passageiros a curto, médio e longo prazo do Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, proceder-se-á à optimização das instalações do aeroporto, de acordo com as diferentes fases e segundo as necessidades. Como o projecto requer um elevado investimento, o Governo da RAEM discutirá o seu financiamento com a concessionária do aeroporto.

4. HABITAÇÃO

4.1 PLANEAMENTO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Está planeada a construção de habitações públicas em alguns lotes de terreno, nomeadamente no lote de terreno onde está actualmente localizada a Central Térmica da CEM, na Avenida de Venceslau de Moraes, em dois lotes de terrenos localizados no Lam Mau, num terreno situado no lao Hon, onde se situava a Delegação Provisória do então Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau, no terreno situado no leste da Piscina Olímpica da Taipa, no terreno situado no oeste do Cotai e no terreno situado no centro da Taipa. O Governo da RAEM irá promover os respectivos trabalhos conforme a situação de cada caso.

4.2 ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Habitação social: Será dada continuidade aos trabalhos de selecção e de atribuição das fracções aos agregados familiares que se encontram em lista de espera para arrendamento de habitação social, e que se candidataram ao concurso realizado em 2013, de modo a acelerar o processo da atribuição de habitação social aos moradores qualificados.

Habitação económica: O Governo irá concluir os trabalhos respeitantes à apreciação e selecção dos candidatos a habitação económica do concurso de 2013, procedendo seguidamente à pré-atribuição ou venda das fracções, aos requerentes que reunirem os requisitos.

Em 2016, a fim de incentivar as famílias que deixaram de preencher os requisitos e ainda habitam em fracções sociais a saírem voluntariamente das mesmas.

4.3 NOVO TIPO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Em 2016, o Governo irá avaliar e decidir sobre o novo tipo de habitação pública.

4.4 FUNDO DE REPARAÇÃO PREDIAL

Através do Fundo de Reparação Predial, o Governo continuará a apoiar as Assembleias Gerais de Condóminos na realização das obras de conservação e reparação dos edifícios privados.

4.5 APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO

Em 2016, após a conclusão do relatório da consulta pública sobre o regime jurídico de habitação social, serão iniciados os trabalhos de revisão legislativa.

Com a finalização dos trabalhos de revisão do regime jurídico de habitação social, o Governo terá condições de ajustar os recursos disponíveis, para iniciar, no segundo semestre de 2016, os trabalhos de revisão integral da Lei de Habitação Económica, com base no relatório da consulta pública efectuada, nomeadamente a definição do conceito de habitação sem utilização e as sanções a aplicar nesta situação.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

Será concluída uma revisão intercalar do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), a fim de planear as estratégias a adoptar na fase seguinte, designadamente o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos. O Governo irá elaborar o relatório dos resultados obtidos na consulta pública sobre o Sistema de Gestão dos Materiais Inertes Resultantes das Construções e a Limitação do Uso de Sacos Plásticos e, posteriormente, dará início aos trabalhos de elaboração da respectiva proposta de diploma legal.

5.1 GESTÃO DE RESÍDUOS

Central de incineração: O Governo irá, em 2016, concluir o estudo de viabilidade da expansão e modernização da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau e iniciar de seguida os respectivos trabalhos.

Águas residuais: Quanto à ETAR da Península de Macau, um novo concurso para a sua operação será lançado em 2016 e serão promovidos os trabalhos de optimização da infra-estrutura.

Veículos abatidos: Será dada prioridade ao tratamento dos veículos abatidos por iniciativa dos residentes e dos veículos integrados no plano de apoio financeiro para a eliminação de veículos poluentes, estando prevista para 2016 a conclusão da construção de um estabelecimento para o depósito provisório dos veículos abatidos sujeitos à transferência transfronteiriça e o início dos trabalhos destinados à construção das instalações de pré-tratamento.

Materiais inertes resultantes de demolições e construções: O Governo irá construir instalações de selecção e infra-estruturas para o local de recepção no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, esperando que entrem em funcionamento em 2017.

5.2 MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

O Governo da RAEM prevê publicar as alterações a introduzir no período de inspecção obrigatória dos automóveis ligeiros, pesados e dos motociclos em 2016 e implementar as mesmas em 2017.

Em 2016, iremos promover a utilização de veículos eléctricos. Cerca de 60 postos de carregamento vão ser instalados nos parques de estacionamento públicos, prevendo-se ainda o início, em 2016, dos trabalhos de estudo para a elaboração das normas de instalação dos equipamentos de carregamento nos novos edifícios.

O Governo da RAEM irá elaborar uma proposta legislativa relativa às Normas para Controlo de Emissão de Fumos Oleosos dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas e Melhoramento do Regime de Fiscalização em Macau e serão também estabelecidas normas para regular os níveis de emissão das principais fontes fixas de poluição do ar, nomeadamente das centrais térmicas e estações de tratamento de águas residuais e o respectivo sistema de fiscalização.

O Governo da RAEM, em conjunto com Guangdong e Hong Kong, está a levar a cabo um estudo sobre as partículas finas inaláveis (PM2.5), prevendo ter o relatório da primeira fase do estudo concluído em 2016. Uma nova estação de monitorização da qualidade do ar será instalada em Ka Ho, bem como mais equipamentos móveis na cidade.

5.3 AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Será iniciada, em 2016, uma consulta pública para a recolha de opiniões sobre a implementação de um Regime de Avaliação de Impacto Ambiental, tendo em vista promover a protecção do ambiente. Após a consulta pública, será feita uma análise das opiniões para se iniciarem depois os respectivos procedimentos legislativos, caso assim seja decidido.

6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas, continuará a ser promovido, ao longo do próximo ano, o reajustamento dos serviços e das equipas de projecto, nomeadamente através de uma revisão das respectivas atribuições.

Ao nível dos Conselhos Consultivos serão também introduzidas alterações quanto às respectivas atribuições e competências, de modo a conferir-lhes um carácter mais técnico e a reduzir a sua dimensão, com o objectivo de que os seus trabalhos possam contribuir de forma mais eficaz para o processo de tomada de decisões nesta tutela.

Em linha com a tendência internacional de informatização, será promovido e incentivado o uso das novas tecnologias para melhorar a eficiência dos trabalhos e a comunicação inter-serviços.

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas serão também promovidas melhorias ao nível da comunicação para que a população possa ser devidamente esclarecida quanto às políticas e para que se possa efectivamente aumentar a transparência nesta área de governação, disponibilizando-se mais informação nos sítios da Internet dos serviços.

Comissariado contra a Corrupção

Parte I – Retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos em 2015

Em 2015, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), fiel às suas orientações, continuou a assegurar como princípios de trabalho o dar igual importância à repressão e à prevenção da corrupção bem como o tomar de posições firmes na investigação de todos os casos, reforçando a sua comunicação e contactos com os órgãos judiciais e empenhando esforços na prevenção e combate aos actos de corrupção nos sectores público e privado. O CCAC continuou a actuar dentro da legalidade, salvaguardando os direitos dos cidadãos e emitindo sugestões visando a correcção de eventuais ilegalidades ou irregularidades dos serviços ou entidades públicas. A par disso, participou de forma empenhada em actividades organizadas por organizações internacionais e regionais no âmbito do combate à corrupção e da provedoria de justiça, impulsionando o intercâmbio e a cooperação com o exterior, alargando os horizontes do seu pessoal por forma a elevar a capacidade profissional do mesmo. Em simultâneo, foi desenvolvida a cooperação comunitária e mantida uma boa comunicação com todos os sectores, com vista a construir uma sociedade íntegra e harmoniosa.

I. No âmbito do combate à corrupção

Em 2015¹, a Direcção dos Serviços contra a Corrupção do CCAC recebeu um total de 320 pedidos de consulta e 380 queixas e denúncias. Entre os vários casos suspeitos de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude investigados, praticados por funcionários públicos, foi aplicada pelos órgãos judiciais ao pessoal de direcção e chefia envolvido, a medida de coacção de suspensão do exercício de funções públicas e, quanto aos outros envolvidos, a prisão preventiva. Para além disso, o CCAC deu uma grande importância ao combate à corrupção no sector privado, empenhando-se em reprimir a corrupção envolvendo entidades privadas. O CCAC trata todos os envolvidos com imparcialidade e de forma não discriminatória na execução da lei, independentemente da sua identidade ou estatuto, no sentido de assegurar a integridade e a justiça da sociedade.

Para além disso, o CCAC continuou a melhorar a sua gestão, aperfeiçoando o funcionamento interno e distribuindo de forma adequada os seus recursos, elevando assim os padrões de eficiência na execução da lei e bem assim a qualidade da investigação dos casos.

O CCAC empenhou-se também na promoção do intercâmbio e da cooperação judiciária inter-regional com autoridades anti-corrupção do exterior, mantendo contactos estreitos com entidades homólogas por forma a assegurar um tratamento atempado dos casos de corrupção transfronteiriça.

¹ Até Setembro de 2015.

Em 1 de Janeiro de 2015, a Lei sobre o “Regime de prevenção e repressão dos actos de corrupção no comércio externo”, elaborada pelo CCAC, entrou formalmente em vigor, aperfeiçoando-se assim o regime penal da Região Administrativa Especial de Macau no âmbito do combate à corrupção.

II. No âmbito da provedoria de justiça

O CCAC continuou como sempre a adoptar uma postura activa no tratamento de todos os tipos de queixas e consultas apresentadas pelos cidadãos relativas aos modelos de trabalho ou aos procedimentos de funcionamento dos serviços públicos, procedendo à investigação e análise das mesmas nos termos da lei, identificando as ilegalidades ou irregularidades verificadas na prestação de serviços ao público e, conseqüentemente, apresentando sugestões ou recomendações para a sua correcção. Em 2015², a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça do CCAC recebeu um total de 535 pedidos de consulta e foram instruídas 338 queixas.

Em 2015, o CCAC abriu diversos inquéritos em relação às áreas que são habitualmente alvos de queixas dos cidadãos e às matérias que afectam mais a vida da população, analisando de forma profunda os motivos que se encontram na base da insatisfação que os cidadãos manifestam para com os serviços públicos prestados. Sugestões foram formuladas para o aperfeiçoamento do funcionamento administrativo dos serviços públicos e dos regimes jurídicos em causa, com vista a elevar a qualidade e a eficiência da prestação de serviços públicos.

Para além disso, o CCAC desenvolveu activamente o intercâmbio com instituições de provedoria de justiça do exterior e participou em acções de formação organizadas por organizações internacionais e regionais, da área da provedoria de justiça, possibilitando ao seu pessoal o assimilar das boas experiências dessas organizações no tratamento dos casos de provedoria de justiça, de forma a reforçar a sua capacidade técnica para enfrentar os seus trabalhos e elevar a eficácia e eficiência da investigação. Além do mais, através de reformas nos procedimentos de trabalho e da redistribuição de pessoal, a disciplina e o desempenho do pessoal foram fortalecidos.

III. No âmbito da sensibilização e das relações comunitárias

O CCAC tem fortalecido a cooperação com serviços públicos e entidades privadas. Em 2015³, foram já organizados, pelo CCAC, 326 palestras e colóquios, contando com a participação de 17.581 pessoas, de entre trabalhadores da Administração Pública, membros de associações cívicas e de entidades privadas, estudantes do ensino secundário e primário, bem como da generalidade dos cidadãos. Os temas das palestras e colóquios abrangeram a

² Até Setembro de 2015.

³ Até Setembro de 2015.

disciplina dos trabalhadores dos serviços públicos, os crimes de corrupção, o carácter nobre e conduta íntegra, a integridade e dedicação ao público, a aquisição de bens e serviços, a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, a consciência de integridade e a educação para a honestidade, entre outros.

Para além de se concentrar no reforço da consciência da integridade do pessoal dos serviços públicos e das entidades privadas, o CCAC continuou também a organizar várias actividades educativas e lúdicas junto de estudantes do ensino secundário e primário para que assimilem os valores da integridade e honestidade. A par disso, tendo em conta o lançamento da nova edição de material didáctico para o ensino primário «Honestidade e Integridade», o CCAC auscultou activamente as opiniões das várias escolas, que servirão de importante referência para o posterior aperfeiçoamento, quer daquele material didáctico, quer das acções de sensibilização para a honestidade junto dos adolescentes.

Por outro lado, as duas Delegações na Areia Preta e na Taipa continuaram a valorizar a função de aproximação aos cidadãos. Em 2015⁴, o número de queixas, denúncias, pedidos de consulta e de informação recebidos nas duas Delegações, totalizou os 511. Para responder melhor às necessidades da população, as horas de expediente da Delegação na Taipa foram ajustadas a partir de Agosto. A par disso, o CCAC criou uma plataforma para apresentação de queixa *online* em Junho, com o objectivo de proporcionar aos cidadãos mais meios diversificados para apresentação de queixas e denúncias e assim servir melhor os mesmos.

IV. No âmbito da cooperação e do intercâmbio com o exterior

Em 2015, o CCAC participou activamente em actividades de cooperação e intercâmbio com o exterior, organizando delegações para visita, em Pequim, ao Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, à Procuradoria Popular Suprema e ao Ministério da Supervisão; para participarem, em Hong Kong, no 6.º Simpósio organizado pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, visitando também ICAC e o Ombudsman de Hong Kong. As delegações do CCAC deslocaram-se também à Tailândia para participar em seminários e *workshops* organizados pela Associação Asiática de Ombudsman e pelo Instituto Internacional de Ombudsman. A par disso, o CCAC enviou também pessoal a Viena, a Hong Kong e a Pequim para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, nomeadamente, nas reuniões de avaliação em relação ao cumprimento das exigências da mesma Convenção pela Região Administrativa Especial de Macau. Além disso, o CCAC esteve presente na 8.ª Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA), que teve lugar em São Petersburgo, Rússia, tendo desenvolvido, com os representantes de vários países e regiões, o intercâmbio e a partilha de experiências sobre o tema “Prevenção e Educação”.

⁴ Até Setembro de 2015.

Por outro lado, foram recebidas pelo CCAC em 2015, respectivamente, as delegações do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado da RPC, da Procuradoria do Povo da Província de Guangdong, do Departamento de Supervisão da Província de Guangdong, do Tribunal Popular de Segunda Instância da Cidade de Foshan da Província de Guangdong, da Agência contra a Corrupção de Taiwan, do Organismo Europeu de Luta Antifraude, do Consulado Geral da Irlanda em Hong Kong, do Consulado Geral de Moçambique em Macau, do Gabinete de Combate Contra a Corrupção da Procuradoria Geral de Moçambique, da Comissão Anti-Corrupção de Timor-Leste, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, entre outros. O CCAC trocou experiências de trabalho e discutiu os problemas enfrentados com estas delegações, de forma a contribuir para o desenvolvimento ou reforço da relação de colaboração mútua com as mesmas. A par disso, o CCAC recebeu também dirigentes do MGM Macau, nomeadamente do *Compliance Committee*, apresentando opiniões relativas ao aperfeiçoamento do sistema íntegro de gestão interna das empresas ligadas ao sector do jogo, no sentido de combater conjuntamente os actos de corrupção.

Parte II – Linhas de Acção Governativa para 2016

Em 2016, o CCAC insistirá no princípio da promoção de uma actuação sempre dentro da legalidade, continuando a constituir a sua missão prioritária o combate à corrupção e a promoção da integridade. Serão implementadas simultaneamente a estratégia do combate e da prevenção da corrupção, reforçando a comunicação e a cooperação com os serviços públicos e alargando a sua fiscalização no que respeita à incorruptibilidade. Em simultâneo, a função de provedoria de justiça será desempenhada de forma contínua, na fiscalização das ilegalidades e irregularidades dos serviços e entidades públicas, com vista a salvaguardar o interesse público e os direitos dos cidadãos, impulsionando o permanente melhoramento dos serviços públicos. Para além disso, o CCAC reverá o regime jurídico relacionado com as suas atribuições e os procedimentos de trabalho interno. Serão também intensificados os contactos com as instituições e as organizações do exterior, enviando o seu pessoal para intercâmbio e acções de formação no exterior, por forma a elevar a sua capacidade profissional. Por outro lado, será aprofundada a educação da integridade dos funcionários públicos, dando mais um passo em frente quanto à promoção da Lei da Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado. Será desenvolvida também a rede de relações comunitárias, com o fim de aprofundar os conhecimentos da população sobre a edificação da integridade.

I. No âmbito do combate à corrupção

- (1) Exercerá uma fiscalização rigorosa às actividades da Administração Pública mais expostas aos riscos de corrupção e fiscalizará atentamente a actividade do sector

privado, procurando prevenir a prática de actos corruptos, e esforçando-se por suprir lacunas que propiciem oportunidades para a corrupção. Seguirá sempre as suas orientações no sentido de proceder à investigação sempre que se encontrem reunidas as condições e de procurar, quando provados os actos, levar à punição dos envolvidos em corrupção, combatendo a corrupção com imparcialidade e de forma não discriminatória, envidando todos os esforços para salvaguardar um ambiente social íntegro.

- (2) Assegurará uma distribuição racional e um aproveitamento pleno dos recursos do CCAC, aperfeiçoando de forma contínua a sua política e estratégia no combate à corrupção. Reforçará o apoio técnico moderno, melhorando constantemente as instalações e os equipamentos necessários para a investigação. Aperfeiçoará os métodos e procedimentos de investigação, fortalecendo a recolha e análise de informação, no sentido de elevar o nível da execução da lei.
- (3) Continuará a elevar o nível técnico profissional dos seus funcionários, enviando os mesmos para participar em acções de formação e de intercâmbio no exterior e convidando profissionais para a realização de acções de formação, com vista a intensificar a técnica e os conhecimentos do pessoal de investigação no que respeita à recolha de informação, bem como às áreas jurídica e de investigação criminal, fortalecendo deste modo as suas capacidades de investigação.
- (4) Procederá à revisão atempada dos regimes jurídicos no âmbito das atribuições do CCAC, identificando nomeadamente as lacunas e deficiências verificadas, de acordo com a experiência adquirida na execução da lei, nos regimes que proporcionem oportunidades de corrupção e, conseqüentemente, formulará atempadamente sugestões de aperfeiçoamento ao nível do funcionamento e da execução da lei, bem como da consolidação de regimes, de forma a que os regimes jurídicos em causa da Região Administrativa Especial de Macau sejam cada vez mais adequados às necessidades reais e mais próximos dos padrões internacionais.
- (5) Esforçar-se-á para elevar a eficácia da cooperação transfronteiriça no combate aos crimes de corrupção, colaborando de forma empenhada com as outras regiões, com vista a impulsionar o intercâmbio e a cooperação na repressão da corrupção nas vertentes judicial e da execução da lei. Procederá ao acompanhamento das informações relativas às tendências criminais e às técnicas da investigação criminal, assegurando a cooperação na investigação de casos transfronteiriços, no sentido de proporcionar condições mais favoráveis para a cooperação internacional e inter-regional no combate à criminalidade transfronteiriça.

II. No âmbito da provedoria de justiça

- (1) Irá proceder à revisão dos procedimentos e do modelo de trabalho actuais, procurando tratar todos os tipos de casos da provedoria de justiça de forma mais

simples e eficaz, sem prejuízo do rigor da investigação, elevando assim a eficiência e a qualidade de trabalho, no sentido de responder atempadamente às exigências dos cidadãos e assegurar os seus direitos e interesses legítimos.

- (2) Continuará a realizar inquéritos sobre os serviços públicos ou procedimentos administrativos estreitamente relacionados com a vida da população. Estudará e prestará atenção prioritariamente aos problemas originados pela desactualização de alguns diplomas legais vigentes, pela falta de flexibilidade dos procedimentos administrativos e pela falta de uniformidade. Analisará de forma profunda as razões estruturais para o surgimento dos problemas em causa e apresentará sugestões de aperfeiçoamento ao nível do funcionamento administrativo e dos regimes jurídicos, com vista a elevar o nível dos serviços públicos.
- (3) Continuará a promover o Plano para uma Gestão Íntegra no sentido de reforçar a cooperação com os serviços públicos, proporcionando pareceres profissionais com o fim de melhorar o seu funcionamento interno e reforçar a integridade da sua gestão. Reverá os códigos de integridade internos apresentados pelos serviços públicos, formulando sugestões de aperfeiçoamento.
- (4) Tendo por referência as experiências coroadas de êxito do exterior, elevará a eficácia das suas acções junto do sector privado no âmbito da prevenção de corrupção, fortalecendo particularmente a cooperação com entidades privadas e associações, com vista a elevar a consciência da prevenção da corrupção do seu pessoal e proporcionando orientações para a prevenção da corrupção de natureza específica focando-se nas partes mais expostas a riscos de corrupção durante o funcionamento das mesmas.
- (5) Fortalecerá a aplicação e o apoio técnico da tecnologia informática, aperfeiçoará a gestão das acções de provedoria de justiça e elevará a capacidade de investigação do seu pessoal no tratamento dessas mesmas acções que se vêm tornando cada vez mais diversificadas e sofisticadas.

III. No âmbito da sensibilização e das relações comunitárias

- (1) Continuará a aprofundar a educação da integridade junto dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente o reforço da vigilância perante as situações de conflito de interesses, bem como o espírito de autodisciplina e do cumprimento da lei, incrementando assim a conduta íntegra dos mesmos.
- (2) Reforçará a sensibilização e a divulgação da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, elevando a consciência do cumprimento da lei por parte das entidades privadas e das associações, promovendo o desenvolvimento da gestão honesta e da ética empresarial no sector privado.

- (3) Continuará a realizar acções de sensibilização junto da juventude e dos cidadãos através de várias vias, aprofundando a consciência da integridade e do cumprimento da lei dos mesmos. A par disso, alargará a rede das relações comunitárias, procurando obter o apoio da população em geral, no sentido de construir conjuntamente um clima social íntegro.

IV. No âmbito da cooperação e do intercâmbio com o exterior

- (1) Continuará a manter comunicações estreitas com instituições de provedoria de justiça do exterior, participando periodicamente em actividades de formação realizadas por organizações internacionais ou regionais de provedoria de justiça, trocando experiências de trabalho, e apreendendo os conhecimentos avançados do exterior relativos ao tratamento de casos sobre provedoria de justiça.
- (2) Participará activamente em actividades de formação a nível internacional e regional, fazendo com que os conhecimentos profissionais do pessoal do CCAC nas áreas do combate à corrupção e da provedoria de justiça possam acompanhar a conjuntura internacional.
- (3) Alargará a cooperação e o intercâmbio com as respectivas instituições de vários países e regiões, tendo como referência a sua experiência nesta área de forma a aperfeiçoar o funcionamento do CCAC.
- (4) Empenhar-se-á na coordenação com a Pátria nos trabalhos de avaliação em relação ao cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção pelos Estados Partes.

Comissariado da Auditoria

Execução das Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria em 2015

Em 2015, o Comissariado da Auditoria (CA) continuou a prosseguir o objectivo de promover a boa governança pública por via das acções de auditoria. Pragmático, independente e no estrito cumprimento da disciplina do trabalho e do princípio da legalidade, o CA empenhou-se, nomeadamente, em identificar e analisar áreas de actuação administrativa e financeira dos serviços públicos sujeitos a auditoria que revelaram insuficiências ou lacunas na boa gestão dos recursos públicos, tendo formulado sugestões e emitido opiniões que, segundo critérios de razoabilidade, economia, eficiência e eficácia, viessem a contribuir para uma melhor administração do erário público e execução das políticas públicas. Os parágrafos seguintes sintetizam a execução das Linhas de Acção definidas para o presente ano.

Auditoria financeira baseada em tecnologias de informação e comunicação (TIC)

Na auditoria às contas dos serviços e organismos públicos o CA tem vindo a estudar e implementar novas metodologias e boas práticas de auditoria em uso nas instituições congéneres mais avançadas, adaptando-as, para o efeito, às especificidades locais, com vista à melhoria da qualidade e credibilidade dos trabalhos de auditoria realizados. A título de exemplo, a auditoria financeira passou a ser orientada para a gestão de riscos por forma a serem identificadas áreas ou procedimentos de risco com significativo impacto financeiro e tomadas medidas para a sua prevenção, redução ou eliminação. No ano de 2015, o CA procedeu à auditoria financeira à totalidade dos serviços públicos da RAEM, incluindo a Conta Central (que abrange a Caixa do Tesouro e os 50 serviços integrados) as contas de gerência de 57 entidades autónomas e serviços com autonomia administrativa e a conta de gerência da Reserva Financeira. Acresce, ainda, que o CA auditou *in loco* a Caixa do Tesouro e a Reserva Financeira e seleccionou por amostragem 4 serviços integrados e 9 entidades autónomas para a auditoria *in loco*.

Em 2015, o CA continuou a aprofundar a aplicação do “Programa Informático de Auditoria *in loco*”, alargando o seu âmbito de cobertura a organismos especiais, para além de utilizar o programa informático nos trabalhos de verificação, cálculo, pesquisa e integração das informações contabilísticas da Conta Geral e das contas de gerência dos serviços autónomos. A par disso o CA estudou a possibilidade da introdução das tecnologias de informação e comunicação na análise integrada da informação com o objectivo de detectar discrepâncias, erros e desvios de gestão por parte dos sujeitos a auditoria e desta forma garantir uma maior segurança, eficácia e fiabilidade às auditorias e uma relação favorável de custo-benefício na sua execução.

Auditorias de resultados, específicas e concomitantes

No ano em curso as tecnologias de informação e comunicação foram aplicadas nas auditorias não financeiras, atendendo a que um adequado suporte informático na realização

das auditorias, particularmente aquelas que envolvem o tratamento de um elevado volume de dados, aumenta substancialmente a eficiência e a precisão na recolha e contabilização de dados e produz um impacto significativo ao nível da qualidade da auditoria e dos seus resultados.

Em 2015, o CA realizou diversas auditorias de resultados, específicas e concomitantes, tendo sido detectados irregularidades e erros na execução dos trabalhos por parte dos sujeitos a auditoria e por esse facto apresentadas sugestões por forma a prevenir ou aperfeiçoar essas situações. Os relatórios concluídos e divulgados pelo CA em 2015 incidiram principalmente sobre a execução de projectos de obras públicas relevantes, a gestão duma instituição do ensino superior no domínio da aplicação dos recursos públicos e, ainda, sobre o regime de atribuição de apoios sociais. As auditorias atrás referidas para além de observarem rigorosamente os princípios de independência, de objectividade, de equidade e de justiça, tiveram como enfoque a identificação de deficiências ou áreas de risco com significativo impacto financeiro e a apresentação de medidas destinadas à sua eliminação e prevenção. Por forma a exercer um controlo preventivo, atempado, sistemático e abrangente aos projectos de construção plurianuais de grande dimensão, o CA procedeu à auditoria concomitante à execução destas empreitadas e apresentou opiniões e sugestões construtivas nos respectivos relatórios.

Medidas de controlo da qualidade das auditorias e a auditoria interna

O CA aplicou em todos os projectos de auditoria medidas de controlo de qualidade harmonizadas com as normas emitidas pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), a fim de que os trabalhos de auditoria sejam executados de acordo com procedimentos adequados e, desta forma, garantir a qualidade dos relatórios de auditoria.

Neste contexto, a Auditoria Interna do CA, uma estrutura com autonomia de funcionamento, procedeu à revisão exhaustiva de todos os processos de auditoria, com o objectivo de verificar se os mesmos foram realizados de acordo com as normas, as políticas e as instruções aplicáveis. O âmbito de exame da auditoria interna é mais vasto que o das medidas de controlo de qualidade, assegurando, assim, maior qualidade a todos os relatórios de auditoria.

Capacitação da equipa de auditoria

Atentas as exigências técnicas e os desafios de actualização permanente de conhecimentos teóricos e da aplicação das melhores práticas de contabilidade e de auditoria pública reconhecidas internacionalmente o CA tem vindo, nos últimos anos, a organizar ou participar em acções para reforçar a qualificação dos seus profissionais em diversas valências técnicas, nomeadamente nos domínios das tecnologias de informação e comunicação, contabilidade, auditoria e direito. Concretamente, no ano em curso, o CA enviou vários trabalhadores para frequentar os cursos de "Auditoria Informática – nível

intermédio” e “Formação de Jovens Quadros Auditores”, ambos realizados pelo Gabinete de Auditoria Nacional, assim como ao curso de “Auditoria Informática”, realizado pelo Departamento de Auditoria de Guangdong. O CA convidou, ainda, especialistas do Gabinete de Auditoria Nacional para realizar em Macau um curso sobre o sistema informático “Big Data” e auditoria às entidades reguladores das actividades financeiras. Foi, também, ministrado por especialista do Tribunal de Contas de Portugal um curso em Macau sobre “Tecnologias de Informação e Comunicação no Âmbito da Auditoria, Análise de Dados para Auditores II (IDEA) e Segurança Informática”.

Divulgar a cultura de auditoria

O CA realizou sessões de divulgação da cultura de auditoria dirigidas aos trabalhadores da Administração Pública, sensibilizando-os para a necessidade de uma correcta aplicação dos dinheiros públicos e para a importância da auditoria pública na promoção da boa governança.

Para reforçar uma relação de confiança mútua no processo de auditoria, o CA tem continuado a realizar *workshops* sobre a auditoria financeira, dirigidos por auditores e auditores superiores, com o objectivo de trocar opiniões com os responsáveis dos serviços públicos presentes sobre questões relacionadas com a execução financeira do ano económico findo.

Para aprofundar o conhecimento dos diversos sectores sociais sobre a auditoria pública e a missão de auditoria, o CA tem intensificado o diálogo com as associações profissionais de contabilidade, associações dos trabalhadores da Administração Pública e escolas, realizando em conjunto actividades que contribuam para a disseminação dos conceitos de auditoria e da boa gestão pública. Em 2015, foram realizadas 27 acções de divulgação destinadas a associações, estabelecimentos de ensino superior e não superior e trabalhadores da Administração Pública.

Aperfeiçoamento dos instrumentos de auditoria

Para dar resposta ao desenvolvimento socioeconómico e à diversidade das acções do Governo em 2015, o CA actualizou e reforçou equipamentos e aplicações informáticos e aperfeiçoou os procedimentos administrativos. Entre as iniciativas é de realçar a introdução do “Sistema de gestão electrónico de arquivo de auditoria” com vista à substituição dos documentos em suporte de papel por suporte digital e deste modo contribuir para um acesso ágil e seguro a documentos de arquivo e às informações neles contidas. Actualmente, o CA continua a proceder à inserção naquele sistema de dados relativos a processos de auditoria. Por outro lado, em função das necessidades efectivas, foram adquiridos equipamentos e aplicações informáticos destinados a facilitar a realização da auditoria *in loco*.

Actividades de intercâmbio na área da auditoria

Em 2015, o Comissário da Auditoria participou, como membro da delegação da China, na 13.ª Assembleia Geral da Organização Asiática das Instituições Superiores de Auditoria, que decorreu na cidade de Kuala Lumpur, na Malásia e, na qualidade de observador, participou no Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu na cidade de Maputo, em Moçambique, tendo sido apresentada uma comunicação neste último evento. O Comissário visitou, ainda, o Tribunal de Contas de Portugal e o Departamento de Auditoria de Guangdong. Para reforçar competências técnicas e aprofundar as relações do pessoal de auditoria do CA com profissionais de instituições congéneres de outros países e regiões, o CA participou, a convite da Sociedade de Auditoria da China, no “Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2015”, que decorreu na cidade de Hualien, em Taiwan. A convite do Departamento de Auditoria de Guangdong, o CA participou na “Conferência de Auditoria de Resultados Guangdong-Hong Kong-Macau de 2015”. Nos eventos atrás referidos, os representantes do CA apresentaram comunicações sobre teorias e práticas de auditoria, tendo aprofundado o estudo sobre a aplicação das teorias nas actividades de auditoria e propiciado o alargamento de horizontes profissionais aos seus quadros.

Opiniões dos cidadãos

O CA mantém uma linha telefónica e uma caixa de correio exclusivas, através das quais os cidadãos podem apresentar as suas opiniões sobre a qualidade dos serviços prestados pelos serviços e organismos públicos. As opiniões recebidas são acompanhadas pelo CA ou encaminhadas para os competentes serviços públicos para tratamento, contribuindo assim para o aumento da qualidade do serviço prestado pelos mesmos. Até Outubro do corrente ano, o CA recebeu 26 queixas relativas a serviços públicos, tendo encaminhado 10 para os serviços públicos visados.

Conclusão

Nos últimos anos, a INTOSAI tem vindo a realçar o papel das Instituições Superiores de Auditoria na avaliação de desempenho dos serviços públicos com base em determinados indicadores, de forma a acompanhar melhor a execução dos projectos públicos e promover a melhoria de procedimentos no sentido de efectuar uma boa gestão financeira dos mesmos. A Declaração de Beijing aprovada pela INTOSAI na sua XXI Assembleia Geral estipula explicitamente que as Instituições Superiores de Auditoria têm como missão e objectivo promover a boa governança pública, realizando auditorias no sentido de promover a eficiência, a eficácia, a transparência e a prestação de contas dos serviços públicos, com vista a fomentar o desenvolvimento sustentável a nível social, económico e ambiental.

Com o objectivo de promover a boa governança pública, o CA, no ano em curso, realizou auditorias aos projectos que envolvem avultados dispêndios públicos e com significativa

importância no bem-estar da população, tendo identificado deficiências típicas na gestão e execução desses projectos e formulado sugestões preventivas e correctivas de forma a salvaguardar o interesse público. Além disso, o CA analisou cuidadosamente as novas técnicas de auditoria e procedeu ao balanço dos trabalhos realizados e à padronização das actividades de auditoria, com vista a exercer melhor controlo sobre a aplicação dos dinheiros públicos, a actuação dos poderes públicos e a execução das competências dos serviços públicos, detectando eventuais deficiências na gestão de risco dos serviços públicos e apresentando as respectivas sugestões correctivas.

Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria para 2016

Em 2016, o CA vai continuar a desenvolver as suas actividades com pragmatismo e a pautar a sua actuação pelos princípios de independência e legalidade. O CA vai proceder à racionalização dos seus recursos para concentrar esforços na avaliação da legalidade e conformidade dos actos de gestão e de funcionamento dos serviços e organismos públicos, apresentando sugestões e opiniões pertinentes para prevenir ou eliminar riscos.

A auditoria à Conta Geral da RAEM é uma actividade anual e de grande relevância no conjunto das auditorias realizadas pelo CA. Na auditoria anual às contas dos serviços e organismos públicos o CA vai continuar a privilegiar o critério da avaliação dos riscos, nomeadamente, com recurso a programas e meios informáticos, centrando a sua actuação nas operações financeiras consideradas mais problemáticas e susceptíveis de causar ineficiências na correcta aplicação dos recursos financeiros públicos. Por seu turno, a relevante dimensão atingida pelos investimentos financeiros da Reserva Financeira da RAEM exige uma atenção acrescida por parte do CA quanto ao acompanhamento da sua boa gestão financeira. No que se refere à perspectiva de entrada em vigor da nova Lei do Enquadramento Orçamental o CA terá de proceder aos necessários ajustamentos internos decorrentes da implementação do novo processo orçamental. No tocante ao desenvolvimento da auditoria baseada nas tecnologias de informação e comunicação, o CA vai aperfeiçoar o “Programa Informático de Auditoria *in loco*” com vista a ampliar as suas funcionalidades na análise de dados.

O CA vai continuar a apostar na realização de auditorias de resultados, específicas e concomitantes tendo em consideração a sua enorme importância no desenvolvimento de uma gestão pública moderna e transparente e do papel pedagógico das suas sugestões para as partes interessadas. Para promover a boa gestão nos serviços públicos o CA vai estudar, oportunamente, a viabilidade de auditar o desempenho de altos dirigentes com o objectivo de os alertar para as suas responsabilidades no exercício das suas funções e de contribuir, sendo o caso, para elevar o nível de eficácia e conformidade da sua acção na consecução dos objectivos previamente traçados. O CA vai, ainda, padronizar os procedimentos das auditorias específicas e de resultados, optimizando os instrumentos de auditoria e o

sistema de gestão de qualidade, por forma a assegurar uma actividade fiscalizadora pró-activa junto dos serviços e organismos públicos. Por outro lado o CA vai promover uma maior interacção com os sujeitos a auditoria de modo a que possam compreender melhor a função do controle externo, seus objectivos e função pedagógica na promoção da boa gestão dos recursos públicos.

Acresce a necessidade de o CA reforçar ou ampliar a sua capacidade de actuação operacional, face às novas exigências, diversidades e complexidades gestionárias na administração pública, o que passa por uma alteração ao seu mandato legal e concomitante ajustamento da sua estrutura orgânica e de funcionamento. Por outro lado, será dada continuidade ao aperfeiçoamento do “sistema de gestão electrónica do arquivo de auditoria” em função dos resultados dos testes realizados.

A aposta na formação técnica especializada dos recursos humanos continua a ser uma das prioridades do CA com vista à actualização de saberes segundo princípios, normas e práticas de auditoria internacionalmente reconhecidas e indispensáveis ao cumprimento da sua missão institucional. Para o efeito o CA vai prosseguir uma política de abertura ao exterior nos domínios da cooperação e intercâmbio formativo com o Gabinete de Auditoria Nacional e outras entidades congéneres do Interior da China, com o pólo de formação da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia e com o Tribunal de Contas de Portugal. Em suma, o plano de formação previsto para o ano de 2016 tem por objectivo elevar os conhecimentos e competências do pessoal de auditoria ao nível das mais avançadas instituições congéneres internacionais.

O CA está ciente de que faz parte da deontologia profissional do pessoal de auditoria o empenho na auto valorização contínua, adquirida quer pela via do aprofundamento e actualização dos conhecimentos teóricos quer pela experiência prática. Por esse motivo, o CA tem vindo a participar em reuniões internacionais e actividades de intercâmbio de auditoria e a estimular o seu pessoal na aquisição de técnicas avançadas de auditoria e novos saberes no domínio das normas e práticas internacionalmente reconhecidas, com o propósito de incorporarem os novos conhecimentos no trabalho quotidiano. No ano de 2016, o CA vai continuar a estreitar o relacionamento com o Gabinete de Auditoria Nacional, a Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia, a Sociedade de Auditoria da China, a Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e outras instituições congéneres, a fim de manter/intensificar o intercâmbio com o exterior e participar em eventos internacionais e regionais no âmbito da temática da auditoria.

Para promover uma cultura da auditoria e ampliar o número de serviços públicos que valorizem uma correcta aplicação dos recursos públicos, o CA vai continuar a intensificar acções de sensibilização sobre a cultura de auditoria junto dos trabalhadores dos serviços públicos, dos estudantes e da população em geral, através de palestras e *workshops*, e contribuir desta forma para a divulgação da importância, objectivos e valores da auditoria. O CA pretende fomentar a confiança do público nos trabalhos de auditoria e desenvolver

e consolidar uma imagem imparcial, independente, profissional e credível da instituição no controlo da aplicação dos recursos públicos.

O CA perante os novos desafios que se lhe colocam no actual quadro de desenvolvimento da RAEM, vai nortear a sua actuação em consonância com os princípios contidos na ISSAI 12 da INTOSAI - *Valor e benefícios das Instituições Supremas de Auditoria - fazendo diferença na vida dos cidadãos*. Para o efeito o CA vai executar com rigor o plano de actividades definido. Em estrita observância da legalidade e com pragmatismo, o CA vai empenhar-se na detecção de deficiências dos serviços públicos na execução das suas competências, alargando o âmbito de auditoria e concentrando os esforços na auditoria aos projectos de grande dimensão e com significativo impacto no bem-estar da população. Acresce que, face ao processo de ajustamento económico e financeiro vivido nos últimos tempos na RAEM, o CA vai estar particularmente atento ao cumprimento da execução da despesa nos serviços públicos em conformidade com as políticas públicas e de natureza orçamental traçadas, apresentando sugestões com vista à prevenção e correcção de desvios e desta forma contribuir para a promoção da boa governança pública.

O CA vai, ainda, aperfeiçoar procedimentos de auditoria, acompanhando, nomeadamente, os resultados das auditorias realizadas com vista a exercer a sua acção fiscalizadora de forma mais eficaz e pedagógica.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano de 2016
— Síntese —**

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016

– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2016 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2016 Proposta
<p>Receita Ordinária Integrada do Governo</p> <p>RECEITAS CORRENTES</p> <p>01 - Impostos directos</p> <p>02 - Impostos indirectos</p> <p>03 - Taxas, multas e outras penalidades</p> <p>04 - Rendimentos da propriedade</p> <p>05 - Transferências</p> <p>06 - Venda de bens duradouros</p> <p>07 - Venda de serviços e bens não duradouros</p> <p>08 - Outras receitas correntes</p> <p>RECEITAS DE CAPITAL</p> <p>09 - Venda de bens de investimento</p> <p>10 - Transferências</p> <p>11 - Activos financeiros</p> <p>13 - Outras receitas de capital</p> <p>14 - Reposições não abatidas nos pagamentos</p>	<p>93,070,245,300.00</p> <p>79,456,698,600.00</p> <p>4,473,083,400.00</p> <p>1,875,848,100.00</p> <p>1,726,800,800.00</p> <p>4,197,203,000.00</p> <p>2,456,300.00</p> <p>1,236,741,000.00</p> <p>101,414,100.00</p> <p>1,759,040,900.00</p> <p>152,245,300.00</p> <p>21,000.00</p> <p>424,691,000.00</p> <p>1,150,655,500.00</p> <p>31,428,100.00</p>	<p>Despesa Ordinária Integrada do Governo</p> <p>01-01 Governo da RAEM</p> <p>01-02 Gabinete do Chefe do Executivo</p> <p>01-03 Conselho Executivo</p> <p>01-06 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça</p> <p>01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças</p> <p>01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança</p> <p>01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura</p> <p>01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas</p> <p>01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa</p> <p>01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas</p> <p>01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim</p> <p>01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio</p> <p>01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais</p> <p>01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas</p> <p>01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético</p> <p>01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa</p> <p>01-23 Gabinete de Informação Financeira</p> <p>01-24 Gabinete para os Recursos Humanos</p> <p>01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes</p> <p>01-28 Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau</p> <p>01-29 Delegação Económica e Cultural de Macau</p> <p>01-30 Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos</p> <p>03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública</p>	<p>19,752,200.00</p> <p>296,879,300.00</p> <p>32,182,800.00</p> <p>36,855,600.00</p> <p>45,523,800.00</p> <p>32,121,500.00</p> <p>188,719,700.00</p> <p>31,679,800.00</p> <p>11,656,900.00</p> <p>4,923,100.00</p> <p>22,900,200.00</p> <p>13,423,200.00</p> <p>63,856,200.00</p> <p>66,712,200.00</p> <p>37,433,500.00</p> <p>157,696,900.00</p> <p>27,210,600.00</p> <p>56,851,900.00</p> <p>80,393,100.00</p> <p>49,897,300.00</p> <p>16,396,700.00</p> <p>89,504,600.00</p> <p>408,292,700.00</p>

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2016 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2016 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo	94,829,286,200.00	05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	5,495,290,200.00
Rendimentos dos Organismos Especiais		07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	196,917,400.00
		08-00 Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações	169,864,100.00
		09-00 Direcção dos Serviços de Finanças	464,037,100.00
		11-00 Pensões e Reformas	7,941,200.00
11-00 Receitas legais e transferências do OR	22,231,705,200.00	12-00 Despesas Comuns	16,809,186,300.00
12-00 Réditos de vendas e de prestações de serviços	229,830,000.00	13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	243,242,700.00
13-00 Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	3,561,685,900.00	14-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1,662,557,200.00
14-00 Outros rendimentos	99,931,100.00	16-00 Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional	52,086,400.00
Agregado dos Rendimentos dos Organismos Especiais	26,123,152,200.00	18-00 Direcção dos Serviços de Identificação	272,984,200.00
		19-00 Direcção dos Serviços de Economia	208,363,500.00
		20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	525,179,100.00
		21-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	719,228,600.00
Ajustamento	17,700,915,400.00	22-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	107,051,200.00
Receita Global	103,251,523,000.00	23-00 Direcção dos Serviços de Turismo	317,680,800.00
		24-00 Gabinete de Comunicação Social	122,823,100.00
		25-00 Serviços de Polícia Unitários	40,537,700.00
		26-00 Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	255,121,500.00
		27-00 Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	1,115,549,900.00
		28-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	4,313,106,900.00
		29-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	354,976,200.00
		30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	605,800.00
		31-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	80,558,800.00
		32-00 Polícia Judiciária	857,795,500.00
		33-00 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	333,639,200.00
		34-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	252,089,000.00
		35-00 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	458,886,900.00
		37-00 Instituto do Desporto	179,834,200.00
		38-00 Instituto Cultural	445,463,200.00
		40-00 Investimentos do Plano	11,068,782,000.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016

– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2016 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2016 Proposta
		50-00 Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências Orçamentais	17,698,915,400.00
		50-03 Fundo de Acção Social Escolar	429,328,100.00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	43,128,100.00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	784,422,400.00
		50-06 Fundo de Turismo	870,268,400.00
		50-07 Instituto de Acção Social	2,967,808,400.00
		50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	7,520,800.00
		50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	32,710,900.00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	220,664,600.00
		50-17 Imprensa Oficial	85,976,500.00
		50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	6,398,100.00
		50-23 Instituto de Habitação	445,973,100.00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	77,165,300.00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	660,920,700.00
		50-27 Comissariado contra a Corrupção	353,144,800.00
		50-28 Serviços de Saúde	7,075,154,800.00
		50-29 Universidade de Macau	2,340,705,800.00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	749,879,100.00
		50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	816,754,000.00
		50-33 Fundo de Cultura	538,097,500.00
		50-35 Conselho de Consumidores	39,382,400.00
		50-36 Instituto de Formação Turística	414,859,800.00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	49,590,600.00
		50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	6,970,000.00
		50-41 Comissariado da Auditoria	209,135,700.00
		50-42 Gabinete do Procurador	418,340,800.00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	541,062,500.00
		50-44 Assembleia Legislativa	183,914,500.00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	2,607,202,800.00
		50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	3,598,500.00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	269,433,200.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2016 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2016 Proposta
		50-49 Obra Social da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	2,727,600.00
		50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	90,853,100.00
		50-51 Fundo de Reparação Predial	78,446,200.00
		50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	915,408,200.00
		50-53 Fundo dos Pandas	7,383,600.00
		50-54 Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	149,530,100.00
		50-56 Fundo das Indústrias Culturais	244,948,200.00
		Despesa Ordinária Integrada do Governo	91,359,968,300.00
		Gastos dos Organismos Especiais	
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios	355,510,000.00
		50-15 Caixa Económica Postal	43,835,800.00
		50-18 Fundo de Pensões	2,013,894,400.00
		50-20 Fundo de Segurança Social	4,467,831,200.00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	1,563,637,400.00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	8,410,000.00
		50-45 Fundação Macau	2,922,743,700.00
		50-55 Fundo de Garantia de Depósitos	3,125,000.00
		Agregado dos Gastos dos Organismos Especiais	11,378,987,500.00
		Ajustamento	17,700,915,400.00
		Despesa Global	85,038,040,400.00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	
		Saldo do Orçamento Central	3,469,317,900.00
		Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	14,744,164,700.00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	18,213,482,600.00
Receita Global	103,251,523,000.00	Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	103,251,523,000.00